



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 49, SEXTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 51ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 19 DE ABRIL DE 2018

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a homenagear os povos indígenas, em razão do Dia do Índio, nos termos do Requerimento nº 11/2018, do Senador Telmário Mota e outros senadores.	8
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro em guajajara	8
1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Telmário Mota)	8
1.2.3 – Oradores	
Srª Maíra dos Santos Bentes Tapuia, estudante de Medicina da Universidade Federal de Tocantins (UFT)	12
Sr. Marcos Terena, Coordenador dos Jogos Mundiais Indígenas e membro da Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	14
Senadora Regina Sousa	18
Senador João Capiberibe	19
Sr. Rogério de Paiva Navarro, Subprocurador-Geral da República e membro da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão	21
Senador Paulo Rocha	23
Senador Vicentinho Alves	25
Sr. Álvaro Fernandes Sampaio Tukano, Diretor do Memorial dos Povos Indígenas de Brasília e líder indígena de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas	27
Srª Tuire Kayapó, Líder indígena de Redenção do Estado do Pará e Cacica Indígena Kayapo	31
Senadora Fátima Bezerra	33
Sr. Paulinho Paiakã, Líder indígena de Redenção do Estado do Pará	36



Sr ^a Silvia Nobre Waiãpi, primeira mulher indígena a ocupar o cargo de Tenente do Exército Brasileiro	38
Sr ^a Maria Angelita da Silva, doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, no Paraná	40
Senador Paulo Paim	42
1.3 – ENCERRAMENTO	44
2 – ATA DA 52ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE ABRIL DE 2018	
2.1 – ABERTURA	46
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	46
2.2.2 – Oradores	
Senador Vicentinho Alves – Anúncio de licença parlamentar de S. Ex ^a para dedicar-se à campanha para o cargo de Governador do estado de Tocantins em eleição suplementar.	46
Senador Paulo Paim – Considerações a respeito das atividades desenvolvidas pela CDH em relação ao “Estatuto do Trabalho”.	53
2.3 – ENCERRAMENTO	56

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 51ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Ex ^a , nos termos do art. 203 do Regimento Interno ..	58
---	----

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 52ª SESSÃO

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Comunicação

Do Senador Fernando Collor, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Ex ^a em missão realizada no período de 27 de março último a 3 do corrente, nos termos do Requerimento da Mesa nº 107/2018	62
---	----

4.1.2 – Mensagens do Presidente da República

Nº 192/2018, na origem (Mensagem nº 21/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO e aos Organismos Internacionais Conexos, em Roma	68
--	----

Nº 193/2018, na origem (Mensagem nº 22/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa	137
---	-----



Nº 194/2018, na origem (**Mensagem nº 23/2018, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Sr. ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra 166

4.1.3 – Recurso

Nº 7/2018, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 392/2016. 195

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 392/2016. 196

4.1.4 – Término de prazos

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei do Senado nºs 169 e 170/2018. 198

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 122/2013, 167/2014, 393/2015 e 157/2017. 198

5 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

5.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES

Nº 73/2018-CDIR, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 8/2015 200

Nº 74/2018-CDIR, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 56/2015 210

Nº 75/2018-CDIR, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 48/2016 216

Nº 76/2018-CDIR, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3/2017 222

Nº 77/2018-CDIR, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 11/2017 239

Nº 78/2018-CDIR, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 14/2017 247

Nº 28/2018-CDH, sobre a Sugestão nº 11/2016 254

Nº 22/2018-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 16/2018 263

Nº 23/2018-CRE, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 25/2018 272

Nº 24/2018-CRE, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 179/2017 281

PARTE III

6 – RESOLUÇÃO

Nº 6/2018 290

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 291

8 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 294

9 – LIDERANÇAS 295



10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	299
11 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	312
12 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	315
13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	364

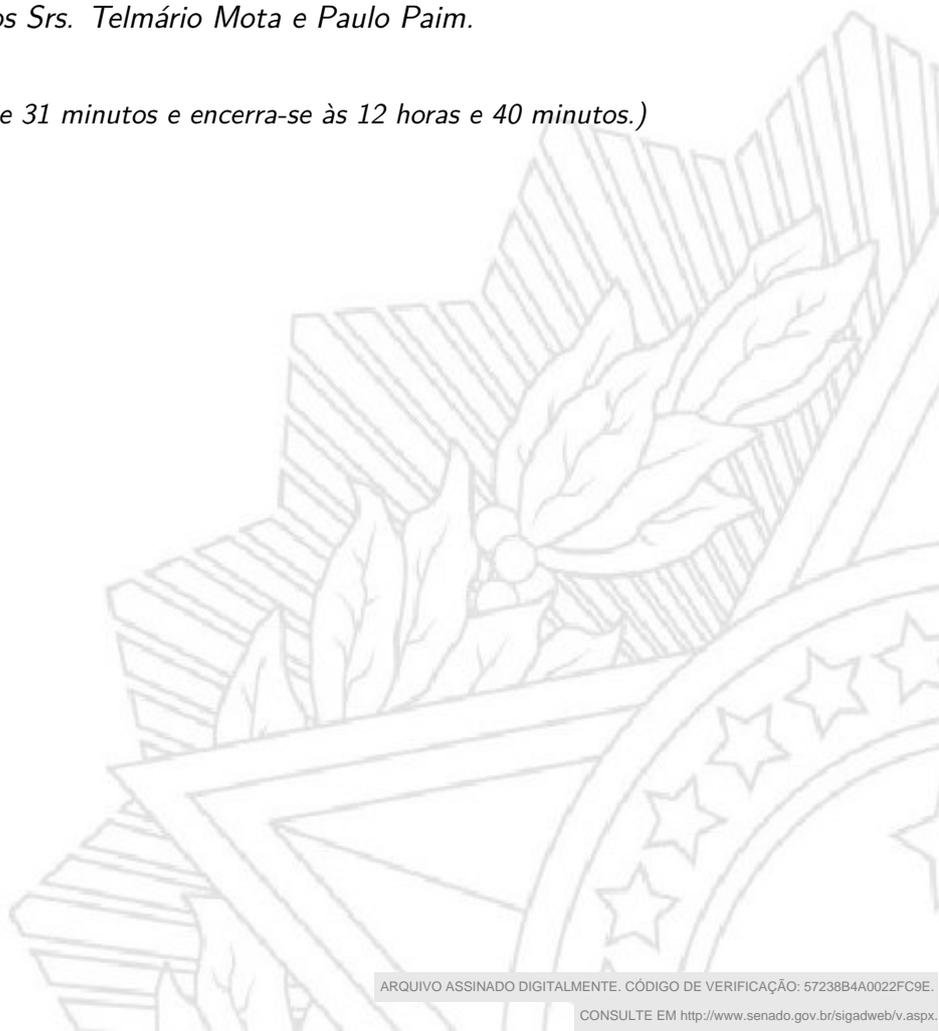


Ata da 51ª Sessão, Especial,
em 19 de abril de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Telmário Mota e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 31 minutos e encerra-se às 12 horas e 40 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a homenagear os povos indígenas, em razão do Dia do Índio, nos termos do Requerimento nº 11, de 2018, do Senador Telmário Mota e outros Senadores.

Para compor a Mesa, eu convido a Sr^a Maira dos Santos Bentes Tapuia, graduada na 11^a turma de Medicina da Universidade Federal de Tocantins, uma honra para os povos indígenas. (*Palmas.*)

Convidamos também Marcos Terena, Coordenador dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas e membro da Comissão Justiça e Paz, da CNBB. (*Palmas.*)

Convidamos Carlos Felipe Alencastro Fernandes de Carvalho, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional. (*Palmas.*)

Convidamos o representante do Colegiado da 6^a Câmara do Ministério Público Federal... (*Pausa.*)

Se estiver presente, peço que se encaminhe, porque não foi fornecido o nome. (*Pausa.*)

Convidamos Álvaro Fernandes Sampaio Tukano, Diretor do Memorial dos Povos Indígenas de Brasília, líder indígena de São Gabriel da Cachoeira, do Estado do Amazonas. (*Palmas.*)

Convidamos Tuire Kayapó, líder de Redenção, no Estado do Pará.

Naturalmente, sofre muito o povo ali do Pará. Meu Deus do céu! (*Palmas.*)

Convidamos a Srt^a Maria Angelita da Silva, da Universidade Estadual de Maringá, no Paraná. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Para compor também a Mesa, chamamos Paulinho Paiakã. Por favor. (*Palmas.*)

Convidamos também o Subprocurador-Geral da República e membro da 6^a Câmara de Coordenação e Revisão, Dr. Rogério de Paiva Navarro. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional em guajajara, que será executado pelos cantores Genilson e Fraciomar.

(Procede-se à execução do Hino Nacional em guajajara.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu quero agradecer a todos que aqui compõem a Mesa, a todos que estão no plenário.

Hoje, sem nenhuma dúvida, é um dia extremamente importante para os povos indígenas, um dia simbólico. E, na verdade, o nosso objetivo em fazer esta sessão solene especial – hoje é o Dia do Índio – é, sobretudo, para fazermos uma grande reflexão sobre a real situação dos povos indígenas no Brasil.

Temos aqui um dado: a data de 19 de abril foi escolhida como Dia do Índio no Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizada na cidade de Patzcuaro, no México, em 1940. Foi nesse dia que os representantes dos povos indígenas começaram a participar efetivamente do encontro.

De acordo com a recomendação aprovada na época, a data é dedicada aos estudos das questões indígenas nas instituições de ensino. No Brasil, o Dia do Índio foi instituído por meio de um decreto-lei de Getúlio Vargas, em 1943.

Olha que obra do destino, não é? É nós estamos hoje no Partido de Getúlio Vargas, no PTB.



O encontro no México foi de 14 a 24 de abril, com representantes de quase todos os países da América. Apenas Paraguai e Haiti não enviaram delegação. O Brasil foi representado por Roquette Pinto, membro do Conselho Nacional do Serviço de Proteção ao Índio.

Apesar de o Congresso ser voltado a temas indígenas, somente quatro países contavam oficialmente com índios em suas delegações: Estados Unidos, México, Panamá e Chile. Daí o receio inicial que tinham de participar da assembleia.

Segundo pesquisadores, antes de descobrirmos o Brasil havia cerca de 8 milhões de habitantes na Região Amazônica. Oito milhões de habitantes na Região Amazônica! Atualmente, temos cerca de 900 mil pessoas indígenas declaradas, em um total de 305 etnias, de acordo com o IBGE.

As línguas indígenas faladas chegam a 274, também de acordo com o instituto, e as 480 terras indígenas reconhecidas pelo Estado ocupam mais de 1 milhão de quilômetros quadrados, 12,5% do Território nacional, sendo que 98% dessa área está na Amazônia Legal.

Aí, os ruralistas entendem que os povos indígenas não podem ter área demarcada. Nós temos 12%, quando 100% eram dos povos indígenas. Imaginem. Quer dizer, de 100%... Oito milhões, que são dos povos indígenas, hoje reduzidos a menos de 1 milhão, têm 12%, e eles acham que têm terra demais.

Então, o grande objetivo nosso, hoje, desta reunião, e nós vamos aqui dar dez minutos para cada membro da Mesa se pronunciar, podendo prorrogar esse tempo um pouquinho, sem nenhuma dúvida, é que nós precisamos trabalhar, hoje, num momento de muita reflexão. Muita reflexão.

Uma das coisas que a gente tem que observar... Por exemplo, a figura do índio representa a essência do povo brasileiro. O índio tem a cara do povo brasileiro. Muitos anos se passaram, mas alguns hábitos não foram modificados. A simplicidade é ponto número um nos povos indígenas. Vimos isso pelos nossos cantores. Eu estava olhando para eles e me lembrando disso. A simplicidade no vestir, a simplicidade na alimentação, a simplicidade no transporte, e a total desambição.

Os povos indígenas – e eu digo isso com muita propriedade: nasci e vivi dentro de uma comunidade indígena – são a sociedade mais social do mundo. Do mundo. Não há igual. Têm a disciplina, em alguns lugares caciques, em outros, tuxauas... Têm o segundo tuxaua, têm o capataz, têm os diretores, digamos assim, os chefes das comunidades... No entanto, são todos por um e um por todos. Esse é o sentimento básico dentro de uma comunidade indígena. Se um tem um transporte, esse transporte acaba servindo a todos; se um tem alimentação e outro não tem, ela é compartilhada – ela é compartilhada. É um sentimento de cooperação, é um sentimento de amor, é um total desprendimento de ambição, que só quem nasceu, quem viveu e quem vive dentro das comunidades indígenas é capaz de compreender.

Eu lamento profundamente que as pessoas confundam simplicidade, humildade com incapacidade. O índio pode não ter até uma faculdade, como a nossa futura doutora vai ter e tantos outros vão ter, mas ele tem uma inteligência ímpar, dele, da vida, da natureza, da compreensão.

Hoje, com a tecnologia avançada dentro das comunidades, diariamente, converso com vários deles daqui e vejo o sentimento do jovem, dos líderes, dos professores, dos agentes de saúde. E a gente naturalmente forma todo o juízo.



Uma coisa que não consigo entender, meu líder e público presente, é que, apesar de a gente manter a simplicidade, de a gente manter uma cultura básica, a gente está permitindo ainda... Olhem só: quase 500 anos se passaram. Os invasores europeus, ao chegarem aqui, tentaram escravizar os povos indígenas e não conseguiram. Naquela época, eles não aceitaram ser escravizados, mas hoje, com o tempo, talvez de forma impercebível, os povos indígenas estão sendo escravizados pelo poder econômico. Hoje há uma divisão, estão brigando entre si.

Eu, quando cheguei aqui, vim no propósito de que o índio está preparado para conduzir o seu destino. E há quadro altamente suficiente e preparado para conduzir todo o destino dos povos indígenas nos diversos setores, seja na área de saúde, seja na área educacional, seja na Funai, seja nesse DSEI, que trata da saúde, seja em qualquer lugar, mas é incrível, pois, quando você indica um nome, recebe uma manifestação de um grupo dos povos indígenas – dividem-se em grupos – contrário a esse ou àquele nome. Isso é tudo que alguns que têm segundas intenções e que usam os povos indígenas querem, pois manipulam esses interesses.

Eu aqui quis indicar para Presidente da Funai a Iza que está ali. Indiquei-a para Presidente da Funai. Não havia resistência à indicação no Planalto, a resistência veio dos povos indígenas. Quando eu peguei o DSEI Ianomâmi, eu indiquei um indígena, mas o Davi foi contra – um cara que era como um filho dele.

Nós temos que acabar com isso. Nós temos que começar a entender os nossos valores. É isto que nós temos que discutir: os nossos valores, aonde queremos chegar, como vamos chegar e porque queremos chegar. Do contrário, nós vamos ficar como o bom soldado marchando em cima do mesmo passo, marcando passo.

Eu quero registrar a presença da Senadora Regina. Uma salva de palmas para ela, porque é uma defensora dos povos indígenas. (*Palmas.*)

Eu costumo dizer que hoje a luta dos povos indígenas é como uma coceira de macaco: não termina nunca. Ele avança um degrau e logo ali há um adversário que quer retroagir dois degraus. Ficamos marcando passo.

O povo indígena tem que viver a realidade que a gente vive hoje.

O meu Estado é o que tem hoje a maior área demarcada, 46% das suas áreas hoje são áreas demarcadas: Ianomâmi, Raposa Serra do Sol, São Marcos e tantas outras demarcações expressivas. Ali ninguém está perdendo a sua cultura, ninguém está perdendo o seu hábito. Nós travamos uma briga eterna contra a mídia, contra os latifundiários, pois eles tentam culpar o não desenvolvimento do meu Estado aos povos indígenas.

Agora mesmo, com esse tal de Bolsonaro que está aí, ele, sem conhecer a realidade de Roraima, disse que Boa Vista estava em um atraso absoluto por conta dos povos indígenas – até confundiu Boa Vista, que é a capital, com o Estado de Roraima, por ser mal assessorado, querendo jogar para a plateia. Hoje, o sentimento da mídia, em meu Estado, é contrário aos povos... Hoje mesmo, agorinha, fiquei sabendo que os meios de comunicação do Senador mais corrupto do País, que domina lá a rádio e a televisão, estão dizendo que, enquanto os índios não deixam a energia passar para Roraima, o Telmário está fazendo a solenidade, no Senado, para os povos indígenas. Então, é uma demarcação sórdida, é uma demarcação covarde, é uma demarcação mentirosa, mas que não me assusta, que, ao contrário, me fortalece, me vitamina, porque eu sei que estou no caminho certo.

Ninguém pode dizer que o atraso de Roraima são os povos indígenas, pois ainda há 2,5 milhões hectares de terras disponíveis. O que atrasa Roraima são os políticos ladrões do meu



Estado; o que atrasa o Brasil são os políticos ladrões do País; o que atrasa a Funai é trocar um Presidente seu para atender demandas políticas. E isso não é agora não, é sempre assim. Isso é que está errado, isso é que está errado.

Se não houver união dos povos indígenas, nós vamos ser sempre derrotados por interesses outros, que estão longe de ser os interesses dos povos indígenas. O resultado é que cada dia mais estamos mais fracos. Podem acreditar nisso. Nós estamos individualistas, nós estamos perdendo aquela essência do sentimento cooperativista, do sentimento de irmão, de dividir o seu pirão, por conta de muitos anseios, de muitas lutas, que não têm avanço. Nós estamos como aquela historinha de dois animais que queriam comer uma moita, um puxava para um lado, o outro puxava para outro, e a moita ficando no meio, salva. Na hora em que eles entenderam que estavam fazendo forças antagônicas, que eles tinham que caminhar no mesmo sentido, os dois se alimentaram. É isso que os povos indígenas têm que entender. Nós não temos que ter vaidade, nós não temos que ter aqui o orgulho, nós não temos que ter aqui a prepotência que têm os brancos, na grande maioria. Nós não podemos perder esse hábito, essa cultura. Na hora em que nos afastamos dela, nós nos enfraquecemos cada dia mais.

Este dia é exatamente para essa reflexão.

Hoje, convidamos até um membro do sistema carcerário, pois os presídios estão superlotados de membros indígenas. Há prostituição, há o trabalho de subemprego, porque, lá na comunidade indígena, não há espaço, não há alimentação natural e não há apoio político.

E olhem a gravidade do que vamos apresentar. O Governo Temer, neste último Orçamento, de 2018, através do Ministério do Planejamento, por sua indicação, com o Ministro que está lá, que ninguém conhece... Nem sei o nome do novo Ministro, porque não tem um nome nacional, de reputação; ele está a serviço de um Senador – por isso, está ali e, por isso, o Orçamento saiu dessa forma. Eu vou citar somente a parte indígena, sem falar em outras partes sociais. No saneamento básico, eles cortaram 99% em relação a 2017. No orçamento de saúde, 99% dos recursos. Na assistência social, eles cortaram 97,1%. E aí entram moradia, educação, transporte, alimentação etc. Na reforma agrária, 86%. Na educação do campo, que atinge diretamente os povos indígenas, 86%. Prestem atenção: no apoio ao desenvolvimento sustentável em comunidades quilombolas, povos indígenas e comunidade tradicional, eles cortaram sabem quanto? Eles cortaram 100%. Não querem o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Para quê? Para dominar. E nós brigando entre nós. Nós vamos vencer quando? Nunca. Em demarcações e fiscalização das terras indígenas e proteção dos povos indígenas isolados, cortaram 48%, ou seja, demarcação zero, povos isolados zero. Isso tem um olhar político. Primeiro, naturalmente, é um Presidente que não foi eleito pelo sentimento popular; e segundo, são as forças contrárias aos povos indígenas. Eu ouvi aqui o Hino Nacional ser cantado numa língua mãe. E muitos aqui atípicos, com vestes naturais da sua cultura. Este Governo que está aí cortou 44,1% da cultura dos povos indígenas. Espera aí! O Governo que está aí vai ajudar os povos indígenas e o povo brasileiro nas universidades federais?! Vai mesmo! Em 2015, eram 15 bilhões; em 2018, 5 bilhões.

Eu queria passar esses dados e agora gostaria de franquear a palavra. Que possamos entender que precisamos buscar sempre o entendimento, a união e, sobretudo, fazer pauta daquilo que realmente diz respeito aos povos indígenas.

Vamos começar com a nossa futura médica Maíra. Faça uso da palavra. Pode usar a tribuna por dez minutos. Sinta-se hoje Senadora da República. (*Palmas.*)



A SR^a MAÍRA DOS SANTOS BENTES TAPUIA – Bom dia a todos!

Gostaria de cumprimentar (*Fora do microfone.*) o Presidente requerente desta sessão de homenagem aos povos indígenas no Dia do Índio, Sr. Telmário Mota, macuxi; o Subprocurador-Geral da República e membro da sexta Câmara de Coordenação e Revisão, Sr. Rogério de Paiva Navarro; o Coordenador dos Jogos Mundiais Indígenas e membro da Comissão Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Sr. Marcos Terena; o Diretor do Memorial dos Povos Indígenas de Brasília e líder indígena de São Gabriel da Cachoeira do Estado do Amazonas, Álvaro Fernandes Sampaio Tukano; a nossa liderança indígena mulher de Redenção do Estado do Pará, a Cacica indígena caiapó Tuire Kayapo; a nossa liderança indígena também de Redenção do Pará, Paulinho Paiakã; e Maria Angelita da Silva.

Também gostaria de agradecer e cumprimentar os Senadores, as autoridades aqui presentes, além das Lideranças do plenário e as lideranças indígenas que se fazem aqui presentes. E queria demonstrar o meu especial carinho às crianças indígenas, que são o futuro da nossa nação indígena e que estão hoje ocupando todas as cadeiras do plenário. É uma linda visão de que um dia o futuro da nossa nação estará garantido. (*Palmas.*)

Gostaria de cumprimentar também os povos indígenas do meu querido Baixo Tapajós e do Tocantins, que sempre me acolheram com grande apoio.

Anos atrás, Senador, comecei a minha jornada acadêmica com muito esforço, com muita garra; saí da minha terra para uma terra distante, desconhecida. Assim como muitos dos 34 mil indígenas que estão na universidade hoje lutando para adquirir conhecimento e somar aos nossos conhecimentos ancestrais, aos nossos conhecimentos indígenas, aos nossos conhecimentos naturais, somar a isso, lá entrei pelo sistema de cotas. Por quê? Porque muitos antes da minha entrada sentiram a necessidade de tentar sanar a dívida que o Brasil tem com os povos indígenas desta Nação.

O sistema de cotas foi implementado através de muitas lutas de grandes guerreiros indígenas que viram esta necessidade, a necessidade de não ter um porta-voz, não ter alguém para falar por si; e, sim, nós povos indígenas podermos falar de igual com os brancos, nós povos indígenas podermos ter voz, domínio e propriedade intelectual do conhecimento branco para poder nos defender e defender nossas terras. Pois, Senador Telmário Mota, a dificuldade que temos hoje é imensa. E necessitamos, sim, equivaler os nossos conhecimentos, equalizar e sanar essas dificuldades.

Porque hoje quando alguém invade nossas terras, quando alguém tira o nosso peixe, polui os nossos rios, corta as nossas árvores e tenta nos tirar o pouco ainda que há da nossa terra, evitando assim as demarcações, isso é um crime ambiental. Não é considerado um crime – não é um crime. Lá estão invadindo os nossos lares, estão invadindo a nossa terra. Na sociedade branca, se alguém for invadir sua terra, alguém for invadir a sua casa, isso é um crime. Lá não: é um crime ambiental. E hoje nós precisamos mudar essa realidade, mudar isso.

Hoje eu gostaria de ter mais coisas para comemorar. Hoje todos os índios são bonitos, todos os índios aparecem. Mas hoje eu queria ter mais o que comemorar. Temos que lembrar que as nossas bases são deficientes, por isso nós entramos para as universidades, para sanar essa precariedade, para que nós possamos, de igual para igual, cuidar dos nossos povos, para que possamos assumir as cadeiras da saúde, da educação e sermos advogados, nós mesmos detentores da propriedade do nosso povo. Assim, podemos enfrentar as adversidades e, assim, sanar essas precariedades.



Hoje, o sistema de cotas da universidade está implementado, é uma certeza, mas tem que ser ampliado e ajustado, Senador; tem que ser ajustado à nossa necessidade, pois hoje ela está estagnada. Como o senhor bem disse, todos os anos seguem cortes para a educação, que já tem muito pouco.

Precisamos de moradia, precisamos de auxílio, auxílio-moradia, precisamos do auxílio-permanência. Precisamos, necessitamos terminar a nossa faculdade, porque entrar, o ingresso, é difícil; sair das nossas aldeias é difícil; entrar na universidade fazendo uma prova de conhecimento totalmente branco é difícil. Mas precisamos não só entrar, mas, sim, ter condições de terminá-la, ter condições de estar lá dentro e sermos equivalentes aos conhecimentos que nos são dados. Precisamos, hoje, de que a visibilidade que temos dentro a universidade seja implementada, seja uma assessoria, seja um conhecimento equivalente, porque nós precisamos estar nivelados.

Senador, hoje precisamos – e eu faço aqui, deixo meu pedido nesta tribuna – de que tenhamos uma Bolsa Permanência ampliada. É uma grande vitória, mas ela precisa ser ampliada. Precisamos de uma Bolsa Permanência que tenha data certa para sair, porque, como muitos sabem aqui, nós não somos detentores de riquezas, nós não acumulamos riqueza. O único sustento, quando saímos da nossa aldeia como estudantes, sem conhecimento do mundo lá fora, é o auxílio, é o apoio da universidade.

Não precisamos de que haja mais cortes, não precisamos de que esse direito seja usurpado. Nós precisamos de que hoje ele seja ampliado, Senador. E, assim, eu peço às autoridades aqui presentes que a nossa Bolsa Permanência tenha um dia específico para sair. Precisamos de que os nossos recursos universitários sejam ampliados. Precisamos de que a nossa contribuição dentro da universidade, a nossa voz seja mais ouvida dentro da universidade, para que o conhecimento que levamos para dentro da universidade seja ampliado.

Nós não podemos ser uma minoria esquecida dentro da universidade. Nós precisamos ser ouvidos e atendidos, precisamos levar esse conhecimento, sair das universidades, levar esse conhecimento para as nossas aldeias, para os nossos povos, porque nós somos quem precisamos defender, nos defender, e, assim como o Senador bem disse, precisamos nos unir.

Gostaria muito de agradecer a todos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Antes de a gente ouvir o próximo convidado, eu quero aqui agradecer a presença do Embaixador da República da Namíbia, o Sr. Samuel.

Uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Embaixador da Malásia, o Sr. Lim Jin.

A representante, interina, do Ministério do Meio Ambiente, Sr^a Juliana Simões. (*Palmas.*)

Presidente da Câmara da Câmara Municipal de Pacaraima, em Roraima, Sr. Emanuel Silva Coelho. (*Palmas.*)

Ministro Conselheiro da República Islâmica do Irã, Sr. Morah Ali. (*Palmas.*)

Assessor de Assuntos Políticos, Diplomacia Pública e Cultura do Reino dos Países Baixos, Sr. Rob Keizers. (*Palmas.*)

Ministra Conselheira da Embaixada do Canadá, Sr^a Alison Grant. (*Palmas.*)

Primeira-Secretária da Delegação da União Europeia, Sr^a Cécile Merle. (*Palmas.*)



E quero agradecer aos nossos músicos, que aqui já se apresentaram; e agradecer aos Caciques Francisco Filho Guajajara, Geneilson Lopes Guajajara, José Aurico Machado; e às senhoras e aos senhores. (*Palmas.*)

Continuando, vamos agora ouvir o Marcos Terena.

Com a palavra Marcos Terena.

Sinta-se Senador da República hoje, Senador dos povos indígenas, você que já foi Embaixador do Futebol, em Tocantins. Sinta-se assim.

O SR. MARCOS TERENA – Bom dia, pessoal! Bom dia, irmãos indígenas, lideranças, nossas autoridades, não só as que estão aqui dentro, mas também as que estão em nossas aldeias festejando de alguma maneira este dia consagrado como o Dia Nacional do Índio, como disse o Senador Telmário, comemoração que nasceu lá no México, em 1944, logo ao final da Segunda Guerra Mundial.

É uma grande satisfação estar aqui neste templo da democracia brasileira, templo de vários Senadores dos nossos Estados do Brasil. Temos 81 Senadores nesta Casa, Senadores de Brasília, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Roraima.

Nesta oportunidade que me é dada neste momento, eu gostaria de destacar a importância de estarmos dentro deste Senado, porque aqui são tomadas várias decisões em relação ao Brasil e também em relação a nós indígenas. Não é fácil a gente convencer o Congresso Nacional a respeito dos nossos direitos. O próprio Senador Telmário deu alguns exemplos disso. Nós temos que estar aqui dentro vigilantes, trabalhando, conversando com eles, para que eles possam votar a favor dos nossos direitos quando os nossos direitos estiverem pautados nesta Casa.

Também gostaria de agradecer à nossa Senadora... Eu não me lembro de quantas Senadoras há aqui no Congresso Nacional, mas aqui há uma que é uma lutadora, que é uma mulher simples que veio do Piauí. Ela quebrava coco para sobreviver, para ter dinheiro para comprar suas coisas, o seu pão de cada dia. Hoje ela é Senadora aqui neste Congresso: a Senadora Regina, que está ali. (*Palmas.*)

Eu também queria destacar aqui a importância do Senador Telmário Mota. Como ele contou aqui para nós, ele nasceu numa comunidade indígena também, lá em Roraima. Eu conheço bem Roraima: é uma terra de muitos recursos minerais. E foi muito trabalhoso... Eu fiz um trabalho aqui dentro do Congresso, junto com o Álvaro Tukano, que está aqui, para que nós conseguíssemos a demarcação do grande território dos ianomâmis. E diziam que era impossível demarcar aquele território porque lá havia muita cassiterita, havia muito ouro. Para que o índio quer ouro? Para que o índio quer cassiterita? E a gente sabia que, além disso, havia um metal muito importante para o mundo – não é só para o Brasil, mas para o mundo – chamado nióbio. O que é nióbio? Quase ninguém fala no Brasil. O brasileiro, muitas vezes, não sabe o que é nióbio. O nióbio é um metal para fazer satélites, aqueles aviões – explicando aqui aos nossos irmãos – que vão até à Lua, que ficam perambulando pelo Universo, procurando outras terras no Universo. É aquele metal que aguenta o vento do Universo. Não é qualquer metal, não. Está lá na terra dos índios de Roraima.

Aproveito também para falar aqui do Álvaro de novo. A terra do Álvaro tem metal, material para fazer a bomba atômica. São recursos que estão dentro da terra, mas o índio brasileiro nunca ligou para essas coisas. Protegeu, está cuidado, mas em termos, né? Porque há muitos empresários chamados privados que estão trabalhando aqui dentro do Parlamento brasileiro para abrir as terras indígenas: "O índio tem que sair da frente porque o



desenvolvimento tem que acontecer", e eles têm que vender esse patrimônio dos recursos naturais. Mas por que a empresa quer se tornar dona disso se esses recursos, na verdade, na verdade, pertencem à soberania do nosso Brasil? Por quê? E o povo brasileiro, muitas vezes, não sabe disso. A imprensa não fala. Os jornais e as televisões não levam isso para um debate sério. Nós índios temos de levantar a voz dos recursos naturais das nossas terras e também dos recursos minerais que estão escondidos.

Esses dias, aqui em Brasília, houve o debate sobre água, essa água que nós estamos bebendo aqui. Grandes empresas internacionais querem ter o direito de serem donas das minas de água. Nós, que nascemos na aldeia, sabemos que lá no meio do mato nasce um pouquinho de água; daqui a pouco vira lagoa; daqui a pouco vira córrego; daqui a pouco vira rio.

Quem é o dono dessa água? Nós falamos: é o grande Criador, o grande Espírito é o dono dessas águas. Por isso os nossos pajés, os nossos líderes tradicionais... Quando chegaram as religiões católicas e evangélicas, nós não entendíamos bem o que eles queriam dizer sobre a cruz, sobre o céu. Nós não entendíamos; mas nós entendíamos que o grande Espírito existia. Podem perguntar para os guajajaras que estão aqui, para os tapuias, para os tucanos, para os caiapós que estão aqui, para os terenas.

Independentemente de sermos de diversas línguas, costumes, nós sempre agradecemos ao grande Espírito: agradecemos a chuva, agradecemos a criança, que está aqui tomando os assentos dos Srs. Senadores, e agradecemos também a vida todos os dias. E ninguém nos ensinou isso. Aprendemos com as nossas tradições. Quando a gente escuta um passarinho cantando, de noite, de dia, quando a gente olha para o céu, as estrelas, riqueza que o índio tinha.

Aí, quando chegou o europeu, ele disse: "Vocês têm que ter religião." Aí começou a confusão. O que nós vamos ser: evangélicos ou católicos? Uns viraram evangélicos; outros viraram católicos. E, aí, dividiram o Deus deles. Nunca dividimos o nosso Deus. O nosso Deus nós não dividimos. Nós nem levantamos a cabeça para ele, porque ele é sagrado. Assim fala, por exemplo, o pai do Álvaro, que é um grande líder espiritual lá na fronteira com a Colômbia.

Por isso, pessoal, meus irmãos, eu queria agradecer ao Senado Federal por este Dia do Índio e agradecer especialmente ao Senador Telmário Miranda pela coragem dele.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Marcos, é Mota. Telmário Mota.

O SR. MARCOS TERENA – Não é Miranda, não?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Ainda não quis o Miranda. Só deixei o Mota.

O SR. MARCOS TERENA – Miranda é lá de Tocantins, não é?

Telmário Mota. Como ele disse, pessoal, ele sempre defendeu o índio na Presidência da Funai. Aliás, cadê a Funai? Cadê o Presidente da Funai? Aliás, Senador, até poderíamos perguntar aqui para o Governo brasileiro: quem é o Presidente da Funai hoje? Cadê ele?

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS TERENA – Isso significa que nós não temos o Presidente da Funai. Ele tinha de estar aqui, no Dia do Índio, junto conosco. Nós iríamos fortalecê-lo.

O Governo está cortando todo o dinheiro da Funai. Eu fiz uma conta assim rápida, antes de vir para cá, baseada nesses estudos que o Senador apresentou. Nós índios valemos R\$1 para o



Governo Federal por ano. Um real por ano! Quanto vale um preso que está na penitenciária? Dois mil reais, pelo menos, por mês.

Nós somos as primeiras nações do Brasil. Nós não somos os últimos. Nós estávamos aqui.

Por isso a gente tem que agradecer, enaltecer essa coragem do Senador Telmário, ao levantar a nossa voz aqui dentro do Senado Federal.

Vamos ter agora, por exemplo, daqui uns dias, as eleições. O Brasil vai escolher o Presidente do Brasil, do nosso País. Quem será que vai ser o Presidente do Brasil? Nós tivemos vários presidentes que se comprometeram com a gente, inclusive quem andava com a gente na luta pela liberdade democrática.

Eu e o Álvaro somos os criadores do primeiro movimento político no Brasil, enfrentando a ditadura militar, enfrentando os militares que dominavam a Funai, enfrentando os estrategistas militares lá no Palácio do Planalto. Nunca tivemos medo deles, mas eles tinham medo da gente, parece; mas sempre os respeitamos, porque autoridade do Brasil tem que ser respeitada, homem, mulher, qualquer que seja. Assim aprendemos a respeitar as nossas autoridades nas nossas aldeias.

E, para terminar essa rápida análise, essa mensagem, eu queria dizer também ao Senado Federal, ao Congresso brasileiro que – apesar de os Senadores não estarem aqui, a não ser os dois; eu vi o Senador Requião também mais cedo aqui – nós os índios caminhamos em direção ao futuro. Nós não queremos desaparecer do mapa do Brasil, mas nós também não queremos que o Brasil seja pobre. Como eu falei, esses recursos estratégicos estão nas terras indígenas. Durante muito tempo nós fomos considerados obstáculos para o desenvolvimento do País, mas hoje nós somos parte.

Está aí a futura doutora médica a ser formada. Nós temos índios advogados, temos índios administradores de empresa, temos índios também engenheiros. Índios e índias, homens e mulheres se formando, se gabaritando; temos índios que falam inglês, falam francês, falam espanhol. Qual o problema, Senador Telmário – é esta mensagem que eu gostaria de transmitir ao Senado Federal –, de termos um índio de verdade na presidência da Funai. Qual o problema? Nós temos índios muito mais preparados para conduzir não só os direitos indígenas, mas também a soberania do nosso Brasil – a soberania do nosso Brasil. Soberania quer dizer comida para todo mundo, não só plantar grãos, soja, que não alimentam ninguém; plantar mandioca, arroz, feijão; criar porco, criar gado, para alimentar o nosso Brasil. Nós índios terenas e os cadiués somos índios vaqueiros, como os macuxis também em Roraima. Então, nós sabemos o valor da vaca, do cavalo e da terra.

Por isso, nós queríamos que o Senador Telmário, junto com a gente, ajudasse a gente a apresentar uma proposta real, um plano de ação para os próximos quatro anos ao Governo brasileiro a ser eleito. Há vários candidatos. Quem vai chegar lá ainda não sabemos, mas os nossos pajés estão tocando a porunga deles, para que esses candidatos enxerguem a gente.

Eu não vejo a Funai em extinção, Senador. A Funai, para quem mora lá na aldeia, é necessária, assim como a Sesai. A Sesai também não veio aqui, não é?

Mas, no dia em que nós tivermos um índio ministro de assuntos indígenas, vamos poder sonhar em termos um índio, uma indígena aqui como Senador da República também.

Eu quero estimular aqui...

(Soa a campanha.)



O SR. MARCOS TERENA – Estou terminando já.

Quero estimular aqui o Álvaro Tukano, esse jovem guerreiro que está aqui, para que ele seja eleito. Assim como em 1982 o Mário Juruna foi eleito, ele seja eleito Deputado Federal por Brasília.

E eu aproveito esta propaganda gratuita do Senado Federal para estimular o eleitor de Brasília a acreditar no voto indígena, no candidato indígena, porque nós sabemos olhar pelas crianças, pelos velhos, pelas mulheres e vamos olhar pelo Brasil também.

Viva o Dia do Índio! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Sem nenhuma dúvida, Marcos, você...

Cadê ele? Está subindo aí, não é?

Ele dá uma aula. Conhece, acostumado, calejado nessa luta, sabe realmente para onde devemos seguir, o caminho que devemos percorrer.

E quero registrar a presença do Senador João Capiberibe, que é um indigenista nato. Uma salva de palmas, porque ele merece. (*Palmas.*)

Casado com uma indígena, a Deputada Janete, que abraça a causa indígena como ninguém. E Macapá sempre trazendo essas coisas boas.

Queremos aqui pedir uma salva de palmas, mas uma salva de palmas bem forte, porque este Senado tem mania de não bater palmas, e da palma eu gosto, porque nas igrejas a gente bate palmas para Deus, e aqui nós temos que bater palmas também para o nosso povo, que merece. E quando eu digo que merece, eu estou falando de você, Tenente do Exército Brasileiro – é a primeira mulher a ocupar esse cargo – Sr^a Sílvia Nobre Waiãpi. Uma salva de palmas. Fique em pé, por favor. (*Palmas.*)

Você nos orgulha. Parece com a Janete, não é? Típico da etnia de lá, rostinho fino. Que bacana. Está vendo?

Essas vitórias, essas conquistas são muito mais pessoais, Senador João Capiberibe, mesmo com o incentivo das políticas públicas. E agora bem colocou o Marco, que disse assim: "Cadê o Presidente da Funai?" Cadê? Porque o que está lá não está, e o que vai chegar ninguém sabe quem é. Então, dado esse hiato aí, esse vácuo entre uma nomeação e outra, ele só mandou um agradecimento ao convite, mas já não se sentia na autoridade de vir falar em nome da Funai, porque já estava na iminência de perder a caneta das decisões.

E sobre essa indecisão é que eu quero aqui falar para o povo de Roraima, que está me ouvindo e quero que seja anotado.

Vejam só, a população atroari uaimiri sentou-se com a Funai, acertou, fez os acordos necessários para retomar a negociação para passar a linha de Tucuruí no Estado de Roraima. No entanto, por interesses políticos, o Senhor Presidente da República, Michel Temer, anunciou a saída do Presidente da Funai. E o índio... O Juruna já demonstrava isto, ele andava com um gravador, porque já não acreditava nas mentiras do homem branco. Gato escaldado tem medo de água fria. Então, sabendo que o Presidente da Funai está saindo e que o Temer não honra compromisso – este Governo não honra compromisso nenhum, é um Governo que não tem nenhuma autoridade, que não honra nada do que promete –, os atroaris uaimiris suspenderam a negociação.

Acabei de receber a informação de que só vão retomar depois das eleições, porque o Senador Romero Jucá, Líder do Governo – e que vai ficar fora, porque o povo de Roraima não



vota em corrupto –, está dizendo que está abrindo essa negociação e, com isso, atingiu os povos atroaris uaimiris. E eles não são moeda de troca nem de enganação. Eles trabalham com a realidade e, por isso, estão suspendendo.

Lamentavelmente, mais uma vez, a política mal conduzida, dos maus-caracteres, atrapalha o povo de Roraima. E depois querem culpar os povos indígenas.

O Senador João Capiberibe, havia pedido a palavra... (*Pausa.*)

Ele saiu.

Estão aqui nas galerias vários jovens do colégio St Paul, que estão aqui conhecendo o nosso trabalho.

Muito obrigado. Sejam bem-vindos. Esta é a Casa do povo. (*Palmas.*)

Eu, de vez em quando, tenho que me referir ao Estado de Roraima, porque lá a gente recebe uma mídia que não tem nenhum princípio ético. Então, ela fica passando informação mentirosa para a população do nosso Estado e colocando os povos indígenas... (*Pausa.*)

O Senador João Capiberibe retornou e queria fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Senadora Regina, V. Ex^a também vai fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

V. Ex^a quer um aparte?

Vai esperar a Senadora Regina falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora Regina.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Quero cumprimentar o Presidente Telmário Mota pela iniciativa e cumprimentar toda a Mesa, em nome da Maíra. Quero parabenizá-la pela sua fala e pela sua determinação de ser médica, de enfrentar dificuldades e conquistar o seu título de médica.

Eu estou usando o microfone agora e eu sei que o microfone hoje tem que ser de vocês, porque vocês falam pouco para o mundo e para o Brasil; mas eu tenho que viajar, porque a gente só viaja na hora em que as empresas querem. Elas botam os aviões nos horários que lhes convêm. Então, tenho que ir, senão eu perco uma atividade ainda, porque se eu não for agora, eu só vou à noite.

Então, peço desculpas; mas vou falar bem pouquinho.

Primeiro, quero cumprimentar também essa plateia, principalmente as crianças, que, se Deus quiser, ocuparão boa parte dessas cadeiras aqui, definitivamente, quando estiverem preparadas para isso.

Eu sei que a gente está diante de um povo ameaçado pela ganância. Sempre foi assim e continua sendo: a ganância do latifúndio. Principalmente, vemos agora a disputa na Funai, a disputa se é o general ou se é um ruralista que vai conduzir a Funai. Então, isso é muito sério, sem falar nos cortes orçamentários que já foram falados aqui.

Eu queria lembrar que recebi uma vez uns caciques do Xingu, e eles fizeram alguns pedidos. Entre esses pedidos, um era a energia limpa, porque eles tinham lá só um motor, uma hora por dia, um motor a diesel. Eu ainda conversei com alguns Senadores da região para ver se colocavam lá umas emendas, mas não resultou... Encaminhamos ofícios para o Governo, mas não houve resultado concreto, para se sentir o descaso com a...



Falo também da Lei 11.645, da educação, que fala da obrigatoriedade do estudo da cultura indígena. Hoje certamente nossas escolas estão cheias de meninos e meninas pintadinhos como índios, vestidos como índios, sem saber o significado daquilo. A lei não é para isso, a lei é para estudar a fundo a cultura, é para compreender, para ver se muda a atitude, e só se muda a atitude se compreender a cultura.

Então, eu quero dizer para vocês que eu aprendi muito nesses anos em que estou na CDH, na Comissão de Direitos Humanos. Por aqui, vocês têm passado todo ano, às vezes muitas vezes ao ano, tentando buscar seus direitos, principalmente a questão da demarcação das terras, embora do nosso último encontro não tenhamos boas lembranças. Acho que quem estava aqui lembra que foram recebidos com cavalaria, com o Exército, com as Forças Armadas, com escudos. Parecia que estavam recebendo, que o Congresso estava sendo invadido. Os indígenas sabiamente disseram que não queriam mais entrar. E nós fomos fazer a audiência pública lá no acampamento, que vai começar na próxima semana. Estaremos lá com vocês. Nem marcamos a audiência aqui, nós vamos para o Acampamento Terra Livre na semana que vem.

Um abraço a todos e até lá.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora Regina.

A Senadora Regina é uma voz sempre em defesa dos direitos humanos, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e também tem um carinho muito especial pelas causas indígenas.

O Senador João Capiberibe, antes de eu ser Senador, era e é um dos grandes defensores dos povos indígenas.

Uma salva de palmas para o Senador João Capiberibe. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito bom dia a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa e parabênz o Senador Telmário Mota pela iniciativa de promover esta sessão exatamente no dia 19 de abril; cumprimento as lideranças presentes à Mesa; cumprimento o Subprocurador-Geral da República, Sr. Rogério de Paiva Navarro; cumprimento o Sr. Marcos Terena, que conheço de longas datas, conheço a sua luta; cumprimento o Sr. Álvaro Fernandes Sampaio Tukano, a Sr^a Tuire Kayapó. Seja muito bem-vinda a esta Casa que, muitas vezes, pratica grandes injustiças em relação aos povos indígenas e, poucas vezes, faz-lhes justiça. É mais raro fazer justiça que agredir direitos dos povos indígenas.

Cumprimento o Sr. Paulinho Paiakã, seja muito bem-vindo; cumprimento a Sr^a Maria Angelita da Silva e agradeço por sua presença aqui na Casa; cumprimento a Sr^a Maira dos Santos Bentes Tapuia, também aqui conosco, e todos os indígenas que participam desta sessão solene, que é uma sessão de luta dos povos indígenas, que é uma luta incessante. Eu queria também cumprimentar a Tenente do Exército Brasileiro Sílvia Waiãpi, que é lá do oeste do meu Estado.

Eu conheço os povos Waiãpi, participei do processo de demarcação da área Waiãpi. Inclusive, é um processo inovador a demarcação da área, porque, além das coordenadas geográficas, a população indígena é que fez a demarcação. Em toda a fronteira, eles plantaram árvores frutíferas para demarcar. Um trabalho belíssimo, e eu tive a oportunidade de comemorar



junto com eles, em 1996, o dia da homologação da Terra Indígena Waiãpi, que era a última terra indígena que nos faltava homologar no nosso Estado.

Eu gostaria que essa realidade do Amapá se reproduzisse em Mato Grosso, no Pará, em todas as regiões do País. Isso demonstra claramente que, numa sociedade democrática, que é o que se pretende no Brasil... Aliás, o Brasil tem pouca cultura democrática. O Brasil não é um país que tem um longo histórico de democracia. Nós temos um histórico de autoritarismo, de escravagismo, de perseguição às populações locais. Mas, numa sociedade que nós pretendemos democrática, é preciso que haja representação de todos os povos que convivem nessa sociedade. E essa representação muito nos faz falta aqui no Senado e na Câmara Federal. Aqui há Parlamentares que defendem a causa indígena, mas eles não são escolhidos, não são eleitos pelos povos indígenas, e precisamos construir, Senador Telmário, essa possibilidade de introduzirmos mecanismos constitucionais para que os povos indígenas, que já representam 1 milhão de pessoas no País, tenham, definitivamente, uma representação no Parlamento escolhida por eles.

Os dramas da sociedade brasileira são representados por esta Casa pela maioria de empresários. Aqui no Senado, 80% dos Senadores são empresários. Então, há uma representação descompensada, porque, numa fábrica, numa indústria, nós não temos 80% de donos; ao contrário, nós temos 80%, 90% de trabalhadores, ou, no máximo, um, dois ou meia dúzia de proprietários. Então, o Parlamento tem essa representação completamente descompensada e, evidentemente, prevalecem os interesses dos grandes empresários, principalmente do capital financeiro.

Nós estamos com um problema sério no nosso País, porque nós temos uma dominação... Para vocês terem uma ideia, normalmente acompanhamos as dificuldades de recursos da Funai. A Funai, muitas vezes, não tem dinheiro para comprar medicamentos para atender à comunidade indígena.

Agora, de outro lado, a metade de tudo aquilo que nós pagamos de impostos vai para pagar juros e serviços da dívida pública, a metade. Ou seja, a metade do esforço do povo brasileiro é exatamente para pagar a dívida.

Vocês imaginem o que seria este País se nós não tivéssemos essa dependência brutal. Nós somos submetidos à lei do mercado financeiro, não é mais ao setor produtivo. O setor produtivo perdeu importância nos últimos anos, assim como o trabalho.

Enfim, tenho discutido e conversado sobre a possibilidade de apresentarmos uma proposta, para que os povos indígenas possam trazer para o Senado, para o Parlamento, para a Câmara Federal uma representação escolhida pelas diversas etnias que vivem em nosso País.

O modelo é uma dificuldade até para promover um tipo de eleição. Mas hoje, com a tecnologia em rede, com a tecnologia digital, com a comunicação em rede, esse problema está resolvido. Não há dificuldade nenhuma. A dificuldade é política. É essa que nós vamos ter que superar, para poder garantir uma representação dos povos indígenas.

Era isso, Sr. Presidente.

Mais uma vez, eu o parabeno pela iniciativa e saúdo todas as lideranças indígenas. E lhes digo: nós estamos desse lado, nós temos posições tomadas, o nosso campo é o campo em que os povos indígenas nos chamarem. A luta que vocês travarem, podem contar conosco nessa luta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador João Capiberibe.



Continuando a fala dos nossos convidados, convido agora, para fazer uso da palavra, o nosso Dr. Rogério de Paiva Navarro, Subprocurador-Geral da República e membro da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.

O SR. ROGÉRIO DE PAIVA NAVARRO – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, peço licença para falar daqui mesmo, da Mesa.

Bom dia a todos. Sou Rogério Navarro, aqui estou representando a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, uma câmara temática, que cuida da matéria indígena e, enfim, também das comunidades tradicionais em todo o País. Nós realizamos a coordenação e a revisão das atividades do Ministério Público Federal nas suas atuações administrativas, através dos órgãos de atuação em todo o País.

Neste momento, em primeiro lugar, quero cumprimentar a Mesa na pessoa do ilustre Senador Telmário Mota e agradecer imensamente o convite que foi formulado ao Ministério Público Federal através da sua 6ª Câmara.

Cumprimento também o Plenário, particularmente os representantes das várias etnias aqui hoje presentes, também os representantes de governos estrangeiros, as crianças. É uma beleza ver as crianças aqui no plenário.

Muito obrigado, Sr. Senador.

Eu aqui inicio a minha fala lembrando a questão do Dia do Índio, em 1943. O Sr. Presidente muito bem observou a passagem de tempo desde então. E a origem, a razão de ser da criação do Dia do Índio foi uma tentativa de voltar ao estudo, de destacar a questão do estudo, enfim, quanto à temática indígena.

Nós aqui no Brasil estamos atrasados, penso eu, em relação a isso. Muito poderíamos ter evoluído ao longo dessas décadas; não aconteceu. No entanto, é com imensa alegria que eu vejo o mundo acadêmico se voltar para esse tema, se voltar para o mundo indígena, inclusive através das cotas, como muito bem observou aqui a Maíra, que muito bem ocupou a tribuna e fez menção a esse tópico.

Esse sistema das cotas tem propiciado o ingresso de indígenas e, enfim, levado ao ambiente acadêmico, através da experiência, através da vivência, um pouco desse mundo tão desconhecido aos não indígenas.

Também com muita alegria eu vejo que a instituição que aqui represento, o Ministério Público Federal, se volta para essa temática. Recentemente, na semana passada, aliás, para sermos mais exatos, a Escola Superior do Ministério Público da União promoveu um curso sobre a temática indígena, com a participação de vários integrantes da comunidade acadêmica daqui de Brasília. Esperemos que isso prossiga, que esse rumo siga adiante, sempre nesse norte, que é o correto.

Lembro também que não há que se falar em cotas, em ingresso em universidades, como bem observou a Maíra, sem antes uma tarefa, uma atuação, enfim, uma visão voltada para as bases, para o estudo de bases. É necessário que o estudo nas aldeias, nas comunidades indígenas seja cada vez mais aprimorado. Para isso, contamos, e só podemos contar, com a participação das autoridades constituídas, dos Poderes Públicos. É necessária uma visão mais aguda dos Poderes Públicos em relação a essas necessidades, não apenas de educação, mas também de saúde.

Vejo hoje com tristeza que há um certo... Não digo abandono, porque a meu sentir nunca ocorreu, não houve um movimento de ida e de volta. A meu sentir, esse movimento de ida, não



com o desejo que se tem, jamais ocorreu, e é preciso que ocorra. Mais do que tardio está esse rumo que o Governo brasileiro deve adotar.

Lembro também a fala do Senador Telmário Mota em relação à simplicidade dos povos indígenas, das comunidades indígenas – essa simplicidade, essa humildade, que em nenhum momento deve ser confundida, como erroneamente às vezes ocorre, com fraqueza. Os povos indígenas são extremamente fortes, e a demonstração de que sobreviveram até os dias de hoje é o melhor exemplo disso. Não há argumentos que consigam derrubar esse fato – contra fatos não há argumentos.

E, no entanto, esses povos, com rara sensibilidade, estão sempre dialogando conosco. De um contato que eu tive através da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão com os povos indígenas, é exatamente essa a sensação que eu tenho. Este é o conceito que eu tenho, este que foi trazido pelo Senador Telmário Mota: a simplicidade, a sociabilidade dos povos indígenas.

Agora, essa sociabilidade, devo destacar, é facilitadora do diálogo. Um diálogo que, infelizmente, não está ocorrendo nas bases corretas. Penso eu que, justamente pela facilidade que os povos indígenas concedem ao diálogo com os não indígenas, com as autoridades constituídas, que é maior o dever dos Poderes Públicos e daquelas autoridades que estão neles investidos, que abram esses canais de diálogo. Um instrumento jurídico, legal, para ser mais exato, supralegal, porque está acima da lei e abaixo da Constituição. Um instrumento normatizado, positivado no Direito brasileiro, é a consulta prévia, estabelecida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que não está sendo cumprido em terras brasileiras.

Então, quando eu digo simplicidade, quando eu digo sociabilidade, quando eu digo canais de diálogo permanentemente abertos, o que eu percebo, no meu trato diário com as comunidades tradicionais como um todo – também os quilombolas, as ribeirinhas e todas as demais comunidades brasileiras –, é que a falta de diálogo, se há, vem por parte do Poder Público. O canal positivo, jurídico, para que se estabeleça, pelo menos agora, é através da Convenção 169 e através da consulta prévia.

Eu quero, então, aproveitar este momento, Senador, aproveitar este canal privilegiado no Senado Federal para fazer aqui um apelo e, por que não dizer, uma verdadeira petição em favor da consulta prévia para que ela seja atendida em relação a todas as comunidades tradicionais no País.

Menciono aqui também em relação à consulta prévia que o País se coloca em grande risco ante a sua não obediência. O País se coloca, perante o mundo civilizado, como aquele que, tendo um instrumento supralegal, um instrumento de ordem internacional, não o aplica deliberadamente. Isso expõe o País aos olhos da ordem civilizada. É impositivo que o Brasil adote o sistema da consulta prévia.

Eu peço aqui, também, licença. Eu quero ver se consigo encontrá-lo. Nós temos aqui, Sr. Presidente, uma nota, que foi divulgada pela 6ª Câmara, e eu peço a atenção e a autorização dos senhores para fazer a leitura dela. É breve, mas simboliza bem o sentimento de nós, integrantes da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, em relação ao dia de hoje.

Passo à leitura:



O Dia do Índio, 19 de abril, é data para celebrar a diversidade cultural de nosso País, reconhecer que a riqueza única cultura brasileira, expressada nas 305 etnias e 274 idiomas, é motivo de orgulho para toda a sociedade.

É dia de lembrar que as injustiças do passado para com esses povos merecem reparação imediata no presente e que os direitos hoje existentes são frutos de conquistas muito árduas.

É necessário que se tenha claro que índio, palavra que utilizamos para simplificar os inúmeros povos distintos de nossa Nação, não é um ideário ou uma lembrança folclórica de nosso passado. Ao contrário, representam o nosso presente. E a garantia de seus direitos indisponíveis é dever do Estado, e não liberalidade, incluído, entre outros, o direito à demarcação de suas terras, de reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como a saúde e a educação escolar diferenciadas.

A Constituição da República, há 30 anos, inaugurou um Estado multicultural e pluricultural com garantia a diversos direitos aos povos indígenas e honrou o Ministério Público Federal com a atribuição de defesa dos direitos e interesses dos povos indígenas no Brasil [é uma imensa honra que a instituição recebe da Constituição Federal].

Reconhecendo que há muito que avançar, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, responsável pela atuação temática da instituição na defesa desses povos, reafirma o compromisso de lutar para efetivação dos direitos indígenas em todo o País.

Assinado pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Meus senhores, muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

E salve o Dia do Índio.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Dr. Rogério. V. Ex^a nesse pronunciamento enfatizou a questão da consulta. Inclusive o Estatuto do Índio, que está aqui tramitando na CCJ, traz essa segurança, essa necessidade da consulta, porque, como bem colocou, verificamos no cotidiano, toda hora, essa falta do cumprimento do que ficou acertado na Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil participou, concordando com essa situação. E naturalmente é o que está acontecendo hoje no Uaimiri-Atroari, onde queriam passar a energia sem a devida consulta, querendo pular essa etapa tão importante para os povos indígenas, porque eles precisam saber se é bom, se não é bom, e como podem ser compensados. E, como bem colocou V. Ex^a, estão sempre abertos ao diálogo.

Também nos honra aqui o Senador Paulo Rocha, do Pará, para quem vamos abrir a fala, ele tem pressa porque vai viajar.

Uma salva de palmas para o nosso paraense Senador. (*Palmas.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quereria saudar todos e todas, Presidente, nossos convidados, nossas lideranças indígenas e nossa plenária.

Quero dar uma palavrinha aqui também. Essas sessões que a gente faz aqui nem sempre são para homenagear: terras indígenas, o Procurador faz toda uma deferência às questões multirraciais, etc.

Nós, quando provocamos estas sessões de homenagens, aproveitando já que é o Dia do Índio, é para chamar a atenção – Não só para homenagear, mas para também chamar a atenção



– de todo mundo, do Plenário do Senado, dos Senadores, das Senadoras, do Congresso Nacional, do Governo e da própria sociedade, para dizer que esse povo existe.

Então, o que aconteceu ao longo do tempo? Porque eu quero, exatamente, deixar um recado aqui de que nós estamos num momento anormal do País. Tudo aquilo que o Procurador leu ali, a consulta, a legislação, as estruturas criadas na Constituição, etc, tudo isso é direito conquistado. Mas funciona quando nós estamos num momento normal do País e daquilo que nós conquistamos, que é a democracia.

Mas, ao longo do tempo, as forças poderosas foram processando exclusão de alguns. E os primeiros excluídos neste País, apesar de tanta riqueza e tanta terra, foram, exatamente, vocês, os índios. E, cada vez mais, há pressão. À medida em que chegam os poderosos, o capital no campo, vocês vão sendo mais empurrados... Há tanta terra para pouco índio. Sempre o argumento é assim: "Nós temos que deixar terra para produzir", não sei o que mais, etc.

Então, nós estamos vivendo hoje um momento... Eu queria chamar a atenção, o diálogo, o processo reivindicatório normal, tudo isso faz parte de um momento quando o País está funcionando normalmente. E é só na democracia que os pobres, os indígenas, os explorados conseguem justiça, paz, dignidade. É só no processo democrático. Mas o que nós estamos vivendo hoje e que nós estamos perdendo aquilo que conquistamos no processo democrático. Portanto, só o diálogo não funciona. O diálogo só funciona na democracia. Mas o que nós estamos vivendo hoje não é um processo normal de democracia.

Tanto assim que por causa da retomada do poder, através do *impeachment* e do golpe, retomaram para si o controle da política e da democracia, a partir da visão deles, e isso racha, inclusive, a Justiça.

O Supremo, por exemplo, está fazendo leituras diferenciadas do que está na Constituição para favorecer este ou aquele.

Há um desmonte da conquista. Por exemplo, o Temer está desmontando a Funai, está desestruturando a Funai, que é uma conquista e é uma política pública, através de um órgão do Estado, para poder assegurar o direito à cidadania, à dignidade, às terras, às riquezas indígenas, o respeito à cultura etc.

Então, não estamos um processo de normalidade. Estão desmontando estruturas que protegem os nossos povos indígenas e estão fazendo leituras a partir da Constituição para favorecer os poderosos.

Por isso, eu queria deixar a mensagem aqui de que, além de dialogar, de conversar, é importante que a gente se mobilize para poder recuperar a normalidade no País, que é a democracia, para, aí, sim, a gente poder eleger os nossos representantes, para virem aqui e serem porta-vozes dos interesses dos povos; para a gente poder eleger governos populares que assegurem o que está na Constituição brasileira para todos e que façam políticas públicas que resolvam o problema do nosso País, não só os problemas dos grandes, mas os problemas de todos.

E todo mundo sabe que em certas áreas de ampliação do agronegócio estão empurrando os nossos índios para o gueto. Por isso, é fundamental que, ao homenageá-los, no Dia do Índio, a gente deixe a palavra de que além de continuar no diálogo, continuar na briga pelos interesses, é preciso se mobilizar, se unir a todos os outros povos para recuperar a normalidade no País, que é a democracia, porque, só através da democracia, a gente vai conquistar representantes que venham para cá defender os interesses de todos, conquistar governos que assegurem o processo



de desenvolvimento e de crescimento econômico, com distribuição de renda, e dar oportunidade igual para todos, principalmente para os nossos índios. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Quero registrar a presença do Senador Vicentinho Alves, do Tocantins.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, posso fazer uso da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Concedida a palavra.

Pode fazer.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Fá-lo-ei daqui, já cumprimentando V. Ex^a pelo requerimento, cumprimentando-o por presidir esta sessão importantíssima em homenagem aos povos indígenas.

Aí, na Mesa, Presidente, eu vou citar dois grandes amigos: Marcos Terena, meu colega, aviador, quando voava na Funai e eu também, na Amazônia, um velho amigo, de mais de, aproximadamente, 40 anos; e Paulinho Paiakã, porque voei muito lá, pelas aldeias do Aukre, do Kikretum, do Gorotire.

Quando chegava à aldeia, Presidente, eu, muito jovem, voando, as criancinhas falavam como, Paiakã? "Lá vem o Vicentinho", um simples aviador, que nunca imaginei que um dia sairia da condição de aviador para ser Senador da República do nosso País.

Então, esta é uma data que me marca profundamente, por duas razões: a primeira, porque é o dia do aniversário do meu saudoso e querido pai, Comandante Vicentão, piloto também, pioneiro na Amazônia, com uma história bonita. Para se ter uma ideia, Presidente, em 1958, ele saiu da nossa cidade, Porto Nacional, foi até os Estados Unidos buscar o aviãozinho dele, com mais cinco, para sustentar a nossa família e desbravar a Região Norte e a Região Amazônia. Portanto, falecido, quero registrar e homenagear o meu saudoso e querido pai nesta data do dia 19 de abril.

Outro item a que quero me referir é sobre os nossos indígenas. Se aqui estou, Presidente, com esse sentimento de solidariedade com todos... Além de ter nascido e sido criado no meio dos xerentes, dos javaés, dos karajás, dos krahôs, eu, quando aviador, fui voar na Amazônia, na região deles, dos kayapós. Tive um acidente e fui salvo pelos kayapós, na selva. Fui salvo pelo Pedro, por Lerecra, pelos índios ali do Aucri Paiakã. Você sabe desses que estou dizendo.

Então, se eu estou aqui, com a minha solidariedade, é por causa do débito que eu tenho com os povos indígenas. Tenho feito isso na prática, todos os anos. Se se olhar o Orçamento da União, os recursos são colocados através de emendas e etc. para os povos indígenas do Tocantins e, às vezes, lá para o Aucri. Há recursos nossos destinados, tempos atrás, para a aldeia Kikretum, Niti, filho do saudoso Tutu Pombo, kayapó, nosso grande amigo.

Agora mesmo, recentemente, a semana passada, nós entregamos mais quatro caminhonetes para a Funai. Se a Funai hoje funciona no Tocantins, modéstia à parte, é por causa dos veículos entregues por mim e pelo Deputado Federal Vicentinho Júnior, meu filho, para dar melhor condição de trabalho e apoio aos nossos índios do Estado.



No mês de janeiro, quando muitos vão para as praias, este modesto Senador vai para as aldeias. Vou lá, vou conviver com a minha gente, com o meu povo, com as pessoas a quem quero bem. E digo mais: sou muito bem recebido.

Nas eleições – é claro, se estou aqui é por causa dos votos –, é raríssima uma aldeia que não me dá noventa e tantos por cento dos votos. É muito simples, é só o relacionamento, a convivência, a prestação de serviços e a solidariedade.

Portanto, estar aqui hoje homenageando a todos os povos indígenas... Já fizemos, inclusive, os Jogos dos Povos Indígenas, no Tocantins, por duas vezes, Presidente, junto com Marcos Terena, com o Carlos, na minha cidade, em Porto Nacional, e depois em Palmas.

De modo que tudo que a gente pode fazer aqui no Senado, tanto na viabilização de recursos quanto na questão de votos... A minha posição, por exemplo, com relação à PEC 215, a minha, a posição do Deputado Vicentinho Júnior, é radicalmente contra! O Congresso Nacional não é palco para se discutir isso.

Aí nós temos a Funai, o Ministério da Justiça, os antropólogos e etc... o Ministério Público, que ali está presente, com o Subprocurador – e eu o cumprimento.

De modo que é na prática e nas ações nossas que eu me manifesto, hoje, em prol dos povos indígenas.

É muito bom vê-lo, Paiakã, um amigo de 40 anos mais ou menos, não é, Paiakã? Eu até tenho que ir lá, à sua aldeia, naquela cachoeira que você me falou, esses dias, ao telefone. Ele mora a 300 metros de uma cachoeira das mais bonitas, lá perto do Rio Fresco. E eu tenho saudade e vontade de ir lá.

Eu agora, Paiakã, com essa eleição suplementar que vai haver no Tocantins, hoje, daqui a pouco, irei fazer um pronunciamento, licenciando-me por 40 dias, para colocar o nome para governador do Estado, porque vai haver eleição no dia 3. E, se Deus e o povo permitir, nos tornaremos o primeiro filho do Tocantins a governar o povo dele. "Essa é a vez dos tocantinenses" é o *slogan*, lá, do Estado.

Portanto, eu quero dizer a você que, passando o dia 3, como governador, como Senador, enfim, como seu amigo, no mês de julho, eu quero dar um pulo lá na sua casa. Vamos pousar, ali no Kikretum, subir de barco e ficar lá uns dois dias, proseando e matando a saudade.

É uma alegria enorme poder estar aqui, Presidente, mais uma vez, por fim, presente nesta sessão solene, como não poderia faltar, e parabenizar V. Ex^a, pela forma do requerimento, pela felicidade que teve, pela iniciativa.

E V. Ex^a, que atua tão bem, representando o povo de Roraima, com a sua forma simples, mas muito preparado e qualificado, eu o saúdo e cumprimento.

No mais, fica registrada a minha solidariedade, a minha homenagem, que não é apenas só minha; é de todos os tocantinenses. E, em nome de todos os povos lá do Tocantins, eu vou citar o nome de um ancião, o Sr. Getúlio Krahô, uma referência lá. Ele deve estar nos assistindo; senão, eu vou mandar o vídeo para ele.

Quando eu vou à aldeia Krahô, lá em Itacajá, sempre faço questão de encontrá-lo. Ele está feliz.

Lá, na região de Itacajá, nós conseguimos a reforma do CTL e já destinamos, agora, uma dessas quatro viaturas, que já são mais de 15 entregues à Funai. A Funai está se estruturando no Tocantins, graças, modéstia à parte, a essas nossas ações. Não apagam o incêndio, mas são gotas que chegam para ajudar no combate ao incêndio.



E garanto a vocês que, todos os anos, nós temos esse compromisso de sempre estarmos ali, trabalhando firmemente pela valorização dos povos indígenas. Vocês merecem. Vocês merecem!

Para vocês terem uma ideia, a nossa convenção vai ser no domingo, e já deve estar nas redes sociais o painel, em que, atrás, eu estou abraçando uma índia javaé, uma criancinha.

Então, isso é um símbolo de respeito aos povos indígenas, que merecem isso da nossa parte.

Portanto, como governador ou como Senador, sempre terão em mim um apoio firme, solidário e permanente.

(Soa a campainha.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Vicentinho. V. Ex^a sempre gentil, muito cortês, muito humilde.

Eu dizia, no início da minha fala, que o povo indígena tem a essência do povo brasileiro, e V. Ex^a tem a essência dos povos indígenas. A gente logo percebe que a sua fala não é uma fala política, oportunista. Ela é uma fala real, do seu sentimento, do seu comportamento, do seu estilo, do seu modelo, e isso que é importante. Os cargos que hoje ocupamos são efêmeros, passageiros. O homem fica. E, quando o homem fica, ele lembra essas passagens bonitas da sua vida, voando sobre a nossa Amazônia e, sobretudo, levando aquele contato, ou talvez aquele socorro, ou aquela presença tão importante às nossas comunidades tão isoladas. Desejo para você sorte, sucesso, e que você não se empolgue muito e fale muito tempo, porque nós temos, daqui a pouco, um horário corrido. Mas V. Ex^a está com a palavra.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Trinta segundos. É só para fazer justiça a Piu-Djô, que não citei, inclusive, no meu acidente, porque eu me lembro bem da solidariedade dele comigo, na selva. Então, eu queria registrar o nome de Piu-Djô, um grande guerreiro kayapó, que não poderia deixar de citar. Era apenas isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Um abraço. Obrigado.

Então, continuando o nosso trabalho, convidamos agora Álvaro Fernandes Sampaio Tukano, Diretor do Memorial dos Povos Indígenas de Brasília e líder Indígena de São Gabriel da Cachoeira, do Estado do Amazonas.

Com a palavra.

É uma honra tê-lo aqui.

O SR. ÁLVARO FERNANDES SAMPAIO TUKANO – Quero cumprimentar o amigo irmão, Senador Telmário Mota, por essa sua habilidade, nosso bom irmão dos povos indígenas, que conhece a realidade dos índios e da Amazônia, de modo geral. Quero cumprimentar os demais Senadores que aqui passaram e cumprimentar também os diplomatas presentes e o povo, de modo geral. Quero cumprimentar o meu amigo irmão Paulinho, que é um grande guerreiro da atualidade, a minha irmã Tuire, minha jovem médica que está aqui, o Procurador, a nossa parceira aqui, parceiros do Brasil e parceiros internacionais.

Eu venho de uma região onde produzimos polêmicas, polêmicas por falarmos de autodeterminação desde 1970, porque ouvir palavras de missionários, de políticos, das ONGs, não satisfaz a nossa realidade.



Então, por isso temos buscado as autoridades brasileiras, para ver o que é que está acontecendo neste País quando surgem muitos problemas.

Também, ao longo desses anos, ouvimos histórias bonitas de ambientalistas. Eles nos ensinam a viver como índios. Mas eu quero dizer aqui para o Brasil que eu sou Álvaro Tukano, mas não sou bicho de estimação de ninguém. (*Palmas.*)

Eu venho aqui falar desta tribuna para o País, porque lá no Rio Negro existem 23 povos indígenas que precisam viver dignamente, que precisam de um governo realmente forte, através da Presidência da Funai, ausente hoje, no Dia do Índio.

O Rio Negro faz parte do Brasil, em uma região onde existem muitas riquezas minerais. Eu vivo em cima de uma mina de nióbio. Noventa e oito por cento dessa matéria está na minha região. Todo o Rio Negro tem esse problema de mineração. Do Amapá até a região de Cabeça do Cachorro, essa cordilheira, há muitas riquezas minerais.

Não podem, hoje, os Deputados, outros ambientalistas, terceiros, fazer leis por nós leis, para sermos meramente ambientalistas miseráveis, sem escola, sem saúde, sem transporte, sem leis neste País.

Eu vivo em cima dessa mina. Há 27 anos eu defendo uma estrada simples, para sair de São Gabriel a Cucuí, juntamente com meus parentes ianomâmis, que estão lá em Maturacá, e outros. Vem o Instituto Chico Mendes dizer que nós não podemos tirar madeira, tirar piçarra, abrir o leito da estrada... Ele nos impõe uma lei que nós não praticamos, que nós não inventamos.

Eu quero que o representante da 6ª Câmara vá lá, visitar a realidade da situação da estrada BR-307, que liga São Gabriel a Cucuí, que está nos matando e nos isolando. Para nós, esse tipo de modelo de ambientalista não presta. Não queremos.

Viramos inimigos do Governo brasileiro, porque há pessoas que não conhecem os índios, que só querem salvar minhoca, que só querem salvar outros animais irracionais, que não fazem falta na minha comunidade. Fazem falta na minha comunidade a escola, a saúde, a presença de autoridades para discutir sobre a segurança nacional. (*Palmas.*)

As riquezas que existem nas terras indígenas – água, riquezas minerais, madeira, a biodiversidade – pertencem ao povo brasileiro.

Todas essas terras indígenas da Amazônia e do Brasil foram demarcadas pelas Forças Armadas, e nunca, em nenhum momento, nós procuramos as ONGs nacionais, estrangeiras para defender os nossos direitos, a não ser o Governo brasileiro. Então, as Forças Armadas demarcam as terras indígenas no Rio Negro, por exemplo.

Nós também apoiamos, como lideranças de um grupo pensante: como é que nós vamos participar da segurança nacional? Estivemos aqui, eu estive aqui, muitas vezes, no Palácio do Planalto, para dar aval político, junto com meu grupo, para instalar os doze quartéis que se encontram no Rio Negro. Nesses doze quartéis, 70% de soldados brasileiros são meus netos, meus sobrinhos, são índios. Assim, nós participamos da segurança nacional nas fronteiras. Isso é nacionalismo, isso é defender o povo, isso é praticar a lei. Eu venho de uma região onde tenho irmãos padres, freiras, pastores, pastoras, oficiais do exército. Por isso, nós temos que dizer que nós seguramos a segurança nacional nessa faixa de fronteira onde há contrabando de minérios e de madeira, desordens.

Quem deveria fazer funcionar essas leis era Franklimberg, porque ele passou muito tempo no Comando Militar da Amazônia fazendo esse tipo de operações. Se o Governo quer defender



este País, tem que colocar na Funai Álvaro Tukano, Marcos Terena e outras pessoas que realmente são índios que conhecem e que defendem a luta e os direitos dos povos indígenas e nunca mais indicar a gosto de um Deputado ou de um partido que venha usar a Funai para os interesses pessoais. A Funai não pode estar a serviço de ONGs, de partidos que não conhecem os índios, que não conhecem as leis do Brasil.

Nenhum Deputado ou Senador pode fazer a lei para roubar as riquezas que se encontram nas terras indígenas, porque elas pertencem a todo o povo brasileiro. É isso que o Brasil tem que entender, é isso que a sociedade do Brasil tem que entender.

Hoje, eu sou Diretor do museu para combater o preconceito contra os povos indígenas. Eu estou aqui em Brasília não, como eu falei, como bonequinho, como modelo de vitrine. Não sou. Eu sou uma das lideranças ao lado do Paiakã, ao lado do Marcos Terena, e nós continuamos a luta do saudoso Mário Juruna. Estamos aqui ao lado do Megaron e de outras tantas pessoas ilustres que existem neste País, formamos uma nova geração de lideranças...

(Soa a campainha.)

O SR. ÁLVARO FERNANDES SAMPAIO TUKANO – ... novas neste País para defender a Constituição Brasileira. *(Palmas.)*

Para defender a Constituição Brasileira, Senador, preciso de apoio real para estudantes de Brasília, porque eles não são espíritos, eles têm que comer, eles têm que viver todos os dias. Que a Funai e o Ministério da Saúde tratem com carinho para garantir a bolsa de estudos aos universitários e a outros de todo o Brasil.

É meu pedido também a esta Casa, para quem não fica fugindo de índios, quando se trata de leis. Eu queria abraçar aqui meus Senadores do Estado do Amazonas, que só aparecem na hora da eleição. Isso é muito ruim, para mim principalmente.

Eu quero dizer aqui que hoje foi um dia muito importante, Senador Mota, falar de uaimiri-atroari e de outros interesses do povo brasileiro.

Se eu fui rígido com o Estado brasileiro, é meu jeito de ser. Sempre fui assim. Não sou invasor, Senador. Os invasores são eles que estão acabando com os nossos direitos, para roubar os minérios, a madeira e tudo mais.

Por isso, nós precisamos fortalecer as nossas organizações indígenas deste País. E nós sempre contaremos com V. Ex^a e com os demais aliados. Aliança não se faz ensinando o índio a rezar o Pai Nosso e outras coisas; aliança se faz com questões concretas.

O Estado brasileiro não pode ficar omissos. Senão, nós vamos ter que processar o Estado brasileiro na ONU. O Brasil sempre tem que ficar no banco dos réus, porque não está cumprindo as suas obrigações de casa, que é atender as comunidades indígenas.

Enfim, quero dar abraços a todos os estudantes do Brasil, à minha família, que está aí, meu filho Lula, minha nora, minha mulher, à minha geração; quero saudar os índios do Brasil, porque nós viveremos aqui como nossos antepassados. Somos os verdadeiros brasileiros nesta terra. Por isso, queremos igualdade em todos os sentidos. Nunca mais queremos ver a morte. Nunca mais queremos ver uma Funai enfraquecida. A Funai defende os índios. Quem defende a demarcação das terras indígenas defende a vida dos povos indígenas.

Salve o dia dos povos indígenas! Viva o Senado Federal! Viva o Telmário! A V. Ex^a um abraço especial. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Álvaro.

Por isso, eu digo: uma sessão desta reúne o sentimento nacional. Eu lamento e até entendo que, como, na próxima semana, vão fazer o Acampamento Terra Livre, talvez até a nossa equipe tenha cometido um erro em não ter deixado esta sessão, com a presença da população indígena de um modo geral, para o movimento da Terra Livre, mas hoje se valorizou muito este dia. Então, a questão de não deixar passar do dia 19 e fazer numa outra data naturalmente criou esse descompasso.

Eu quero aqui já registrar a presença da nossa Senadora, a mãe da educação brasileira e nossa futura Governadora do Rio Grande do Norte. Daqui a pouco, ela vai fazer naturalmente uso da palavra.

Eu quero dizer, Álvaro, que a sua fala – e foi bom a sua fala na presença do nosso Subprocurador-Geral Dr. Rogério – é o sentimento hoje das comunidades. Eu acho que as comunidades não podem perder o seu hábito, perder a sua cultura, mas, como a população indígena aumentou, não há mais como eles viverem, por exemplo, só da caça, só da pesca, andarem nus. O Álvaro disse bem: "Eu não sou nenhum bibelô de ambientalista." Eles querem viver hoje... A internet está lá dentro, *wi-fi* está lá dentro, os meios de comunicação estão lá dentro. Então, nós temos que fazer essa adaptação. O índio pode, sim, viver bem, viver saudável, viver com dignidade, de forma sustentável. Ele preserva toda a sua natureza...

No meu Estado de Roraima, se juntar hoje o gado das comunidades, eles são os maiores fazendeiros do nosso Estado. São 70 mil cabeças de gado, chegaram a 80 mil, já perderam 10 mil, porque eles estão matando, pois não têm do que viver. Eles vão para a cidade, não há emprego, vão para a prostituição, vão para o crime.

Hoje, para um líder segurar um jovem dentro da comunidade, é muito complicado. Na minha época, eu vivi até os 11 anos numa comunidade. Analfabeto de pai e mãe, eu vivia na escuridão do analfabetismo. Às 6h da tarde, a gente ia dormir – era lamparina – e acordava às 4h, 5h. Então, a rádio que havia era com A Voz do Brasil e chiava mais do que tudo, por causa da interferência da Venezuela, pois era na fronteira. Hoje, não. O jovem fica 10, 11 horas ouvindo. E o homem é produto do meio. O que os olhos não veem o coração não sente. Como a gente não via, o coração não sentia, mas eles sentem hoje. Eles olham um jovem indo para uma balada numa moto, num carro, uma televisão. Com isso, nasce uma expectativa dentro deles. Eles olham para o céu, e o teto está encostando na cabeça. Eles não vão pegar mais numa enxada, num enxadeco, num ciscador para ir a uma roça produzir, pois é impossível. Hoje, produzir é para a subsistência, mas não é fácil ir para a roça capinar para produzir, para gerar riqueza. Então, eles vão para a cidade, onde são peça fácil de ser recrutado pela criminalidade, por algo errado. Então, nós temos que observar isso.

E também isto é um ponto, Álvaro, que tem que ser dito: as universidades e os institutos técnicos têm que casar os cursos com a realidade do homem do campo. Levar mais agropecuária para ele produzir na agricultura, produzir na pecuária, criar peixe, produzir o que for possível dentro da sua terra, para viver com dignidade. Isso permite que as lideranças das comunidades tenham mais domínio e vivam mais pacificamente.

Eu queria falar exatamente para o Procurador, porque tudo o que é atrito morre lá. Então, é lá que ele vai entender essa parte. E, com a fala do Álvaro hoje, eu ganhei esta sessão. Eu



precisava ouvir uma fala igual à sua, Álvaro, com a luta que você tem, com a experiência que tem, com suas conquistas. E você hoje chegou a essa conclusão.

Eu tenho dito isto sempre para a Iza: a Funai tem que mudar o foco indigenista dela. Ela tem que estar aparelhada. E o Governo, na verdade, foi desidratando a Funai. Tiraram tudo. Tiraram a saúde. A Funai hoje é um bibelô, está funcionando com emenda parlamentar. Ela não tem nenhum orçamento que realmente atenda as suas demandas. Então, é preciso que a Funai retome o seu objetivo principal para dar proteção aos povos indígenas, se necessário, para levar o aparelhamento necessário. Através da Funai, podem botar a pecuária, a agricultura. As políticas públicas têm que chegar. A escola, a educação é fundamental.

Eu acho que, para isso, nós – todas as lideranças que estão aqui, todo mundo – temos que sair daqui com um documento, para usar este mandato. Este mandato de Senador não é meu, é do povo. Eu sempre digo: meu pai era um vaqueiro, minha mãe era uma índia, empregada doméstica, e Deus quis que eu estivesse aqui. Eu não vou passar aqui em branco. Eu tenho que passar aqui e fazer alguma coisa.

Minha mãe sempre dizia o que eu disse um dia desses aqui:

Nunca te esqueça que os índios são teus parentes e nunca te esqueça que ser pobre não é defeito. Defeito é fazer coisa errada. Se for um homem honesto, sempre vai ter a tua força e a tua cabeça erguida. Trilhe por esse caminho, meu filho, que nunca ninguém vai te humilhar.

É nesse caminho que eu estou aqui. Estou aqui não pelas mãos econômicas, não estou aqui pela mão dos poderosos, não estou aqui pela mão da corrupção. Estou aqui, porque Deus quis e estou aqui para defender os humildes. (*Palmas.*)

E eu faço isso!

Quando o Vicentinho disse que teve oitenta e não sei quantos votos, eu quase ri, porque eu tive quase 100% dos votos indígenas. Então, é minha obrigação.

O Álvaro me empolgou. É por isso que eu estou conversando muito. Ouviu, Álvaro? É você que me envolveu nessa fala, que achei extremamente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Tuire, agora é a sua vez. Estavam só os homens falando. Iniciamos com mulher e agora será ela.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Ela vai falar na língua dela. Quem vai traduzir?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Paiakã, se vira agora.

A SR^a TUIRE KAYAPÓ (*Tradução consecutiva.*) – Bom dia a todos e bom dia para meu parente, Senador.

Hoje é Dia de Índio. Eu não sei se o povo está conhecendo, se está entendendo. Eu não sei se as pessoas sabem se hoje é Dia de Índio. Eu não sei se estão alegres com a gente, eu não sei



se estão com raiva da gente. Eu não sei. Eu quero saber, quero entender se Dia de Índio é uma comemoração, se é uma lembrança de nós índios. Eu quero saber.

Eu quero aproveitar e lembrar o tempo passado, quando nosso povo caiapó, junto com outros índios, com outros indígenas, veio para ter audiência, para discutir interesses. Esse povo foi muito bem recebido com autoridades do passado.

De agora em diante, estamos vendo o que está acontecendo quando o povo indígena vem para ter audiência, vem para receber apoio: o tipo de apoio que o povo indígena está recebendo é pimenta em *spray*, é bala de borracha, é violência. Então, é isso que nós indígenas estamos recebendo.

Eu entendi que todos nós temos a boca para falar, nós temos ouvido para escutar. Então, nós somos iguais. Ser humano índio e ser humano branco, todos nós somos iguais, somos seres humanos. E nós indígenas somos os primeiros ocupantes desta terra e estamos vivendo em cima das nossas riquezas, e é onde todo mundo está interessado, e, se eles estão interessados, têm que conversar com nós. É por isso que eu estou falando que nós temos a boca para falar, para dialogar, para ouvir um ao outro.

Agora, não ficar assim como eu vou dizer: enganando, roubando essa nossa riqueza sem conversar, sem nós participarmos, sem a nossa presença, sem nos ouvir; estão explorando essa riqueza sem o nosso consentimento. Então, eu quero dizer: para falar com nossas autoridades indígenas tem que ter respeito para receber e conversar. É para isso que vocês são autoridades. É para isto que o povo não índio e nós índios votamos, elegemos: para vocês serem nossas autoridades e para nos atender, mas não sendo autoridades nossas, deste País, para ir enganando, matando, autorizando a violência... Então, isso não pode acontecer. Daqui em diante a autoridade tem que respeitar nós índios para que nós tenhamos respeito dentro da nossa terra, dentro da nossa cultura, dentro de todos os nossos direitos. É nisso que eu quero que o Governo daqui em diante comece a pensar.

Daqui a pouco vão chegar muitos, a quem vocês chamam de lideranças, de nós índios. Com certeza, eles vão querer ter audiência, mas eles têm que ser recebidos como eles são: autoridades. E eu quero dizer que autoridade é para receber autoridade.

(Soa a campainha.)

A SR^a TUIRE KAYAPÓ – Então, é isto que eu quero dizer para todos vocês: quando houver uma audiência, tem que receber nossos chefes, nossos caciques como autoridades.

Eu queria estar no lugar do Governo para não ficar... para mostrar o meu trabalho, dizendo que todos nós somos iguais. Índios, não índios, todos são meu povo. Então, é assim que o Governo tem que tratar todo mundo, mas não criando várias divisões para atender.

Era só isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Veja que o sentimento...

A Senadora Fátima está presente. Ela já vai pegar o voo, mas pediu a palavra, que já vai ser franqueada.

Mas veja que, na voz da Tuire, ela nem português fala. Ela não frequentou uma faculdade, mas passa sua mensagem, da inteligência, como eu digo, que é natural, que é dela, nativa dela, e ela passa o seu sentimento. Quer dizer, se ela fosse governadora, se ela fosse presidenta da



República, ela iria mostrar que há igualdade. Ou seja, dentro da sua concepção natural, ela entende que o indígena é tratado desigualmente.

Senadora Fátima, com a palavra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Meu querido companheiro, Senador Telmário, a quem quero saudar pela iniciativa, sim, desta importante sessão solene de 19 de abril, dia em que celebramos, no Brasil, o Dia do Índio.

Essa iniciativa só poderia partir do mandato do Senador Telmário, pela identidade que ele tem com a luta em prol da causa indígena. A mãe do Senador Telmário era índia, e ele sempre faz questão de dizer aqui as mais belas lições que a mãe dele deixou. Primeiro, ao lhe dizer: "Meu filho, nunca esqueça, nunca abandone a comunidade indígena"; depois, ao lhe dizer: "Meu filho, você vai entrar para a política; vai entrar para a política para servir à coletividade, não para se servir; você vai entrar para a política, é um grande desafio, mas vai fazer do exercício da política um instrumento de realizar o sonho de que as pessoas possam viver com dignidade, com justiça e com felicidade" – tendo como um cuidado especial, um olhar especial exatamente a luta dos povos indígenas.

Então, Senador Telmário, quero aqui, já em nome do Partido dos Trabalhadores, dizer da alegria e da honra de estar aqui nesta tribuna, neste exato momento, participando desta sessão de autoria de V. Ex^a.

Quero saudar todos os nossos convidados e convidadas – permitam-me fazê-lo na pessoa da nossa índia que acabou exatamente de falar, Tuire Kayapó. Linda a fala dela.

Enfim, quero aqui dizer que hoje, também por se tratar do Dia do Índio, é também um dia, Senador Telmário, de a gente aqui denunciar o desmonte deste Governo ilegítimo e cobrar respeito para com a comunidade indígena.

Veja bem, aqui já foi dita a questão da Funai – o desmonte violento da Funai. E a Funai não é uma instituição qualquer para os povos indígenas. Pelo contrário, a Funai é a estrutura de que o Estado brasileiro dispõe para levar adiante as políticas públicas de promoção, de defesa dos interesses da comunidade indígena.

E o que este Governo ilegítimo tem feito? Tem feito exatamente o contrário: o desmonte da Funai. Em matéria de Orçamento, está aqui: por exemplo, o valor disponível para investimento na Funai em 2018 é de R\$7,5 milhões, 23% menor do que o valor empenhado em 2015, que era de R\$9,7 milhões.

Com relação à saúde, Senador Telmário, olhe aqui que absurdo, que ato criminoso deste Governo ilegítimo: as dotações da Lei Orçamentária Anual (LOA) para a saúde indígena tiveram redução de 22% entre 2017 e 2018, passando de R\$1,7 bilhão para R\$1,4 bilhão.

Outro absurdo, porque este Governo é assim! Essa dupla Temer e Meirelles, o que eles sabem é cortar; o instrumento que eles mais usam é uma tesoura. Agora, a tesoura é para cortar os direitos dos povos indígenas, os direitos da maioria do povo trabalhador deste País; é cortando, reduzindo o orçamento destinado para as chamadas áreas sociais.

Olha aqui outro absurdo! O valor disponível para o custeio da Funai, em 2018, é de R\$100 milhões, 31% menor do que o valor empenhado em 2014, que foi de R\$145 milhões. Some-se a isso, Senador Telmário, que no ano passado nós tivemos aquele corte de cargos e o fechamento – não foi isso? – de unidades da Funai pelo País afora.



Enfim, esses números expressam os impactos da emenda constitucional do teto de gastos sobre os povos indígenas. Para 2019, o Governo ilegítimo já enviou projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias anunciando já um corte de 23% nas despesas discricionárias, para cumprir o chamado teto de gastos. Assim, o impacto será ainda maior sobre o custeio e o investimento das políticas voltadas para os povos indígenas.

Volto a repetir, desde que o Governo ilegítimo assumiu é corte nas áreas sociais, é desmonte de programas importantes nas áreas sociais, inclusive os programas voltados para a promoção e defesa dos interesses da comunidade indígena.

Evidentemente que tudo isso decorre dessa lógica fiscalista, dessa política de austeridade que estabelece uma lógica de alterar a Constituição para colocar na Constituição que durante 20 anos tem que congelar os gastos nas áreas sociais. Aos banqueiros tudo, porque para eles não há teto de gastos. Agora, para o povo, nada. Para o povo, repito, é desmonte, é corte de Orçamento, é menos recursos. Isso vai significar o quê? Menos saúde, menos educação, menos assistência social, menos direitos para as chamadas – no caso aqui em tela – comunidades indígenas. Por isso é que nós temos que denunciar isso, Senador Telmário, e lutar para reverter.

Mas, Senador Telmário, ainda quero também aqui, rapidamente, trazer para reflexão dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) que apontam que a violência contra os povos indígenas no Brasil levou à ocorrência de 118 assassinatos em 2016. Ainda de acordo com o Conselho Indigenista Missionário, 106 indígenas se suicidaram em 2016 e 735 crianças indígenas, menores de 5 anos, morreram por diversas causas, entre elas a desnutrição infantil.

Isso significa que o genocídio dos povos indígenas segue adiante. Isso significa que é preciso superar uma certa indignação seletiva e compor as trincheiras da resistência indígena, amplificando o grito dos povos indígenas em defesa da Constituição, pois os seus direitos estão inscritos na Carta Magna.

Se a Constituição Federal verbaliza que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União e atribui à União o dever de demarcá-las e protegê-las, não podemos permitir que os ruralistas, que infelizmente contam com uma Bancada numerosa no Parlamento brasileiro, invadam as terras dos povos indígenas e promovam todo o tipo de violência física e simbólica.

De acordo com Lúcia Helena Rangel e Roberto Antônio, que participam ativamente da luta em defesa dos direitos dos povos indígenas, abro aspas:

[...] o poder Legislativo se tornou, através da bancada ruralista, o principal articulador e mobilizador das teses anti-indígenas no país. Eles promovem diversas campanhas, via parlamento e através das redes sociais, dentre outras, contra os direitos dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. Em essência, o que [a Bancada Ruralista] [...] pretende é legitimar todas as formas de violência, tendo em vista a exploração das terras, de modo predatório. Diante deste quadro, os projetos, as leis...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) –

... e emendas à Constituição Federal elaborados por parlamentares para aniquilar com a possibilidade das demarcações de terras serem realizadas, em regra, devem ser



caracterizados como ilegais. Para se ter uma ideia da articulação e da força que se volta contra os povos indígenas, [...] [sabem quantos projetos tramitam hoje, no Congresso Nacional? Projetos para tirar os direitos de vocês? Sabem quantos? Mais de cem], mais de 100 proposições que alteram artigos concernentes aos direitos indígenas e quilombolas.

Vejam como a nossa luta é árdua, como o nosso desafio é grande!

Não é possível [de maneira nenhuma, repito] dissociar...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) –

... os altos índices de assassinatos e suicídios ocorridos no Brasil ao longo do ano deste contexto.

Fecho aspas. Isso é o que diz o estudo realizado por Lúcia Helena e Antônio Roberto.

De forma que eu quero concluir, Senador Telmário, dizendo aqui que o Parlamento brasileiro deve uma resposta aos nossos povos originários. E falo aqui em nome do PT. Quero aqui, em nome da Bancada do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, dizer a vocês que estaremos sempre ao lado de vocês nessa luta, estaremos sempre aqui para cobrar deste Parlamento respeito para com a história dos povos indígenas, respeito para com os seus direitos, porque nós temos consciência da importância dos povos indígenas para o nosso País. Por isso temos que estar juntos com vocês, com os movimentos sociais, com a Igreja, para barrar os retrocessos e zelar pela cidadania das comunidades.

Aos povos indígenas lá do meu querido Rio Grande do Norte, do Nordeste, de todo o Brasil, quero aqui dizer que estaremos aqui vigilantes na luta, inclusive para defender um orçamento que signifique garantir assistência, saúde, educação e a sustentabilidade dos seus territórios.

Por isso, concluo mais uma vez saudando o Senador Telmário e dizendo aqui, por dever de justiça, que ele é um grande defensor, é a voz dos povos indígenas aqui, no Congresso Nacional.

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E é uma voz com legitimidade. É uma voz de quem tem raízes nessa história, de quem conhece, de fato, o drama que os povos indígenas vivem no seu Estado, vivem no País, pelo quanto, infelizmente, de direitos ainda lhes são negados.

Por isso, Senador Telmário, nenhuma vida indígena a menos. Chega de genocídio. Vivam os povos indígenas do Brasil! Demarcação e proteção já! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Que bom. Sempre é bom ouvir a Senadora Fátima.

A Senadora Fátima bota o seu mandato a serviço do povo, principalmente das pessoas excluídas. Todas as causas daqueles que, realmente, não recebem a política pública necessária...

(Soa a campanha.)



O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – ... a Senadora Fátima levanta a sua voz nesse sentido.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, com toda a sua experiência de luta pelo povo, mesmo sem mandato, depois com mandato federal, agora como Senadora, Fátima, você está preparada, preparadíssima para assumir o Governo do seu Estado.

O Rio Grande do Norte passa pela pior crise da sua história. E a crise do Rio Grande do Norte é a crise do meu Estado, é uma crise de continuidade das mesmas famílias. Está na hora do Rio Grande Norte experimentar a administração da Fátima, porque a Fátima tem amor pelo povo. E gosto quando você diz que o povo precisa ter o seu espaço. Tomara que lá tenha! Que as comunidades indígenas tenham o aconchego da Governadora Fátima.

Um abraço. (*Palmas.*)

Deixe-me falar... Sempre que se faz audiência aqui, a gente passa uma hora, duas horas a mais. Já vamos para uma hora a mais do que o previsto. Então, eu quero aqui só dizer que nós temos mais três vozes para serem...

Primeiro, eu quero agradecer a presença dos servidores da Funai aqui. Muito obrigado.

Mas eu quero aqui ainda conceder a palavra para três pessoas: primeiro você, Paulo, Paulinho Paiakã, vai falar; em seguida, a Ten. Sílvia vai falar também, por cinco minutos; e você também vai falar por cinco minutos.

Vamos ouvir o Paulinho Paiakã.

O SR. PAULINHO PAIAKÃ – Bom dia a todos. Bom dia, meus parentes; bom dia, Senador; bom dia, meus parentes, Marcos Terena, Álvaro Tukano, nosso Procurador.

Eu tenho um ponto para falar sobre o que nós indígenas estamos vendo. Eu não vou falar como o índio que se formou no conhecimento da sociedade branca; mas eu vou usar a linguagem de vocês, a linguagem portuguesa.

Eu sou cacique, eu sou líder, eu sou guerreiro, eu sou caiapó. E lutei e até hoje estou lutando ainda pelos nossos direitos, dos povos indígenas.

Eu quero citar primeiro ponto, falar primeiro ponto, Senador, como a minha prima Tuire falou: autoridade é autoridade, mas não é autoridade de ficar falando mal, ficar criticando. Nós indígenas estamos recebendo muitas críticas. E essas críticas que os Parlamentares fazem contra nós... Eu acho que eles estudam para fazerem isto, para fazerem crítica.

Como algum dos amigos Senadores falou, vou repetir, é muita terra para pouco índio. Eu estou devolvendo a mesma crítica também: as pessoas que falam isso têm ciúme. E a verdade é que não têm... Então, por isso estão falando de nós índios, que pouco índio tem muita terra. E não sabem que nós somos os primeiros habitantes, que temos direito de ter, de ter muita terra. Quando chegou o povo português aqui, viu que nós já ocupávamos essa terra. Então, esse político tem que entender isto: de 1500 a 2018, somos resistentes no nosso País, nesta terra que é chamada Brasil.

O segundo ponto que eu quero falar – a Senadora acabou de falar sobre a Funai, meu irmão Álvaro Tukano falou, e outros Senadores falaram também – é sobre a Funai. Senador, eu tenho dito para algum Presidente da Funai a importância da Fundação Nacional do Índio. A Fundação Nacional do Índio é muito importante. É importante por quê? Porque essa instituição federal está tomando conta de nós povos indígenas e precisa ser respeitada e precisa ser fortalecida para que a Funai continue cuidando, tomando conta de nós povos indígenas.



Eu vi, acompanhei que muitas pessoas, como antropólogos, entraram na terra nossa, na terra de índio, nas aldeias; foram muitas pesquisas, muito estudo feito sobre nós índios. E que resultado essas pessoas têm para devolverem para nós? O que é que nós somos? Sem resultado, eu vou responder: nós índios estamos sendo considerados como objeto; só pesquisas, pesquisas, e não há resultado de volta para os povos indígenas. E, quando vão pesquisar as riquezas, há resultados: há tantas toneladas de minério, há tantas toneladas de não sei quantas riquezas... Há resultados. Agora, quando estudam a questão do índio, eles somem com os resultados.

Então, Senador, parentes, estou aproveitando para falar isso, repetindo o que falou minha prima.

Naquele tempo, autoridades brancas recebiam nossos parentes, autoridades indígenas, nas décadas de 30, 40, 50, 60, 70, 80 até 90. De 1990 em diante, as autoridades passaram a receber os indígenas com *spray* de pimenta. Eu quero que o Senado acompanhe isso e nos ajude quando nós viermos para as audiências, para que possamos ter liberdade como brasileiros natos, brasileiros legítimos, para que possamos ter autoridade para conversar com o nosso Governo.

Senador, há muitas coisas que a própria sociedade não indígena faz e que coloca nós índios como culpados. Nós índios estamos consertando, estamos tentando consertar os erros que o branco faz. Quantas barragens foram feitas nos rios e que estragaram nossos rios? Quantas estradas passam pelas florestas, destruindo as nossas florestas, destruindo nossos animais, destruindo nossos rios? Isso é erro de índio? Índio não sabe fabricar máquinas. É tanta degradação que o homem branco comete! Enquanto um índio, como meu irmão Alvaro Tukano falou, é proibido... Quem poderia dizer para o branco o que é proibido seríamos nós índios.

Nosso Procurador, eu quero pedir que o povo respeite o que está na lei. Antes de aprovar um projeto, antes de escrever um projeto, tem que ouvir a comunidade; e não ficar isolando essa lei, fazer o projeto; e, depois do projeto, avisar o índio. Isso não pode acontecer mais.

Essa é a minha fala, fala que eu quero deixar para os nossos parentes e para as nossas autoridades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu queria, antes de convidar a nossa próxima convidada para vir à tribuna...

Cadê o Jair? Está aí? Aqui, Jair, venha pra cá.

E a Rayane? Rayane, venha aqui rapidinho.

A Rayane e o Jair são os dois servidores indígenas que nós temos no Senado. A cara do Jair já diz tudo. Não precisa de outra coisa. A Rayane também é servidora do Senado. Ela é uma pessoa muito importante aqui dentro. Tenho dito que tem de aumentar... O Jair é do quadro definitivo, não é Jair? Ele é do quadro e é temporária. Então, são dois servidores.

Façam a foto aqui! É importante. Venham aqui, gente. Façam a foto aqui! Venham cá! Hoje é o dia mais lindo dele, porque eu vou colocar o cocar nele. Ele fica desesperado. (*Risos.*)

A Rayane, inclusive, agora foi a Roraima coordenar a campanha dos jogos indígenas. Colocamos recursos para o Ministério do Esporte, e ela foi lá. Então, quero parabenizá-la. Ela é muito guerreira e lutadora.

Uma salva de palmas para os dois. (*Palmas.*)

A Rayane é bonita, o Jair é médio! (*Risos.*)

Um abraço.

Agora eu queria franquear a palavra, já para encerrar, à Tenente.



Tenente, cinco minutos para você, e cinco minutos para a nossa querida Angelita.

A SR^a SILVIA NOBRE WAIÁPI – *Awari Katuté. Indé iaponé? Iaponé i'jhé.*

Primeiro, falo na minha língua, para que vocês saibam que eu existo, porque um povo que não preserva a sua identidade nem guarda a memória dos seus mortos não sabe de onde veio nem sabe para onde vai.

O que nós fazemos aqui? Vou-me remontar a um passado: 19 de abril de 1649, em Guararapes, brancos, negros e índios fundamentavam a história deste País, lutando por uma República – num dia 19 de abril.

Hoje, em 2018, vemos o mais novo desmonte da Funai. Falam tanto em brasilidade, em valores históricos, em amor à Pátria, em valores éticos e condutas morais, e o que nós vemos hoje?

Eu lutei para chegar até aqui. Eu passei fome, eu vendi pedra na rua, eu fui estuprada e fiz da minha dor a minha força, para alcançar o que alcancei nesta sociedade. E ninguém bateu à minha porta.

Hoje o que eu vejo? Novamente, um desmonte. E o nosso povo vai ser dividido. A Funai está sucateada, e um dos nossos grandes valores também de brasilidade, que é o Franklimberg, está sofrendo todas as pressões, tendo o seu nome vituperado, tendo a sua administração destruída por interesses escusos.

Então, o que eu observo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a SILVIA NOBRE WAIÁPI – Exatamente. Nós precisamos justamente disto: de transparência. Agora é impossível, é impossível tendo isso com povos indígenas divididos. E é isto que as pessoas estão fazendo: tentando nos dividir.

Eu quero finalizar apenas com um texto, de aprovação da Raquel, que gosta muito dele, que acho que vai finalizar isso tudo. Ele diz assim:

Pinto o meu corpo com as cores da mata.
 Enfeito-me com as penas dos pássaros.
 E tento fugir daqueles que mentem.
 Daqueles que prometem e não cumprem.
 Daqueles que tentam calar a nossa voz.
 [São] Mil guerreiros!
 [Milhões de] [...] espíritos!
 Milhões de sonhos...
 Nosso povo iludido e massacrado
 chora pela terra que não é mais sua,
 [chora] pela terra banhada com o sangue dos nossos bravos!
 Sei que tu me olhas e pensas:
 – Que animal é esse?
 – Que ser estranho é esse que vem da floresta e contesta?
 [...]
 Contesto o amor prometido e que nunca veio!
 [Contesto a lei que os invasores impuseram.]
 [...]



Contesto o deus que me obrigaste a servir!
Brigo pela terra que era minha!
Pelo sonho que não se perdeu!
Brigo [em nome] [...] dos meus antepassados.
Brigo em nome do Espírito do nosso Deus!
Onde estavas tu, quando os pássaros para nós cantavam?
Onde estavas tu, quando nossas [mulheres choravam ou quando os nossos homens morriam] [...]?
[...]
Tu não choras, porque essa terra não é tua.
Tu não choras porque o [sangue não é teu] [...].
Tu não choras porque o sangue vertido nas matas não é e nem será o do teu filho! Mas será o do meu! (*Palmas.*)
[...]
Porque um povo que não preserve a sua identidade e nem guarda a memória dos seus mortos não sabe de onde veio e nem sabe para onde vai...
É por isso que não te comoves!
É por isso que não me ajudas...
[...] porque a dor não é tua.
Mas o lamento é meu!
Tu não choras
porque essa Terra não é tua!
Esse sonho não é teu!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Arrasou! Eu acho que ela tinha que encerrar, porque agora até o Paulo Paim está chorando para poder ir para lá. Olha, Silvia, vou te contar uma coisa: fiquei sem palavras. Você tocou profundamente. Ganhamos a manhã em te ouvir. Obrigado por você estar presente. Hoje é o Dia do Exército. Para você representa duas vezes: representa o seu povo e representa a sua carreira, a sua profissão.

Quando você estava ali naquela tribuna, os seus olhos falavam com o seu coração, falavam do seu amor, falavam do seu sentimento. Tudo o que você sentia, você fez todos aqui sentirem, as dificuldades que lhe foram impostas, os traumas que você viveu. Mas sabe, Silvia, todos os escolhidos de Deus não tiveram vida fácil. Jó, Davi e Daniel sofreram muito, mas chegaram lá. E você é uma abençoada de Deus. Você chegou lá.

Uma salva de palmas, porque ela merece. (*Palmas.*)

Chegou agora o pai dos servidores do Brasil, o Senador Paulo Paim.

Eu quero uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Ele fez de tudo para estar aqui conosco.

Eu passo a palavra rapidamente para Angelita, por cinco minutos.

Em seguida, o Paulo Paim encerra a nossa sessão. Está bom?

Obrigado.



A SR^a MARIA ANGELITA DA SILVA – Eu saúdo as crianças, porque, quando eu cheguei aqui, perguntei a uma menina indígena: o que você veio fazer aqui? Você está numa festa ou num encontro político? Ela sorriu para mim e disse que estava numa festa. Eu saúdo as mulheres que estão aqui, os anciãos, as anciãs. Eu saúdo todas as pessoas. Eu saúdo as pessoas da Mesa. Eu saúdo o Senador Telmário Mota.

Peço licença para fazer um trabalho de memória.

Na semana do índio, em Maringá, no sul do País, no Estado do Paraná, eu era professora de terceiro ano de 38 crianças, num colégio confessional. E eu precisava trabalhar a data comemorativa do Dia do Índio e a Páscoa, que coincidiram de ser na mesma semana.

Quando eu coloquei em letras garrafais a palavra índio, numa cidade burguesa, do sul do País – normalmente as pessoas costumam dizer que o sul do País é quase uma Europa no sentido do frio e de outros aspectos –, eu imaginava que as crianças de oito anos de idade dissessem assim para mim: "Professora, a palavra que eu relaciono com índio é flecha, é rio, é mata, é oca." Para minha surpresa, depois de alguns segundos agonizantes de um silêncio infernal na sala de aula, o povo do fundão – não há o povo do fundão? –, um menino que estava lá no final, na última fila, levantou o dedo e falou: "A única palavra que eu relaciono com índio, professora, é pobre."

Nesse momento, eu fiquei aflita, porque minha aula foi desmontada. A partir de uma única palavra que uma criança de oito anos de idade de uma cidade de médio porte no Paraná podia me dizer, eu voltei para a universidade. E voltando à universidade, eu procurei o Laboratório de Etnografia e História. Hoje eu faço doutorado em educação, na Universidade Estadual de Maringá, na temática indígena. Lá um professor me contou que, naqueles dias, aconteceria uma oficina de revitalização da cultura e da língua de um povo originário e do nosso Estado. E, pasmem, eu não conhecia esse povo, nunca tinha ouvido falar, e sou maringaense, sou do Paraná. Era o povo xetá. Houve uma aproximação, eles me acolheram e eu comecei a trabalhar com as crianças.

Em 2015, Senador Telmário Mota, eu estava em casa às 9h da manhã e meu pai gritou lá de cima: "Gel, sobe aqui que há um negócio acontecendo na televisão e eu acho que te interessa." Era uma sessão especial em homenagem ao Dia do Índio, e eu vi essa imagem na televisão: era a imagem de um Senador da República com um cocar bem grandão e colorido. E a gente tem um pouco de desconfiança deste lugar. Eu fiquei grudada na tela da televisão, na TV Senado, nesse dia, era uma quinta-feira, dia 19 de abril de 2015. E ele, entre outras coisas, disse que se reconhecia um Senador dos povos indígenas do Brasil. Então, eu falei: ele tem que saber da existência do povo xetá.

No dia seguinte, eu fui para a universidade, porque a gente nunca tem dinheiro para pagar crédito de celular, e eu tinha – agora eu vou contar em rede nacional que eu tinha um código – um código do ramal e liguei para o gabinete desse Senador. Ele tinha voltado para o seu Estado de origem, o que é de praxe acontecer. E eu falei: meu nome é Maria da Silva, sou aqui do sul do País, e aqui existe um povo chamado xetá. Se esse Senador se considera o defensor nesta Casa das populações e dos direitos indígenas, ele tem que vir ao Paraná conhecer esse povo.

Ele não estava lá, mas um assessor dele estava. Então, cinco minutos depois, esse assessor ligou para mim e falou: "Olha, no adiantar da hora, eu não sei se eu consigo fazer com que se organize a agenda do Senador para ele estar no Paraná." Eu liguei, Senador, para dizer que aquela sessão tinha me emocionado. É como os irmãos disseram bala de borracha, *spray* de



pimenta, falando que tacacá é coisa que não pode entrar no Senado. De repente, vimos toda a Casa colocada nesse sentido.

E esse assessor, que se chama João Rios, falou: "Não sei se consigo fazer com que o Senador esteja aí no próximo mês, porque teríamos um congresso internacional de educadores sociais." Mas você liberou o seu assessor para estar lá. E, naquele mês, ele esteve na terra indígena e conheceu o povo xetá. E muito da regulamentação do educador social – e eu sou educadora social – está acontecendo hoje aqui por conta desse telefonema, porque um assessor tomou as rédeas e falou: "O Senador vai estar lá de alguma maneira."

A história que eu estou contando está neste livro. O curioso é que as crianças xetás hoje, quando vão estudar a história e geografia do Paraná, têm que aprender que elas não existem, porque os livros didáticos dizem que elas não existem, que o povo foi extinto, que hoje só há um, dois, cinco ou sete indígenas do povo xetá.

Nós hoje estamos aqui, Senador Telmário Mota, e eu vou passar a minha palavra para o Vice-Cacique Claudemir da Silva, cujo pai lutou muito aqui e morreu aqui em Brasília, lutando, para presentear o senhor; e, ao presenteá-lo, presentear todo mundo que está aqui, porque hoje, para desmentir a tese da extinção, nós temos um livro da memória atual do povo xetá dos últimos sete anos. (*Palmas.*) E nós temos um livro da memória ancestral, que tem fotografias inéditas, que eram fotografias de álbum de família. Eu fui a Umuarama, falei com a Tiguá, e o álbum de família dela é dos ancestrais, daqueles antropólogos que tiraram fotos.

(*Soa a campainha.*)

A SR^a MARIA ANGELITA DA SILVA – Então, por favor, Claudemir da Silva, Vice-Cacique do povo xetá, ocupe o lugar do Senado, da tribuna, para que você possa apresentar esse presente.

Eu queria pedir uma salva de palmas para o povo xetá e para o Claudemir da Silva. (*Palmas.*)

O SR. CLAUDEMIR DA SILVA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia a todos os meus parentes, porque quando se fala dos povos indígenas, nós não definimos a etnia que é, mas sim somos todos parentes. Porque o sofrimento de um indígena é de todos. A minha luta é a luta de cada indígena que aqui se encontra hoje.

Eu vou falar pouquinho coisa, porque a maioria já foi falada. Até inclusive a questão do recebimento dos indígenas aqui nesta cidade chamada Brasília.

Quando nós indígenas vimos aqui a esta cidade, somos considerados os maiores bandidos, os maiores desertores, recebidos à pancada, à bala de borracha, a *spray* de pimenta. Então nós somos a maior ameaça dentro desta cidade chamada Brasília.

Para mim hoje, eu quero que vocês me desculpem, porque vocês estão fazendo uma coisa muito linda, a homenagem a nós indígenas, mas eu tenho com a minha pessoa que este dia 19 de abril, para mim, eu não comemoro. Vocês me perdoem do fundo do meu coração. Eu admiro e respeito cada um que aqui hoje se encontra. Mas para mim este dia não é um dia comemorativo, que foi o dia em que se fala que foi descoberto o nosso querido Brasil, mas muito pelo contrário: foi invadido, e foi um massacre de nós indígenas. Vocês me perdoem essa minha palavra, mas se eu não falasse isso, eu não ia voltar feliz para a minha aldeia.

E quero agradecer desde já a essa Mesa maravilhosa e a todos os parentes, aos demais Senadores que aqui se encontram.



Eu gostaria de presentear o Senador Telmário Mota com este livro, que eu quero que... Aqui está a história de um povo que, no Estado do Paraná, dizem que não existe, que é um fantasma. Mas aqui está um fantasma vivo, presentando um Senador com a nossa história do povo xetá. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – O João fica todo alegre, porque o João foi quem foi designado para ir lá ao Paraná ver essa questão do povo xetá, junto com a...

Muito obrigado, muito obrigado. (*Palmas.*)

Obrigado, obrigado.

Criança xetá. Lindos!

Bom... Aqui é bom, a gente quebra tudo quanto é protocolo.

A SR^a MARIA ANGELITA DA SILVA – Minha gente, parentes, pessoas que estão por aí, até quem estiver fora, hoje às 15h, na Biblioteca do Senado, haverá o lançamento desses livros. Do *Nhanderetá*, que é um livro de contos, de literatura, que usa a mitologia xetá para contar a história xetá. E haverá o lançamento do livro *Criança xetá – da memória da Infância à resistência de um Povo*.

Nós esperamos todas e todos lá.

Obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Maria Angelita da Silva, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

(Durante o discurso da Sr^a Maria Angelita da Silva, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Está dado o recado. (*Palmas.*)

Já encerrando aqui, nós não poderíamos deixar de ouvir essa voz que acalenta o servidor, que acalenta o trabalhador, que acalenta os idosos. Essa voz sempre está ativa, ela sempre está a serviço, não do Rio Grande do Sul, mas a serviço de todo o Brasil.

É uma honra enorme, em uma sessão solene como esta, especial, onde a gente pôde debater toda as causas indígenas dentro do que foi possível, ouvir agora nosso querido e amado Senador Paulo Paim, que está com a palavra. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu querido amigo Senador Telmário Mota, eu estava presidindo uma outra sessão que discutia a dívida dos Estados.

Confesso a vocês que eu estava presidindo lá, mas o meu coração dizia... (*Pausa.*)

Tu tens que ir ao plenário... (*Pausa.*)

Recebi o discurso pronto, ele está aqui. Ele é técnico, é ilustrativo, fala da dívida que este País tem com vocês, mas eu não vou ler o discurso. Deixo nos *Anais*.

Telmário, uma sessão como esta tem que ficar cravada em nossas mentes e tem que ir para a história do nosso País. Quem de nós não tem claro – eu digo meu Deus, meu Deus – que a nação indígena, em sua grande maioria, foi violentada, assassinada, torturada e retirada do seu berço natural que é a terra? Quem não sabe?



Este País tem uma dívida histórica com vocês. Tem com os negros? Tem. Eles foram sequestrados em seu continente natal, o continente africano, e aqui viraram escravos. Mas vocês estavam aqui, cultivando a terra, defendendo o meio ambiente, sendo parceiros da natureza, amando o rio, as águas, as florestas, o sol, as estrelas.

E vocês só queriam isto: "Deixem que a gente viva em paz nesta terra chamada de Pau-Brasil." E ali surgiu o nome.

Hoje, na Comissão de Direitos Humanos, e digo que, nesses anos todos que eu passei por lá, foram inúmeras audiências. E aqui vocês dizem corretamente, o protesto. Audiência, sim; discurso, sim, mas muito poucas foram as soluções.

Onde estão as soluções para garantir definitivamente os espaços dos seus antepassados? Aqui? Ao longo dos corredores, onde vejo crianças sentadas com as mães, como se estivessem na oca, como V. Ex^a dizia?

O Brasil tem uma dívida com vocês que não é paga com dinheiro, mas é paga, sim, com infraestrutura, atendendo às demandas, mantendo as tradições da comunidade indígena, com carinho e o amor que vocês merecem. Claro que eu entendo, jovem, quando vai à tribuna e diz: "Eu não estou aqui para festejar porque eu não tenho nada a festejar. Eu estou aqui para protestar", e é assim que eu subi nesta tribuna irmanado com vocês, solidário a vocês.

Eu recebo, Telmário, principalmente por teu intermédio, muitos relatos da realidade do povo indígena e aqui da tribuna, Telmário, eu só quero dizer que dizem que quem defende quilombola e indígena não ganha voto. Eu diria para aqueles que dizem isso que eles não entendem que as políticas humanitárias é que norteiam a nossas vidas. Com voto ou sem voto, eu quero dizer que eu amo o povo indígena. (*Palmas.*)

Quero dizer que caminharemos juntos como sempre caminhamos, Telmário. Tantos anos nesta Casa – desde a Constituinte estou – e muitas vezes vi, sim, quando a delegação indígena chegava, aquele preconceito que têm contra negro e que existe contra indígena também. Eu via no olhar de alguns e, vocês sabem que existe, dizia: Qual é o problema? São nossos antepassados que estão aí, que é a mistura do nosso povo. Mas via no olhar de cada um – e aqui vocês representam toda a nação indígena do nosso País – o olhar de esperança, o olhar de dizer, não pedindo, implorando nada: "nos deem somente aquilo que é nosso, somente aquilo que é nosso". E vocês, com o olhar, apontavam.

Aqui, por mais que eu lesse esse pronunciamento, nem chegaria perto das falas das duas últimas que ouvi aqui: daquela Sr^a – como é o nome da senhora? –, a Tenente Silvia; e da outra senhora que ouvi quando cheguei e que foi a última a falar, a Angelita. Vocês – e também quando é um discurso lido – falavam e falavam com a alma, com o coração, com sentimento, com a energia, diria, das florestas, dos rios, da natureza, dos animais, mas principalmente falavam com a alma do povo indígena.

Um dia, eu ouvi uma frase que jamais esqueci que diz o seguinte: "Quando eu morrer, enterre meu coração na curva do rio." Foi um grande cacique indígena que disse essa frase. Isso mostra o amor por aquilo que é mais nobre, que é a vida, porque a vida é a água, a vida é o rio, a vida é o vento, a vida são os pássaros, a vida são os animais na floresta, a vida é o que vocês plantam para alimentar seus filhos e a caça, que é natural.

Amigos, se eu pudesse, eu confesso... Uma vez, aqui, na Constituinte, recusaram um aumento mínimo do salário mínimo. Eu queria só que o salário mínimo chegasse a US\$100. Saí da tribuna, fui ali, me ajoelhei e pedi. Eu quero terminar com isso. Telmário, permita-me...



Telmário, eu quero sair da tribuna... Porque não é o discurso que resolve, mas eu acho que o gesto vale mais que mil palavras.

Eu vou sair daqui, vou me ajoelhar ali e vou pedir perdão ao povo indígena. Mas que esse meu gesto, de joelhos, pedindo perdão em nome de todos os brasileiros, seja uma mensagem para que atendam às reivindicações básicas dessa gente tão querida, tão sofrida, tão amiga...

E lembro aqui que, lá no meu Rio Grande, quando queriam invadir o Brasil, foi Sepé Tiaraju que disse "esta terra tem dono", e ninguém entrou por aquela fronteira. Eles pelearam, pelearam até morrer.

Vida longa à nação indígena! Que a imagem de Sepé e de tantos líderes da história do povo indígena nunca seja esquecida!

Permita-me, Telmário, que eu saia da tribuna e faça este gesto, que é um gesto de coração. Eu quero pedir perdão a esse povo todo. Perdão! Perdão, nação indígena! Perdão! Perdão!

Um abraço a todos vocês.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 3.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Esse é o Senador Paulo Paim. Esse é o homem que dá um exemplo vivo.

Inclusive, quero agradecer a presença aqui, na galeria, de todos os universitários dos cursos de Contabilidade e Administração da UniEvangélica, de Anápolis, Goiás.

Obrigado pela presença.

É muito bom vocês estarem aqui, nesta sessão solene, porque amanhã vocês serão, sem nenhuma dúvida, os contabilistas da iniciativa privada e os administradores da coisa pública e privada. E é bom que universitários como vocês possam presenciar que nem todo homem público está corrompido, que nem toda a nossa política está destruída; ainda há pessoas com o espírito e o sentimento que o Paulo Paim aqui demonstrou.

Bem, agora, cumprida a finalidade da sessão, agradeço a todas as personalidades que nos honraram com seu comparecimento e encerro a presente sessão.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 40 minutos)



Ata da 52ª Sessão, Não Deliberativa,
em 19 de abril de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Vicentinho Alves.

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 46 minutos e encerra-se às 13 horas e 37 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimentando mais uma vez a nação indígena, eu declaro, agora, aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Passamos a palavra neste momento, com enorme satisfação, ao Senador Vicentinho Alves, um homem que também, eu diria, Telmário, escreveu a sua história sempre defendendo causas e não coisas. Um homem que aqui, permita-me que eu diga, Senador Vicentinho Alves, vai fazer um pronunciamento importante ao seu Estado e à Nação hoje.

Vou lembrar o último projeto, para dizer que V. Ex^a é um homem de palavra. V. Ex^a é um homem que orgulha o seu Estado e a sua gente. Estava para aprovar um projeto, V. Ex^a havia feito um acordo comigo e disse: "Eu só deixo votar o projeto se respeitarem o acordo que fiz com o Senador Paim", que era em benefício das pessoas com deficiência. Jamais vou esquecer!

V. Ex^a poderia ter dado uma curva, como, às vezes, vocês sabem que alguns dão: "Não, faz de conta que eu não vi e deixa votar." V. Ex^a disse: "Não. Eu sou Relator, não vai votar sem que se respeite o acordo que eu fiz com o Senador Paim em relação às pessoas com deficiência."

Senador Vicentinho, a palavra é sua. Mas, antes de começar, aceite minhas palmas. São minhas. São minhas essas palmas. (*Palmas.*)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Paim, as suas palavras, com relação à minha pessoa, engrandecem muito a minha biografia, porque bom é V. Ex^a, que é um bom brasileiro, homem de sentimento, que defende causas importantes, principalmente das minorias deste País, dos trabalhadores, dos povos indígenas... Como diz o jovem, na convivência que tivemos aqui, mais próximos, eu digo que sou seu fã, pela sua qualidade de um bom brasileiro, de um grande Senador da República pelo Rio Grande do Sul. V. Ex^a, com certeza, engrandece os gaúchos e todos nós, brasileiros. Portanto, palavras vindas de V. Ex^a me honram muito e engrandecem muito o meu currículo na vida pública.

Agora há pouco, na sessão de homenagem aos povos indígenas, eu dizia que o dia 19 de abril sempre é um dia importantíssimo na minha vida. Primeiro, é o aniversário do meu velho, querido e saudoso pai, Comandante Vicentão, aviador, como eu... Eu como ele, porque o meu projeto de vida era seguir os passos do meu pai: aviador na Amazônia. Os desígnios de Deus me fizeram sair de aviador e chegar até a honrosa missão de Senador da República.

Outro item importante do dia 19: é o dia em que rendemos homenagem aos povos indígenas. Com isso, eu quero dizer do relacionamento, da amizade com todo o povo indígena do meu Estado e, naturalmente, da Amazônia, onde pude conviver por um bom tempo com os kayapós. Inclusive aqui registrei hoje, Paim, que, de um acidente de avião na selva, quem me salvou foram os kayapós. Foram os desígnios de Deus, porque um aviador, numa cabine de avião, se tornar político – e Senador – não é fácil.

E o destino, de repente, me fez prefeito da minha cidade, Porto Nacional, presidente da Associação Tocantinense de Municípios, deputado estadual por duas vezes – na segunda vez, na época, o mais bem votado da história –, presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Federal... Honrosamente, dentre 200 milhões de brasileiros, eu me encontrar entre os 81 Senadores da República... Para mim, é uma honra enorme poder representar os tocantinenses no



Senado Federal, poder ter tido, de forma consensual, o apoio dos colegas Senadores, do Senador Telmário e dos demais Senadores e Senadoras, para assumir uma função importante aqui no Senado, que é a de 1º Secretário do Senado Federal. Eu quero agradecer isso também a todos os colegas e às colegas Senadoras.

Hoje, os colegas do PR me fizeram Líder do nosso Partido, o Partido da República, no Senado. Reconduziram-me, num sinal de cortesia e amizade, para a mesma missão de Líder do PR. Com isso, Senador Paim, hoje também é um dia importante na minha vida pública.

Vai ocorrer agora, no Tocantins, uma eleição suplementar. No sábado e no domingo ocorrerão as convenções, e a nossa será no domingo. A campanha é muito rápida. Eu tinha um projeto para ir à reeleição como Senador. Com o advento dessa eleição suplementar, nós, convocado pelas Bases, pelo povo, pelos partidos políticos coligados conosco, vamos para a convenção domingo, para colocar o nosso nome como candidato a governador do Tocantins.

Amigo José Carlos Leitão, você, como um tocaninense nato, que participou ativamente dos movimentos libertários, com a Conorte, com a Cenog (Casa do Estudante do Norte Goiano), com a Comissão de Estudos do Norte, a sua presença aqui, coincidentemente, me alegra muito e me faz lembrar os momentos libertários, aqui, no Congresso Nacional, na Assembleia Nacional Constituinte, na qual V. Ex^a, Senador Paulo Paim, votou como Deputado Federal. Tocantins é o único Estado que brotou do Congresso Nacional democraticamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E lembro como se fosse hoje. Votamos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – E nós com uma luta secular. E V. Ex^a, Siqueira Campos e tantos outros Parlamentares nos presentearam com esse Estado, que hoje está dando um exemplo ao Brasil de prosperidade, de desenvolvimento; um Estado no centro e no coração do País.

Portanto, é com esse propósito que nós vamos, como um filho do Estado, junto com a nossa gente, ganhando as eleições no dia 3 de junho, governar com a nossa sensibilidade, com o nosso sentimento tocaniniense.

Sabe qual é o nosso *slogan*, Senador Paim? "Agora chegou a vez dos tocaninenses."

Seremos, com as bênçãos de Deus, com o apoio do povo, o primeiro filho do Estado a governar com a sua gente – com a sua gente –, de forma democrática, ordeira, pacífica e com eficiência.

Aprendi muito na vida pública. Nesses quase 30 anos de mandato, eu venho procurando aprender cada vez mais. Não digo que sou um homem estritamente preparado, mas venho procurando, como um autodidata, aprender nos erros, aprender nos acertos, aprender na vida, aprender na convivência, inclusive, com V. Ex^a neste Parlamento, que me ensinou muito a convivência democrática, e com tantos outros colegas que aqui estão.

Hoje, eu vou apresentar à Mesa a minha licença por 40 dias, que será a partir de terça-feira que vem até o dia 4 de junho. Eu poderia fazer a campanha aqui e ali, com algumas ausências, mas, para que isso não ocorra e que eu possa me dedicar, integralmente, a essa campanha – que é uma campanha muito curta, uma campanha de trinta e poucos dias –, eu vou me ausentar por 40 dias do nosso Senado Federal, de licença por interesse particular. E, assim, vou me dedicar, integralmente, à campanha.



Quero sempre agradecer a convivência com os servidores da Casa, do Senado Federal, desde os terceirizados que me dão cafezinho pela manhã, quando chego ali na portaria... Aliás, cotizo-me com eles na hora da compra do pó de café.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me que eu diga? Testemunho deles: nunca foram tão bem acolhidos por alguém que tivesse um mando importante na Mesa como por V. Ex^ª.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu mesmo dialoguei muitas vezes com V. Ex^ª em relação a eles, e V. Ex^ª dizia: "Paim, no que depender de mim, a gente ajuda nosso povo."

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Tranquilo. Assim foi quando Presidente fui da Assembleia Legislativa. Sempre tive o respeito e a amizade dos servidores da Casa Legislativa do nosso Estado. Presidente Paim, eu nunca entrei por garagem. Às vezes, havia manifestações na porta da Assembleia, mas eu entrava pela porta da frente, conversava com os manifestantes, mandava até colocar café e água para eles. No apartamento nosso do Senado – nada contra quem entra pela garagem –, eu gosto de entrar pela frente do prédio, porque ali eu convivo com as pessoas, é mais tranquilo, é o meu jeito de ser.

De modo que a minha convivência com os servidores de todos os níveis... Aqui, se me permitem todos, quero citar o nome do Fernando Damasceno, que é um servidor de carreira, nosso chefe de gabinete, que já está próximo, inclusive, de aposentar – não é, Fernando? – e que tem me ajudado a não errar tanto na condição de Senador quanto na condição que fui de 1º Secretário.

Eu quero agradecer também ao Advogado-Geral do Senado, o Dr. Cascais, porque, quando nós ingressamos na 1ª Secretaria, nós fizemos dois atos muito simples: um era que qualquer procedimento que eu assinasse teria que voltar para conferir se estava tudo o.k., o que não existia; e o outro era que o procedimento, nesse processo de circular, obrigatoriamente, passasse pela Advocacia-Geral do Senado para ela dar o parecer favorável ou não. Se viesse favorável, eu estava de acordo; se não viesse favorável, eu não estaria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso botar mais um?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui há um espaço chamado Petrônio Portella. É um espaço enorme, em que cabem 700 a 800 trabalhadores. Aí eu falava aqui, falava ali, mas diziam: "Ah, não podemos liberar, porque estamos ajustando lá." Eu pegava o telefone: "Senador Vicentinho, só você para me ajudar, pois estou aqui com 700 trabalhadores". Aí ele dizia no telefone: "Diga para o meu pessoal, eu já vou ligar, que está liberado. Você vai fazer o ato lá, não vai acontecer nada demais." E nunca aconteceu.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado pela confiança que você depositou sempre em mim.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só posso dizer muito obrigado.



O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu que agradeço sempre.

Presidente Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou me ausentar por 40 dias para essa campanha. Não existe eleição ganha antecipadamente, mas estamos procurando construir o maior leque de coligação deste pleito eleitoral. No dia de amanhã, em Palmas, deveremos construir, com aproximadamente 11 a 13 partidos políticos, partidos importantes do Estado, a base nos Municípios, o que deve dar em torno de 80 prefeitos e prefeitas a nos apoiarem, ex-prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e, o mais importante, o povo – S. Ex^ª o povo tocantinense.

Esse sentimento popular sempre me marcou, sempre marcou a minha vida pública. Aliás, Senador Paim, eu sou hoje o Senador mais bem votado da história da nossa capital, Palmas. Essa mão desmembrou o Município de Porto Nacional, minha terra querida, histórica, para criar Taquarussu, Palmas. Tive a oportunidade de sobrevoar o local onde seria a futura capital com o saudoso Sebastião Borba, que era Prefeito da nossa querida Miracema – e eu era Prefeito de Porto Nacional –, e com o então Governador Siqueira Campos. Essa mão desmembrou. Conteí as primeiras ruas, os primeiros postes, as primeiras luzes, mas, morando na minha terra, que é a minha referência, e os palmenses reconhecem isso. Eu sou grato aos palmenses. Trabalho lá e vou para a minha terra.

Casei-me com uma moça da minha cidade, D. Adailde, que criou tão bem os nossos filhos. Marianinha, a caçula, é médica. Thiago Tapajós nasceu lá na Itaituba, quando eu voava; coloquei seu nome em homenagem ao poeta Thiago de Mello, nascido em Barreirinha, ali, próximo, e eu tive a oportunidade, naquela audiência pública, de dizer isso a ele. Quando eu era criança, no Colégio Sagrado Coração de Jesus, na minha cidade, a Madre me botava para declamar Os Estatutos do Homem – eu não sei por quê, na época eu dava conta, mas hoje, não, eu acho que a idade chegou. Esse filho é médico também. O Deputado Federal Vicentinho Júnior está aí trabalhando com dignidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu o conheci. Numa oportunidade, eu fui ao Estado, quando você estava viajando; ele estava lá me esperando e me recebeu.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sim. Há o Neto, o outro filho. Há os meus sobrinhos. Enfim, os netos do Comandante Vicentão estão todos bem encaminhados na vida, advogados, promotores, médicos, engenheiros.

Essa é a nossa referência, a nossa terra, a nossa gente, o nosso povo.

Minha cidade, Paim, está feliz pela oportunidade – não por mim, mas por ter um filho da cidade a governar o Tocantins. Porto Nacional é uma cidade que foi palco das grandes decisões pela criação do Estado, uma cidade com 300 anos, desde Porto da Salvação, Porto Real, na época do Reinado, Porto Imperial, na época do Império, até Porto Nacional, na época da República. Então, nessa cidade, não menosprezando as demais, é que havia os movimentos libertários, com Osvaldo Aires, Fabrício César Freire, Juiz Feliciano Machado Braga, que era juiz. Em seus despachos, esse Juiz colocava Porto Nacional, Tocantins e não Porto Nacional, Goiás. Então, já existia um *slogan*: "O tocantinense não é goiano". Isso não era por haver aborrecimento com Goiás, mas por sermos de formações diferentes, ou seja, Goiás foi colonizado mais pelos paulistas, pelos mineiros, que merecem toda a nossa admiração, e nós os nortistas, pelos nordestinos, com o nosso sotaque, o nosso jeito, pelos maranhenses, pelos alagoanos, pelos



baianos. Então, nós já tínhamos a nossa cultura, a nossa vontade, a nossa luta pela independência.

Por fim, eu quero dizer que vamos para uma eleição e vamos respeitar todos os concorrentes. Eu me relaciono bem com todos – não tenho nenhum problema –, como eu me relaciono aqui com V. Ex^ª, sendo de partidos diferentes. V. Ex^ª é do PT, e eu, do PR. Receber essas palavras elogiosas de V. Ex^ª para mim é o coroamento... Engraçado, também foi uma coincidência estar V. Ex^ª aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De forma muito espontânea, em todos os sentidos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Nós nem combinamos. Parecia que nós tínhamos combinado, como também a presença de tantas pessoas ilustres.

Dizem que, quando a coisa é para dar certo, tudo vai conspirando a favor – as pessoas, tudo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pois é. Obrigado, Presidente.

Por fim, eu costumo dizer que fazemos os planos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Antes que alguém reclame: homens e mulheres.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Homens e mulheres.

Fazemos os planos, Senador Paim, e Deus, lá em cima, fica dando risadas. Os meus planos, depois dessa trajetória toda, eram para a reeleição como Senador. Aí Ele chega, bagunça tudo, muda todo um contexto e diz: "Você vai governar o seu povo."

Vamos fazer uma campanha modesta, com pé no chão, campanha simples, mas muito focada no povo e em contato com ele. Esse sempre foi o meu jeito. Na nossa convenção, com certeza, vão estar lá os povos indígenas, os quilombolas, os trabalhadores, os comerciantes, as professoras, os empresários. Graças a Deus, sempre tive na vida pública um bom relacionamento.

Os partidos com que estamos conversando... Eu não posso citá-los agora, porque dizem que acordo para as coligações só se torna público depois de estar tudo concluído. E, mesmo com muitos já concluídos – do universo de treze, já temos aproximadamente dez organizados –, amanhã, vou ter mais reuniões em Palmas para concluirmos e fecharmos, no final da tarde, o encontro com todos os presidentes de partido.

E aí, Senador Telmário, é pé na estrada, contato com o povo, buscar os votos para a eleição de Governador do Estado.

Espero em Deus que, em sendo eleito, eu possa continuar com este sentimento de simplicidade, com este sentimento de querer fazer o melhor, com eficiência, porque o Estado está precisando muito de eficiência. Enxugamento do Estado não significa exonerações. Vamos respeitar os servidores, com os seus direitos, mas precisamos fazer enxugamentos no tamanho do Estado, não com exonerações. Não é isso, mas não há cabimento, no mesmo setor, na mesma área, haver Ruraltins, Adapec, Agricultura e tal... Pode-se fazer uma secretaria do agronegócio abrigando todos e facilitando para o contribuinte. Vou dar um exemplo numa cidade: Adapec, um prédio alugado num canto; Agricultura, em outro; Ruraltins, em outro. Isso dificulta até



para o contribuinte andar de uma ponta a outra na cidade para resolver o seu problema. Com isso, gasta-se mais com telefone, com aluguéis, com combustíveis e etc. Vamos precisar diminuir o tamanho do Estado.

O meu sentimento também, de forma democrática e republicana, é o de que os partidos que construírem a nossa vitória vão me ajudar a governar de forma republicana e transparente, porque eu não ganho só e muito menos governarei só.

Esse é mais ou menos o estilo, de forma muito rápida, pontuando alguns assuntos, com que vamos governar, respeitando os acordos partidários, que são importantes, até porque estou tendo muito cuidado com os acordos partidários para não os fazer fora do que se pode cumprir. Nós só teremos mais dois meses e meio para outubro, e eu tenho que estar com esses acordos em ordem, para que, em outubro, possamos ir para a reeleição com essa mesma coligação desses partidos, desses dirigentes, desses líderes, que estão confiando em mim para o Governo do Estado. É mais ou menos com esse propósito que nós vamos para a campanha.

Eu quero me despedir por esse período de 40 dias, por enquanto – quem sabe pode ser muito mais para frente –, agradecendo sempre a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, agradecendo a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Eu vou partir daqui com um sentimento muito nobre de gratidão a V. Ex^a.

É assim: eu sou neto da D. Alice, negra, pobre, mãe solteira, doméstica, lavadeira, mas muito honrada, que pegou todos nós e botou no caminho certinho, tudo arrumadinho. E eu quero dizer que o berço de onde saímos eu, os meus irmãos e as minhas irmãs foi muito modesto, porém muito digno, muito honrado. Meu pai, um aviador, lutando para sustentar a família, saiu, em 1958, de Porto Nacional para os Estados Unidos, como disse aqui, para buscar o primeiro aviãozinho dele. Com mais cinco, veio voando. Naquela época, não havia GPS, não havia isso, não havia aquilo. Havia só a bússola. Quando teve que pousar em Cuba – Fidel já estava descendo a serra –, ele teve que pousar em Camagüey e tomar o rumo dele. Aviador é sempre um pouco boêmio, gosta de dançar rumba, etc., e foi festa na chegada com esse PT-BAU, um avião histórico, que transportou o Zé Carlos. O Zé Carlos, muito pequeno e peralta, em Novo Acordo, foi acertado com essa espingarda de chumbo e, na época, não havia estrada e tal. O pai dele, seu Zé Leitão, mandou buscar o Comandante Vicentão, que o trouxe para Porto Nacional. E o meu saudoso cunhado, que era médico, Dr. Antônio Coelho dos Santos, deu toda aquela atenção. E está ali Zé Carlos, uma figura importante do Estado, presente neste momento.

Portanto, é com esse sentimento que nós vamos agradecendo sempre a Deus. Eu sou um devedor de Deus e, eternamente, também do povo, porque já fizeram mais do que mereço. Em toda conta que faço, eu me sinto um devedor de Deus e do povo, porque já me fizeram tanto bem. Tudo que faço e farei será sempre como um eterno pagador de uma dívida com Deus e com o povo, porque sair de onde saí, andar por onde andei, chegar aonde cheguei é só tudo isso. E esse sentimento eu carrego comigo, ouviu, Senador Telmário?

Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Vicentinho, eu estava ouvindo aqui, rapidamente, a sua fala, um pouco da sua biografia e vejo nesse seu gesto um gesto de obediência a um chamado do seu Estado. V. Ex^a passou nesta Casa e em toda a sua vida uma experiência que lhe credencia para ocupar qualquer cargo dentro da República brasileira. E todo político tem o sonho de um dia ser governador do seu Estado. E, neste



momento, V. Ex^a deve estar indo disputar um cargo, no final de mandato, no final de uma legislatura, e o Estado não lhe espera de braços abertos, com uma finança extremamente positiva. Não. V. Ex^a está recebendo um chamamento para que possa se preparar, porque já é este ano. O seu mandato termina este ano, e V. Ex^a já iria para a sua reeleição, com um trabalho construído, que já tive oportunidade de testemunhar no seu Município, no seu Estado. Uma pessoa simples, querida, amada, comprometida com aquele Estado. Agora, V. Ex^a vai disputar um cargo importante. Eu não tenho nenhuma dúvida de que V. Ex^a vai fazer essa grande coligação, essa grande união no seu Estado para reconstruir um Estado que é expoente, um Estado que ainda é do futuro, um Estado que ainda é da oportunidade, em que o pobre ainda pode ficar rico trabalhando honestamente. E V. Ex^a ocupou um papel para viabilizar isso. Este é o papel do primeiro setor, este é o papel do setor público: estruturar para que o povo possa voltar a ter esperança, ter o sonho, ter a alegria. Quando V. Ex^a fala em enxugamento, é enxugamento do supérfluo, é enxugamento do desnecessário, é enxugamento do variável; não é do fixo e não é daquilo que vai prejudicar o bom andamento e muito menos os servidores. Eu tenho certeza de que os servidores vão ser grandes parceiros e vão compreender que o Estado precisa, neste momento, se portar como aquela fala de John Kennedy: não espere que Tocantins possa fazer alguma coisa por você, mas veja o que você pode fazer por Tocantins agora. Vamos juntos...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Obrigado.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Moderador/PTB - RR) – ... dar esse primeiro passo, para fazer a nova história. Que Deus ilumine sempre a sua vida, abençoe a sua caminhada. Que essa sua simplicidade, essa sua humildade seja a tônica do seu governo. Mas um governo comprometido com o povo de Tocantins, comprometido com o desenvolvimento. E que volte a fazer a estrela de Tocantins brilhar. Seu papel é lustrar a estrela de Tocantins. Vá com Deus.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Muito obrigado.

Para concluir, Presidente, eu quero dizer, para não gerar dúvida, com relação aos servidores concursados: fiquem tranquilos. Se formos eleitos, haveremos de respeitá-los nos seus direitos.

Servidores contratados que trabalham, tranquilizem as suas famílias, porque eu não serei Governador para tirar um pão da mesa de um trabalhador, de um servidor público que trabalha com dignidade. Podem ficar muito tranquilos.

Outra preocupação que eu tenho, Senador Paim, é que, como governante, eu possa, com a nossa equipe, observar, quando se fizer um pagamento, que aquele recurso circule o máximo no Estado, que não saia, porque, circulando no Estado, você vai gerar mais riqueza, mais prosperidade etc. Não podemos admitir que uma empresa vá lá, ganhe o recurso dos tocantinenses e vá investir, às vezes, em Miami, em São Paulo etc. Sei da legislação de licitações. É claro que temos de respeitar. Mas temos de estar sempre com o cuidado de travar essas empresas que ganham o nosso recurso e vão investir fora do Estado. Essas não terão o nosso apoio. Vou fazer de tudo para que o recurso circule no Estado, para gerar mais emprego, mais prosperidade tanto na mercearia como no armazém. Enfim, se quiser comprar algum imóvel, compre no Tocantins. Ganhou no Tocantins, invista no Tocantins. É mais ou menos assim, de forma muita rápida.

Por fim, Presidente, a convenção vai ser no domingo, às 16h, na sede da Associação Tocantinense de Municípios, da qual, tenho o prazer de dizer, como ex-Prefeito de Porto fui



Presidente. Fomos nós que conseguimos, junto ao governo Moisés Avelino, a área para a construção daquela sede. E construímos a primeira etapa.

Portanto, este será também, com as bênçãos de Deus e com o apoio do povo, o primeiro Prefeito e o primeiro Presidente da Associação Tocantinense de Municípios a governar o Estado com um sentimento municipalista.

Faço isso desde os outros mandatos, chegando até aqui ao Senado Federal. E a casa dos prefeitos do Tocantins no Senado, modéstia à parte, tem sido o nosso gabinete, com as nossas ações, com as ações dos nossos colaboradores, os nossos assessores e assessoras.

Portanto, despeço-me passando à Mesa a minha licença a partir de terça-feira, a fim de me dedicar a essa campanha, que eu quero fazer de forma muito focada e muito ligada a Deus e ao povo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que Deus ilumine o seu caminho, grande Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou convidar V. Ex^a para assumir a Presidência. Daí, encerre a sessão - e vai ter toda uma simbologia - depois que o seu amigo fizer um registro no plenário.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Com o maior prazer.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vicentinho Alves.)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco Moderador/PR - TO) – Concedo a palavra ao colega, grande Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – O Senador Vicentinho Alves fez um pronunciamento aqui, permita-me que eu diga, Presidente, inesquecível. Numa época de tanto ódio, de tanta intolerância, entre aqueles que pensam diferente até devido à questão da grei partidária, V. Ex^a fez um pronunciamento... Vai para uma disputa e vai debater com seus adversários, mas, percebendo o tom da sua voz, sei que será um debate no mais alto nível, respeitando os que pensam diferente, argumentando as suas ideias. É disso que nós precisamos neste País.

O que vemos hoje nas redes sociais, infelizmente, não é um debate divergindo no campo das ideias: são mais ofensas pessoais, agressões que não têm nada a ver com a índole do povo brasileiro. Esta sessão linda de hoje dos povos indígenas, que levou muitos à emoção, foi uma sessão bonita, uma sessão cheia de sentimento, uma sessão que lembrava o meio ambiente – como eu tentei aqui colocar de forma improvisada: a questão dos rios, das florestas, dos pássaros, da natureza, a integração do homem com a natureza. Porque as políticas humanitárias hoje... Da defesa das políticas humanitárias – que V. Ex^a defendeu da tribuna e que eu procurei retratar aqui o que penso falando com a comunidade indígena –, eu falo com alegria.

Eu tenho um sentimento enorme por todos, sejam brancos, sejam negros, sejam índios, sejam ciganos, independentemente da idade, da etnia, da cor da pele ou de onde vieram. E sou como V. Ex^a, sim. Defendo, claro, muito as cláusulas sociais, mas tenho o maior respeito, e V. Ex^a sabe disso.



Naquele debate do projeto da segurança pública que V. Ex^a relatou, nós dialogamos aqui com os empresários, e eles estavam de acordo com V. Ex^a e comigo também naquela redação que estávamos construindo. Eu aprendi na caminhada a respeitar empresários e respeitar os trabalhadores, seja empresário do campo ou da cidade, seja da área rural ou da área urbana; aprendi a respeitar os Poderes e, claro, a entrar sempre numa linha de diálogo, de construção, de solidariedade e na linha – essa frase não é minha, é do Mestre lá de cima – de fazer o bem sem olhar a quem.

É nessa linha que me permito agora, Sr. Presidente, falar um pouquinho de um projeto que eu estou escrevendo – mas eu vou aqui falar que com muita assessoria, porque sou o Relator da matéria –, que é o estatuto do mundo do trabalho.

Começo dizendo, Presidente: há 136 anos, em 19 de abril de 1882, nascia, na fronteira cidade de São Borja, lá no meu Rio Grande, o ex-Presidente Getúlio Dornelles Vargas, o criador da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT.

Por isso, eu aproveito esta data tão importante para todos nós para explanar aqui o que estamos fazendo na Comissão Especial, em que sou Relator, em relação ao Estatuto do Trabalho: primeiro, ouvindo a todos – empregados e empregadores –, enfim, de todos os setores da sociedade. O anteprojeto está sendo construído na Comissão de Direitos Humanos. Fizemos lá uma Comissão Especial para debater esse tema. Já estamos na 18^a reunião.

A ideia do Estatuto do Trabalho nasceu da vontade popular, foi uma demanda dos trabalhadores e da sociedade brasileira, já que houve uma mudança profunda em relação àquilo que Getúlio construiu e o resultado da reforma trabalhista.

A legislação tem que contemplar a todos – esse é o objetivo –, ouvindo a todos.

Tenho certeza de que V. Ex^a, por esses motivos da vida – pode estar lá como pode estar aqui, mas onde estiver V. Ex^a –, estará também torcendo para um estatuto do mundo do trabalho que abrace a todos, que abrace a relação capital e trabalho de uma forma equilibrada, não havendo pesos e medidas diferentes. Por isso, meu querido amigo, o Estatuto do Trabalho tem por objetivo reconquistar e avançar. Claro que a gente sabe que os tempos mudaram. A modernidade vai ter que estar incluída nesse estatuto. É nessa linha que nós vamos. Ou seja, ele é uma ousada possibilidade de harmonizar o interesse tanto de empregados, como também de empregadores.

Buscamos, dessa forma, um diferencial que julgamos ser o mais importante na construção e na transformação de um País. E que sejamos todos nós os signatários, avalistas de um verdadeiro projeto de Nação que vá na linha da congregação humanista e solidária e da responsabilidade socioambiental – e tentei hoje pela manhã aqui falar da importância dos povos indígenas.

O Estatuto do Trabalho deve refletir a atual realidade – sim, a atual, a moderna realidade do mercado, incluindo novas formas do trabalho e das relações trabalhistas –; contudo, nunca, nunca, jamais podemos deixar de observar a Constituição cidadã, tão defendida por Ulysses Guimarães. Ela dá condição de valorizar, condição de fortalecer os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

E eu fui Constituinte, e foi ali que surgiu o Estado de Tocantins, que V. Ex^a aqui tão bem representa e do qual agora vai ser candidato a Governador de Estado.



O Estatuto do Trabalho busca uma maior segurança jurídica entre empregados e empregadores, propiciando assim uma melhora retumbante, significativa na relação trabalhista, preservando, repito de novo, os direitos assegurados na Constituição.

Queremos fortalecer as instituições, a democracia, a democratização do acesso ao mercado de trabalho, a facilitação do acesso e da permanência, como eu dizia antes, das pessoas com deficiência, dos idosos, dos jovens, do ensino técnico. Queremos que a renda se espraie por todos os cantos, por todas as coxilhas do nosso País, porque o Brasil não pode continuar sendo o País número um em concentração de renda. O Brasil não pode continuar sendo o País em que seis famílias são proprietárias de 50% de toda a riqueza nacional – seis famílias são proprietárias!

Queremos também que outros segmentos... Que a gente combata e que não haja a discriminação. Vamos proteger todos, homem, mulher, em todas as áreas.

O Estatuto do Trabalho está sendo discutido desde agosto, Presidente, através de um ciclo de audiências públicas e palestras. Foram 18 encontros. Vários especialistas nacionais e internacionais – como da OIT – do mundo do trabalho foram ouvidos, bem como ministros do Tribunal Superior do Trabalho; juízes do trabalho, procuradores, auditores, advogados, juristas, professores, entidades sindicais tanto de trabalhador como de empregador.

É importante destacar a participação nessas audiências do cidadão através do e-Cidadania, do Alô Senado e dos demais instrumentos de comunicação da Casa – TV Senado, Agência Senado, Rádio Senado.

A primeira versão do projeto, Sr. Presidente, eu pretendo apresentar à sociedade agora no mês de maio, para que todos percebam que é uma proposta que tem grandeza, solidariedade e que vai na linha de combater também a violência e a intolerância.

Sr. Presidente, só cito aqui agora o grupo de trabalho.

O grupo de trabalho que está finalizando esse anteprojeto do Estatuto do Trabalho é composto por: Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); Ministério Público do Trabalho (MPT); Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat); Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT); Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit), da nossa Unicamp.

Finalizo, Sr. Presidente, senhoras e senhores, Senador Vicentinho Alves, só dizendo que todos os trabalhadores, que todos os brasileiros são cidadãos com direito à saúde, à educação, à segurança, ao trabalho, às férias, ao trabalho descente, ao salário mínimo adequado, ao descanso diário e a uma aposentadoria digna, entre tantos outros benefícios.

V. Ex^a foi parceiro, acompanhou a instalação da CPI da Previdência. E assinou; está lá a sua assinatura. "Vamos lá, Paim, vamos investigar para ver se é preciso ou não haver essa reforma." Agradeço de público aqui. Foram 62, mas eu precisava de 27, e V. Ex^a estava entre os 27. Chegamos a 62, que assinaram, quando só seria preciso que 27 assinassem.

E aí avançamos. A reforma da previdência não sai neste ano. Faremos o debate no ano que vem, com o novo Congresso eleito, com o novo Presidente eleito.

Enfim, o Estatuto do Trabalho é o início de uma resposta cívica, ampla, responsável, que está sendo construída de baixo para cima, com a participação de toda a sociedade, todo segmento da sociedade tanto no campo como na cidade, da área pública privada, dos meios produtivos como também da força da mão de obra brasileira.



A história registrou o nome dos que escreveram a CLT na era Getúlio Vargas. Pois a nossa geração também será lembrada como aqueles que fizeram o Estatuto do Trabalho, Consolidação das Leis do Trabalho.

Era isso, Presidente.

Agradeço muito a tolerância de V. Ex^a, tranquilo como sempre. Parece que li nos seus olhos: "Vai, Paim, fale o que você pensa, porque eu ficarei aqui o tempo necessário para que possa concluir."

Obrigado, mais uma vez, grande Senador Vicentinho Alves.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco Moderador/PR - TO) – É sempre um prazer enorme tanto meu quanto dos brasileiros, Senador Paim, lhe ouvir. V. Ex^a é quem tem a maior frequência na tribuna do Senado Federal e sempre de forma brilhante. Portanto, é sempre um aprendizado estar aqui lhe ouvindo. Agradeço sempre a sua gentileza, a sua fala no dia de hoje.

Eu tenho um amigo, Paim, o ex-Deputado Eduardo Gomes, que deve estar nos ouvindo. Ele é meu amigo, vai virar Senador da República; ele e o Deputado César Halum virão para cá. Ele disse: "Vicentinho, no seu pronunciamento fale que você é de cumprir acordo." Daí, não precisou. Você veio e falou de forma espontânea.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E digo de novo: sou testemunha; a palavra dada vai até o final.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco Moderador/PR - TO) – O Gomes deve estar nos assistindo. Ele é um grande companheiro, como o César também é. Então, ele deve estar dizendo assim para os companheiros que estão perto e dando gaitada: "Não precisou nem ele falar, o Paim falou."

Muito obrigado.

Nada havendo a tratar, encerro a presente sessão, convocando outra para dia e hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 37 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 51^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Discurso encaminhado à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrático/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo de sua história, o Brasil relegou diversas minorias a um plano secundário no processo de desenvolvimento.

Assim, negros, mulheres e pessoas com deficiência, por exemplo, foram submetidos a todo tipo de dificuldade para ter acesso às benesses que avanços técnicos, científicos e econômicos proporcionaram ao restante da sociedade.

Contudo, nenhum grupo foi tão segregado e tolhido quanto o dos indígenas brasileiros.

Como sabemos, os milhões de nativos que habitavam a Terra de Vera Cruz, quando da chegada dos portugueses, possuíam costumes, crenças e valores que foram, paulatinamente, aniquilados.

Como ocorreu com a própria população, a cultura dos índios brasileiros - de todas as etnias - foi massacrada por cinco séculos de jugo e opressão, descaso e desprezo, dolo e culpa.

Por isso, no instante em que deveríamos estar celebrando o Dia do Índio como uma efeméride que evidenciasse a admiração e o reconhecimento da Nação brasileira àqueles que tanto contribuíram para a nossa formação e crescimento, somos compelidos a usar o 19 de abril como um instante de contrição.

Façamos, pois, um mea-culpa coletivo, pedindo perdão pelos erros do passado.

Isso serve de ponto de partida para combatermos as iniquidades do presente e para projetarmos um futuro de inclusão, respeito e solidariedade.

Trata-se de uma obrigação moral, mas, também, de uma ação prática.

Afinal, sem que a sociedade compreenda a sua dívida histórica junto aos nossos índios, dificilmente os poderes públicos se sentirão pressionados a formular políticas que criem as condições para que eles preservem as suas tradições e, ao mesmo tempo, tenham acesso aos instrumentos que propiciariam o desenvolvimento econômico que eles merecem e a inserção social que eles desejam.

A inércia crônica que marca o Estado brasileiro no que diz respeito às políticas públicas para as comunidades indígenas pode ser revertida, na medida em que houver pressão popular.

Pressão que nasce da consciência individual e se dissemina por intermédio da sociedade civil organizada, mas que precisa ser amplificada e sistematizada por meio dos canais institucionais.

Não é por acaso, portanto, que ocupo este espaço hoje para trazer o assunto. E para cobrar!

Sr. Presidente, os governos têm falhado em assegurar os direitos aos povos indígenas do Brasil. No que tange à saúde, por exemplo, as dificuldades são históricas.

Desde que foi criada a Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1967, diferentes instituições e órgãos governamentais se responsabilizaram pela atenção básica aos indígenas.

Nesse ínterim, foram introduzidos e descontinuados dezenas de programas, mas em momento algum a situação sanitária nas aldeias pôde ser considerada satisfatória.

Desde 2010, a coordenação e execução da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) estão sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no âmbito do Ministério da Saúde.

Sua missão é articular ações junto aos 34 distritos sanitários indígenas (DSEI), com vistas a descentralizar a aplicação dos recursos e dar maior agilidade ao atendimento de demandas específicas.

Do ponto de vista do desenho institucional, não há reprimendas a fazer.



Para que possamos atender a quase um milhão de indígenas, representantes de 305 povos diferentes e distribuídos em 688 territórios, não é concebível concentrar as ações em algum gabinete refrigerado de Brasília.

É preciso que a execução seja feita por quem conhece o drama de nossos índios e se compadece deles. Tal percepção, felizmente, tem se cristalizado.

No entanto, os abnegados profissionais da área raramente contam com o devido suporte material das autoridades competentes.

E, como prova incontestável dessa desídia, o arrocho fiscal conduzido pelo atual governo não poupou a Sesai, deteriorando, ainda mais, a situação.

As lideranças indígenas reclamam da falta de material básico, de medicamentos, de meios de transporte e até de combustível.

Como consequência, a incidência de doenças, introduzidas no dia a dia dos nativos por outros grupos étnicos, como malária, tuberculose e alcoolismo tem aumentado.

Por sorte, quero crer que, para o problema da saúde indígena e suas especificidades, existe uma receita simples e eficaz.

O Governo Federal deve intensificar o processo de descentralização e assegurar o financiamento do sistema por intermédio de dotações orçamentárias mais generosas.

Como sabemos todos, dinheiro em boas mãos costuma ser um poderoso remédio para os males da administração pública.

Infelizmente, Sr. Presidente, as agruras enfrentadas pelos povos indígenas do Brasil não se restringem à saúde. No que diz respeito à educação, a situação não é menos preocupante.

Como a Constituição Federal estabelece, no caput do artigo 210 e em seu parágrafo 2º, as comunidades indígenas possuem o direito à educação formal, à semelhança do que é ofertado aos demais brasileiros, observando-se a necessidade de preservação dos seus valores culturais e históricos, como a língua materna.

Com base no dispositivo da Lei Maior, a Funai e o Ministério da Educação asseveram que os indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, multilíngue e comunitária.

Aqui, uma vez mais, deparamos um caso de distanciamento entre o discurso e a prática. Senão, vejamos.

A educação indígena enfrenta os mesmos desafios da educação básica no que concerne à inclusão escolar, desempenho e evasão, mas apresenta indicadores ainda piores.

O grande número de diferentes grupos indígenas representa uma dificuldade adicional, haja vista a dificuldade de encontrar pessoal qualificado e material didático específico para o atendimento dos preceitos constitucionais.

Tal estado de coisas produz situações bizarras e inaceitáveis, como o caso de estudantes da aldeia Sowaintê, de Rondônia, que usam livros confeccionados para os Tupinambá, da Bahia.

Embora haja desejo, por parte desses povos, de produzir material específico para a sua realidade, os governos não disponibilizam recursos humanos e materiais para a empreitada.

Para se ter uma ideia, até 2016, apenas 1.961 professores indígenas haviam sido habilitados por instituições de ensino superior no Brasil.

Além disso, forçados pela vida hodierna a adotar os hábitos daqueles que os colonizaram, muitos jovens indígenas frequentam escolas regulares. Nelas, convivem com o preconceito e a baixa coesão social.



Como resultado da omissão dos governos em produzir a integração desses jovens, as estatísticas de evolução e conclusão dos cursos são ainda mais cruéis do que as vivenciadas nas cerca de 2.400 escolas indígenas do País.

Desgarrados de seu núcleo e deixados ao léu, esses jovens vivem o pior dos mundos, marginalizando-se, muitas vezes.

Tal constatação nos conduz a um debate que talvez fira suscetibilidades, mas que é absolutamente necessário, se quisermos garantir aos indígenas a fruição de todos os direitos que a Carta Magna e o bom senso lhes asseguram.

Senhoras e senhores Senadores, precisamos discutir o desterro imposto aos nativos brasileiros.

Nesse sentido, alguns questionamentos se impõem, de plano.

Se não tivessem sofrido a usurpação de suas terras, como seria a vida dos indígenas modernos?

E, sem esse vício de origem, como seriam as relações sociais brasileiras nos dias atuais?

As respostas são óbvias!

E ainda que soe acaciano, parece ser necessário lembrar que eles foram os primeiros ocupantes de tudo o que, atualmente, conforma o Brasil.

Dessa maneira, a preservação de porções do território brasileiro para os seus descendentes seria, a meu ver, uma consequência natural.

Tal postura está alinhada à ética cristã, que cultiva a fraternidade e a partilha, e às bases jurídico-filosóficas ocidentais, que consagraram o direito à herança.

Por conseguinte, manter e multiplicar reservas indígenas é tanto um ato de justiça quanto um ato de fé.

Tanto é assim que a Constituição de 1988 reconheceu os direitos originários sobre as terras que os indígenas ocupam, estabelecendo que compete à União demarcá-las, protegê-las e respeitar todos os seus bens.

No entanto, correntes poderosas vêm-se insurgindo contra essa lógica e obtido um silêncio obsequioso por parte do atual Governo Federal.

Como consequência desse lobby, nos últimos dois anos, nós, simplesmente, não tivemos a demarcação de novas reservas no País, o que configura um retrocesso enorme.

Sr. Presidente, temos um passivo quase impagável junto aos nossos indígenas, mas, ao invés de suavizá-lo, estamos abraçando posturas que o incrementam.

E o que me preocupa é perceber que os equívocos do governo não encontram uma reação mais forte por parte de muitos atores sociais. A sociedade precisa elevar a sua voz.

Saúde, terra e educação são responsabilidade estatal.

Igualdade e fraternidade, por seu turno, são valores universais.

Promover a melhoria da qualidade de vida dos índios é uma missão para todos nós. Que o Dia do Índio sirva de centelha para acender essas chamas.

Era o que tinha a dizer,



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 52^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicação





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FERNANDO COLLOR

*A publicação
Em 19/04/18
Macedo*

RELATÓRIO DE MISSÃO
REFERÊNCIA – MEMO 21/2018-PRESID
ATENDIMENTO A CONVITE OFICIAL DO REINO DA ARÁBIA SAUDITA E DOS
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS
(RIADE, DUBAI E ABU DHABI)
27 DE MARÇO A 3 DE ABRIL DE 2018

TERÇA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2018

Chegada em Riade, Arábia Saudita. Jantar oferecido pelo Grupo Al-Munajen, há mais de 30 anos maior importador de frango do Brasil.

QUARTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2018

Visita à Embaixada do Brasil.

Reunião com o presidente em exercício do Conselho Consultivo (Shura Council), Dr. Mohammed bin Amin Al-Jefri. Reunião com o presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Arábia Saudita - Brasil, Mohammed Hamed Al-Nagadi, e com membros do grupo. Visita à sede do Conselho Consultivo. Almoço oferecido pelo presidente em exercício do Conselho Consultivo, Dr. Mohammed bin Amin Al-Jefri, Reunião com o príncipe Al-Waleed bin Talal bin Abdulaziz, investidor e empresário internacionalmente influente.

Jantar com empresários sauditas, oferecido pelo Xequie Abdullah Al-Hobayb, CEO da ASEA Brown Boveri.

QUINTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2018

Visita à cidade histórica de Al-Diriyah, berço da Família Al-Saud.

Reunião com o ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, Dr. Nizar bin Obaid Al-Madani.

Jantar oferecido pelo embaixador do Brasil na Arábia Saudita, Flávio Marega, com a presença dos embaixadores ibero-americanos acreditados em Riade.

SEXTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2018

Visita ao Museu Nacional.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FERNANDO COLLOR

SÁBADO, 31 DE MARÇO DE 2018

Partida de Riade com destino a Dubai, Emirados Árabes Unidos.
Chegada em Dubai. Encontro com o Conselheiro Mohammed Ali Al Kamali, membro do Conselho Nacional Federal e com o embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos, Fernando Luís Lemos Igreja.

DOMINGO, 1º DE ABRIL DE 2018

Almoço oferecido pelo primeiro vice-presidente do Conselho Nacional Federal, Sr. Marwan Ahmed Ali Bin Ghalita, com a presença do Conselheiro Salim Obaid Al Hosan Al Shamsi.
Deslocamento para Abu Dhabi.
Visita ao Conselho Nacional Federal, com recepção do ex-deputado e secretário-geral do Conselho Nacional Federal, Ahmed Shbeeb Al-Dhahri.
Jantar oferecido pelo Ministério da Defesa.

DOMINGO, 2 DE ABRIL DE 2018

Reunião com o ministro de Estado de Defesa, Sr. Mohammed bin Ahmed Al Bowardi.
Reunião com o ministro de Estado de Negócios Estrangeiros, Sr. Anwar bin Mohammed Gargash.
Jantar oferecido pelo embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos, Fernando Luís Lemos Igreja, com a presença de membros do corpo diplomático acreditados em Abu Dhabi.

DOMINGO, 3 DE ABRIL DE 2018

Visita a Masdar City e reunião com a direção do complexo.
Reunião com o diretor-geral adjunto da International Renewable Energies Agency (IRENA), Sr. Sakari Oksanen e demais membros da diretoria da Agência.

DOMINGO, 4 DE ABRIL DE 2018

Deslocamento de Abu Dhabi para Dubai. Embarque para o Brasil.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador FERNANDO COLLOR

RESUMO DAS DISCUSSÕES

Como pude observar nos importantes encontros que mantive em Riade – com parlamentares do Conselho Consultivo, o parlamento saudita; com o ministro de estado dos negócios estrangeiros, Dr. Nizar bin Obaid Al-Madani; com o Príncipe Alwaleed bin Talal bin Abdulaziz, investidor e empresário internacionalmente influente; com alguns dos principais empresários sauditas e com membros do corpo diplomático acreditados naquele país, além do embaixador e diplomatas de nossa representação em Riade - o país encontra-se num momento em que o príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman, busca revitalizar a economia e, simultaneamente, promover a imagem de um Reino mais moderno, com a adoção de reformas sociais aceleradas e sem precedentes.

O jovem príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman – conhecido por suas iniciais, MbS – é o responsável pela implementação da "Visão 2030", programa de desenvolvimento nacional que pretende modernizar a economia saudita e tornar majoritárias as atividades econômicas independentes da indústria de hidrocarbonetos. Além de ser o Ministro da Defesa, Bin Salman ocupa, também, papel central na política externa saudita. Credita-se ao príncipe herdeiro, ainda, recentes medidas liberalizantes adotadas pelo governo em questões sociais e culturais. Em seus pronunciamentos públicos, bin Salman busca assumir o papel de face modernizadora da família Al Saud, bem como de representante da juventude saudita (60% da população tem até 29 anos de idade). O acúmulo de poderes por um jovem príncipe é fato inédito na história saudita: Mohammed bin Salman é, hoje, a principal força política no país.

Outra iniciativa calcada na Visão 2030 diz respeito à criação de novas zonas econômicas especiais. Quatro exemplos anunciados são a Rei Abdullah (entre Meca e Medina, servindo como posto marítimo), a Knowledge (em Medina, pretendendo consolidar-se como hub tecnológico e criar 20.000 empregos), a Príncipe Abdulaziz bin Mousaad (em Hail, como hub de transporte terrestre) e a Jazan (centro industrial com usinas elétricas e de dessalinização, ao sul de Jedá).

Porém, o projeto mais audacioso nesse domínio até o momento é o da construção da cidade denominada NEOM (do latim, neo = “novo”, acrescido da primeira letra da palavra árabe mostaqbal = “futuro”), anunciado pelo príncipe Mohammed bin Salman em outubro do ano passado. A NEOM deverá estender-se por uma área de 26.500 Km² junto ao Mar Vermelho e ao Golfo de Aqaba, nas fronteiras com o Egito e com a Jordânia, e contar com leis tributária e trabalhista próprias e com sistema judiciário autônomo (o que pretende tornar o projeto mais atrativo para investidores estrangeiros). Os investimentos na cidade deverão centrar-se em setores considerados “fundamentais para o futuro da civilização humana”, incluindo energias renováveis e água; transporte; biotecnologias; alimentação; ciências técnicas e digitais; industrialização avançada; informação e produção mediática; e entretenimento. Prevê-se que a cidade seja abastecida somente por energia eólica





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador FERNANDO COLLOR

e solar e servida em grande parte pelo trabalho de robôs. A conclusão da primeira fase do projeto está prevista para 2025.

A parte da missão oficial dedicada à visita aos **Emirados Árabes Unidos**, também marcada por encontros de maior relevância, revestiu-se de grata surpresa: o país está mirando o futuro, como nenhum outro, investindo em educação e novas tecnologias, em projetos impressionantemente ambiciosos.

Ainda em Dubai, mantive encontros com o vice-presidente e outros representantes do Conselho Nacional Federal, seguido de visita à sede do Parlamento, na capital Abu Dhabi. São 20 os membros do Conselho, presidido atualmente por uma mulher – a Sr.^a Amal Abdulla Al Qubaisi – e administrado por um corpo de 200 funcionários. Desde 2007, não se imprime mais nenhum documento no Parlamento, seja de caráter legislativo, seja administrativo ou burocrático. O país está introduzindo a adoção de “no paper” também nas escolas, e o wi-fi é gratuito em todo o território.

O primeiro-ministro Mohammed Al Maktoum anunciou mudanças que apontam para o reforço das áreas de inovação tecnológica e digital, mediante a criação de três ministérios: da Inteligência Artificial, de Ciências Avançadas e de Segurança Alimentar. As mudanças foram justificadas como parte do lançamento do “Plano Centenário 2071”, iniciativa que tem por objetivo transformar os Emirados em país líder em matéria de inteligência artificial e desenvolvimento de soluções tecnológicas para o mundo urbano globalizado, fazendo disso um dos pilares de sua projeção internacional.

No encontro que mantive com o Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Anwar bin Mohammed Gargash, além de discutirmos temas relevantes do cenário internacional e de nossa relação bilateral – que os Emirados têm interesse em reforçar, segundo informou-me o ministro – foi-me apresentada a grande maquete da Expo 2020, que será realizada em Dubai, com o tema “Conectando mentes, criando o futuro”.

Na reunião com o Ministro de Estado da Defesa, Mohammed bin Ahmed Al Bowardi, assisti a uma apresentação de amplo quadro sobre os conflitos regionais, especialmente o do Iêmen e a contínua luta contra o terrorismo. Os emiráticos também mostraram interesse no cargueiro militar KC-390, da Embraer, que deverá fazer novos testes naquele país, nos próximos meses.

Também é política prioritária transformar Abu Dhabi em um pólo de desenvolvimento, estudo e implementação de energias renováveis. O emirado sedia, em um complexo denominado “Masdar City”, além da sede da Agência Internacional de Energias Renováveis - IRENA, o “Instituto Masdar” (centro de pesquisa em energias renováveis resultado de cooperação entre a Companhia Masdar, controlada pelo fundo de investimento emirático Mubadala, a Universidade Khalifa e o Massachusetts Institute of Technology).





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FERNANDO COLLOR

Em janeiro último, o Brasil anunciou sua decisão de iniciar o processo de adesão à IRENA, que teve seu estatuto aprovado em 2009. A organização conta com 156 membros e 25 países em processo de adesão. Foi recebido pela diretoria da Agência, que proporcionou amplo conhecimento de suas atividades e projetos de cooperação no mundo.

A visita ao Instituto Masdar transportou-nos para o futuro. A cidade toda é movida por energia solar, inclusive os ônibus coletivos e o veículo que chamam de Trânsito Rápido Pessoal, que circula dentro do Instituto, sem motorista, movido a baterias de lítio alimentadas por energia solar. A cidade, cujo projeto de energia limpa iniciou-se há apenas 11 anos, é livre de CO₂, e adota a metodologia de construções sustentáveis para seus prédios, onde moram pesquisadores de vários países do mundo, todos dedicados à pesquisa sobre inovação, nos mais variados campos.

A prosperidade dos Emirados atrai intenso fluxo de imigrantes, os quais representam entre 80 e 85% dos habitantes do país, que abriga a maior comunidade brasileira na Península Arábica, estimada entre 6 mil e 9 mil cidadãos – principalmente por profissionais qualificados e suas famílias.



SENADO FEDERAL – Gabinete do S
Telefone: +55 ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EA057BCD0022C618.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 21, DE 2018

(nº 192/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e os Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CRE.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 192

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO e aos Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

Os méritos do Senhor Fernando José Marroni de Abreu que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de abril de 2018.



EM nº 00058/2018 MRE

Brasília, 5 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e aos Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os organismos internacionais e curriculum vitae de **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 174 - C. Civil.

Em 17 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO e aos Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU**

CPF.: 238.412.060-34

ID.: 8109 MRE

1957 Filho de Fernando da Encarnação Abreu e Lygia Marroni de Abreu, nasce em 17 de março, em São Borja/RS

Dados Acadêmicos:

1979 Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1981 CPCD – IRBr
1985 Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília/DF
1986 Relações Internacionais pela Universidade Brasília/DF
1988 Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Paris-I, Pantheon-Sorbonne, Paris/FR
1989 CAD – IRBr
2004 CAE - IRBr, A Política de Defesa Nacional - Uma Visão Crítica

Cargos:

1982 terceiro-secretário
1986 segundo-secretário
1994 primeiro-secretário
2000 conselheiro
2005 ministro de segunda classe
2010 ministro de primeira classe

Funções:

1983-84 Divisão da África I, Assistente
1983 Instituto Rio Branco, Professor Assistente de Política Externa Brasileira Contemporânea
1984-85 Divisão da África II, Assistente
1985-86 Subsecretaria-Geral da Assuntos Políticos, Assistente
1985 Curso de Formação de Diplomatas em Guiné-Bissau, Diretor
1986-89 Embaixada em Paris, Terceiro e Segundo-Secretário
1989-93 Embaixada em Havana, Segundo-Secretário
1993 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, Assistente
1993-94 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor e Chefe de Gabinete
1994-95 Secretaria de Informações no Exterior, Secretário, substituto
1995-98 Embaixada em Roma, Primeiro-Secretário
1998 Ministério Extraordinário de Política Fundiária, Assessor Internacional e Chefe de Gabinete
1999 Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Conselheiro
2000-02 Ministério do Desenvolvimento Agrário, Chefe de Gabinete
2000 Comitê Gestor do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos de Reforma Agrária do Nordeste, Presidente
2001 Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Conselheiro



2002-03	Ministério da Defesa, Assessor Especial
2003-05	Ministério da Defesa, Chefe de Gabinete
2003	Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Administração Aeroportuária - INFRAERO, Vice-Presidente
2003	Conselho Executivo da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Membro
2004	Conselho de Administração da EMBRAER, Membro Suplente
2005-08	Embaixada em Madri, Ministro-Conselheiro
2008-12	Embaixada em Amã, Embaixador
2012-15	Agência Brasileira de Cooperação, Diretor
2015-2016	Subsecretaria-Geral Política III, Subsecretário-Geral
2016	Subsecretaria-Geral da África e do Oriente Médio, Subsecretário-Geral

Publicações:

2000	Brasil e Cuba – A Gangorra Diplomática in Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990, o Desafio Estratégico, Ed. NUPRI-USP, São Paulo
------	---

Condecorações:

1990	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
2002	Medalha do Pacificador, Brasil
2002	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
2002	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2003	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
2003	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2003	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grã-Cruz
2004	Medalha da Vitória
2004	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2013	Ordem do Mérito Judiciário Militar, Alta Distinção

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Representação do Brasil junto à FAO

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO**OSTENSIVA
Abril de 2018

3



DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (<i>Food and Agriculture Organization</i>)
Mandato:	Eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial.
Natureza:	Agência especializada e intergovernamental
Estados partes:	194 Estados e 1 Organização (União Europeia)
Estados associados:	2 Estados: Ilhas Faroe e Tokelau
Fundação:	16 de outubro de 1945
Ano de adesão do Brasil:	1945 (membro fundador)
Sede:	Roma, Itália (desde 1951, quando foi transferida de Washington, EUA)
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Conferência, Conselho, Conferências Regionais, Comitês Administrativos (Programa, Finanças, Questões Constitucionais e Jurídicas), Comitês Temáticos (Agricultura, Florestas, Pesca e Aquicultura, Segurança Alimentar, Produtos de Base)
Principais chefias:	Diretor-Geral, José Graziano da Silva (jan/2012-atual) Vice-Diretor-Geral de Operações, Daniel J. Gustafson (jan/2013-atual) Vice-Diretora-Geral de Conhecimento, Maria Helena Semedo (jun/2013-atual)
Representante na Região:	Raúl Benítez, Representante da FAO para a América Latina e o Caribe (jun/2012-atual)
Representante no Brasil:	Alan Bojanic, Representante da FAO no Brasil (mar/2013-atual)
Representação brasileira:	Representante Permanente do Brasil junto à FAO

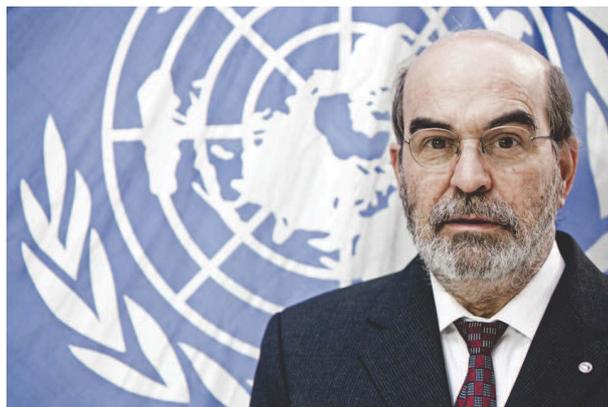
Informação revisada em 27 de março de 2018.



PERFIS BIOGRÁFICOS

José Graziano da Silva

Diretor-Geral da FAO



Brasileiro, agrônomo e professor¹, José Graziano da Silva trabalha com agricultura, desenvolvimento rural e segurança alimentar desde 1972. Entre 2003 e 2004, foi Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, sendo o responsável pela implementação do Programa Fome Zero. Em 26 de junho de 2011, foi eleito Diretor-Geral da FAO, tornando-se o primeiro latino-americano a ocupar tal posição. Em junho de 2015, foi reeleito, como candidato único, com 177 votos favoráveis dos 182 possíveis. Seu segundo mandato de quatro anos estende-se até 31 de julho de 2019.

Desde que assumiu o cargo de Diretor-Geral da FAO, em janeiro de 2012, Graziano tem-se encarregado da conclusão de reformas estruturantes na Organização, reorientando seu trabalho para o combate à insegurança alimentar e à desnutrição e a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Seus esforços vêm resultando em melhor custo-benefício para a FAO e seus parceiros, o que lhe garantiu ampla aprovação tanto entre os países desenvolvidos quanto entre aqueles em desenvolvimento.

¹ Possui Grauação e Mestrado em Agronomia, pela Universidade de São Paulo, e Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas, onde foi professor titular de Economia Agrícola. Fez, ainda, Pós-Doutorado na Universidade da Califórnia e no Instituto de Estudos Latino-Americanos da University College London.



Daniel J. Gustafson
Vice-Diretor-Geral de Operações



Cidadão norte-americano, Gustafson é Bacharel em Economia e Relações Internacionais, Mestre em Economia Agrícola e Doutor em Extensão Agrícola. Iniciou carreira no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e serviu no Brasil de 1977 a 1988, apoiando programas de pesquisa e extensão agrícolas nacionais. Em seguida, tornou-se Diretor de Programa do Centro de Gestão de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Maryland, nos EUA.

Na FAO, Gustafson iniciou seus trabalhos em 1994, como Representante da Organização em Moçambique. Em 1998, foi designado a representar a FAO no Quênia e na Somália; e, em 2002, na Índia e no Butão. Tornou-se Diretor do Gabinete do Escritório de Ligação para os EUA e o Canadá, em 2007; e Diretor do Escritório de Apoio à Descentralização, em 2012. Nesse mesmo ano, foi nomeado pelo Conselho da FAO para a função de Vice-Diretor-Geral de Operações. Sob sua coordenação, além das atividades de cooperação internacional da FAO, estão concentrados os serviços corporativos, financeiros e de recursos humanos.



Maria Helena Semedo
Vice-Diretora-Geral de Conhecimento
Coordenadora-Geral para Recursos Naturais



Nacional de Cabo Verde, Maria Helena Semedo foi nomeada Vice-Diretora-Geral de Conhecimento pelo Conselho da FAO, em 2013. Em seu país, exerceu as funções de Ministra da Pesca, Agricultura e Assuntos Rurais (1993-1995); Ministra Coordenadora do Comitê Interestadual para o Controle da Seca do Sahel (1993-1997); Ministra para Assuntos Marinhos (1995-1998); e Ministra do Turismo, Transportes e Oceanos (1998-2001).

Na FAO, Semedo atuou como Representante da Organização no Niger (2003-2008); Representante Subregional da África Ocidental e Vice-Representante Regional para a África (2008-2009), tornando-se a titular do Escritório em Acra e Diretora-Geral Assistente ainda em 2009. Como Vice-Diretora-Geral de Conhecimento e Diretora de Recursos Naturais da FAO, ela concentra sob seu comando todas as áreas temáticas da Organização.



INFORMAÇÕES GERAIS

Agência especializada das Nações Unidas, de caráter intergovernamental, a FAO tem o mandato de ajudar os países a eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial.

Desde sua fundação, em 16 de outubro de 1945, a FAO mantém-se como um dos maiores organismos internacionais das Nações Unidas. Nas suas duas primeiras décadas, era a única fonte internacionalmente reconhecida de conhecimentos técnicos em alimentação, nutrição e agricultura. Atualmente, junto com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), criado em 1963, e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), de 1977, a FAO segue sendo referência internacional em assuntos ligados a agricultura, alimentação, nutrição, desenvolvimento rural, florestas, pesca e aquicultura, entre outros.

A Organização é integrada por 195 Membros e 2 Estados Associados, sendo o Brasil um de seus fundadores. Entre os Membros, constam 194 Estados nacionais e a União Europeia, na categoria de organização. Seu Diretor-Geral, o brasileiro José Graziano da Silva, encontra-se no segundo mandato (2015-2019), para o qual foi reeleito com amplo apoio: 177 dos 182 votos possíveis, em candidatura única. Por sua vez, os Vice-Diretores-Gerais se dividem entre os temas de natureza substantiva, a cargo da cabo-verdiana Maria Helena Semedo (*DDG Knowledge*), e aqueles de ordem administrativa e financeira, sob a responsabilidade do norte-americano Daniel Gustafson (*DDG Operations*).

Estrutura e Governança:

A estrutura da FAO contempla instâncias consultivas e deliberativas, de natureza tanto técnica quanto política. É composta de conferência, conselho, comitês e outros órgãos estatutários.



- **Conferência:** órgão máximo de deliberação, que reúne, a cada dois anos, todos os Membros da FAO. Tem o propósito de rever os trabalhos da Organização e aprovar o Programa de Trabalho e Orçamento para o biênio seguinte. O Diretor-Geral da FAO é eleito pela Conferência para um mandato de quatro anos, passível de uma única renovação.
- **Conselho:** é composto de 49 membros eleitos para um mandato de três anos. Supervisiona as questões orçamentárias e relativas ao programa de trabalho da organização. É assessorado por comitês técnicos e órgãos subsidiários, que reportam ao Conselho as questões orçamentárias e relativas ao programa de trabalho.
- **Comitês:** a estrutura da FAO contempla quatro Comitês técnicos: Agricultura (COAG), Florestas (COFO), Pesca e Aquicultura (COFI) e Produtos de Base (CCP); e três Comitês administrativos, de participação restrita: Programa; Finanças; e Questões Constitucionais e Jurídicas. O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS ou CSA), realizado anualmente, e as Conferências Regionais, de frequência bienal, também são considerados órgãos diretores da FAO.
- **Outros órgãos estatutários:** a FAO conta com outros órgãos estatutários, cujo trabalho é de grande relevância e interesse para o Brasil. Entre eles estão a Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura (CGRFAA) e o Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura (IPTGRFA ou TIRFAA). Também se enquadram nessa categoria aqueles órgãos considerados normativos (“rule-setting bodies”) junto à Organização Mundial do Comércio (OMC): o Codex Alimentarius e a Comissão de Medidas Fitossanitárias (CPM), braço executivo da Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (IPPC).

Assinado em 2001 e em vigor desde 2004, o TIRFAA tem como objetivo a conservação e o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e a repartição justa e equitativa de benefícios derivados de sua utilização,



com vistas a uma agricultura sustentável e à segurança alimentar. Para tanto, o TIRFAA estabeleceu o primeiro mecanismo internacional de acesso e repartição de benefícios (ABS) e criou sistema de acesso facilitado a recursos genéticos de 64 cultivos, listados em seu Anexo I, que formam a base de 80% da alimentação humana.



A FAO sedia, ademais, uma série de iniciativas globais e regionais voltadas para temas específicos e afins ao seu mandato e programa de trabalho. A Aliança Mundial pelos Solos (GSP)² e a Parceria Global sobre Bioenergia (GBEP)³, por exemplo, contam com a associação do governo brasileiro. O país também vem participando, por meio de especialistas e parceiros não-governamentais, de atividades da Iniciativa Global sobre Perda e Redução do Desperdício de Alimentos⁴ e da Iniciativa Global de Crescimento Azul e Estados Insulares em Desenvolvimento⁵. Por sua vez, as atividades da Aliança Mundial pela Agricultura Climaticamente Inteligente (GACSA)⁶ e do Mecanismo Floresta e Agricultura (FFF) têm sido acompanhadas pela Representação do Brasil junto à FAO, mantendo-se o país na condição de observador.

² <http://www.fao.org/globalsoilpartnership/en/>

³ <http://www.globalbioenergy.org/>

⁴ <http://www.fao.org/3/a-i4068e.pdf>

⁵ http://www.fao.org/fileadmin/templates/sids/PDF/Blue_Growth_policy_paper.pdf

⁶ <http://www.fao.org/climate-smart-agriculture/en/>



O secretariado opera em seis unidades principais, responsáveis pelos temas substantivos, além de um departamento administrativo. Listam-se abaixo as principais divisões de cada área, que sinalizam a amplitude e variedade do trabalho realizado pela Organização:

- a) Agricultura e Proteção ao Consumidor – produção e saúde animal; nutrição e proteção ao consumidor; produção e proteção de plantas; infraestrutura rural e agroindústrias; unidade de técnicas nucleares FAO/AIEA;
- b) Desenvolvimento Social e Econômico – desenvolvimento agrícola; estatísticas; comércio e mercados; gênero, equidade e emprego rural;
- c) Pesca e Aquicultura – políticas de pesca e aquicultura; uso e conservação de recursos pesqueiros e de aquicultura;
- d) Florestas – produtos, políticas e economia florestal; avaliação, manejo e conservação florestal;
- e) Cooperação Técnica – políticas e desenvolvimento de programas; operações emergenciais e reabilitação; centro de investimentos;
- f) Clima, Biodiversidade, Terra e Água – políticas para alimentação e agricultura sustentáveis e resiliência dos meios de vida no campo;
- g) Serviços Corporativos e Recursos Humanos e Finanças.

A FAO conta, ainda, com uma Coordenação-Geral para Recursos Naturais, que abriga as divisões de Clima, Energia e Posse, e de Terra e Água, além de integrar as ações dos departamentos de Agricultura, Florestas, e Pesca e Aquicultura. A Coordenação-Geral de Recursos Naturais é atualmente chefiada pela Vice-Diretora-Geral, Maria Helena Semedo.

Níveis de Representação:

A Organização possui cinco escritórios regionais, nove escritórios sub-regionais, cinco escritórios de ligação e 143 representações nacionais. A principal função desses escritórios e representações é a de identificar, planejar e implementar as ações prioritárias da FAO nos níveis regional, sub-regional e local. Os postos avançados da Organização também apoiam os países, por meio de assessoramento técnico, no desenvolvimento de políticas, programas e projetos voltados ao combate à fome e à



desnutrição, ao desenvolvimento rural e agrícola e ao uso sustentável e eficiente dos recursos naturais.

Os cinco escritórios regionais dividem-se em: África Subsaariana (sede em Acra, Gana), Ásia e Pacífico (Bangkok, Tailândia), América Latina e Caribe (Santiago, Chile); Europa e Ásia Central (Budapeste, Hungria); e Oriente Próximo e Norte Africano (Cairo, Egito). O Representante da FAO para a América Latina e o Caribe é o mexicano Dr. Julio A. Berdegú (abril/2017-atual)

No Brasil, a Organização tem escritório em Brasília, e seu representante no país é Alan Bojanic, nacional da Bolívia. A atuação da FAO em território brasileiro abrange áreas como segurança alimentar e nutricional, redução da pobreza, desenvolvimento rural, sanidade agropecuária, qualidade dos alimentos e gestão de recursos naturais.

Competência e Atribuições:

Entre as principais atribuições da FAO, estão:

- ❖ *Apoiar* países em desenvolvimento mediante projetos de assistência técnica, numa visão holística, que integre as dimensões da sustentabilidade – ambiental, social e econômica;
- ❖ *Informar* sobre nutrição, alimentos, agricultura, florestamento e pesca, utilizando-se de informes (*newsletters*), relatórios, livros, revistas e dados em formato eletrônico;
- ❖ *Aconselhar* a governos, com base no conhecimento especializado e experiência de seu diversificado quadro técnico, além de consultorias em política e planejamento agrícola e em formulação de estratégias nacionais para desenvolvimento agrícola, segurança alimentar e combate à pobreza;
- ❖ *Servir* como um fórum neutro para discutir e formular políticas nos principais assuntos relacionados à agricultura e alimentação. Realizar conferências, encontros técnicos e consultas de especialistas.

A atuação da FAO estende-se a operações de assistência humanitária, nas áreas de prevenção, mitigação, preparação e resposta a emergências. Possui também



programas de prevenção e controle de pestes (o *Emergency Prevention System for Transboundary Animal and Plant Pests and Diseases*, implementado em 1994).

Em outra frente, a FAO criou, em parceria com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o programa *Codex Alimentarius*, com o propósito de desenvolver padrões e diretrizes alimentares para proteger os consumidores, garantir o comércio justo e promover a coordenação de todos os trabalhos de padronização alimentar realizados por organizações intergovernamentais e não-governamentais.

Além de utilizar seus próprios recursos, a FAO busca favorecer o desenvolvimento do setor agrícola também com investimentos provenientes de instituições multilaterais como o Banco Mundial, bancos de desenvolvimento regional e fundos internacionais.

A atuação da FAO amplia-se também para operações de assistência humanitária, atuando nas áreas de prevenção, mitigação, preparação e resposta a emergências.

Reforma da Governança e Marco Estratégico Revisado:

Foi concluída, em 2013, a revisão no Marco Estratégico da FAO, que concentrou a ação da Organização em cinco Objetivos Estratégicos⁷:

OE 1 – Ajudar e eliminar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição;

OE 2 – Aumentar e melhorar a oferta de produtos e serviços agrícolas, florestais e pesqueiros de maneira sustentável;

OE 3 – Reduzir a pobreza rural;

OE 4 – Promover sistemas alimentares e agrícolas mais inclusivos e eficientes; e

OE 5 – Aumentar a resiliência dos meios de vida frente a catástrofes.

Também está em fase de conclusão, processo de reforma na estrutura de governança⁸ da Organização, voltado, sobretudo, para:

a) Apresentação de resultados concretos de gestão, mediante aprovação e implementação ágil de projetos e programas;

⁷ <http://www.fao.org/docrep/meeting/027/mg015e.pdf>

⁸ <http://www.fao.org/3/a-mm578e.pdf>



- b) Reforço das capacidades institucionais, sobretudo em termos de descentralização e maior capacidade de resposta dos escritórios regionais, sub-regionais e nacionais;
- c) Redução substantiva dos custos administrativos e ampliação do uso dos recursos do orçamento regular da Organização em programas de apoio concreto a Estados Membros⁹;
- d) Fortalecimento de parcerias com a sociedade civil, iniciativa privada, a área acadêmica e outros atores não-estatais; e
- e) Incentivo e apoio à Cooperação Sul-Sul.

Áreas Prioritárias e Temas Emergentes

Em 2018, a FAO dará início às atividades previstas para o biênio 2018-19, cujo Programa de Trabalho e Orçamento foi aprovado na 40ª Conferência Geral. Segundo o Plano de Médio Prazo 2018-2021, a agenda de trabalho da FAO segue tendo como prioridade a erradicação da fome e da insegurança alimentar e o combate a todas as formas de má nutrição. A Organização mantém como objetivos estratégicos a sustentabilidade da agricultura, incluindo pecuária, pesca e silvicultura; a redução da pobreza rural; a promoção de sistemas alimentares inclusivos e eficientes e a melhoria da resiliência a desastres dos sistemas agrícolas. Questões relacionadas aos impactos da mudança do clima na agricultura e à nutrição também permanecem no topo da agenda da FAO.

Entre os temas emergentes relacionados às áreas prioritárias e aos Objetivos Estratégicos da Organização, sublinham-se: agroecologia, biotecnologia (sobretudo aplicada a pequenos produtores), medidas de prevenção e combate à resistência antimicrobiana, Sistema de Patrimônio Agrícola de Importância Global (GIAHS), entre outros.

Ademais, a FAO busca se viabilizar como uma das principais agências de apoio à implementação dos compromissos assumidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esses esforços são especialmente observados nas áreas de segurança alimentar e nutrição, desenvolvimento rural e mudança do clima. Sobre esta

⁹ Atualmente, cerca de 70% dos recursos do orçamento regular da FAO são gastos com os custos administrativos da Organização, o que leva a quase totalidade dos programas e atividades-fim a serem financiados com recursos provenientes de contribuições voluntárias.



última, em seguimento ao Acordo de Paris (dezembro de 2015), a FAO vem advogando maior atenção à agricultura – incluindo pecuária, pesca e florestas – nas discussões sobre clima, e trabalhando em programas e projetos que tratam o tema de maneira transversal e integrada.

Por sua vez, no campo do direito à alimentação, segurança alimentar e nutrição, a FAO detém grande conhecimento e base legal acumulados. Nos últimos anos, realizou, em conjunto ou com apoio de outras organizações internacionais, várias reuniões de alto nível nessa área. Desses encontros, resultaram declarações, planos de ação e programas de trabalho baseados em compromissos de combate à fome, à insegurança alimentar e à desnutrição. Entre os principais eventos, estão as duas conferências internacionais sobre nutrição (ICN-1 e ICN-2), em 1992 e 2014¹⁰; as duas cúpulas mundiais sobre alimentação, em 1996 e 2002¹¹; e a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, em 2009¹². As atividades vindouras, por sua vez, serão pautadas pela definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com metas tanto específicas para a nutrição (ODS 2), quanto dirigidas a outras áreas, mas de efeitos indissociáveis sobre a segurança alimentar e a nutrição.

Orçamento da FAO:

O orçamento total da FAO previsto para 2018-2019 é de US\$ 2,560 bilhões. Desse montante, 39% proviriam de contribuições estatutárias, pagas pelos Estados Membros, e 61% devem ser mobilizados por meio de contribuições voluntárias dos Membros e de outros parceiros. As contribuições são pagas anualmente – uma parte em dólares americanos e a outra, em euros – e correspondem à metade do valor devido no biênio.

Na divisão orçamentária para o biênio que segue, as parcelas de maior vulto serão destinadas para "Aumentar a resiliência dos meios de subsistência a ameaças e crises"; "Tornar a agricultura, a silvicultura e a pesca mais produtivas e sustentáveis"; e "Contribuir para a erradicação da fome, insegurança alimentar e desnutrição", que correspondem respectivamente a 708 milhões, 655 milhões e 266 milhões, da fonte de financiamento, corroborando com as prioridades da organização.

¹⁰<http://whqlibdoc.who.int/hq/1992/a34303.pdf> e <http://www.fao.org/about/meetings/icn2/en/>

¹¹ <http://www.fao.org/wfs/> e <http://www.fao.org/docrep/MEETING/005/Y7106E/Y7106E09.htm#TopOfPage>

¹² <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/Meeting/018/k6050e.pdf>



O Brasil é o 10º maior contribuinte ao orçamento regular da FAO, sendo antecedido por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, China, Itália, Canadá e Espanha. Os dez maiores contribuintes da FAO aportam, anualmente, quase 70% do valor aprovado pela Conferência – do qual o Brasil responde por menos de 3%. Os vinte Membros subsequentes aportam cerca de 22% do orçamento regular, enquanto os 164 Membros restantes – em sua grande maioria países de menor desenvolvimento relativo – contribuem com cerca de 8% do total.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

O Brasil, como um dos mais importantes produtores e exportadores mundiais de alimentos – além de ser o primeiro país em biodiversidade, o segundo em extensão florestal, e um dos maiores em reservas de água doce do planeta – não poderia estar ausente dos principais foros internacionais sobre temas agrícolas e, em especial, das diversas instâncias da FAO – inquestionavelmente, a principal organização das Nações Unidas com mandato nessa área. Essa conclusão é reforçada pela constatação da crescente complexidade e transversalidade dos temas, envolvendo, simultaneamente, comércio, energia, mudança do clima, segurança alimentar, biodiversidade, biotecnologia, inovação e pesquisa tecnológica.

Assim, os interesses nacionais, em todas as suas dimensões, tanto as estritamente econômicas e comerciais, quanto as relativas à cooperação e ao meio ambiente, por exemplo, podem vir a ser afetados, positiva ou negativamente, em maior ou menor grau, a depender dos rumos que tomam as discussões nas diversas instâncias da FAO.

O envolvimento de diferentes Ministérios e instituições nacionais nos projetos de cooperação com a FAO demonstra a diversidade dos temas e das áreas de interesse do país com relação às atividades realizadas por essa agência especializada das Nações Unidas.

Considerando os Objetivos Estratégicos e o Plano de Médio Prazo 2018-2021 da FAO, as áreas a serem enfatizadas no período 2018-2019, os projetos de cooperação que contam com a participação brasileira, os atos bilaterais firmados com o País, bem



como os assuntos em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização, são os seguintes os temas prioritários para o Brasil no âmbito da FAO¹³:

i. Combate à Fome e Erradicação da Pobreza Rural

- Medidas de Proteção Social;
- Acesso à Terra e aos Meios de Produção Rural;
- Geração de resiliência das comunidades vulneráveis (agricultores, criadores, pescadores, agentes florestais, comunidades indígenas e tradicionais) ao risco e/ou afetados pelas catástrofes socioambientais (inclusive conflitos) ou tecnológicas; às doenças/pestes animais e vegetais; às crises socioeconômicas e a outras crises complexas.

ii. Segurança Alimentar e Nutrição

- Direito à Alimentação Adequada;
- Alimentação Escolar;
- Melhoria da qualidade e da diversidade dos alimentos.

iii. Sistemas Agroalimentares Eficientes e Inclusivos

- Agricultura Familiar;
- Questões de Gênero;
- Compras Governamentais.

iv. Desenvolvimento Agrícola e Rural Sustentáveis

- Intensificação e Eficiência da Produção Agropecuária,
- Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais (biodiversidade, recursos genéticos, solos e recursos hídricos);
- Manejo Florestal Sustentável;
- Pesca e Aquicultura Sustentáveis;
- Agricultura e Mudança do Clima;
- Agricultura e Bioenergia;
- Agroecologia e Produção Orgânica;

¹³ A presente lista não é exaustiva e representa esforço de sistematização da participação brasileira nas atividades da FAO. Reflete o Artigo III da proposta de Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceira Estratégica, assinado em 2015, e incorpora os principais temas em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização.



- Biotecnologia, Melhoramento Genético e OGMs.

v. Cooperação Sul-Sul e Triangular

- Assistência Técnica;
- Capacitação;
- Formação de Redes de Pesquisa.

vi. Assistência Humanitária Alimentar

- Prevenção, Mitigação e Resposta a Emergências;
- Ações Estruturantes para Construção de Resiliência.

vii. Produção e Comércio de Commodities e Questões Correlatas

- Investimentos e Inovação Tecnológica;
- Promoção de Sistemas de Distribuição e Abastecimento;
- Inclusivos, Sustentáveis, Eficientes e Justos;
- Promoção de medidas Contra Perdas e Desperdício;
- Promoção da Integração de Mercados Regionais e Globais.

viii. Sanidade Vegetal e Animal

- Prevenção e Controle de Pestes;
- Segurança Sanitária (vegetal, animal e alimentar).

ix. Codex Alimentarius e outras medidas regulatórias

Cumprir notar que a lista acima não é exaustiva e representa esforço de sistematização da participação brasileira nas atividades da FAO. Reflete o Artigo III da proposta de Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceira Estratégica, assinado em 2015, e incorpora os principais temas em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização.



Situação das contribuições obrigatórias do Brasil

A contribuição brasileira para o ano de 2018 é de USD 10.384.841,89 (dez milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e um dólares e oitenta e nove centavos) e de EUR 7.195.325,65 (sete milhões, cento e noventa e cinco mil, trezentos e vinte e cinco euros e sessenta e cinco centavos), que consituirá dívida em 1º de janeiro de 2019. Além disso, o Brasil se encontra em dívida de contribuição parcial do montante em dólares da fatura de 2016, que é de USD 1.241,89; e da contribuição integral do ano de 2017 que é de USD 8.010.582,84 (oito milhões, dez mil, quinhentos e oitenta e dois milhões de dólares e oitenta e quatro centavos) e de EUR 5.635.715,22 (cinco milhões, seicentos e trinta e cinco mil, setecentos e quinze euros e vinte e dois centavos). Ao total, o país deve à organização USD 18.396.666,50 (dezoito milhões, trezentos e noventa e seis mil, seicentos e sessenta e seis dólares e cinquenta centavos) e EUR 12.831.040,87 (doze milhões, oitocentos e trinta e um mil e quarenta euros e oitenta e sete centavos).

Projetos implementados pela FAO com o apoio brasileiro

Além das contribuições estatutárias à FAO, o Brasil tem contribuído voluntariamente para a implementação de projetos de cooperação técnica ou emergencial – sobretudo nas modalidades Sul-Sul Trilateral – em benefício próprio e de outros países. Há 22 projetos desse tipo, **em andamento** no âmbito da FAO, aos quais o governo brasileiro apoia – ou se comprometeu a apoiar – financeiramente. Eles estão divididos nas modalidades de emergência (3 projetos), cooperação técnica (10), fundos unilaterais (6) e fundos multilaterais (3) e têm orçamento aproximado de US\$ 90 milhões, no que tange às contribuições brasileiras. Em dezembro de 2017, o programa apresentou um saldo financeiro no valor de aproximadamente US\$ 14 milhões a ser executado nos próximos 3 anos (2018 a 2020).

Os projetos realizados em terceiros países refletem os esforços do Governo Brasileiro em promover, por meio da cooperação Sul-Sul e Trilateral, o compartilhamento de tecnologias e o intercâmbio das experiências nacionais no



desenvolvimento de políticas e programas voltados, sobretudo, ao combate à pobreza e à fome. Além de os projetos desenvolverem ações de caráter regional em favor da América Latina e Caribe, atuam diretamente em 19 países da região, a saber: Antígua e Barbuda, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia e Uruguai. Na África, as iniciativas apoiaram o fortalecimento do programa de alimentação escolar do Malauí e de São Tomé e Príncipe, da agricultura familiar de Moçambique e dos países em desenvolvimento membros da CPLP (Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor Leste). A carteira de projetos inclui, entre outros:

- GCP/RAF/483/BRA – Fortalecimento dos Programas de Merenda Escolar em Países Africanos (FNDE);
- GCP /RLA/160/BRA - Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025 (MRE);
- GCP/RLA/173/BRA - Fortalecimento do Diálogo entre FAO, Governos e Sociedade Civil;
- GCP/RLA/180/BRA – Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar no marco da Iniciativa América Latina sem Fome 2025 (FNDE);

- GCP /RLA/193/BRA – Apoio às Estratégias Nacionais e Subregionais de Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e Superação da Pobreza nos Países da América Latina e Caribe (MDS);
- GCP/RLA/199/BRA: Fortalecimento do Setor Algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul (IBA); sobre este, ressalto que atualmente o projeto conta com aporte de recursos no valor de US\$ 14,4 milhões, com possibilidade de ampliação do montante disponível, apoiando 6 países da América Latina (Paraguai, Perú, Equador, Colômbia, Bolívia e Argentina) e o Haiti.
- GCP/RAF/498/BRA – Troca de Experiências e Diálogos sobre Políticas Públicas para a Agricultura Familiar na África (MDA); sobre este, registro que os aportes brasileiros foram reduzidos recentemente dos US\$ 4 milhões prometidos aos US\$



600 mil previamente depositados, limitando o apoio a um projeto- país (Moçambique), além de atividades pontuais nos países da CPLP.

- OSRO/RAF/202/BRA – PAA África: *Purchase from Africans for Africa*: - Promovendo a Compra Local de Alimentos para a Assistência Alimentar na África (MRE);

-

Projetos em que o Brasil é exclusivamente beneficiário:

Além dos 25 projetos que contam com contribuições brasileiras, a FAO registra outros sete projetos, com orçamento total de mais de US\$ 17 milhões (a maior parte já depositada), em que o Brasil é apenas beneficiário de cooperação, e não lhe cabe fazer qualquer aporte financeiro ou em espécie. Quatro destes – sobre reversão de processos de desertificação, políticas para a gestão sustentável dos recursos florestais, manejo sustentável da captura incidental da pesca de arrasto, e gestão integrada do ecossistema da Ilha Grande – são financiados com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Um quinto projeto – sobre medição de indicadores de insegurança alimentar no Brasil – é custeado pelo programa regular da FAO. São eles:

- TCP/BRA/3501 – Elaboração de Indicadores de Insegurança Alimentar no Brasil;
- MTF/BRA/010/ITB – Acordo entre Itaipu Binacional e FAO;
- GCP/BRA/078/GFF – Gestão Integrada do Ecossistema da Baía de Ilha Grande;
- GCP/BRA/079/GFF – Fortalecimento da Política Nacional e dos Conhecimentos em Apoio à Gestão Sustentável dos Recursos Florestais do Brasil
- GCP/BRA/083/GFF – Nova Produção e Organização Social da Agroicultura Familiar – uma necessidade.



- GCP/BRA/086/GFF – Reversão dos Processos de Desertificação em Áreas Suscetíveis do Brasil: Práticas Agroflorestais Sustentáveis e Conservação da Biodiversidade;
- GCP/RLA/201/GFF – Manejo Sustentável da Captura Incidental da Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe.

Ações conjuntas do Brasil com a FAO desenvolvidas recentemente, ou ainda em curso, no território nacional:

- Apoio ao Aprimoramento e a Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS);
- Apoio ao Programa Nacional de Florestas – PNF, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Inteligência territorial de governança agroambiental do Brasil, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Nova organização produtiva e social da Agricultura Familiar brasileira, em parceria com a SEAD;
- Apoio ao Programa de Áreas Degradadas na Amazônia (Pradam), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e iniciativas regionais e subregionais vinculadas a Sanidade Animal, Proteção Vegetal, Biocombustíveis, Segurança Alimentar.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1943 – Representantes de 44 países, reunidos em Hot Spring, na Virginia, EUA, assumiram o compromisso de financiar uma organização permanente dedicada à alimentação e à agricultura.

1945 – A primeira agência especializada das Nações Unidas foi fundada em 16 de outubro, em conferência realizada no Quebec, Canadá. O Brasil foi um de seus 42 membros fundadores. O nutricionista britânico John Boyd Orr foi nomeado o primeiro Diretor-Geral da FAO, que teria sua sede provisória localizada em Washington, EUA.

1946 – A FAO publica o primeiro levantamento mundial sobre a alimentação (*First World Food Survey*), permitindo confirmar que o mundo no pós-guerra sofria com a fome e a desnutrição generalizadas. O estudo abrangeu 70 países e, embora pouco preciso para os padrões atuais, constituiu uma ação inovadora para a época.

1948 – O norte-americano Norris Edward Dodd foi eleito Diretor-Geral da FAO.

1951 – A sede da FAO é transferida para Roma, Itália.

1951 – A Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (IPPC) é adotada no âmbito da FAO. O instrumento seria revisado em 1997 e entraria em vigor em 2005.

1952 – A FAO publica o segundo levantamento mundial sobre a alimentação (*Second World Food Survey*), estendendo sua cobertura para 81 países. O estudo demonstra que a situação de fome e desnutrição se agravou nos cinco anos anteriores, com a redução do consumo médio de calorias e as crescentes disparidades entre países ricos e pobres. No mesmo ano, o médico e nutrólogo brasileiro Josué de Castro foi eleito Presidente do Conselho Executivo da FAO, cargo que exerceu até 1956.

1954 – Inicia o mandato do norte-americano Philip Cardon, o terceiro Diretor-Geral da FAO.



1956 – Assume a Direção Geral da FAO o indiano, Binay Ranjan Sen, o primeiro de um país em desenvolvimento.

1960 – É lançada a campanha Libertação da Fome (*Freedom from Hunger*), com o propósito de mobilizar o apoio da sociedade civil.

1963 – A FAO e a Organização Mundial da Saúde (OMS) criam a Comissão *Codex Alimentarius* (expressão latina para “legislação alimentar”), a fim de desenvolver normas, orientações e códigos de conduta harmonizados para a proteção da saúde dos consumidores e a promoção de práticas justas no comércio de alimentos.

1967 – O holandês Addeke Hendrik Boerma torna-se o novo Diretor-Geral da FAO.

1970 – O norte-americano Norman Ernest Borlaug, considerado o “pai da Revolução Verde”, recebe o Prêmio Nobel da Paz em reconhecimento ao seu trabalho. Nas décadas de 1960 e 1970, a Revolução Verde elevou a produtividade agrícola, favorecendo o cultivo de variedades de alto rendimento, principalmente trigo e arroz. A série de inovações no campo ajudou a salvar milhões de pessoas da situação de fome. Nos últimos anos, porém, as limitações do modelo (sobretudo sócio-ambientais) tornaram-se mais evidentes.

1975 – Entra em operação na FAO o Sistema Mundial de Informação e Alerta Antecipado (*Global Information and Early Warning System – GIEWS*). O GIEWS favorece a intervenção rápida em situações de crise alimentar, em caso de dificuldades no suprimento, decorrentes de desastres, conflitos e outras causas. O monitoramento das lavouras e da cadeia produtiva de alimentos é feito nos níveis global, regional, nacional e sub-nacional.

1976 – Edouard Saoum, do Líbano, assume a Direção Geral da FAO e cria o Programa de Cooperação Técnica para assistência emergencial.



1980 – São firmados acordos para designar representantes da FAO para os 56 Estados Membros em desenvolvimento (então) associados à Organização.

1981 – O primeiro Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro) conta com a participação de mais de 150 países.

1985 – A Conferência da FAO aprova o Código Internacional de Conduta para Distribuição e Uso de Pesticidas.

1986 – É lançado o AGROSTAT (agora FAOSTAT), para servir de fonte abrangente e regular de informações e estatísticas agrícolas.

1989 – A Conferência da FAO adota o Princípio do Consentimento Prévio Informado para a circulação internacional de pesticidas banidos ou de uso restrito. Desde então, exige-se a acordância dos países importadores sobre a entrada de tais produtos em seu território.

1992 – Realiza-se a primeira Conferência Internacional sobre Nutrição.

1994 – A FAO inicia o programa especial para a segurança alimentar, designado a apoiar países de renda baixa e com déficit de alimentos a aumentar sua produção e produtividade agrícolas para a alimentação. No mesmo ano, é criado o Sistema de Prevenção Emergencial contra Pragas e Doenças Animais e Vegetais Transfronteiriças; e o senegalês Jacques Diouf torna-se Diretor-Geral da FAO.

1995 – Os Estados membros da FAO adotam Código de Conduta para Pesca Responsável. O Código orienta esforços nacionais e internacionais para garantir a exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos, em harmonia com o meio ambiente.

1996 – Em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a FAO lança iniciativa de conscientização e mobilização internacionais para o tratamento dos estoques de pesticidas obsoletos e perigosos.



1997 – Ocorre a primeira campanha anual da FAO associada a redes de televisão no mundo, para o levantamento de fundos ao combate à fome e à má nutrição. Desde então, a iniciativa *Telefood* já arrecadou US\$ 9 milhões e financiou projetos em cerca de 100 países.

1998 – É adotada a Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado Aplicado a Certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional – PIC. O instrumento, juridicamente vinculante, entraria em vigor em 2004.

1999 – O Comitê de Pesca da FAO adota planos de ação sobre capacidade pesqueira, tubarões e aves marinhas.

2000 – A pedido do Secretário-Geral das Nações Unidas, a FAO desenvolve estratégia para a ação concertada governamental e das agências da ONU para combater a fome crônica no Chifre da África.

2001 – A Conferência da FAO aprova o Tratado sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (TIRFAA), de natureza juridicamente vinculante. O instrumento promove a agricultura sustentável através da distribuição equitativa de material genético e seus benefícios entre os criadores de plantas, agricultores e instituições de pesquisa públicas e privadas. No mesmo ano, FAO, FIDA e PMA determinam estratégia de colaboração entre agências para combater os riscos da epidemia HIV/AIDS para a segurança alimentar, a nutrição e a subsistência no meio rural.

2002 – É adotado na FAO programa abrangente para o desenvolvimento agrícola da África, no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD).

2004 – A FAO publica diretrizes para avaliação de riscos aos vegetais, provocados por organismos vivos geneticamente modificados (OVMs), uma sub-categoria dos OGMs.



2005 – FAO, OMS e a Organização Mundial para Saúde Animal (OIE) lançam estratégia global para o controle do surto de gripe aviária (H5N1). No ano seguinte, a FAO inauguraria novo centro de gestão de crises, para tratar dessa e de outras emergências relacionadas à saúde animal e à alimentação.

2008 – A escalada dos preços dos alimentos deflagra protestos generalizados, forçando os governos a tomar medidas, incluindo a reforma do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS). O Sistema Mundial de Informação e Alerta Antecipado publica relatórios especiais sobre a situação de Uganda, Sudão do Sul, Etiópia, Bening, Níger, Nigéria e Bolívia, bem como atualizações sobre o impacto do ciclone em Mianmar e do terremoto em província na China.

2011 – É criado na FAO o Sistema de Informação do Mercado Agrícola (AMIS), plataforma interinstitucional para melhorar a transparência nos mercados globais de alimentos e promover a coordenação das políticas em tempos de crise. O AMIS decorre de uma iniciativa do G20 – grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia – para reduzir o risco de um aumento excessivo dos preços dos alimentos. No mesmo ano, a FAO e OIE anunciam a erradicação da peste bovina e o brasileiro José Graziano da Silva é eleito Diretor-Geral da FAO, para mandato de quatro anos a partir de 2012.

2012 – O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) aprova as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, Pesca e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (VGGT). A sua implementação tem sido, desde então, incentivada pelas principais economias do mundo (G7, G8 e G20) e por fóruns como a AGNU (A/RES/67/228) e a Conferência Rio+20 (documento final, *O Futuro Que Queremos*, parágrafo 115).¹⁴

2013 – A FAO eleva seu principal objetivo de “reduzir” para “eliminar” a fome no mundo. Essa decisão foi acompanhada de um compromisso político sem precedentes internacional pelos governos nacionais e grupos regionais, incluindo a Comunidade de

¹⁴ A mensagem-chave das VGGT é a de que a melhoria da governança da posse, com o reconhecimento e a proteção dos direitos de posse legítima, contribui para a segurança alimentar e nutricional, particularmente entre as populações rurais mais vulneráveis.



Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da União Africana, cujos líderes se comprometeram em 2014 a erradicar a fome até 2025.

2014 – Cerca de 170 países participam da Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN-2), assumindo o compromisso de estabelecer políticas nacionais mais eficientes para a erradicação de todas as formas de má nutrição e a transformação dos sistemas alimentares de modo a resultar em dietas nutritivas e ao alcance de todos.¹⁵

2015 – O Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, é reeleito, como candidato único, com 177 votos favoráveis dos 182 possíveis, na 39ª Conferência da FAO, em junho de 2015. Seu segundo mandato de quatro anos estende-se até 31 de julho de 2019.

2016 – É estabelecida a Década de Ação em Nutrição da ONU (2016-2025), com o objetivo de fomentar o estabelecimento de sistemas alimentares mais saudáveis e combater a múltipla carga da má-nutrição (obesidade, sobrepeso e déficit de micronutrientes).

2017 – Brasil é o primeiro país a anunciar compromissos específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais (compromissos "SMART", na sigla em inglês), no âmbito da Década de Ação em Nutrição 2016-2025.

¹⁵ Na ICN2, os governos adotaram a Declaração de Roma sobre a Nutrição, juntamente com um Quadro de Ação, que indicam recomendações de longo prazo para os responsáveis pela formulação de políticas nacionais de combate à nutrição inadequada e colocam a alimentação saudável e a sustentabilidade ambiental no centro da produção e distribuição de alimentos. A reunião contou com a presença de mais de 2200 participantes, incluindo 150 representantes da sociedade civil e quase uma centena do setor privado.



Diretores-Gerais da FAO:

1. John Boyd Orr (1945-1948) – nacional britânico. Sua proposta de criação de um conselho mundial de alimentos levou ao estabelecimento do Conselho da FAO em 1946. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1949 por seus estudos no campo da nutrição.
2. Norris E. Dodd (1948-1953) – cidadão norte-americano. Antes de sua nomeação, ocupou vários papéis em associações agrícolas e agências no seu país. Sob sua liderança, a FAO mudou de Washington para Roma.
3. Philip V. Cardon (1954-1956) – dos EUA. Mestre em Economia Agrícola pela Universidade da Califórnia. Antes de ingressar na FAO, foi Diretor do Departamento de Agricultura dos EUA.
4. Binay Ranjan Sen (1956-1967) – cidadão indiano. Havia sido Secretário do Ministério da Agricultura e Embaixador. Foi o primeiro Diretor-Geral da FAO oriundo de um país em desenvolvimento. Lançou a campanha Libertação da Fome (Freedom from Hunger), em 1960.
5. Addeke Hendrik Boerma (1967-1975) – da Holanda. Foi o primeiro Diretor Executivo do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em 1962, antes de assumir o cargo de Diretor-Geral da FAO.
6. Edouard Saouma (1976-1993) – nacional libanês. Era o Diretor de Terra e Água da FAO até 1975. Como Diretor-Geral, criou o Programa de Cooperação Técnica para assistência emergencial.
7. Jacques Diouf (1994-2011) – do Senegal. Havia sido membro do Parlamento em seu país, Secretário-Geral do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BECEAO), e Embaixador do Senegal junto às Nações Unidas. Detém a mais longa permanência na direção geral da FAO.



8. José Graziano da Silva (desde 2012) – nacional brasileiro. Possui Graduação e Mestrado em Agronomia, pela Universidade de São Paulo, e Doutorado em Economia Agrícola pela Unicamp. Liderou o programa Fome Zero no Brasil como Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Em 2015, foi reeleito para o cargo de Diretor-Geral da FAO.



ATOS INTERNACIONAIS

Atos Multilaterais em vigor para o Brasil no âmbito da FAO:

- Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (Aprovado: 17/11/1997; Decreto: 5.759; Promulgação no Brasil: 17/04/2006)
- Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (Aprovado: 3/11/2001; Decreto 6476; Promulgação no Brasil: 5/06/2008)

Atos Bilaterais celebrados com a FAO:

- Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA (Assinado: 29/12/1964, Entrada em Vigor: 2/05/1966, Decreto: 59.308 e Data da Promulgação: 22/09/1966);
- Acordo sobre o Estabelecimento de um Escritório de Representação da FAO em Brasília. (Assinado: 19/11/1979, Entrada em Vigor: 19/11/1979, Decreto: 86006 e Data da Promulgação: 14/05/1981);
- Acordo Básico Referente a Ajuda do Programa Mundial de Alimentos. (Assinado: 02/02/1987, Entrada em Vigor: 8/06/1990, Decreto: 54 e Data da Promulgação: 8/03/1991);
- Acordo Relativo ao Uso de Peritos em Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. (Assinado: 21/02/1995, Entrada em Vigor: 14/03/1996, Decreto: 1900 e Data da Promulgação: 9/05/1996);
- Memorando de Entendimento sobre Colaboração em Apoio ao Desenvolvimento Amplo de Segurança Alimentar ao Nível Nacional e dentro do Escopo dos Objetivos



e de Desenvolvimento do Milênio (Assinado: 17/10/2005, Entrada em Vigor: 17/10/2005);

- Ajuste Complementar Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA, de 29/12/1964, para implementar o Projeto Fortalecimento do Sistema de Defesa Agropecuária da Região Norte do Brasil. (Assinado: 8/12/2006, Entrada em Vigor: 8/12/2006);
- Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a FAO (Assinado: 26/4/2007, Entrada em Vigor: 26/4/2007);
- Declaração Conjunta (Assinado: 09/07/2007);
- Memorando de Entendimento para Promoção da Agricultura Familiar, da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural Sustentável na América Latina e Caribe (Assinado: 18/04/2008, Entrada em Vigor: 18/04/2008);
- Acordo Marco para Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional (Assinado: 18/04/2008, Entrada em Vigor: 18/04/2008);
- Programa Executivo Relativo ao Acordo Marco para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional para Promover a Alimentação Escolar no Âmbito da Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome (Assinado: 09/03/2009, Entrada em Vigor: 9/03/2009);
- Programa Executivo Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar Iniciativas de Cooperação Técnica Triangular nos Campos de Segurança Alimentar e Nutricional e de Redução da Pobreza, em Benefício de Países em Desenvolvimento (Assinado: 28/03/2012, Entrada em Vigor: 28/03/2012);

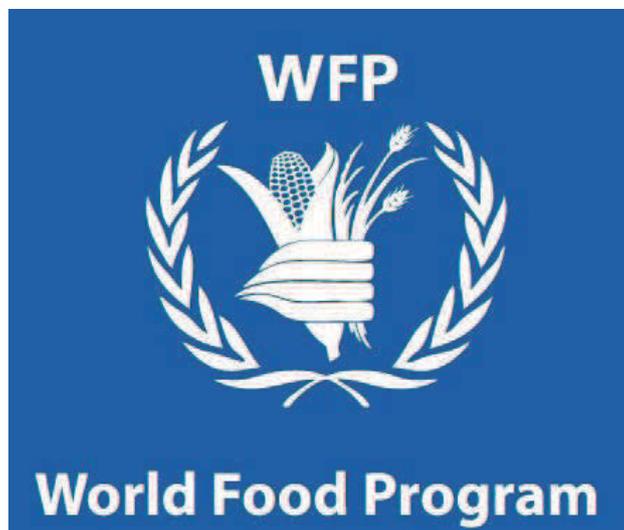


- Protocolo de Intenções entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a FAO para a Implementação de Iniciativas de Cooperação Técnica Trilateral e Sul-Sul (Assinado: 24/07/2012, Entrada em Vigor: 24/07/2012);
- Programa Executivo Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar o Projeto “Apoio ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Assinado: 10/12/2013, Entrada em Vigor: 10/12/2013);
- Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Cooperação Estratégica (Assinado: 6/06/2015, Entrada em Vigor: 6/06/2015).



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Representação do Brasil junto à FAO

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS – PMA



OSTENSIVA
Abril de 2018



DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	PMA – Programa Mundial de Alimentos (<i>World Food Program</i>)
Mandato:	Aliviar a fome aguda providenciando alívio emergencial a desastres humanitários provocados por causas humanas ou naturais, ajudar a erradicar a subnutrição crônica, assistir a países menos desenvolvidos com problemas de abastecimento e contribuir para a resiliência e desenvolvimento social das comunidades em risco.
Natureza:	Programa das Nações Unidas, de caráter intergovernamental
Estados partes:	193 Estados e 1 Organização (Comunidade Europeia)
Estados associados:	Não há
Fundação:	1961, por Resolução da AGNU, e 1963, início da operação
Ano de adesão do Brasil:	O Brasil é membro fundador
Sede:	Roma, Itália
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Junta Executiva
Principais chefias:	Diretor-Executivo: David Beasley (desde março de 2017)
Representante no Brasil:	Daniel Balaban, nacional brasileiro, Diretor do Centro de Excelência contra a Fome do PMA, em Brasília
Representação brasileira:	Representante Permanente do Brasil junto à FAO (e também FIDA e PMA)

Informação revista em abril de 2018.



PERFIL BIOGRÁFICO

David Muldrow Beasley
Diretor Executivo do PMA



Americano da Carolina do Sul, nascido em 1957, estudou na Universidade Clemson, se formou na Escola de Direito da Universidade da Carolina do Sul, onde também obteve o título de Doutor em Direito. Membro do Instituto de Política da Escola de Governo Kennedy da Universidade de Harvard e sócio do escritório de advocacia Beasley, Ervin e Warr, foi consultor de empresas como Merrill Lynch e General Motors.

Aos 21 anos, foi eleito para a Câmara dos Deputados da Carolina do Sul (1979-1992) e depois governador do estado (1995-1999). Enquanto governador, Beasley permitiu a evacuação de milhares de pessoas em estados desumanos e assegurou que a alimentação, a necessidade por refúgio e atenção sanitária estivessem à disposição dos necessitados. Durante seu mandato, liderou delegações de desenvolvimento econômico e missões de negócios para países da Ásia, Europa e África, triplicando o investimento estrangeiro e criando postos de trabalho. Recebeu Prêmio de Perfil de Ousadia da Fundação Biblioteca John F. Kennedy, em 2003.

Beasley viajou para mais de 75 países e regiões atingidas por guerras, como Kosovo, Darfur, Sri Lanka, Guatemala, Sudão do Sul e Oriente Médio, liderando esforços de desenvolvimento e paz.

Foi nomeado para a Diretoria Executiva do PMA em março de 2017.



INFORMAÇÕES GERAIS

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) é o maior organismo de assistência humanitária das Nações Unidas. Atende, por ano, cerca de 90 milhões de pessoas em 80 países, incluindo 58 milhões de crianças. De sua sede em Roma e dos seus escritórios pelo mundo, as ações do PMA ajudam pessoas incapacitadas de produzir ou obter alimento suficiente para si e para suas famílias.

A ajuda alimentar promovida pelo PMA também é direcionada à luta contra deficiências em micronutrientes, à redução da mortalidade infantil, a melhorias na saúde de gestantes e ao combate a doenças, como a AIDS. Os programas Alimento por Trabalho ajudam promover a produção agrícola e a estabilidade socioeconômica e ambiental.

Em 1961, a Assembleia Geral da ONU aprovou resolução de iniciativa norte-americana, que determinava a criação – inicialmente em caráter experimental – do Programa Mundial de Alimentos¹⁶, destinado à ajuda alimentar multilateral. O PMA foi estabelecido em 1963 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelo período experimental de três anos. Em 1965, o Programa ganha caráter permanente¹⁷.

Estrutura e Governança:

O órgão diretor do PMA é a Junta Executiva, formada por 36 Estados membros, eleitos pelo Conselho da FAO (18 vagas) e pelo Conselho Econômico e Social – ECOSOC – da ONU (18 vagas). A Junta Executiva tem como atribuições definir as políticas, bem como analisar e aprovar os programas de ajuda alimentar a serem desenvolvidos pelo PMA. Todas as atividades do Programa são financiadas por contribuições voluntárias. Desde 1999, o Brasil participa dos trabalhos da Junta Executiva na qualidade de observador.

O programa é dirigido por um Diretor-Executivo, nomeado conjuntamente pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelo Diretor-Geral da FAO, para mandato de

¹⁶ Pela Resolução 16/1714 da AGNU, de 19 de dezembro de 1961.

¹⁷ Pela Resolução 20/2095 da AGNU, os Estados Membros das Nações Unidas decidem pela continuação do PMA.



cinco anos renováveis. No cargo desde 2017, o norte-americano David Beasley responde pela administração do PMA, bem como a implementação de seus programas, projetos e outras atividades. É assessorado por um Diretor-Executivo Adjunto (Amir Mahmoud Abdulla) e três Diretores-Executivos Adjuntos para temas específicos (Valerie Guarnieri, Manoj Juneja e Elisabeth Rasmusson).

O PMA emprega aproximadamente 14.700 funcionários, dos quais 90% trabalham no campo da entrega de alimentos. Em média, alcança mais de 80 milhões de pessoas com assistência alimentar em cerca de 80 países a cada ano.

A direção estratégica da organização é mapeada em seu Plano Estratégico, renovado a cada quatro anos. O Plano Estratégico 2017-2021 incorpora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 na atuação do PMA.

Atividades:

De acordo com o último "Year Review – 2016"¹⁸ (avaliação mais recente das atividades do Programa), das 795 milhões de pessoas que se encontram em situação de fome no mundo, 82,2 milhões receberam ajuda do PMA, sendo financeira ou em alimentos. Neste ano, foram arrecadados US\$ 5,8 bilhões de instituições financeiras, Estados, organizações internacionais e doadores privados, sendo que o Brasil contribuiu com US\$ 600 mil dólares (valor estimado).

Com vistas a garantir o acesso à alimentação segura e mais nutritiva, 47 milhões de pessoas se alimentaram de forma mais diversificada e com mais qualidade em 2016, bem como 16,4 milhões de crianças receberam merenda escolar ou levaram-na para casa. Ademais, a fim de acabar com a desnutrição e garantir o desenvolvimento infantil, 5 milhões de crianças abaixo dos 5 anos tiveram a desnutrição tratada ou prevenida, assim como 4 milhões de grávidas e lactantes receberam alimentação especial. O PMA ajudou também a conectar pequenos produtores locais a escolas em 45 países, além de inserir no mercado 1,5 milhão de pequenos proprietários e apoiou medidas para aumentar a renda e a produtividade de pequenas empresas. Além disso, na intenção de assegurar produções mais sustentáveis e práticas agrícolas mais resilientes,

¹⁸ https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000019183/download/?_ga=2.250625286.1898925220.1522082683-988624876.1521750962



10 milhões de pessoas receberam alimentos como moeda de troca para construir ou reparar estradas, pontes e escolas.

O Programa Mundial de Alimentos também possui vertente emergencial, a qual, em 2016, trabalhou ativamente em 4 países que se encontram em situação de conflito: Síria, Iêmen, Iraque e Nigéria. Na Síria, 7,1 milhões de pessoas foram assistidas, tanto no país quanto nos países vizinhos onde se encontram os refugiados sírios, US\$ 949,7 milhões de dólares mobilizados para a Operação de Emergência da Síria, e 16,4% dos recursos do Programa voltados apenas para o conflito. No Iêmen, onde 18,8 milhões de pessoas necessitam de ajuda, foram destinados 6,4% dos recursos do PMA, US\$ 372,3 milhões de dólares arrecadados para a Operação de Emergência do Iêmen e 7,3 milhões de pessoas assistidas. Já no Iraque, 1,5 milhões de pessoas, das 10 milhões que precisam, receberam ajuda do Programa, US\$ 204,5 milhões de dólares arrecadados para sua Operação e destinados 3,5% dos recursos totais. Por fim, na Nigéria, aproximadamente um quarto da população que precisa de ajuda, 4,3 milhões, foi assistida pelo Programa, US\$219,7 milhões de dólares arrecadados e 3,8% dos recursos do PMA destinados para o conflito. Além destes, outra zona de conflito em que o PMA merece reconhecimento pelo seu trabalho é o do Sudão do Sul, onde 100% das pessoas necessitadas receberam ajuda do Programa, além de terem arrecadado US\$ 613,7 milhões de dólares e destinado 10,6% de seus recursos.

Doadores:

O PMA é financiado, em sua totalidade, por contribuições voluntárias dos Estados Membros, de fundos multilaterais do sistema das Nações Unidas e de outras fontes, do setor privado e de ONGs. Essas contribuições incluem recursos financeiros, alimentos, máquinas, aviões, veículos e outras modalidades – convertidas, nesses casos, a um valor estimado em dólares. O caráter voluntário das contribuições facilita a doação por parte de grandes financiadores, como os Estados Unidos, seu principal doador.

Tomando como parâmetro o quinquênio 2012-2016, o PMA arrecadou aproximadamente US\$ 24,31 bilhões – todos em valores aproximados e contabilizadas doações financeiras ou em espécie. Os dez maiores doadores ao PMA nos últimos cinco anos foram:



1	Estados Unidos	US\$ 7,7 bilhões
2	Comissão Europeia	US\$ 2,23 bilhão
3	Alemanha	US\$ 1,89 bilhão
4	Reino Unido	US\$ 1,87 bilhão
5	Canadá	US\$ 1,55 bilhão
6	Japão	US\$ 989 milhões
7	Arábia Saudita	US\$ 955 milhões
8	UN CERF	US\$ 633 milhões
9	Suécia	US\$ 504 milhões
10	Austrália	US\$ 485 milhões

O Brasil figura entre os principais doadores no período, tendo contribuído com US\$ 100,7 milhões¹⁹. Com doações de montante aproximado ao do Brasil, estão Coreia do Sul (US\$ 111 milhões), Itália (US\$ 101 milhões), Bélgica (US\$ 100 milhões) e Irlanda (US\$ 98 milhões).

No agrupamento BRICS, a Rússia tem sido o principal contribuinte, com aportes que totalizam, desde 2012, cerca de US\$ 223,2 milhões – em grande parte usados pelo PMA para adquirir veículos e máquinas russos. Abaixo do Brasil, ficaram China (US\$ 32,66 milhões), África do Sul (US\$ 23 milhões) e Índia (US\$ 7,68 milhões).

Entre os latino-americanos, os maiores contribuintes no período, além do Brasil, foram Honduras (US\$ 79,8 milhões), Colômbia (US\$ 29,8 milhões) e Guatemala, (US\$ 12,5 milhões). Nos três casos, os recursos doados foram utilizados nos próprios países (*partnerships with host governments*) – modalidade de contribuição que o PMA tem incentivado, com o propósito de atrair recursos, sobretudo dos países de renda média.

¹⁹ US\$ 100.748.956 como contribuições estimadas de 2012 a 2016, inclusive.



Levantamento sobre as doações de 2016 totalizam US\$ 5,8 bilhões provenientes de 93 contribuintes. Os maiores doadores do período foram:

1	EUA	US\$ 2.030.560.000
2	Comissão Europeia	US\$ 894.673.000
3	Alemanha	US\$ 884.566.000
4	Reino Unido	US\$ 355.982.000
5	Canadá	US\$ 211.005.000
6	Japão	US\$ 207.127.000
7	UN	US\$ 129.118.000
8	UM CERF	US\$ 122.092.000
9	Suécia	US\$ 121.719.000
10	Malawi	US\$ 112.103.000

Em 2015, o Brasil figurou em 33º lugar entre os contribuintes, com US\$ 6.093.082,00 repassados ao Programa, nos quais são estimados os valores em dólares das doações em alimentos (contribuições *in kind*). Fonte: <http://www.wfp.org/funding/year>.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

De modo geral, as ações do PMA encontram-se bem alinhadas com as diretrizes e posições brasileiras em matéria de cooperação humanitária, que, de maneira sintética, propõem:

- Apoiar ações estruturantes de cooperação humanitária na área de segurança alimentar e nutricional, como instrumento de reabilitação para o desenvolvimento;



- Desenvolver estratégias de mobilização rápida de recursos em resposta a crises iminentes, em especial àquelas identificadas pelos sistemas de alerta precoce (*early warning systems*);
- Estimular a criação de mecanismos de seguro agrícola para pequenos produtores em zonas semiáridas ou sujeitas a crises socioambientais, fortalecendo sua resiliência em caso de catástrofe declarada;
- Favorecer, sempre que possível, a compra local de alimentos para abastecimento das populações afetadas, reduzindo os custos da operação humanitária e estimulando a economia regional; e
- Promover maior pesquisa sobre a biodiversidade e o conhecimento tradicional local, para fazer frente a situações de desnutrição em crises de longa duração, evitando dependência de “fórmulas nutritivas” importadas.

Nesse contexto, cumpre destacar a contribuição da parceria entre o Brasil e o PMA que resultou no estabelecimento, em 2011, do Centro de Excelência contra a Fome, sediado em Brasília. Exemplo concreto de cooperação Sul-Sul, o Centro foi criado com o objetivo de apoiar países em desenvolvimento – sobretudo africanos e latino-americanos – na formulação e implementação de seus próprios programas nacionais de segurança alimentar, a partir da bem-sucedida experiência brasileira desenvolvida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) de unir a alimentação escolar saudável e sustentável à produção agrícola de pequena escala. Os recursos previstos para implementação da referida parceria são oriundos do Governo brasileiro (FNDE, ABC e IBA²⁰) e somam atualmente aproximadamente US\$ 21 milhões – incluindo o projeto de algodão de US\$ 7,5 milhões recentemente submetido pela ABC e aprovado pelo conselho do IBA.

Sob a direção do brasileiro Daniel Balaban, representante do PMA no Brasil, o Centro, em estreita coordenação com a ABC e em parceria com as instituições brasileiras cooperantes, promove visitas de estudo em instrumento efetivo de proteção e inclusão social.²¹

²⁰ IBA – Instituto Brasileiro do Algodão

²¹ O Centro de Excelência responde a solicitações de países em desenvolvimento, em conjunto com os Escritórios locais e regionais do PMA. Desde que foi inaugurado, em novembro de 2011, o Governo brasileiro já recebeu mais de 80 delegações estrangeiras interessadas na experiência brasileira. Seu apoio técnico abrange as etapas de formulação, gerenciamento e expansão de programas nacionais para uma alimentação escolar saudável e sustentável.



No quadro do programa de cooperação Sul-Sul trilateral, foram identificados inicialmente 18 países prioritários, dos quais 14 africanos. Atualmente, o referido programa de execução atua em 23 países, a saber: Benin, Burundi, Costa do Marfim, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Malauí, Mali, Moçambique, Níger, Quênia, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Togo, Zâmbia e Zimbábue, além do Timor Leste, Bangladesh, Laos e Haiti. Além dos países prioritários, o Governo brasileiro apoia tecnicamente outros países interessados no compartilhamento das políticas brasileiras em alimentação escolar. Nesses casos, a iniciativa é financiada pelo país interessado.

Entre 2012 e 2015, 22 dos 23 países prioritários realizaram missões ao Brasil, com vistas a conhecer o programa nacional de alimentação escolar desenvolvido pelo Governo brasileiro. Em maio de 2016, delegação do Quênia realizou visita a Brasília e à Paraíba, concluindo o ciclo de visitas de países prioritários da iniciativa ao Brasil.

Importante ressaltar que, como resultado dessa parceria, a União Africana anunciou, no âmbito da 26ª Cúpula dos Chefes de Estado da União Africana, em 2016, a "alimentação escolar por meio da compra de alimentos produzidos localmente" como estratégia para o continente africano, com o objetivo de estimular a geração de renda e o empreendedorismo nas comunidades locais. Esse processo refletiu-se na Estratégia Continental de Educação para a África 2016-2025 – CESA 16-25, a qual estabeleceu a conexão entre capital humano e revolução educacional, exigida no escopo do plano de ação para o desenvolvimento sustentável da Agenda 2063, adotado pela União Africana.

Outra expressão prática de convergência de interesses entre o Brasil e o PMA foi o PAA África, iniciativa conjunta que envolveu também a FAO e o Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID). Inspirado na bem-sucedida experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Brasil, o PAA África apoiou projetos para a compra local de alimentos de pequenos produtores com finalidade de assistência alimentar. Também incentivou soluções de longo prazo para o combate à fome e à desnutrição, com estratégias de geração de renda para agricultores locais e comunidades vulneráveis. Representou, nesse sentido, oportunidade estratégica de cooperação horizontal com países africanos, já realizada, nos cinco anos do Programa, com Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal.

Em associação com a iniciativa *Purchase for Progress* (P4P) do Programa Mundial de Alimentos, destinada a promover o acesso dos pequenos agricultores aos



mercados locais, o PAA África estimulou a compra de alimentos para a alimentação escolar. Além disso, o PAA África compreendeu atividades educativas, realizadas em colaboração com o Centro de Excelência contra a Fome. O papel do Centro foi o de promover a cooperação e apoiar o aprendizado, com intercâmbio de experiências entre o PAA no Brasil e o PAA África.²²

Às iniciativas acima referidas somam-se as contribuições em espécie (sobretudo doações de arroz e feijão), realizadas pelo Brasil em assistência humanitária emergencial a países em desenvolvimento, principalmente da África e América Latina.

Desse modo, os interesses e as atividades brasileiras em cooperação humanitária convergem com as linhas gerais do PMA, para cuja definição também o país colabora nas discussões e reuniões do Programa, em Roma.²³

Contribuições brasileiras ao PMA:

Com valor acumulado de US\$ 100,7 milhões nos últimos cinco anos, os aportes brasileiros respondem por menos de 0,50% do total arrecadado pelo PMA.

O PMA tem registrados, como contribuição potencial do Brasil, ainda sem beneficiário definido, os seguintes aportes de alimentos: arroz – 13.451 toneladas (US\$ 349,69/ton) e feijão – 17.729 toneladas (US\$ 527,36/ton). Os destinatários desses alimentos reservados ao PMA ainda não foram definidos, pois é preciso, antes, identificar parceiros interessados numa operação conjunta (“twinning”) com o Brasil para cobrir os custos associados da doação, principalmente seu transporte e distribuição.

Existem, porém, expectativas quanto ao destino do arroz, em função de autorizações dadas e anúncios feitos recentemente pelo Brasil junto a países interessados. O PMA estaria aguardando a confirmação das seguintes remessas cujo compromisso político foi realizado em 2016: Síria – 4.500 toneladas; Nicarágua – 950 toneladas.

Não há pagamento brasileiro em atraso. Em 2015, o Brasil quitou valores pendentes de contribuições anunciadas em 2012 para atividades no Senegal e no Paraguai.

²² Atualmente, PMA e FAO produzem relatório de avaliação e de monitoramento, no qual se apresentarão os resultados do programa.

²³ O Brasil assumiu assento na Junta Executiva do PMA em 2017, por mandato de 3 anos.



Como as contribuições anunciadas para determinado projeto são contabilizadas no ano de seu anúncio, caso um país não honre um anúncio de doação que tenha feito e o projeto correspondente seja encerrado, o PMA deduz o valor devido do total das contribuições do país no referido ano e registra o fato no relatório do projeto. O quadro geral dos doadores é corrigido, o que explica ocasionais reajustes nos montantes de anos precedentes e na classificação entre os doadores.

O quadro das contribuições brasileiras, que incluem doações de alimentos e recursos relacionados a projetos de cooperação, apresenta os seguintes montantes anuais:

2007	2008	2009	2010	2011
US\$ 1.095.575	US\$ 1.282.966	US\$ 15.786.239	US\$ 12.942.481	US\$ 70.278.249
2012	2013	2014	2015	2016
US\$ 82.548.102	US\$ 7.091.520	US\$ 4.435,252	US\$ 6.093.082	US\$ 600.000,00
2017	2018	2019	2020	2021
US\$ 10.731.112	---	---	---	---

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1961 – A Resolução 16/1714 da Assembleia Geral da ONU (AGNU) estabelece a criação experimental do Programa Mundial de Alimentos, para a ajuda alimentar internacional.

1963 – Sediado na FAO, o PMA torna-se operativo pelo período experimental de três anos. Vítimas de terremoto no Irã e de furacão na Tailândia, bem como refugiados da Argélia pós-independência, são os primeiros a receber ajuda do Programa.



1965 – Pela Resolução 20/2095 da AGNU, os Estados Membros das Nações Unidas decidem pela continuação do PMA, em caráter permanente.

1974 – Ocorre em Roma primeira Cúpula Mundial sobre Alimentação das Nações Unidas.

1982-85 – O programa atende a milhares de famintos em 27 países africanos afetados pela seca. A Etiópia é a principal atingida.

1993-95 – O PMA atende a milhares de refugiados e deslocados de prolongado conflito étnico na região dos Grandes Lagos da África Central.

1996 – Na segunda Cúpula Mundial sobre Alimentação, o PMA endossa o compromisso de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas subnutridas.

1999 – Sob nova política, o PMA inicia as operações de alívio e recuperação duradoura, enfatizando o apoio à estabilização, reabilitação e desenvolvimento de longo prazo. No mesmo ano, conflito armado no Kosovo resulta na maior crise de refugiados desde 1945. O programa provê alimentos para centenas de milhares de refugiados na Albânia e na Macedônia.

2000 – O Diretor Executivo do PMA indica enviado especial para o Chifre da África, onde a seca põe em risco a vida de 16 milhões de pessoas. No mesmo ano, são adotados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre os quais está o de reduzir pela metade a proporção de pessoas no mundo afetadas pela fome até 2015.

2001 – O PMA lança operação emergencial para ajudar mais de 200 mil vítimas de dois terremotos em El Salvador. No mesmo ano, o Programa inicia uma nova campanha mundial de alimentação escolar.

2002 – A escalada das hostilidades nos territórios ocupados da Palestina leva a uma deterioração dramática das condições de vida no local.



2003 – O PMA realiza operações de ajuda humanitária no Iraque e no Afeganistão. No mesmo ano, a Junta Executiva do Programa aprova a nova política sobre doações de alimentos a partir de organismos geneticamente modificados (OGMs) e outros produtos alimentares derivados de biotecnologia. O Programa continuaria a aceitar doações de tais alimentos, respeitando, em sua distribuição, as regulações nacionais para OGMs.

2004 – Em seguimento a terremoto e tsunamis de grande escala no Oceano Índico, o PMA providencia ajuda em alimentos para as populações afetadas, principalmente, no Sri Lanka, nas Maldivas e na Indonésia.

2005 – O PMA expande sua presença em Darfur, no Sudão, para cobrir mais de 400 locais afetados pela fome e inicia programa de alimentação escolar na região. Também providencia ajuda a países como Níger, Lesoto, Moçambique, Malauí e Zâmbia. Na Ásia, atende a vítimas de terremoto que atingiu a região entre Paquistão, Índia e Afeganistão. Na América Latina, países assistidos incluem Colômbia, Haiti e Guatemala.

2006 – O Programa realiza operações em Angola, Afeganistão, Azerbaijão, Líbano e Coreia do Norte.

2007 – O PMA lança seu programa de Operações Prolongadas de Socorro e Recuperação (PRRO) em diversos países, principalmente da África e América Latina.

2008 – O aumento do preço dos alimentos e dos combustíveis, combinado à crise do sistema financeiro internacional, criou dificuldades para as operações do PMA. Mesmo assim, o Programa distribuiu uma quantidade sem precedentes de alimentos: quase 4 milhões de toneladas métricas a mais de 102 milhões de pessoas em 78 países.

2009 – Levantamento registra que o número de pessoas em situação de fome no mundo cresceu para mais de 1 bilhão.



2010 – Duas grandes emergências mobilizam a ajuda humanitária: um terremoto de proporções devastadoras no Haiti e inundações que deixaram 1/5 do Paquistão submerso.

2011 – Entre catástrofes naturais e agitação política, a assistência alimentar do PMA alcança por volta dos 100 milhões de pessoas – a grande maioria de mulheres e crianças.

2012 – A norte-americana Etharin Cousin assume a Direção Executiva do PMA.

2013 – A deflagração e escalada do conflito na Síria leva à mobilização de ajuda humanitária. O PMA integra a ação entre-agências para assistência emergencial.

2013 – O PMA utiliza caminhões, aviões e barcos para contribuir na crise emergencial no Sudão do Sul.

2014 – O PMA reduz de 120 para 68 dias o tempo médio de espera para adquirir e transportar alimentos aos países beneficiários.

2014 – O PMA auxilia mais de 3 milhões de pessoas afetadas pelo Ebola.

2015 – Na Síria, cerca de 5 milhões de pessoas recebem ajuda alimentar emergencial do PMA, mas diversas áreas de conflito encontram-se ainda fora do alcance das organizações humanitárias.

2015 – Resposta massiva do PMA aos afetados do terremoto no Nepal.

2016 – O mundo enfrenta a maior crise de refugiados, migrantes forçados e deslocados internos desde a Segunda Guerra Mundial: são mais de 65 milhões de pessoas no mundo nessa situação.

2017 – O norte-americano David Beasley assume a Direção Executiva do PMA.

ATOS INTERNACIONAIS



O principais documentos do PMA estão publicados no endereço eletrônico:
<https://www.wfp.org/evaluation/key-documents>.

Não há registro de atos internacionais firmados entre o PMA e o Governo Federal.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Representação do Brasil junto à FAO

**FUNDO INTERNACIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – FIDA**



OSTENSIVA
Abril de 2018

50



DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (<i>International Fund for Agricultural Development</i>)
Mandato:	Erradicar a fome e a pobreza rural em países em desenvolvimento, por meio de assistência técnica e financeira.
Natureza:	Fundo intergovernamental
Estados partes:	176 (174 membros da ONU, mais Cook Islands e Niue)
Estados associados:	Não há. Todos são membros plenos
Fundação:	30 de novembro de 1977
Ano de adesão do Brasil:	30/11/1977 – o Brasil é membro fundador
Sede:	Roma, Itália
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Conselho de Governadores e Junta Executiva
Principais chefias:	Presidente: Gilbert F. Houngbo (desde Abril/2017) Vice-Presidente: Cornelia Richter (desde Fev/2018)
Representante no Brasil:	Hardi Vieira, nacional brasileiro ²⁴
Representação brasileira:	Representante Permanente do Brasil junto à FAO (FIDA e PMA)

Informação elaborada e revisada em 27 de março de 2018.

²⁴ Está em curso processo de escolha de Diretor de País para o Brasil, que atuará no escritório do Fundo em Brasília, provavelmente a partir do segundo semestre de 2018.



PERFIS BIOGRÁFICOS**Gilbert Fossoun Hougbo**
Presidente do FIDA

Nascido em Agbandi, no Togo, em 1961, graduou-se em Contabilidade e Finanças pela Universidade do Québec (Canadá). É Mestre em Gestão de Empresas pela Universidade de Lomé, Togo, e possui um diploma de Estudos Superiores Especializados em Contabilidade, também pela Univerdiade do Québec.

Hougbo passou mais de 30 anos trabalhando com populações em situação de vulnerabilidade, com larga experiência em temas políticos como desenvolvimetro internacional, diplomacia e gestão de negócios. Depois de uma década no setor privado, trabalhando para empresas como a canadense Price Waterhouse, auxiliando na contabilidade e finanças, exerceu, a partir de 1996, diversos papéis no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ocupou cargos como o de Chefe de Gabinete e Diretor Regional da África, os quais deixou em 2008 para tornar-se Primeiro-Ministro do Togo, exercendo mandato de 4 anos. Em 2013, trabalhou como Diretor-Geral para Operações de Campo e Parcerias na Organização Internacional do Trabalho (OIT), administrando operações em mais de 100 países.

Assumiu a presidência do FIDA em 1º de abril de 2017.



Cornelia Richter*Vice-Presidente do FIDA*

Formada em Economia e Ciências Sociais pela Universidade de Göttingen (Alemanha), pós-graduou-se em Gestão Sistêmica, pela Universidade de St. Gallen (Suíça), e em Desenvolvimento Organizacional, pela Universidade de Columbia (EUA). De nacionalidade alemã, Cornelia é, concomitantemente, membro de vários Conselhos Executivos como o da Associação Empresarial Alemã Ásia-Pacífico, da Associação Latinoamericana de Empresas Alemãs, do Instituto de Desenvolvimento Alemão, da Associação Interuniversitária Europeia, da Fundação para a Paz e o Desenvolvimento e da ONG Child Aid.

Possui experiência em cooperação internacional como Assessora de Planejamento e Pesquisa e Instituições Multilaterais do Ministério de Cooperação Econômica da Alemanha. Foi Consultora Macroeconômica para a África e trabalhou em diversas posições de gerência na Agência de Desenvolvimento Alemã, como Diretora-Geral para Ásia e Pacífico e Diretora-Geral para Desafios Globais e Setoriais, além de ocupar o cargo de Diretora-Geral da Agência antes de assumir a Vice-Presidência do FIDA.

Começou a exercer a Vice-Presidência do FIDA em 1º de fevereiro de 2018.



INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) compõe, junto com a FAO e o PMA, a tríade de organizações das Nações Unidas baseadas em Roma e dirigidas aos temas de agricultura, alimentação e desenvolvimento rural. Seu mandato é o de ajudar a erradicar a fome e a pobreza rural em países em desenvolvimento, por meio da assistência financeira e técnica a projetos desenvolvidos conjuntamente com países recipiendários e, quase sempre, com a participação de entidades cofinanciadoras. As iniciativas são específicas para cada país e podem envolver a facilitação do acesso, pelas populações rurais pobres, a serviços financeiros, mercados, tecnologia, terra e outros recursos naturais.

Conforme o Art. 2 de seu Acordo Constitutivo, o FIDA deve mobilizar recursos para oferecê-los, em condições favoráveis, em apoio ao desenvolvimento da agricultura de Estados Membros em desenvolvimento. O Fundo financia principalmente projetos e programas especificamente concebidos para introduzir, expandir ou melhorar os sistemas de produção de alimentos e para fortalecer as políticas e instituições afins no âmbito das prioridades e estratégias nacionais, tendo em conta: a necessidade de aumentar a produção de alimentos nos países mais pobres e deficitários em alimentos; o potencial para aumentar a produção de alimentos em outros países em desenvolvimento; e a importância de melhorar o nível nutricional das populações mais pobres dos países em desenvolvimento, bem como suas condições de vida.

Mediante empréstimos e doações, o FIDA trabalha com governos para desenvolver e financiar programas e projetos de superação da pobreza rural. Desde o início de operações, em 1978, o Fundo investiu US\$ 14,8 bilhões em mais de 900 projetos.



Estrutura e Governança:

Criado em 1977²⁵ como um dos principais resultados da Conferência Mundial de Alimentação de 1974²⁶, o FIDA possui estrutura semelhante à de outras instituições financeiras internacionais, como, por exemplo, bancos regionais e internacionais de fomento ao desenvolvimento econômico e social.

A associação ao FIDA é aberta a qualquer Estado que seja membro das Nações Unidas ou de qualquer das suas agências especializadas ou da Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA). Em vista da importância histórica dos países exportadores de petróleo na criação do FIDA e na composição de seus capitais, sua governança assume forma singular, dividida em três categorias:

Lista A (países desenvolvidos, principalmente os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE);

Lista B (países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP) e;

Lista C (países em desenvolvimento) – esta última, ramificada nas Sublistas C1 (África), C2 (Ásia) e C3 (América Latina e Caribe).

Os Estados Membros são convidados a contribuir para o Fundo, segundo suas capacidades. No entanto, o peso da participação de um país na gestão do FIDA, inclusive de seu voto, é proporcional ao aporte de suas contribuições. Desse modo, nota-se que a Lista A – grupo que reúne presentemente os principais contribuintes – exerce maior influência no processo decisório. A Lista B tem diminuído sua participação relativa nos aportes. E a Lista C, que concentra a maioria dos países recipiendários, vem aumentando gradualmente seu perfil como contribuinte e reforçado sua atuação política.

Os principais órgãos deliberativos do FIDA são a Junta Executiva e o Conselho dos Governadores, em que os Estados Membros participam com poder de voto proporcional ao histórico de seus aportes.

O Conselho dos Governadores é a instância política mais elevada e a principal autoridade decisória; dele participam os Governadores ou Governadores Alternos de

²⁵ Em 30/11/1977, entrou em vigor o Acordo Constitutivo do FIDA, adotado em 13/06/1976.

²⁶ A conferência foi organizada em resposta às crises alimentares da década de 1970. Decidiu-se que “um Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola deve ser estabelecido imediatamente para financiar projetos de desenvolvimento agrícola, principalmente para a produção de alimentos nos países em desenvolvimento”.



todos os Estados membros do Fundo. Reúne-se uma vez por ano e toma as decisões políticas mais relevantes: eleição do Presidente, nomeação dos membros da Junta, ingresso de novos membros; aprovação das consultas de reposição do Fundo e seu orçamento administrativo, e adoção de políticas gerais, critérios e regulamentos.

Por sua vez, a Junta Executiva é responsável por supervisionar as operações gerais do FIDA e aprovar o seu Programa de Trabalho. Seus 18 membros plenos e 18 alternos²⁷ são convidados a reunir-se três vezes ao ano com o propósito de examinar e aprovar:

- i) propostas de políticas estratégicas que orientam as atividades do Fundo, inclusive aquelas para países (Programa de Oportunidade País – COSOP, na sigla em inglês);
- ii) produtos financeiros oferecidos a programas e projetos, como doações e empréstimos a taxas de juros baixas; e
- iii) normas administrativas e financeiras.

O FIDA possui ainda dois órgãos subsidiários permanentes: o Comitê de Avaliação e o Comitê de Auditoria. O primeiro ocupa-se de avaliar as políticas e operações do Fundo – e, na condição de órgão independente, reporta-se diretamente à Junta. O segundo analisa as condições de gestão financeira e nomeia auditor externo. Seguindo diretrizes da Junta Executiva, o Fundo também pode estabelecer grupos de trabalho “ad hoc”, com a finalidade de abordar temas específicos.

A representação do Governo brasileiro no FIDA está a cargo do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, secundado pelo Itamaraty. O Senhor Ministro do MPDG é o Governador brasileiro junto ao Fundo, tendo o Representante Permanente Alternativo do Brasil em Roma como Governador Alternativo.

Orçamento:

As regras orçamentárias do FIDA seguem as normas gerais aplicadas às instituições financeiras internacionais (IFI). Conforme seu Regulamento Financeiro²⁸, é

²⁷ A participação na Junta Executiva, determinada pelo Conselho de Governadores, está atualmente distribuída da seguinte forma: Lista A: oito membros e oito suplentes; Lista B: quatro membros efetivos e quatro suplentes; e Lista C: seis membros e seis suplentes – sendo dois de cada Sublista.

²⁸ Disponível em: <http://ifad.org/pub/basic/fin/e/103finre.pdf>



chamado de “orçamento administrativo” o orçamento anual para questões de administração do Fundo, referente ao art. 6.10 do Acordo Constitutivo do FIDA – sendo, assim, composto pelo “orçamento regular”, pelo “orçamento de capital” e pelo “orçamento do Escritório de Avaliação Independente” do FIDA. O ano financeiro do FIDA se estende de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Os recursos do Fundo são constituídos por contribuições recebidas e recursos derivados de operações financeiras ou provenientes de outras fontes, em conformidade com o Art. 4.1 do Acordo Constitutivo. Há expectativa de que o Fundo venha a levantar recursos no mercado internacional de debêntures para aplicar no financiamento de projetos.

O Presidente do FIDA deve apresentar estimativa anual de orçamento administrativo para aprovação do Conselho de Governadores – o órgão deliberativo máximo do Fundo. Como parte do processo de definição do orçamento anual, o Presidente elabora, para consideração, as projeções orçamentárias do Plano de Médio Prazo, com base na projeção do fluxo de rendimentos para o Fundo de todas as fontes e planos operacionais, bem como os desembolsos previstos no mesmo período.

As contribuições voluntárias dos países membros ao FIDA são baseadas em escala indicativa de contribuições das Nações Unidas. O direito a voto, por sua vez, é ponderado na proporção das contribuições para os recursos do Fundo cumulativamente feitas por cada Membro, de acordo com o art. 4º do Acordo Constitutivo.

Nos termos do Acordo, o Conselho de Governadores determina a realização de processos de reposição de recursos do Fundo, cuja frequência tem sido trienal.

Reposição de fundos:

Nas nove reintegrações precedentes os recursos totalizaram US\$ 6,78 bilhões, dos quais US\$ 5 bilhões provenientes de países da lista A (países industrializados); US\$ 1,2 bilhão de países da lista B (produtores de petróleo); e US\$ 0,54 bilhão de países da lista C (países africanos, asiáticos e latino-americanos). Os países da lista C3 (América Latina e Caribe) contribuíram com US\$ 0,14 bilhão.

Desde o início das atividades do FIDA até sua nona reposição de recursos, os dez maiores contribuintes ao Fundo aportaram cerca de US\$ 4,4 bilhões, ou cerca de



62% do total de recursos carreados. Em sua décima reintegralização de fundos – FIDA X, para o triênio 2016-2018, foram alocados US\$ 1.149 bilhão (um bilhão cento e quarenta e nove milhões de dólares americanos) – a oferta brasileira à 10ª reintegralização foi de US\$ 16.655.500, de modo que o total integralizado pelo país junto ao Fundo passará a ser de US\$ 97.380.500.

Para a 11ª Recomposição de Fundos, o FIDA propôs que os países aumentassem sua contribuição em 10%. Em fevereiro de 2018, o Conselho de Governadores aprovou, então, a Recomposição de Recursos do Fundo que se refere às atividades do Fundo no período 2019-2021. De acordo com a resolução GC41/L.3, na 11ª recomposição do Fundo, ainda em curso, que corresponde ao período 2019-2021, há contribuições anunciadas no valor de USD 855 milhões. A meta de contribuições estabelecida pela 41ª Sessão do Conselho de Governadores do FIDA (Roma, 13 e 14 de fevereiro de 2018) foi de USD 1,2 bilhões, 10% a mais em relação à 10ª recomposição. A meta para o programa de empréstimos e doações aprovado para o mesmo período é de USD 3,5 bilhões.

1. Países Baixos: US\$ 86.000.000,00
2. China: US\$ 81.000.000,00
3. Reino Unido: US\$ 74.319.010,00
4. França: US\$ 69.354.827,00
5. Itália: US\$ 66.567.198,00
6. Suécia: US\$ 59.715.753,00
7. Canadá: US\$ 57.959.815,00
8. Japão: US\$ 57.300.000,00
9. Suíça: US\$ 54.582.904,00
10. Noruega: US\$ 44.006.552,00

Outros países em desenvolvimento que se destacaram pelo nível de contribuições foram a Índia, com USD 44 milhões; Indonésia, USD 10 milhões; Paquistão, UDS 9 milhões; e México, 5 milhões.

Esta reposição de recursos é especialmente importante pois caracteriza a ambição dos objetivos da Agenda 2030 e será o último ciclo de recomposição cujos projetos serão finalizados antes de 2030. O modelo atual, entretanto, é visto como insuficiente para se alcançar os ODS 1 e 2 (aqueles que concernem ao trabalho do



FIDA). Por isso, foi aprovado, igualmente ao projeto de Resolução do FIDA-11, o projeto sobre a intenção do FIDA de ter acesso a empréstimos do mercado aberto de capitais a partir da recomposição FIDA-12.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

A parceria entre o FIDA e o Brasil iniciou-se em 1980 e envolve tanto o governo federal quanto as instâncias estaduais. As atividades são desenvolvidas com o propósito de apoiar o país em seus esforços para melhorar as condições econômicas e sociais de comunidades rurais de mais baixo índice de desenvolvimento humano – IDH. Desde seu estabelecimento, em 1977, o FIDA já financiou onze projetos no Brasil (seis ainda em curso), que totalizam cerca de US\$ 825 milhões, dos quais US\$ 260 milhões foram financiados diretamente pelo Fundo, beneficiando 365,400 famílias.

Os projetos do FIDA no Brasil concentram-se principalmente no Semiárido nordestino, mas devem estender-se também por outras regiões, como a Amazônia e o Agreste, onde também se encontram bolsões de pobreza; estão dirigidos ao apoio e à promoção da agricultura familiar, buscando o aumento da renda, capacitação e acesso a serviços essenciais. Suas ações contemplam a implantação de métodos orgânicos e agroecológicos de produção, de tecnologias de coleta e conservação de água e de planejamento participativo para o avanço da inovação e dos conhecimentos tradicionais. Grupos vulneráveis, mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais e populações indígenas são os principais beneficiários dos projetos do FIDA no país.

O envolvimento do Fundo com o Brasil decorre, por um lado, do fato de 30% de todos os pobres rurais da América Latina e Caribe localizarem-se em território nacional. Por outro lado, o país é percebido como detentor de sólidas políticas públicas de desenvolvimento agrário e erradicação da pobreza. Desfruta, igualmente, de grande capacidade de alocar recursos para essa área e disponibilidade de quadros e instituições capacitadas, ademais de conhecimento acumulado de técnicas e tecnologias em agricultura de apreciável qualidade.

Ainda que o FIDA tenha prestado importante ajuda à luta contra a pobreza rural em termos quantitativos, a principal vantagem comparativa de seu envolvimento reside na qualidade dos projetos e programas que podem ser replicados.



As atividades desenvolvidas pelo FIDA no Brasil estão comprometidas com o desafio principal da política de desenvolvimento agrário brasileira de “superar o círculo vicioso da pobreza, perpetuado pela falta de recursos sustentáveis de renda e emprego para os pobres rurais” (COSOP-Brazil). Os focos de atuação do FIDA no Brasil são:

- i) projetos de investimentos em Estados da Federação, viabilizados com base em comum acordo com o Governo federal;
- ii) a região Nordeste, com a possibilidade de explorar futuramente iniciativas em outras regiões (em particular, o Norte);
- iii) o manejo de conhecimento e o diálogo de políticas.

Os objetivos estratégicos fixados para fortalecer políticas públicas nacionais de combate à pobreza rural e desenvolvimento agrário são, por sua vez:

- a) aumentar a produção agrícola comercial da agricultura familiar, por meio de acesso ao mercado em condições sustentáveis;
- b) melhorar o acesso dos pobres rurais a empregos não-agrícolas e atividades empresariais em áreas rurais, especialmente de mulheres e jovens;
- c) melhorar, por meio da geração e disseminação de conhecimento, a capacidade dos pobres rurais e de instituições relevantes no Nordeste para viver em espaços semiáridos;
- d) aprofundar os debates sobre redução da pobreza rural e políticas de agricultura familiar em níveis nacional e internacional (com grande abertura para iniciativas de cooperação Sul-Sul).

O FIDA tem buscado fortalecer sua presença no Brasil, principalmente por meio da instalação de um segundo escritório no país, possibilitando estreitar diálogo com as partes interessadas e melhorar a supervisão dos projetos em curso. O Fundo possui um escritório em funcionamento em Salvador, desde 2010, e abrirá representação em Brasília, no ano de 2018. Segundo o próprio FIDA, a vitalidade da cooperação financeira mantida com o Governo brasileiro advém em muitos aspectos da coordenação entre os órgãos envolvidos com políticas de desenvolvimento agrário e as áreas responsáveis por finanças.

Com o objetivo de estabelecer uma parceria entre o Governo brasileiro e o FIDA, a nível global, para promover a Cooperação Sul-Sul como uma ferramenta fundamental para ajudar outros países em desenvolvimento a erradicar a pobreza rural,



foi assinada Carta de Intenções (CdI) entre o Governo brasileiro, por meio da ABC/MRE, e o FIDA, em 20 de novembro de 2017, em Brasília, após o primeiro Painel Ministerial de Alto Nível sobre o papel da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Agenda 2030 no âmbito da primeira "Conferência Internacional sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Coerentemente com seus respectivos objetivos, mandatos, políticas e regras, a ABC e o FIDA pretendem utilizar a cooperação como veículo para o aperfeiçoamento da produção agrícola, bem como da produtividade, do desenvolvimento de capacidades, do valor agregado e do acesso aos mercados, segurança alimentar e renda da população de baixa renda nos países em desenvolvimento, complementando e impulsionando as parcerias em curso que o Governo brasileiro construiu na última década com as outras agências com sede em Roma, a FAO e o PMA.

Atividades atuais do FIDA no Brasil

Atualmente, seis operações estão em andamento no Brasil, entre as quais a Viva o Semiárido, o PROCASE-Paraíba, o *Rural business for small producers Project* e o Gente de Valor. O Gente de Valor já beneficiou 34 municípios e 282 comunidades desfavorecidas. Iniciado com investimentos em cisternas no semiárido da Bahia, avançou no apoio ao cultivo de hortas e hoje contribui para melhorar a segurança alimentar e gerar renda mediante a venda de excedentes. Agentes locais capacitados conectam as comunidades com as estruturas regionais e estaduais de gestão do projeto. E, assim, 35 mil pessoas foram já diretamente beneficiadas pela iniciativa, que, estima-se, teria proporcionado benefícios difusos adicionais a aproximadamente 55 mil habitantes.

Concluída recentemente, a avaliação independente do Programa do FIDA no Brasil recomendou a elaboração de nova estratégia de ação no País. Destaca-se, nesse contexto, o estreitamento das relações institucionais com a EMBRAPA, em especial no projeto conjunto *Innovation Marketplace*, apoiado pela Fundação Bill & Melinda Gates, pelo Departamento britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e pelo Banco Mundial. A iniciativa, que envolve também os Ministérios da Agricultura (MAPA), Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) e a Agência



Brasileira de Cooperação do Itamaraty (ABC/MRE), pretende conectar especialistas e instituições brasileiras, latino-americanas e africanas na pesquisa para o desenvolvimento agrícola. Outro projeto do FIDA no Brasil que conta com o apoio da EMBRAPA é o programa com a Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE) de incentivo ao desenvolvimento da agricultura sustentável e acesso a mercados, que deverá contar com doação de até US\$ 2 milhões para sua execução, nos próximos três anos.

O FIDA tem a intenção de expandir o co-financiamento de projetos para além do semiárido brasileiro, embora mantendo o foco na região Nordeste. A estratégia também compreende linha de ação baseada em atividades não associadas a empréstimos, como diálogo sobre políticas, compartilhamento de conhecimento e cooperação horizontal. O Fundo já manifestou ao MAPA o interesse em compartilhar experiência na área de redução da pobreza rural, no apoio aos sistemas produtivos dos agricultores familiares e na transformação rural sustentável, visando estreitar a colaboração com aquele Ministério.

O FIDA tem ainda papel importante a cumprir em países de renda média como o Brasil, tanto em relação a investimentos diretos para o desenvolvimento rural e redução da pobreza, quanto no âmbito da cooperação Sul-Sul, diálogo político, gestão de conhecimento e parcerias estratégicas (públicas e privadas). As posições brasileiras nas negociações da Junta Executiva e do Conselho de Governadores do Fundo visam principalmente a assegurar e reforçar esse engajamento, crescentemente objeto de crítica por parte dos países industrializados, que prefeririam redirecionar os recursos do FIDA para os países de menor desenvolvimento relativo, principalmente na África.

Em julho de 2017, o FIDA realizou, em Brasília, seminário sobre Transformação Rural Sustentável e Inclusiva, que contou com a participação de delegados de diversos países. Em novembro de 2017, o Fundo organizou a Conferência Internacional sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular, em Brasília, evento que contou com a presença de 15 ministros e vice-ministros de Agricultura e Finanças de países em desenvolvimento, além de outras altas autoridades governamentais e das Nações Unidas.

Em novembro de 2017, foi organizado o primeiro Painel Ministerial de Alto Nível sobre o papel da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Agenda 2030 no âmbito da primeira "Conferência Internacional sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular. Alavancando inovações do Sul Global para apoiar a transformação rural", presidida, no primeiro dia, pelo Diretor da ABC. A Conferência foi organizada pelo FIDA, em



parceria com o Governo brasileiro, a FAO e o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSCC) e contou, ademais, com a participação de Ministros de Estados de Bangladesh, Madagascar, Armênia, Costa Rica e Gana, entre outros, além dos Ministros brasileiros do Planejamento e da Agricultura. Após o Painel, foi assinada Carta de Intenções entre o governo brasileiro e o FIDA para promover a cooperação Sul-Sul.

Não há previsão de eventos do FIDA no Brasil em 2018.

Situação das contribuições brasileiras

As contribuições brasileiras para o FIDA estão em dia. A nota promissória depositada pelo Brasil no valor de USD 5.566.668, que corresponde à terceira parcela do pagamento ao FIDA 9, deverá ser paga até 31 de dezembro de 2018. Caso não venha a pagá-la, o Brasil estará em atraso e poderá perder os direitos de voto correspondentes à recomposição. O direito a voto é ponderado na proporção das contribuições para os recursos do Fundo cumulativamente feitas por cada Membro, de acordo com o art. 4º do Acordo Constitutivo.

Com relação ao FIDA X, o governo escalonou o pagamento dos US\$ 16.700.000,00 acordados em 5 parcelas. A primeira, no valor de US\$ 1.700.000,00, vence em 2018. Em 2019, está previsto pagamento de US\$ 3 milhões. As três últimas parcelas (2020, 2021 e 2022) serão de US\$ 4 milhões cada.

O Brasil é um dos países que mais se beneficiaram dos financiamentos do FIDA e ao, mesmo tempo, é o terceiro maior contribuinte entre os países em desenvolvimento.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1974 – A Conferência Mundial sobre Alimentação decide criar o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

1977 – Entra em vigor, em 30/11, o Acordo Constitutivo do FIDA. Estabelecido em Roma, o Fundo inicia suas operações a partir de 1978.

1980 – É aprovado o primeiro projeto a ser financiado pelo FIDA no Brasil (*Ceará Second Rural Development Project*).

2002 – O Quadro Estratégico do FIDA para 2006 confirma seu compromisso em facilitar a superação da pobreza no meio rural, com foco no fortalecimento de capacidades e na melhoria do acesso equitativo aos recursos naturais e à tecnologia de produção.

2010 – O Escritório Compartilhado da ONU em Salvador (Bahia) é inaugurado. Reúne representantes de diferentes organizações, fundos e programas do sistema das Nações Unidas. Além do FIDA, estão ali representados o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

2013 – Assume o ex-Presidente do FIDA, o nigeriano Kanayo F. Nwanze

2017 - Assume o atual Presidente do FIDA, o togolês Gilbert F. Houngbo.



ATOS INTERNACIONAIS

O Acordo Constitutivo do FIDA e demais textos jurídicos que regulam suas atividades estão publicados no endereço eletrônico: https://www.ifad.org/who/basic_legal/list#anchor_1

Não há registro de atos internacionais firmados entre a FAO e o Governo Federal; apenas Memorandos de Entendimento com governos estaduais.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 22, DE 2018

(nº 193/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CRE.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 193

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Os méritos do Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de abril de 2018.



EM nº 00070/2018 MRE

Brasília, 17 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 175 - C. Civil.

Em 17 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO

CPF: 094.092.035-20

ID: 592491 DPT/BA

1953 Filho de Péricles Cordeiro Amador Pinto e Maria Carmelita de Andrade Pinto, nasce em 12 de outubro, em Salvador/BA

Dados Acadêmicos

1978 CPCD - IRBr
 1979 História pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília/DF
 1982 CAD - IRBr
 2000 CAE - IRBr, Diplomacia e política de defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica no período-pós-Guerra Fria

Cargos:

1979 Terceiro-secretário
 1981 Segundo-secretário
 1987 Primeiro-secretário, por merecimento
 1995 Conselheiro, por merecimento
 2002 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2006 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1979-81 Divisão da África II, assistente
 1981 Embaixada em Dar-Es-Salaam, Terceiro Secretário em missão transitória
 1981-83 Departamento da Ásia, África e Oceania, assistente
 1983-84 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
 1984 36a. Reunião do Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia, Eastbourne, Grã-Bretanha, Chefe de delegação
 1984-85 Departamento de Sistematização da Informação Política, assessor
 1985-88 Delegação Permanente em Genebra, Segundo e Primeiro Secretário
 1988-90 Embaixada em La Paz, Primeiro-Secretário
 1990-93 Embaixada em Ottawa, Primeiro-Secretário
 1993 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
 1993-95 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, assessor
 1995 Secretaria de Planejamento Diplomático, assessor
 1995-97 Presidência da República, Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Diretor
 1997-2000 Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
 2001-03 Embaixada no México, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
 2003 Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamento do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), Cidade do México, Presidente
 2003-05 Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro
 2005-08 Embaixada em Porto Príncipe, Embaixador
 2007 Conferência de Alto Nível sobre Operações de Paz Multidimensionais e Integradas, Oslo, Representante do Brasil



2008-10	Embaixada em Ottawa, Embaixador
2011-15	Subsecretaria-Geral Política III, Subsecretário-Geral
2014	Chefe da Delegação do Brasil à Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, Dili, Timor-Leste
2015	Consulado-Geral em Milão, Cônsul-Geral

Condecorações:

1994	Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Cavaleiro
1994	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1995	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2006	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
2006	Medalha Jubileu de Ouro da Vitória na Segunda Guerra Mundial, Brasil
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2006	Medalha do Pacificador, Brasil
2006	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial
2010	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2014	Comenda "Personalidade do Ano" da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, São Paulo, Brasil

Obras publicadas

2015	Diplomacia e Política de Defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000). Brasília, FUNAG, 2015, 262 p. Coleção CAE.
------	---

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**LÍBANO****INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2018**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Libanesa
GENTÍLICO	Libanês
CAPITAL	Beirute
ÁREA	10.452 km ²
POPULAÇÃO	4,5 mi
IDIOMAS	Árabe (oficial) e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	54% muçulmanos (xiitas, sunitas e outros), 40,5% cristãos (maronitas, greco-ortodoxos e outros), 5,6 drusos
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista confessional unitária
CHEFE DE ESTADO	Michel Aoun (desde outubro de 2016)
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional (Assemblée Nationale), presidida por Nabih Berry (muçulmano xiita), desde 1992
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Saad Hariri (muçulmano sunita) – desde novembro de 2016
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E EMIGRADOS	Gebran Bassil (cristão maronita)
PIB NOMINAL (FMI, 2017)	US\$ 52,7 bilhões
PIB PPP (FMI, 2017)	US\$ 87,89 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (FMI, 2017)	US\$ 11.684
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2017)	US\$ 19.486
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2017)	1,5%
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016):	0.763 (76ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	79,5 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Libra libanesa
EMBAIXADOR NO BRASIL	Joseph Sayah (desde 2013)
EMBAIXADOR EM BEIRUTE	Jorge Geraldo Kadri (desde 2015)
COMUNIDADE BRASILEIRA	17 mil

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ MILHÕES - FOB)

Brasil – Líbano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Exportações	310,6	243,3	303,2	293	338,4	317,8	286,7	280,4	263,5
Importações	1,4	1,6	2	11,9	26,3	14,4	23,7	2,05	19,6
Intercâmbio Total	312	245	305,2	304,9	364,7	332,3	310,5	282,5	283,1
Saldo Comercial	309,2	241,6	301,2	281,1	312,1	303,3	262,9	278,4	243,9

Fonte: MDIC / Informação elaborada em 11/04/2018, por DLV



APRESENTAÇÃO

A República do Líbano está localizada na região do Levante no Oriente Médio. Com população de 4,5 milhões de pessoas e uma área de 10.452 km², o país faz fronteira com Síria e Israel. O país alcançou sua independência em 1943. Segundo o sistema de governo adotado, chamado de confessionalista, o presidente da República deve ser cristão maronita, o primeiro-ministro, muçulmano sunita, e o presidente da Assembleia Nacional, muçulmano xiita. Tensões entre esses grupos levaram a uma longa Guerra Civil entre 1975 e 1990. Em 1989, o conflito foi selado pelos Acordos de Taif, que lograram a normalização do estado libanês, mas com a manutenção do caráter confessional de sua política.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Michel Aoun
Presidente da República Libanesa
(Haret Hreik, Líbano, 1933)



Cristão maronita, é a principal figura do Movimento Patriótico Livre (desde agosto de 2015, seu genro, o chanceler Gebran Bassil é o líder formal do partido), integrante da coalizão "8 de Março", da qual também faz parte o Hezbollah. General das Forças Armadas Libanesas, atuou como primeiro-ministro, de 1988 a 1990. Viveu no exílio na França de 1990 a 2005, depois da invasão síria que derrubou seu governo, ao final da guerra civil libanesa. Retornou ao Líbano em 2005, dias depois da retirada das tropas sírias do país, sendo eleito presidente do Movimento Patriótico Livre para o Parlamento. Foi eleito presidente em outubro de 2016, depois de 29 meses de vacância presidencial.

Saad Hariri
Primeiro-Ministro
(Riade, Arábia Saudita, 1970)



Muçulmano sunita, ingressou na política após a morte do pai, o ex-primeiro-ministro libanês Rafik Hariri, assassinado em 2005. Tornou-se líder do Movimento Futuro e da coalizão “14 de Março”. Tornou-se primeiro-ministro em



2009, quando logrou estabelecer um Governo de União Nacional. Com a renúncia de 11 ministros em 2011, o Governo de União Nacional foi dissolvido. Depois da queda de seu governo, Hariri mudou-se para o exterior, retornando ao Líbano em 2014. Foi indicado primeiro-ministro em novembro de 2016, após a eleição de Michel Aoun para a Presidência da República.

RELAÇÕES BILATERAIS

São fortes os vínculos entre os dois países, sobretudo em razão da numerosa comunidade de libaneses e descendentes no Brasil, a maior do mundo, estimada entre 7 e 11 milhões de pessoas. Os primeiros imigrantes libaneses chegaram ao Brasil no século XIX. Ao longo do século XX, a comunidade libanesa no Brasil foi diversificando suas atividades, demonstrando suas vocações e talentos à medida que se integrava à paisagem nacional. Os imigrantes libaneses enriqueceram a identidade brasileira e logo começaram a registrar sua presença na política, na economia, nas artes e na gastronomia.

Em 1920, o Brasil abriu consulado em Beirute, ainda sob mandato francês. Em 1944, o governo brasileiro reconheceu a independência do Líbano, dando início às relações diplomáticas e, em 1946, acreditou ministro plenipotenciário junto ao governo libanês. Em 1954, foi inaugurada a embaixada do Brasil em Beirute. No mesmo ano, o presidente Camille Chamoun realizou a primeira visita de um chefe de estado libanês ao Brasil, ocasião em que a legação libanesa no Rio de Janeiro foi elevada à categoria de Embaixada.

As visitas bilaterais têm sido frequentes. Mais recentemente, podem ser destacadas a visita, em julho de 2014, do chanceler Gebran Bassil a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro; a visita, em setembro de 2015, do então chanceler Mauro Vieira ao Líbano; e a participação, em novembro de 2016, do chanceler Gebran Bassil na 1ª Conferência Latino-Americana "O Potencial da Diáspora Libanesa", celebrada em São Paulo, quando se encontrou com o presidente Michel Temer, o então chanceler José Serra, o presidente da Câmara dos Deputados e outras autoridades. Em março de 2018, o ministro Aloysio Nunes realizou visita oficial ao



Líbano, sendo recebido pelo presidente Michel Aoun, pelo primeiro-ministro Saad Hariri e pelo chanceler Gebran Bassil.

O Grupo Parlamentar Brasil-Líbano foi criado pela Resolução da Câmara dos Deputados nº. 30/79, de 06 de setembro de 1979. Seu atual presidente é o deputado Ricardo Izar (PSD/SP).

Desde 2014, o governo libanês organiza, anualmente, em Beirute, em maio, a Conferência sobre o Potencial da Diáspora. Expressivas delegações brasileiras têm participado anualmente desse foro. A edição de 2017 contou com a participação de cerca de 2 mil delegados, provenientes de mais de 70 países. A delegação brasileira, composta por aproximadamente 320 integrantes, a mais numerosa da conferência, foi chefiada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que cumpriu agenda de encontros com o presidente Michel Aoun e com o primeiro-ministro Saad Hariri.

Desde fevereiro de 2011, oficial brasileiro comanda a Força Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano - FTM-UNIFIL. Em outubro de 2011, o Brasil passou a contribuir também com a nau-capitânia da FTM (fragatas União, Independência, Liberal e Constituição e corveta Barroso), iniciativa apreciada pelo governo libanês.

Em dezembro de 2014, MERCOSUL e Líbano assinaram Memorando de Entendimento sobre Comércio e Cooperação Econômica com o objetivo de fortalecer o diálogo econômico e promover a negociação de acordo de livre comércio. Em 2016, texto-base de Acordo de Livre Comércio foi apresentado ao Líbano e está em negociação.

Assuntos consulares

A atual comunidade brasileira no Líbano conta com mais de 17 mil brasileiros residentes, estimados em cerca de 5.500 idosos, 9.000 adultos e 2.500 crianças, quase todos binacionais. Embora se encontrem pulverizados em quase todo o território libanês, um terço dos integrantes da comunidade vive na região do Vale do Bekaa (região leste do país), empregado nos setores agrícola e de serviços.

POLÍTICA INTERNA

O Líbano é uma república parlamentarista. O quadro político-institucional do país é caracterizado pela divisão segundo confissões religiosas, a qual determina a composição do Parlamento e a alocação dos principais cargos políticos desde a independência e do Pacto Nacional (ambos em 1943). O presidente da República deve ser cristão maronita, o primeiro-ministro, muçulmano sunita, e o presidente da Assembleia Nacional, muçulmano xiita.

Em outubro de 2016, o general Michel Aoun foi eleito presidente e Saad Hariri indicado para a chefia do governo. Foi então formado um governo de união



nacional, com composição ampliada de vinte e quatro para trinta ministérios, atendendo a demanda do presidente do Parlamento e líder do Movimento Amal, Nabih Berry. As pastas foram distribuídas equitativamente entre muçulmanos e cristãos.

Em junho de 2017, o parlamento aprovou nova legislação eleitoral, em substituição à legislação de 1960. Segundo a nova lei, o país será dividido em 15 circunscrições. O modelo de representação adotado será o proporcional, em bases confessionais, e garantirá a manutenção da paridade numérica entre muçulmanos e cristãos no Parlamento, composto por 128 integrantes. A lei concede a nacionais libaneses na diáspora o direito de votar em embaixadas e em consulados. As próximas eleições estão previstas para ocorrer no dia 6 de maio de 2018.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa libanesa norteia-se pela necessidade de manutenção do equilíbrio político interno em face de crises e conflitos ocorridos no Oriente Médio. Estruturalmente, a política exterior do país segue, historicamente, o princípio da neutralidade e da dissociação.

Diante do conflito sírio, integrantes das principais forças políticas adotaram, por consenso, a "Declaração de Baabda" de junho de 2012, que definiu os objetivos comuns de preservação da estabilidade no país e de dissociação em relação à crise naquele país. O Líbano abriga, atualmente, quase 1,1 milhão de refugiados do conflito, um acréscimo populacional significativo em país de população de cerca de 4,5 milhões de habitantes.

Em julho de 2006, travou-se violenta ofensiva militar entre Israel e o Líbano, causando muitas mortes e a destruição da infraestrutura de cidades na região meridional libanesa. No curso do conflito, o Brasil, que apoiou todas as iniciativas diplomáticas para a obtenção de cessar-fogo, executou, em caráter emergencial, ampla operação de retirada de nacionais brasileiros. A operação, sem precedentes, possibilitou a retirada exitosa das zonas de conflito de aproximadamente 4.510 brasileiros, além de nacionais de outros países da América Latina.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia libanesa é baseada especialmente no turismo e em atividades bancárias (o setor é o maior da região em termos de participação no PIB). O Líbano possui balança comercial estruturalmente negativa, com tendência de deterioração no déficit. Em 2014 e 2015, houve melhoria dos termos de troca em razão, sobretudo, da queda no preço internacional do petróleo, repassada aos preços internos e responsável, também, pelo aumento da renda disponível no país.



A pauta comercial libanesa é relativamente concentrada, principalmente nas importações, marcadas pela demanda de energia. A balança de serviços é o principal indicador superavitário nas contas externas libanesas, sendo auxiliada pelas remessas e pela entrada de capital proveniente do investimento direto de outros países árabes e por compras de títulos do governo em moeda estrangeira. O Líbano possui sistema bancário desenvolvido e poucos obstáculos aos fluxos de capital, fatores que tendem a manter elevada sua atratividade aos investimentos externos.

Nos primeiros seis meses de 2017, o desempenho da economia libanesa registrou melhora em comparação com o mesmo período de 2016, mas ainda está abaixo dos requisitos para uma recuperação tangível. Se entre 2006 e 2010, o crescimento real do PIB apresentou uma média anual de 9,2%, desde 2011 ele recuou para 1,7%, ficando, em 2016 em 1,5%.

O setor primário tem demonstrado um ritmo de crescimento misto. Em paralelo, o setor bancário libanês continua desempenhando papel importante na manutenção da atividade econômica, proporcionando créditos aos empreendimentos do setor privado. As reservas em divisas estrangeiras do Banco Central atingiram, no final de julho de 2017, novo patamar histórico de US\$ 42,2 bilhões, viabilizando apoio de liquidez confortável para proteger a estabilidade do câmbio e da moeda.

Ao longo dos últimos dez anos, o comércio bilateral entre o Brasil e o Líbano tem-se mantido estável (crescimento de 17,5%), passando de US\$ 240,89 milhões, em 2007, para US\$ 283,06 milhões, em 2017. O Brasil registra, tradicionalmente, superávits expressivos no comércio bilateral (US\$ 243,94 milhões em 2017).

Nas importações brasileiras do Líbano, verificou-se considerável progressão de 853,98%, passando de US\$ 2,05 milhões em 2016 para US\$ 19,56 milhões em 2017. Essa vasta variação foi motivada basicamente pela compra brasileira de superfosfatos (91% do total), que estava ausente da pauta desde 2015.

O perfil das exportações brasileiras para o Líbano é majoritariamente de produtos primários (açúcar, carnes, animais vivos e café). A variação entre 2017 e 2016 do total geral foi negativa em 6,04% (US\$ 263,5 milhões contra US\$ 280,43 milhões). Observa-se que essa variação foi gerada, principalmente, pela redução nas exportações de açúcar, que caíram de US\$ 72,77 milhões para US\$ 24,93 milhões. Em 2016, a carne bovina refrigerada do Brasil deteve 14% de participação nas importações libanesas, enquanto o gado vivo para abate registrou 9% do total. Aves congeladas provenientes do Brasil responderam por 3% do total de importações libanesas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1920	Conferência de San Remo confere à França mandato sobre a Síria e o Líbano.
-------------	--



1926	Promulgada a Constituição libanesa.
1936	Assinado o Tratado de Independência do Líbano.
1943	Parlamento libanês estipula o fim do mandato francês e firma o Pacto Nacional, acordo de divisão de poder entre cristãos e muçulmanos.
1948	Líbano participa da coalizão árabe na Guerra de Independência de Israel.
1949	Assinado armistício com Israel.
1958	Conflito armado interno e intervenção americana.
1968	Comandos palestinos entram no Líbano; Israel ataca o aeroporto de Beirute.
1969	Forças de segurança abrem fogo contra manifestantes favoráveis à OLP.
1970	Refugiados palestinos migram para o país, após o Setembro Negro na Jordânia.
1973	Eclodem conflitos entre o Exército libanês e fedayin palestinos.
1975	Hafez Assad visita o Líbano e oferece apoio sírio em caso de agressão israelense.
1975	Tem início a Guerra Civil Libanesa.
1976	Tropas sírias entram no Líbano.
1977	Líder druso Kamal Jumblatt é assassinado.
1978	Israel invade o sul do Líbano e estabelece “zona tampão” na região.
1978	Criada a UNIFIL, Força Interina das Nações Unidas para o Líbano; seu mandato seria modificado em 1982, 1990 e 2006.
1982	Tropas israelenses chegam à periferia de Beirute.
1982	Assassinado o Presidente eleito, Bashir Gemayel.
1982	Massacres de Sabra e Shatila.
1989	Acordo de Taif e fim da Guerra Civil – Reestruturação do sistema de divisão de poder no Líbano, em substituição ao Pacto Nacional de 1943.
1990	Liga Árabe legitima presença militar síria no Líbano.
2000	Israel retira suas tropas do sul do Líbano.
2004	Aprovada a Resolução 1554 do CSNU, pedindo a retirada de todas as forças estrangeiras do Líbano.
2005	Primeiras eleições legislativas pós-Guerra Civil sem ocupação estrangeira – Eleição do premiê Rafik Hariri.
2005	Assassinato de Rafik Hariri.
2005	Revolução dos Cedros e retirada de tropas sírias do Líbano.
2006	Após o sequestro de dois soldados israelenses pelo Hezbollah, ataque israelense ao Líbano que durou 34 dias e em que morreram cerca de 1200 libaneses.
2006	Resolução 1701 do CSNU põe fim ao conflito e o exército libanês, pela primeira vez em décadas, estaciona suas tropas em todo o país.
2007	Conflito entre as Forças Armadas Libanesas e o grupo palestino



	extremista Fatah al-Islam, no campo de refugiados Nahr al-Bared.
2007	Fim do mandato do presidente Emile Lahoud e impasse na escolha de seu sucessor, que gera meses de crise política.
2008	Eleição do general Michael Sleiman em maio e formação de Governo de União Nacional em Junho, possibilitada pelos Acordos de Doha.
2009	Eleições legislativas dão nova vitória ao grupo liderado por Saad Hariri.
2009	Toma posse Governo de União Nacional.
2011	Queda do gabinete de Saad Hariri.
2011	Formação do gabinete de Najib Mikati.
2012	Declaração de Baabda, que conclama as forças políticas libanesas a dissociar-se do conflito sírio .
2013	Najib Mikati renuncia ao cargo de primeiro-ministro, após críticas da base aliada, contrária à manutenção da antiga lei eleitoral .
2014	Tammam Salam consegue formar seu gabinete no formato 8-8-8
2014	Fim do mandato do presidente Michel Sleiman (maio)
2016	Michel Aoun eleito presidente com Saad Hariri como primeiro-ministro (outubro)
2017	Aprovação da nova lei eleitoral
2018	Eleições parlamentares (6 de maio)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1876	Visita de D. Pedro II ao atual Líbano, então parte do Império Otomano
1880	Primeiros contingentes significativos de imigrantes libaneses chegam ao Brasil, predominantemente cristãos
1920	Abertura do consulado do Brasil em Beirute
1937	O consulado do Brasil torna-se Consulado-Geral
1945	Estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, após a independência do Líbano
1946	O consulado-Geral do Brasil passa a Legação
1954	Visita oficial do presidente da República Libanesa , Sr. Camille Chamoun, ao Brasil
1954	Abertura de embaixada libanesa no Rio de Janeiro
1954	Abertura de embaixada brasileira em Beirute
1961	Transferência da embaixada libanesa para Brasília
1961	Abertura do consulado honorário em Trípoli, desativado em 1991 e reativado em 1994
1975	Início da Guerra Civil no Líbano, que marca também o começo de nova onda de imigrantes do país para o Brasil, dessa feita com grande participação de muçulmanos



1995	Visita oficial do primeiro-ministro libanês ao Brasil, Sr. Rafik Hariri
1996	Visita ao Brasil do presidente da Assembleia Nacional libanesa, Sr. Nabih Berry
1997	Visita oficial do presidente da República libanesa, Sr. Elias Hraoui, ao Brasil
1997	Visita oficial do ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Luis Felipe Lampreia, ao Líbano
2003	Visita de Estado do Sr. presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, ao Líbano
2003	Visita oficial do ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Celso Amorim, ao Líbano
2003	Visita oficial de Rafik Hariri, primeiro-ministro libanês, ao Brasil
2005	Visita oficial do ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Celso Amorim, ao Líbano
2005	Visita oficial do primeiro-ministro libanês, Najib Mikati, ao Brasil
2006	Abertura do consulado-geral do Brasil em Beirute
2006	Visita oficial do ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Celso Amorim, ao Líbano, no contexto da guerra entre Israel e o Hezbollah
2009	Visita do embaixador extraordinário do Brasil para o Oriente Médio, embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto
2010	Visita de Estado do presidente da República Libanesa, general Michel Sleiman
2011	Visita do Sr. vice-presidente da República, Michel Temer, ao Líbano.
2011	Inauguração do Centro Cultural Brasil-Líbano
2012	Visita do ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, ao Líbano
2013	Visita ao Brasil do cardeal Bechara Boutros Rai, patriarca da Igreja Maronita
2014	Participação de delegação parlamentar brasileira à I Conferência sobre o Potencial da Diáspora
2014	Visita do chanceler Gebran Bassil a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro
2015	Participação de delegação parlamentar brasileira à II Conferência sobre o Potencial da Diáspora
2015	Visita do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, ao Líbano
2016	Participação de delegação parlamentar brasileira à III Conferência sobre o Potencial da Diáspora
2016	Encontro entre os chanceleres José Serra e Gebran Bassil à margem da Assembleia Geral da ONU
2016	Encontro do chanceler Gebran Bassil com o ministro das Relações Exteriores, José Serra, e com o presidente Michel Temer à margem da 1ª



	Conferência Latino-Americana "O Potencial da Diáspora Libanesa"
2016	Visita do ministro da Defesa, Raul Jungmann, ao Líbano
2017	Encontro do governador do Goiás, Marconi Perillo, com o presidente Michel Aoun durante visita de trabalho ao Líbano
2017	Participação de delegação parlamentar brasileira à IV Conferência sobre o Potencial da Diáspora, chefiada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia
2018	Visita do ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes ao Líbano (março)



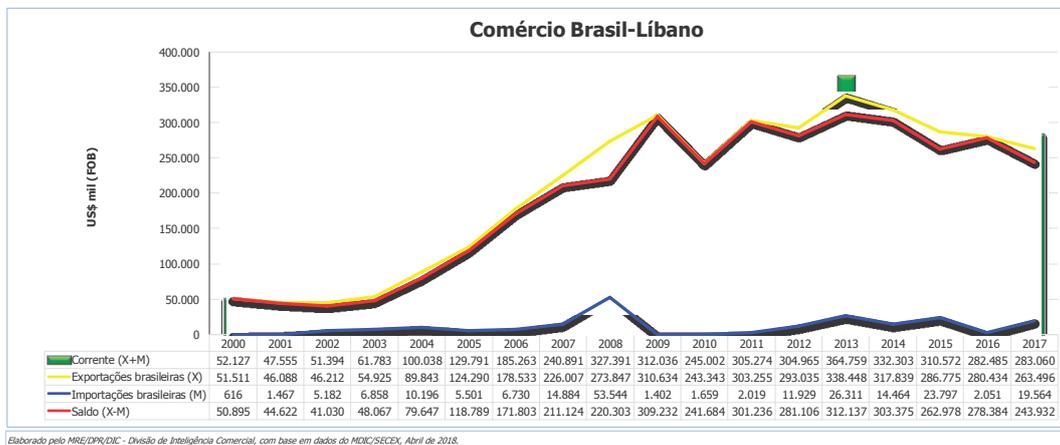
ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Publicação
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins	04/12/2003	31/03/2008	14/03/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários	04/12/2003	02/04/2006	05/04/2006
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário	04/10/2002	01/10/2014	08/09/2017
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	04/10/2002	01/11/2011	20/02/2013
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	04/02/1997	03/11/2002	22/11/2002
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	04/02/1997	03/03/1998	24/04/1998
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre a República do Líbano e a Estados Unidos do Brasil.	12/05/1954	16/01/1957	21/03/1957



ANEXO ESTATÍSTICO



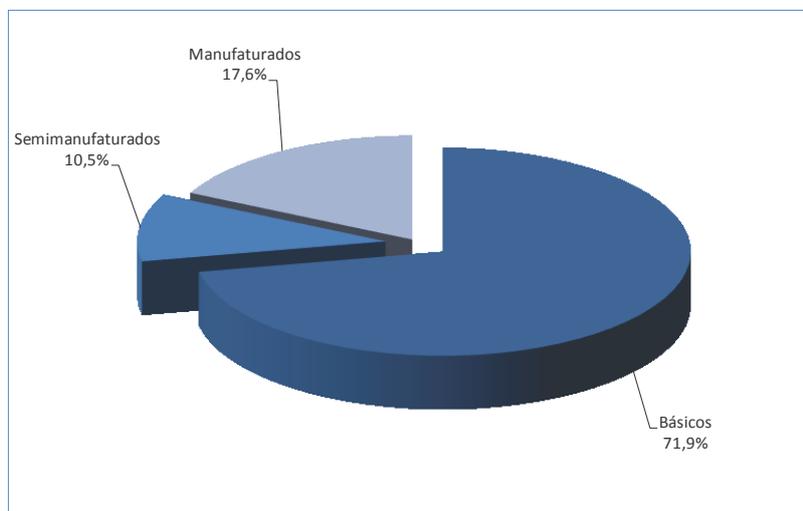


2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	64.991	2.600	67.591	62.392
2018 (jan-mar)	67.295	781	68.076	66.514

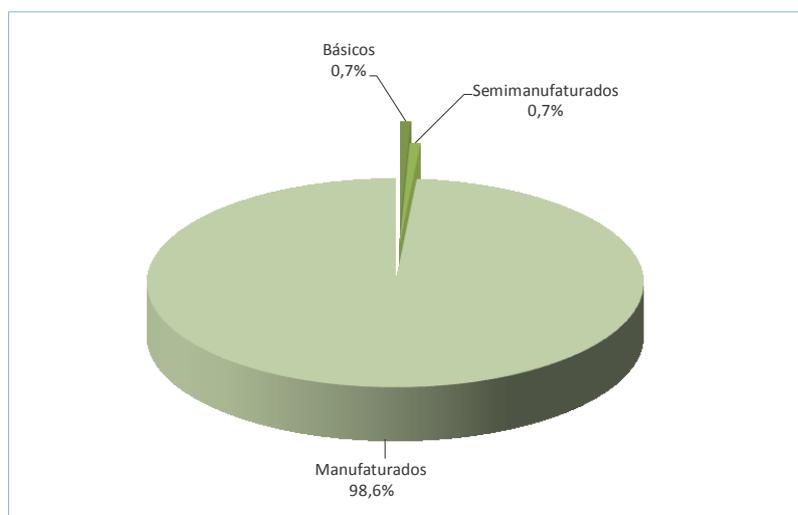


Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

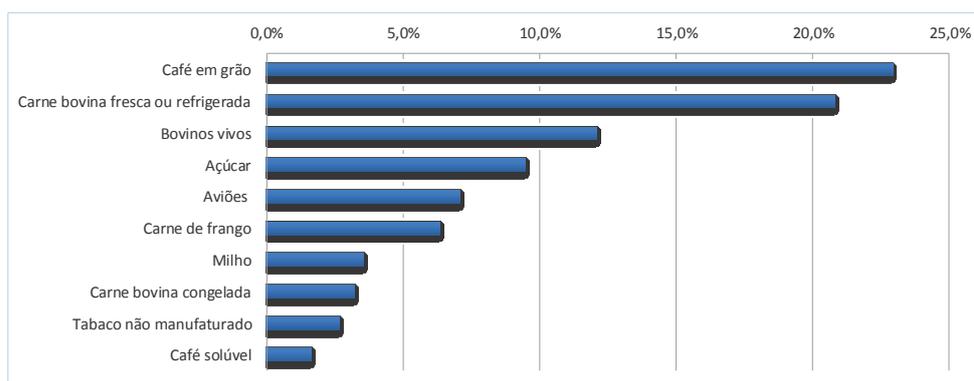


Composição das exportações brasileiras para o Líbano (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Café em grão	56.705	19,8%	53.716	19,2%	60.433	22,9%
Carne bovina fresca ou refrigerada	64.104	22,4%	59.516	21,2%	54.809	20,8%
Bovinos vivos	42.668	14,9%	42.847	15,3%	31.889	12,1%
Açúcar	35.236	12,3%	72.776	26,0%	24.997	9,5%
Aviões	18.325	6,4%	0	0,0%	18.575	7,0%
Carne de frango	17.562	6,1%	17.353	6,2%	16.736	6,4%
Milho	249	0,1%	161	0,1%	9.386	3,6%
Carne bovina congelada	7.467	2,6%	3.193	1,1%	8.391	3,2%
Tabaco não manufaturado	1.682	0,6%	1.732	0,6%	6.972	2,6%
Café solúvel	3.269	1,1%	3.024	1,1%	4.290	1,6%
Subtotal	247.267	86,2%	254.318	90,7%	236.478	89,7%
Outros	39.508	13,8%	26.116	9,3%	27.018	10,3%
Total	286.775	100,0%	280.434	100,0%	263.496	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

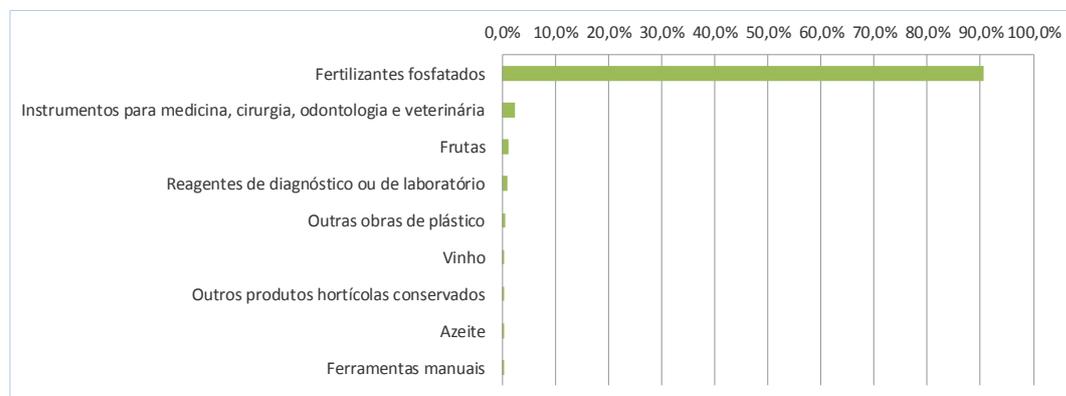


Composição das importações brasileiras originárias do Líbano (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Fertilizantes fosfatados	21.697	91,2%	0	0,0%	17.715	90,5%
Instrumentos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	0	0,0%	0	0,0%	494	2,5%
Frutas	219	0,9%	159	7,8%	255	1,3%
Reagentes de diagnóstico ou de laboratório	0	0,0%	0	0,0%	215	1,1%
Outras obras de plástico	0	0,0%	0	0,0%	120	0,6%
Vinho	56	0,2%	71	3,5%	93	0,5%
Outros produtos hortícolas conservados	76	0,3%	70	3,4%	89	0,5%
Azeite	17	0,1%	38	1,9%	89	0,5%
Ferramentas manuais	0	0,0%	0	0,0%	66	0,3%
Chumbo em forma bruta	867	3,6%	880	42,9%	0	0,0%
Subtotal	22.932	96,4%	1.218	59,4%	19.136	97,8%
Outros	865	3,6%	833	40,6%	428	2,2%
Total	23.797	100,0%	2.051	100,0%	19.564	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



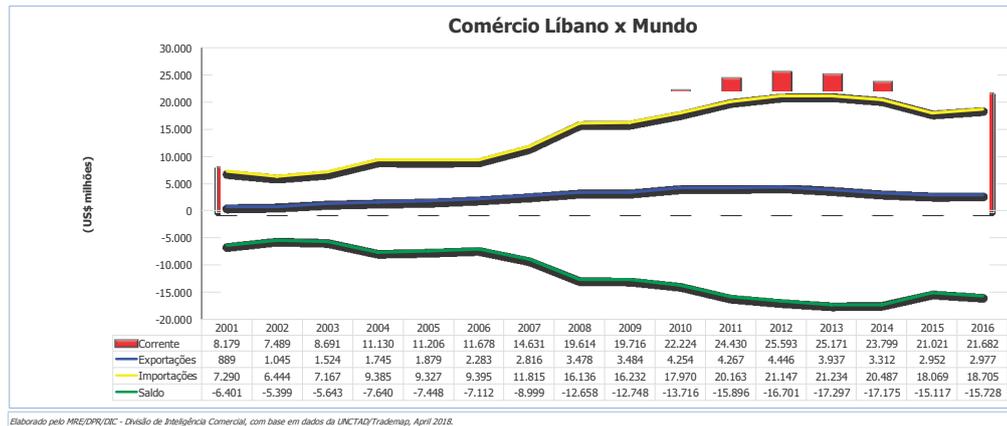
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Bovinos vivos	6.091	9,4%	15.350	22,8%	Bovinos vivos 22,8%
Carne bovina fresca ou refrigerada	13.207	20,3%	13.562	20,2%	Carne bovina fresca ou refrigerada 20,2%
Milho	0	0,0%	12.097	18,0%	Milho 18,0%
Café em grão	17.953	27,6%	11.273	16,8%	Café em grão 16,8%
Carne bovina congelada	3.096	4,8%	4.431	6,6%	Carne bovina congelada 6,6%
Carne de frango	3.395	5,2%	1.783	2,6%	Carne de frango 2,6%
Pastas químicas de madeira	421	0,6%	1.680	2,5%	Pastas químicas de madeira 2,5%
Tabaco não manufaturado	3.898	6,0%	1.513	2,2%	Tabaco não manufaturado 2,2%
Veículos para transporte de mercadorias	128	0,2%	452	0,7%	Veículos para transporte de mercadorias 0,7%
Partes de motores e conversores elétricos	0	0,0%	401	0,6%	Partes de motores e conversores elétricos 0,6%
Subtotal	48.189	74,1%	62.542	92,9%	
Outros	16.802	25,9%	4.753	7,1%	
Total	64.991	100,0%	67.295	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Instrumentos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	79	3,0%	263	33,7%	Instrumentos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária 33,7%
Frutas	82	3,2%	138	17,7%	Frutas 17,7%
Reagentes de diagnóstico ou de laboratório	0	0,0%	113	14,5%	Reagentes de diagnóstico ou de laboratório 14,5%
Outras obras de plástico	8	0,3%	80	10,2%	Outras obras de plástico 10,2%
Máquinas e aparelhos elétricos com função própria	0	0,0%	42	5,4%	Máquinas e aparelhos elétricos com função própria 5,4%
Aparelhos para medida ou controle de grandezas elétricas	0	0,0%	34	4,4%	Aparelhos para medida ou controle de grandezas elétricas 4,4%
Outros produtos hortícolas conservados	8	0,3%	24	3,1%	Outros produtos hortícolas conservados 3,1%
Outros açúcares	2	0,1%	17	2,2%	Outros açúcares 2,2%
Vinho	12	0,5%	9	1,2%	Vinho 1,2%
Fertilizantes fosfatados	2.309	88,8%	0	0,0%	Fertilizantes fosfatados 0,0%
Subtotal	2.500	96,2%	720	92,2%	
Outros produtos	100	3,8%	61	7,8%	
Total	2.600	100,0%	781	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

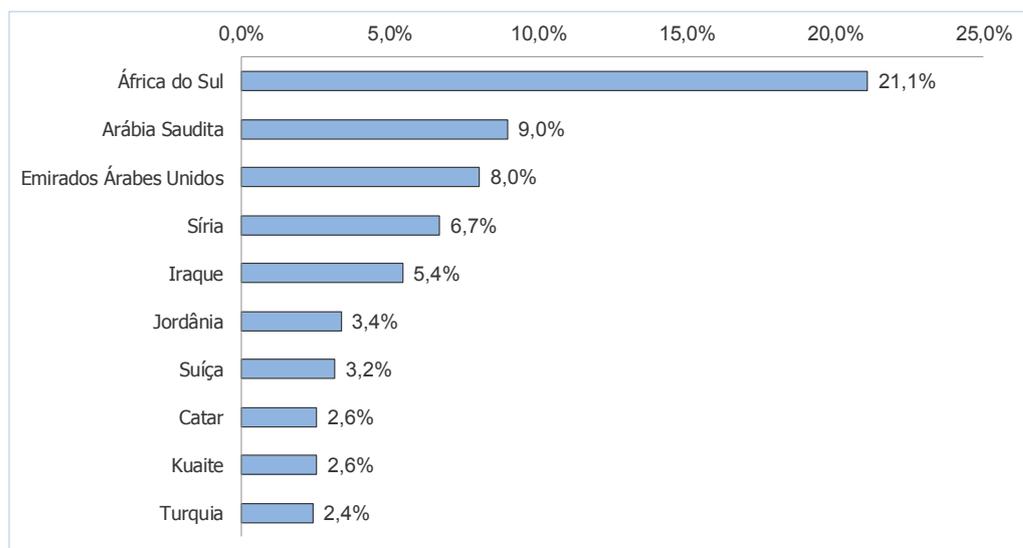




Principais destinos das exportações do Líbano
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
África do Sul	628	21,1%
Arábia Saudita	267	9,0%
Emirados Árabes Unidos	239	8,0%
Síria	199	6,7%
Iraque	162	5,4%
Jordânia	100	3,4%
Suíça	94	3,2%
Catar	76	2,6%
Kuaite	76	2,6%
Turquia	72	2,4%
...		
Brasil (54º lugar)	6	0,2%
Subtotal	1.919	64,5%
Outros países	1.058	35,5%
Total	2.977	100,0%

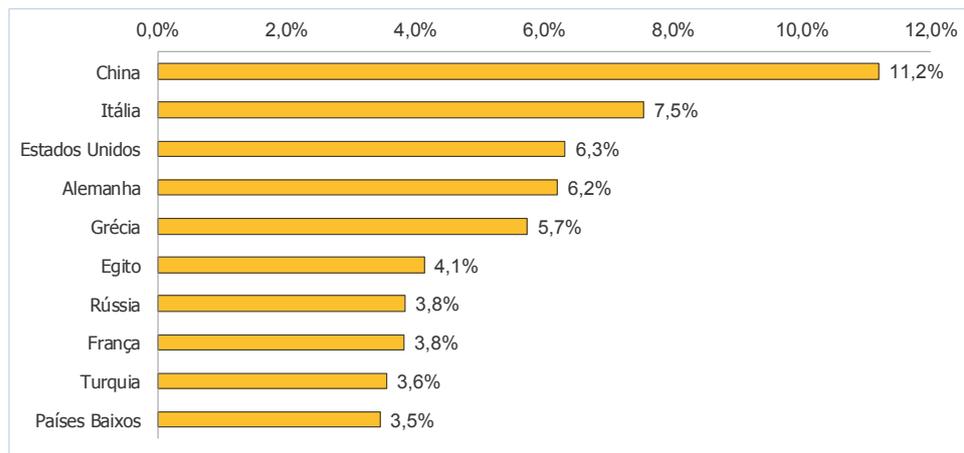
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações do Líbano
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	2.094	11,2%
Itália	1.412	7,5%
Estados Unidos	1.184	6,3%
Alemanha	1.161	6,2%
Grécia	1.074	5,7%
Egito	774	4,1%
Rússia	719	3,8%
França	716	3,8%
Turquia	665	3,6%
Países Baixos	646	3,5%
...		
Brasil (18º lugar)	303	1,6%
Subtotal	10.748	57,5%
Outros países	7.957	42,5%
Total	18.705	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

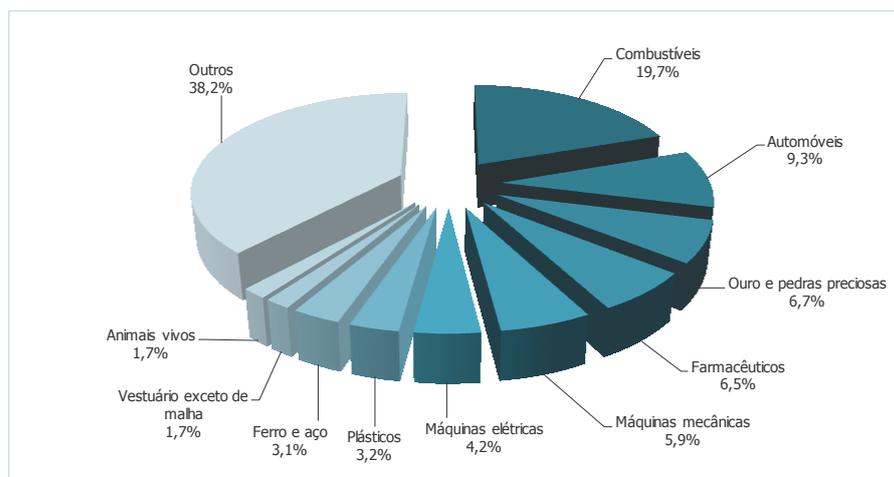


Composição das importações do Líbano (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Combustíveis	3.678	19,7%
Automóveis	1.732	9,3%
Ouro e pedras preciosas	1.255	6,7%
Farmacêuticos	1.214	6,5%
Máquinas mecânicas	1.099	5,9%
Máquinas elétricas	780	4,2%
Plásticos	596	3,2%
Ferro e aço	583	3,1%
Vestuário exceto de malha	312	1,7%
Animais vivos	311	1,7%
Subtotal	11.560	61,8%
Outros	7.145	38,2%
Total	18.705	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Líbano

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,00%	1,50%	2,00%	2,50%	2,50%
PIB nominal (US\$ bilhões)	50,46	52,70	55,02	57,37	59,87
PIB nominal "per capita" (US\$)	11.295	11.684	12.082	12.478	12.898
PIB PPP (US\$ bilhões)	85,11	87,89	91,38	95,67	100,12
PIB PPP "per capita" (US\$)	19.050	19.486	20.068	20.809	21.571
População (milhões habitantes)	4,47	4,52	4,55	4,60	4,64
Inflação (%) ⁽²⁾	3,14%	3,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-18,59%	-18,01%	-16,77%	-16,11%	-15,55%
Dívida externa (US\$ bilhões)	36,87	39,74	41,55	43,52	45,40
Câmbio (L£ / US\$) ⁽²⁾	1.508	1.508	1.508	1.508	1.508

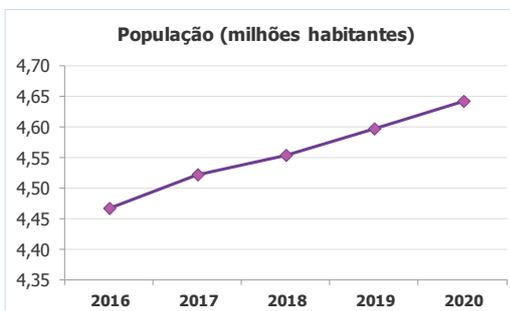
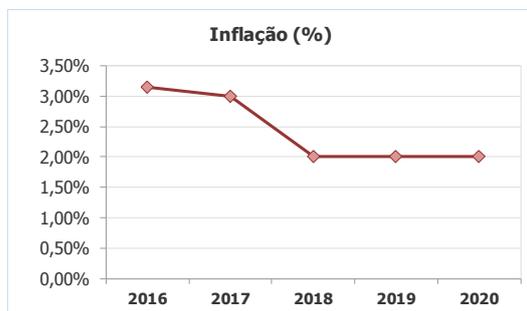
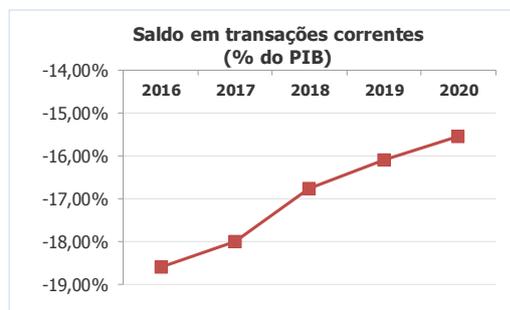
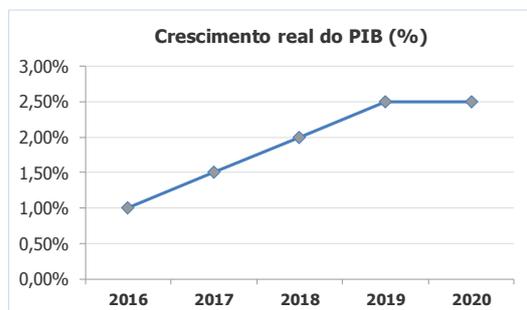
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	5,7%
Indústria	21,0%
Serviços	73,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 23, DE 2018

(nº 194/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas, em Genebra.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CRE.



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 194

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra.

Os méritos do Senhor Alexandre Guido Lopes Parola que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de abril de 2018.



EM nº 00072/2018 MRE

Brasília, 17 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 176 - C. Civil.

Em 17 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA**

CPF.: 890.476.567-68

ID.: 44570976 SSP/RJ

1965 Filho de José Rodrigues Parola e Raymunda Solange Lopes Parola, nasce em 2 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1985 Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

1987 CPCD - IRBr

1991 Mestrado em Economia pela Universidade de Brasília/DF

1997 Mestrado em Filosofia pela Catholic University of America, Washington-DC/EUA

1997 CAD - IRBr

2003 Doutorado em Filosofia, Catholic University of America, Washington-DC/EUA

2003 Pós-Doutorado em Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, Centro de Estudos Brasileiros, Universidade de Oxford, Reino Unido

2007 CAE - IRBr, Crítica da ordem injusta. Dimensões normativas e desafios práticos na busca da ordem e justiça nas relações internacionais. Uma visão brasileira.

Cargos:

1988 Terceiro-secretário

1994 Segundo-secretário

2000 Primeiro-secretário, por merecimento

2004 Conselheiro, por merecimento

2008 Ministro de segunda classe, por merecimento

2016 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1988-90 Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento, assistente

1989-93 Instituto Rio-Branco, Professor, assistente

1990 London School of Economics, Londres, Reino Unido, Pesquisador visitante

1990-91 Divisão de Política Comercial, assistente

1991-92 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assessor



1992	Ministério da Economia, Finanças e Planejamento, Gabinete do Ministro, assessor
1992-93	Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos
1993	Subsecretaria-Geral de Planejamento, assessor
1993-97	Embaixada em Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1997-99	Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário
1998	Universidade do Chile, Professor visitante
1999-2003	Presidência da República, Porta-Voz, Adjunto e Porta-Voz
1999	Instituto Rio-Branco, Professor, titular
2003-04	Embaixada em Londres, Primeiro-Secretário em missão transitória
2003	Faculdade de Ciências Políticas de Paris, (Sciences Po.), Professor Visitante
2004-06	Ministério da Defesa, Assessor Especial
2006-11	Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2011-15	Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro
2015-16	Diretor do Departamento Econômico da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros
2016	Porta-Voz do Senhor Presidente da República
2017-18	Instituto Rio-Branco. Professor titular de Política Internacional.

Condecorações:

2001	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2004	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
2013	Ordem do Mérito Aeronáutico
2017	Ordem do Mérito da Defesa. Grande-Oficial

Publicações:

1997	Organizador do livro de Paulo Tarso Flecha de Lima, Caminhos diplomáticos: 10 anos de agenda internacional, Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro
2004	Ordem e Justiça nas Relações Internacionais, in Política Externa, v.13, número 1
2007	A ordem Injusta. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília.
2010	"Rawls e Habermas - Leitores de Kant". V Anuário Brasileiro de Direito Internacional, v. 1.

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros
Departamento Econômico

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Abril de 2018



DADOS BÁSICOS	
Nome Oficial	Organização Mundial do Comércio - OMC
Países-membros	164 membros
Ano da fundação	1995
Ano da adesão do Brasil	1995 (Membro fundador)
Sede	Genebra, Suíça
Principais órgãos	Conferência Ministerial Conselho Geral
Chefias Administrativas	Diretor-Geral: Roberto Carvalho de Azevêdo, desde 2013, reconduzido ao cargo em 2017. Diretores-Gerais Adjuntos: Yonov Frederick Agah, Karl Brauner, Alan Wolff e Yi Xiaozhun

Informação atualizada em 13 de abril de 2018 por DIOEC, DACCESS, DCCOM, DDF, DPB e DNS. Revisada pela DIOEC e pelo DEC.



PERFIS BIOGRÁFICOS

Diretor-Geral da OMC – Roberto Carvalho de Azevêdo



Nasceu em 3 de outubro de 1957, em Salvador. Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores em 1984 e serviu nas embaixadas do Brasil em Washington (1988 a 1991), e em Montevidéu (1992 a 1994).

Em 1995, tornou-se subchefe para Assuntos Econômicos no Gabinete do Ministério das Relações Exteriores e, de 1997 a 2001, serviu na Missão Permanente do Brasil em Genebra.

Participou da criação da Coordenação-Geral de Contenciosos, a qual chefiou entre 2001 e 2005, tendo atuado como Chefe de Delegação nos contenciosos dos "Subsídios ao Algodão", dos "Subsídios à Exportação de Açúcar", e das "Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados".

Foi Diretor do Departamento Econômico entre 2005 e 2006, Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos de 2006 a 2008, e Representante Permanente do Brasil junto à OMC de 2008 a 2013.

Em dezembro de 2012, foi indicado pelo Brasil para concorrer ao cargo de Diretor-Geral da OMC e elegeu-se, vencendo a disputa contra o candidato mexicano Hermínio Blanco, para mandato de quatro anos (2013-2017). Assumiu funções em 1º de setembro de 2013. Em 2017, o Embaixador Azevêdo foi reconduzido ao cargo, com mandato até 2021.



Diretor-Geral Adjunto da OMC – Yonov Frederick Agah



Yonov Frederick Agah, de nacionalidade nigeriana, é bacharel em ciência e mestre em economia pela Universidade Ahmadu Bello (Zaria, Nigéria). Obteve também os títulos de Mestre em Administração de Empresas e de Doutor em Economia (Comércio Internacional) pela Universidade de Jos (Nigéria) em 1989 e 2007, respectivamente. O Senhor Agah também é Bacharel em Direito pela Universidade de Abuja (Nigéria, 2009).

Antes de sua designação como Diretor-Geral Adjunto da OMC, em 2013, Yonov Agah foi Representante Permanente da Nigéria junto à OMC, desde 2005. Presidiu o Conselho Geral da OMC em 2011, estando à frente da organização da Oitava Conferência Ministerial da OMC. Presidiu, adicionalmente, os seguintes órgãos da OMC: o Órgão de Solução de Controvérsias, em 2010; o Conselho de Comércio de Serviços, em 2009; o Órgão de Revisão de Políticas Comerciais, em 2008; o Conselho para os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, em 2007; e o Conselho de Comércio de Bens, em 2006.

Anteriormente, o Sr. Agah exerceu as seguintes funções: professor na Kaduna Politécnica (1979-1981); colunista e gerente de distribuição da Benie Printing and Publishing Corporation (1982-1984); gerente de vendas da Bennue Bottling Company Limited (1984-1987); gerente de campo da UTC Nigeria PLC (1990-1991); Vice-Diretor (assuntos multilaterais), de 1991 a 2001; e Diretor (comércio externo), de 2002 a 2005.



Diretor-Geral Adjunto da OMC – Karl Brauner



Karl Brauner, de nacionalidade alemã, é advogado, tendo feito seus estudos na Alemanha e no Reino Unido. Iniciou sua vida profissional no departamento jurídico do Ministério Federal Alemão da Economia, em Bonn, em 1983. De 1986 a 1987, trabalhou na Missão da Alemanha junto às Nações Unidas em Nova York. Serviu também nas missões diplomáticas alemãs em Atenas e Sydney.

O Senhor Brauner ocupou o cargo de Diretor Geral de Política Econômica Externa no Ministério Federal Alemão da Economia em Berlim por 12 anos, de 2001 a 2013. No exercício dessa função, foi responsável por todos os instrumentos de promoção das exportações e também foi encarregado do gerenciamento destas.

Atuou também como representante da Alemanha no Comitê de Política Comercial da União Europeia, cuja função é a de determinar a política comercial da União Europeia. Participou de todas as conferências ministeriais da OMC, desde o lançamento da Agenda de Desenvolvimento de Doha, em 2001.

Karl Brauner assumiu o cargo de Diretor-Geral Adjunto da OMC em 2013.



Diretor-Geral Adjunto da OMC – Alan Wm. Wolff



O Embaixador Alan Wolff atuou como negociador comercial principal e assessor tanto em administrações dos EUA republicanas, quanto democratas. Foi representante especial adjunto dos Estados Unidos para as negociações comerciais no governo Carter e consultor jurídico do órgão durante o governo Ford. Foi chefe de delegação dos EUA na Rodada Tóquio do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e um dos redatores da legislação que concede ao Poder Executivo dos EUA o direito de negociar acordos de livre comércio. Foi um dos fundadores do Comitê do Aço da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento) e seu primeiro presidente.

Antes de assumir funções no escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), o Embaixador Wolff trabalhou na Secretaria do Tesouro dos EUA para o Comitê Consultivo Nacional sobre Política Monetária e Financeira Internacional, e participou dos trabalhos do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento da OCDE. Ademais, foi diretor do Escritório de Negociações Comerciais Multilaterais da Secretaria do Tesouro dos EUA.

Formado pelo Harvard College e com doutorado pela Columbia University, o Embaixador Wolff também trabalhou no escritório internacional de advogados Dentons e durante sua carreira participou em diversos casos de controvérsias comerciais internacionais. Nos últimos seis anos, presidiu o Conselho Nacional de Comércio Exterior (NFTC). Preside, ainda, a Junta do Instituto de Comércio e Diplomacia Comercial (ITCD).

Wolff assumiu o cargo de Diretor-Geral Adjunto da OMC em 2017.



Diretor-Geral Adjunto da OMC – Yi Xiaozhun



Yi Xiaozhun, de nacionalidade chinesa, é Mestre em Economia pela Universidade de Nankai. Tem vasta experiência na área de comércio internacional e de economia, tanto como membro do alto escalão do governo, quanto como Representante Permanente da China junto à OMC. Atuou como um dos principais negociadores no processo de acessão de seu país à OMC.

Yi Xiaozhun foi Ministro Adjunto e Vice-Ministro de Comércio da China, encarregado de negociações comerciais multilaterais e regionais e de cooperação. Atuou também na negociação de numerosos acordos de livre comércio, incluindo o Acordo China-ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), primeiro acordo do tipo firmado pela China. Trabalhou no aprofundamento da relação entre a China e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, na sigla em inglês), o Encontro Ásia-Europa (ASEM, na sigla em inglês), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês), a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE, na sigla em inglês). Serviu, ademais, como diplomata na embaixada chinesa nos Estados Unidos, do final dos anos 1980 até o início dos anos 1990.

Como Representante Permanente da China junto à OMC, o Senhor Yi Xiaozhun foi eleito Presidente do Grupo de Trabalho para a Acessão da República Popular do Laos. Tornou-se Diretor-Geral Adjunto da OMC em 2013.



INFORMAÇÕES GERAIS

Histórico e atribuições:

As origens da Organização Mundial do Comércio (OMC) remontam ao final da Segunda Guerra Mundial e aos esforços dos aliados em reconstruir a economia mundial. O impasse na ratificação da Carta de Havana, documento que delimitava os objetivos e funções de uma das instituições de Bretton Woods voltada ao comércio internacional, levou à negociação de um Acordo Provisório, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), em 1947, que adotava o resultado das primeiras negociações relativas à redução e consolidação de tarifas e a regras sobre o comércio.

A partir de então, as regras do sistema de comércio internacional, antes consubstanciadas em tratados bilaterais, foram aprofundadas através de sucessivas rodadas de negociações multilaterais. Inicialmente voltadas à diminuição dos direitos aduaneiros, as seis primeiras rodadas foram pautadas em negociações sobre concessões tarifárias recíprocas que culminaram em uma bem-sucedida queda da média tarifária aplicada.

Na sétima rodada, denominada Rodada Tóquio, voltou-se a negociações de regras sobre barreiras não tarifárias, as quais passaram a ser adotadas por diversos países como nova forma de proteção à produção nacional. A Rodada culminou em nove acordos (válidos apenas entre as partes que os assinavam): Barreiras Técnicas; Subsídios; Antidumping; Valoração Aduaneira; Licenciamento de Importação; Compras Governamentais; Comércio de Aeronaves; Acordo sobre Carne Bovina e Acordo sobre Produtos Lácteos. Os dois últimos foram encerrados com o início das atividades da OMC.

A oitava rodada, a Rodada Uruguai, foi a mais ambiciosa e complexa das negociações estabelecidas no âmbito do GATT. Além da diminuição tarifária, estava entre os seus objetivos a integração às regras do GATT de setores antes excluídos, como agricultura e têxteis, além da introdução de tais regras a novos setores como serviços, medidas de investimentos e de propriedade intelectual.

Principal resultado da Rodada Uruguai, a OMC estabeleceu-se como fórum para a negociação de acordos multilaterais que visem à redução de barreiras ao comércio internacional e contribuam para o desenvolvimento e crescimento econômico mundial. A OMC, enquanto organização internacional, possui estrutura legal e institucional para a implementação e o monitoramento desses acordos internacionais, assim como para a solução de conflitos oriundos



de sua aplicação e interpretação. Atualmente existem 16 (dezesesseis) acordos multilaterais em vigor sob a égide da OMC (dos quais todos os Estados Membros da OMC são partes signatárias) e 2 (dois) acordos plurilaterais dos quais apenas parte dos Estados Membros são partes signatárias.

O termo GATT ficou estabelecido para designar o conjunto de todas as regras sobre comércio negociadas desde 1947, além das modificações introduzidas pelas sucessivas rodadas de negociação até a Rodada Uruguai. Assim, a ideia do GATT enquanto órgão internacional desapareceu, mas o acordo permanece válido como parte do sistema das regras do comércio internacional.

Durante os últimos 60 anos, o GATT e, a partir de 1995, a OMC contribuíram ambos para a criação de um sistema de comércio internacional forte e, conseqüentemente, para um crescimento econômico global sem precedentes. Atualmente, a OMC reúne 164 Membros. Suas atribuições incluem: (i) negociar regras para o comércio internacional de bens, serviços, propriedade intelectual e outras matérias que os Membros venham a acordar; (ii) zelar pela adequada implementação dos compromissos assumidos; (iii) servir de espaço à negociação de novas disciplinas; e (iv) resolver controvérsias entre os Membros. As atividades conduzidas pela OMC contam com o apoio de seu Secretariado sob a direção de seu Diretor-Geral. As três línguas oficiais na OMC são o inglês, o francês e o espanhol.

Estrutura:

Conferência Ministerial

O órgão máximo da OMC é a Conferência Ministerial, que deve reunir-se, no mínimo, a cada dois anos. Entre essas reuniões, as funções da Conferência Ministerial são exercidas pelo Conselho Geral, que, sob distintos termos de referência, funciona também como Órgão de Revisão de Políticas Comerciais e Órgão de Solução de Controvérsias.

Conselho Geral

Ao Conselho Geral se reportam diretamente o Conselho de Bens, o Conselho de Serviços e o Conselho de Propriedade Intelectual, além de comitês temáticos voltados a questões como Comércio e Desenvolvimento, Comércio e Meio Ambiente, Acordos Regionais e Orçamento. Com o lançamento da Rodada Doha, foi instituído o Comitê de Negociações Comerciais (CNC), também subordinado ao Conselho Geral. No âmbito do CNC estão as Sessões Especiais do Conselho de Serviços, do Conselho de Propriedade Intelectual, do Órgão de Solução de Controvérsias, do Comitê de Agricultura, do Subcomitê sobre



Algodão, do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento e do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente, assim como os Grupos de Negociação sobre Acesso a Mercados e Regras. Atualmente, o Conselho Geral é presidido pelo Embaixador Junichi Ihara, Representante Permanente do Japão.

Conselho de Bens

O Conselho de Comércio de Bens da OMC visa a monitorar a implementação de compromissos assumidos pelos membros em matéria de comércio de bens. Entre suas doze instâncias subsidiárias, destacam-se os Comitês de Acesso a Mercados, de Agricultura, de Barreiras Técnicas ao Comércio, Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, Subsídios, Antidumping, assim como o Comitê Preparatório sobre Facilitação do Comércio. O Conselho de bens, que se reúne cerca de quatro vezes por ano, é presidido atualmente pelo Representante Permanente do Canadá junto à OMC, Embaixador Stephen de Boer.

Conselho de Serviços

O Conselho de Comércio de Serviços da OMC se reúne, em média, cinco vezes ao ano, para avaliar o cumprimento, pelos Membros, de seus compromissos de acesso a mercados assumidos no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços – GATS, bem como questões relativas à regulamentação doméstica e transparência de regras nacionais para as atividades financeiras, de transportes, energia, telecomunicações e serviços profissionais. O Conselho de Serviços é presidido atualmente pelo Representante Permanente do Reino Unido junto à OMC, Embaixador Julian Braithwaite.

Conselho de TRIPS

É o órgão que trata dos temas relacionados ao Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio – TRIPS. O Conselho de TRIPS é presidido, atualmente, pela Representante Permanente de Hong Kong, China, Senhora Irene Young.

Órgão de Revisão de Políticas Comerciais

O mecanismo de revisão de políticas comerciais da OMC permite o exame periódico do quadro jurídico e das práticas dos Estados Membros em matéria de política comercial. A periodicidade das revisões é definida pela participação de cada membro nos fluxos internacionais de comércio. O exercício toma por base, de um lado, relatório preparado pelo governo do Membro sob exame, na forma de uma declaração política, e, de outro lado, relatório



produzido pelo Secretariado, de teor analítico e crítico. A par dos elementos de informação disponíveis, representantes dos demais Membros da OMC dirigem perguntas – seja por escrito, com antecedência de alguns dias, seja oralmente, no momento da reunião – ao Membro examinado, para que este exponha seus pontos de vista sobre os temas levantados. Em junho de 2017, o Brasil foi objeto, pela sétima vez, do processo de revisão. O Órgão de Revisão de Políticas Comerciais é atualmente presidido pelo Representante Permanente da Colômbia junto à OMC, Embaixador Juan Carlos González.

Órgão de Solução de Controvérsias

Considerado por muitos especialistas como um dos resultados mais significativos da Rodada Uruguaí de negociações comerciais (1986-1994), o sistema de solução de controvérsias da OMC diferencia-se do mecanismo vigente até 1994 no âmbito do GATT em vários aspectos. Destes, talvez o mais importante seja o modo de aprovação dos relatórios dos painéis e da criação do Órgão de Apelação. O GATT exigia o consenso dos Membros para aprovar os relatórios, o que permitia à parte derrotada bloquear a aprovação. Já na OMC, relatórios de painéis e do Órgão de Apelação só não serão aprovados pelo Órgão de Solução de Controvérsias – OSC, no qual todos os Membros estão representados, caso ocorra o chamado “consenso negativo”: todos os Membros, inclusive o ganhador da disputa, decidam pela não adoção do relatório.

À diferença do mecanismo de solução de controvérsias do GATT, o sistema da OMC é dotado de instância revisora, o Órgão de Apelação, com a função de verificar, a pedido de qualquer parte em disputa, os fundamentos legais do relatório do painel e de suas conclusões.

O objetivo do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC é reforçar a observância das normas comerciais multilaterais e a adoção de práticas compatíveis com os acordos negociados. O sistema permite, a qualquer momento, a solução do conflito por meio de um acordo entre as partes em contenda.

Caso um relatório de painel ou do Órgão de Apelação adotado pelo OSC conclua pela incompatibilidade da prática de um Membro com as regras da OMC, a parte afetada deve modificar aquela prática, de modo a recompor o equilíbrio entre direitos e obrigações, um dos fundamentos do sistema multilateral de comércio, ou deve oferecer compensação à parte vencedora na disputa. Apenas em caso de recusa por parte do Membro derrotado em recompor tal equilíbrio é que a OMC poderá autorizar retaliações.

O Órgão de Solução de Controvérsias é atualmente presidido pela Representante Permanente da Tailândia junto à OMC, Sunanta Kangvalkulkij.

Relações com outros organismos internacionais



A OMC mantém relações institucionais com cerca de 140 organizações internacionais, que participam dos trabalhos da OMC como observadoras. A OMC participa igualmente como observadora junto a várias outras organizações internacionais. O Secretariado da OMC colabora com aproximadamente 200 organizações internacionais em temas os mais diversos, entre os quais estatísticas, pesquisa, normatização, assistência técnica e formação.



PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

O Brasil fez parte do primeiro grupo de vinte e três países signatários do GATT em 1947 e também foi membro fundador da OMC, em 1995. Sua atuação ganhou crescente destaque desde os anos do GATT, tendo muitas vezes levado o País a assumir posições de liderança. Nesse contexto, é vista com naturalidade a participação do Brasil em processos de consulta e negociação conduzidos, em suas fases cruciais, por grupos reduzidos de membros.

A experiência brasileira tem sido reconhecida também pela escolha de seus representantes para o desempenho, ao longo da vigência dos dois organismos, de funções como presidências de grupos negociadores e comitês, a presidência do Conselho de Representantes do GATT e do Conselho Geral da OMC, do Conselho de Serviços, do Comitê de Comércio e Desenvolvimento, do Órgão de Solução de Controvérsias e, mais recentemente, a Direção-Geral da própria OMC, que foi assumida pelo Embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, em 1º de setembro de 2013.

Os principais objetivos do Brasil na OMC são: (i) assegurar crescente abertura dos mercados internacionais para bens e serviços brasileiros; (ii) propugnar pelo contínuo aprimoramento das regras do comércio internacional; (iii) fortalecer o sistema multilateral de comércio, inclusive o Mecanismo de Solução de Controvérsias, a fim de coibir o uso de medidas unilaterais que possam atingir os interesses brasileiros.

Desde a entrada em vigor do Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC, em 1995, o Brasil tomou parte, como demandante, demandado ou terceira parte, em 161 contenciosos. É o terceiro país em desenvolvimento com maior participação em disputas na Organização, atrás apenas da China (199) e da Índia (177).

Contexto atual - A Rodada Doha da OMC:

A Rodada Doha da OMC, iniciada em 2001, encontra-se em estado de impasse desde 2008, pela incapacidade de os países membros de acordarem um pacote amplo de acordos semelhante ao da Rodada Uruguai. Há impasses fundamentais entre países desenvolvidos e grandes países emergentes sobre passos adicionais de liberalização comercial e aceitação de novos compromissos normativos. Não há consenso sobre a agenda negociadora. Alguns membros já não aceitavam os mandatos e textos acordados no contexto da Rodada Doha como base para as negociações, e querem incluir novos temas. Membros de peso



no mundo em desenvolvimento, por sua vez, têm liderado movimento de obstrução a discussões sobre "novos temas".

A solução alternativa encontrada foi a de buscar avanços pontuais, a cada dois anos, durante as conferências ministeriais.

Após intensas negociações ao longo de 2013, os Ministros acordaram, na 9ª Conferência Ministerial da OMC, em Bali, em 2013, pacote significativo de resultados, entre os quais se destaca o Acordo de Facilitação de Comércio e quatro decisões/declarações sobre agricultura ("serviços gerais" em países em desenvolvimento, formação de estoques para programas de segurança alimentar, administração de quotas tarifárias e subsídios à exportação).

A 10ª Conferência Ministerial, realizada no período de 15 a 18/12/2015, em Nairóbi, possibilitou a obtenção de pacote de resultados que incluiu decisão histórica de proibição de subsídios para as exportações agrícolas, quase seis décadas após a eliminação do mesmo tipo de subvenção a produtos industriais. O pacote contemplou também decisões relacionadas a estoques públicos para fins de segurança alimentar; mecanismo de salvaguardas especiais para países em desenvolvimento; algodão; e temas relacionados a países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), como regras de origem preferenciais para PMDRs; implementação de tratamento preferencial para serviços e prestadores de serviços de PMDRs; e aumento da participação de PMDRs no comércio de serviços.

Na 11ª Conferência Ministerial da OMC, realizada em Buenos Aires, em dezembro de 2017, não foi possível concluir um pacote significativo de acordos. Os resultados resumiram-se a (i) uma decisão de natureza procedimental em matéria de subsídios à pesca; e (ii) a renovação, por dois anos, da moratória sobre casos de "não-violação" do Acordo de Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio e da moratória relativa à cobrança de imposto de importação sobre transmissões eletrônicas. Houve avanços em quatro temas adicionais, por meio de declarações plurilaterais, todas subscritas pelo Brasil: (i) medidas para micro, pequenas e médias empresas; (ii) facilitação de investimentos; (iii) comércio eletrônico; e (iv) regulamentação doméstica em serviços.

Temas de Interesse para o Brasil

Agricultura

Após o impasse a que chegaram as negociações da Rodada Doha em 2008, o processo de reforma da agricultura entrou praticamente em hibernação. As tentativas de se retomar as tratativas com base no texto das chamadas "modalidades negociadoras agrícolas" de 2008, conjunto de fórmulas para corte de subsídios e tarifas, muitas delas impulsionadas por grupo de países em desenvolvimento liderado pelo Brasil, encontraram resistências significativas.



Em resposta a esse novo contexto negociador, e sem desconsiderar o objetivo de longo prazo de aprofundar o processo de reforma do comércio agrícola internacional iniciado na Rodada Uruguai, o Brasil buscou, de forma realista e pragmática, flexibilizar posições para permitir avanços negociadores. Protagonizou, nesse sentido, a aprovação de novas regras para o efetivo preenchimento das quotas tarifárias agrícolas, na Ministerial de Bali de 2013, e teve papel central na decisão histórica adotada na Ministerial de Nairóbi, em dezembro de 2015, que definiu o fim dos subsídios à exportação e novas regras para disciplinar as medidas de efeito equivalente.

O reposicionamento brasileiro nos temas agrícolas na OMC reaproximou o País dos membros ofensivos do Grupo de Cairns, tradicionais aliados na defesa do processo de reforma da agricultura, e formou inédita parceria com a União Europeia, que resultou na apresentação de proposta conjunta para as negociações do pilar de competição nas exportações.

Nos próximos anos, o Brasil trabalhará pragmaticamente para fortalecer o pilar negociador da OMC. O foco da agenda deverá estar em temas sistêmicos, como subsídios domésticos distorcivos, assim como em questões relacionadas ao acesso a mercados agrícolas internacionais.

Na preparação para a Conferência Ministerial de Buenos Aires (MC11), que ocorreu em dezembro de 2017, o Brasil protagonizou as discussões em agricultura, com foco em apoio doméstico. Em 14/07/2017, foi circulada proposta conjunta Brasil-União Europeia, apoiada pela Colômbia, Peru e Uruguai, que incentivou debate sobre definição de um teto global de apoio distorcivo. Apesar do empenho brasileiro, a complexidade do contexto negociador não permitiu que se alcançasse resultado. Apesar do interesse de uma ampla maioria, as posturas contrárias, assim como as posturas maximalistas de outros, inviabilizou qualquer possibilidade de se chegar a um acordo. Diante da evidência de que não seria possível obter resultado em apoio doméstico, o Brasil assumiu, na fase final das negociações, protagonismo na demanda por "simetria" quanto à possibilidade de avanços em estoques públicos para segurança alimentar e apoio doméstico. Com esta postura, o País contribuiu para que se evitasse o cenário desfavorável de resultado unicamente em estoques público.

A prioridade na liberalização dos mercados agrícolas também se evidenciou na Declaração Ministerial sobre Limite Máximo de Resíduos (LMRs) firmada pelo Brasil em Buenos Aires e se revela, cotidianamente, nas posições e iniciativas brasileiras nas reuniões trimestrais do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) da OMC, em coordenação com Argentina, Canadá e EUA, na denúncia de barreiras sanitárias ou fitossanitárias sem base científica impostas por alguns países ou blocos ao comércio agrícola internacional.



Regras e defesa comercial

Os Membros da OMC, quando confrontados com situações de concorrência desleal (dumping e/ou subsídios) ou com surtos de importações que causem ou ameacem causar dano a sua indústria nacional, podem fazer uso das regras multilaterais de comércio para aplicar medidas de defesa comercial – medidas antidumping, medidas compensatórias ("antissubsídios") e medidas de salvaguardas.

Essas medidas de defesa comercial podem assumir a forma de direitos aduaneiros aplicados acima do imposto de importação ou de restrições quantitativas. São instrumentos utilizados temporariamente, para minimizar o dano causado aos setores nacionais pelo dumping ou subsídio de terceiros ou pelo surto de importações de determinado produto. Para que essas medidas possam ser aplicadas, o país afetado deve demonstrar dano à indústria doméstica e conduzir investigações que comprovem a prática de dumping pelos exportadores (medidas antidumping), a existência de preços subsidiados (medidas compensatórias) ou o surto nas importações (salvaguardas), dependendo do caso.

Três são os Acordos da OMC que disciplinam a aplicação de medidas de defesa comercial pelos Membros: Acordo Antidumping, Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias e Acordo de Salvaguardas. O Grupo Negociador de Regras (GNR) da Organização, encarregado de conduzir as negociações sobre defesa comercial na Rodada Doha, segue trabalhando no esclarecimento de aspectos específicos dos Acordos de Antidumping e de Subsídios e Medidas Compensatórias e no tratamento de temas como subsídios à pesca e acordos regionais. O mandato de Doha, em 2001, orientou os Membros a negociarem aprimoramentos das disciplinas existentes nessas áreas e um novo acordo multilateral para limitar/eliminar subsídios à pesca.

Na última reunião ministerial da OMC em Buenos Aires (dezembro de 2017), não houve resultados substantivos nos temas de "regras". Houve, contudo, apoio significativo a negociações para regulamentar subsídios à pesca.

As negociações sobre subsídios à pesca, voltadas à adoção de um Acordo para disciplinar o apoio ao setor pesqueiro, têm como foco os problemas de sobre-exploração e a sobrecapacidade causada pelo excesso de embarcações, com sérios riscos à sustentabilidade dos recursos pesqueiros dos oceanos.

Serviços

Desde a X Conferência Ministerial da OMC (MC-10), em Nairóbi (2015), as discussões sobre comércio de serviços na Organização deslocaram-se de acesso a mercados, tema de maior enfoque na Rodada Doha, para três tópicos normativos: regulamentação doméstica em serviços, facilitação de investimentos e comércio eletrônico.



As disciplinas relativas à **regulamentação doméstica** em serviços dizem respeito a regras gerais que os países devem observar para o estabelecimento de requisitos e procedimentos para a obtenção de licenças por parte de prestadores de serviços, critérios para reconhecimento de certificados profissionais, adoção de padrões técnicos sobre qualidade de um serviço e normas para divulgação dos regulamentos. A negociação de tais disciplinas, prevista desde a criação da OMC e incorporada à Rodada Doha a partir da Conferência Ministerial de Hong Kong (2005), estava virtualmente paralisada desde meados de 2008. Na Ministerial de Buenos Aires (MC-11), no entanto, cerca de 60 membros da Organização, inclusive o Brasil, comprometeram-se a conferir impulso às negociações com vistas a apresentar resultados na próxima reunião ministerial.

Existe razoável interesse entre os membros da OMC na adoção de regras/compromissos/diretrizes sobre **facilitação de investimentos**, termo que, embora não conte com definição universal, entende-se como um conjunto de práticas, atividades e mecanismos simplificação de procedimentos afetos a investimentos e de apoio ao investidor ao longo de todo o ciclo de execução do investimento, tais como acesso à legislação aplicável, transparência regulatória e divulgação de oportunidades de negócios, sem incluir dispositivos de proteção legal aos investimentos. O Brasil, cujo modelo de investimento se baseia, entre outros, no conceito de facilitação de investimentos, tem sido especialmente ativo na promoção do tema na OMC, onde integra o Grupo de Amigos da Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento (FIFDs) e outros grupos informais. Na Conferência de Buenos Aires, o Brasil subscreveu, juntamente com outros 70 membros, uma declaração em favor da negociação de um “marco multilateral” sobre facilitação de investimentos.

Não há disciplinas específicas sobre **comércio eletrônico** (entendido como o comércio de bens e serviços habilitado por meios ou plataformas eletrônicas) na OMC. Há apenas o compromisso provisório, sujeito à renovação a cada dois anos por ocasião das Conferências Ministeriais, de “não impor direitos aduaneiros sobre transmissões eletrônicas”. Desde 1998, com a adoção do “Programa de Trabalho sobre Comércio Eletrônico”, ainda em vigor, a OMC acompanha e discute os desenvolvimentos desse tipo de comércio e suas implicações para o comércio de bens, serviços, propriedade intelectual e desenvolvimento. Em Buenos Aires, cerca de 70 membros (inclusive Brasil, União Europeia e EUA) adotaram uma declaração ministerial pela qual decidiram “iniciar um trabalho exploratório com vistas a futuras negociações na OMC sobre aspectos de comércio relativos a comércio eletrônico”. O Brasil tem participado construtiva e ativamente dos debates, inclusive mediante a apresentação de papeis, assinalando, sempre, a necessidade de equilíbrio entre interesses comerciais e preocupações regulatórias legítimas no tratamento do assunto.



Os tópicos relativos a comércio eletrônico têm ganhado destaque na agenda internacional e extrapolam considerações exclusivamente econômicas, em vista de preocupações associadas à proteção de privacidade, prevenção de ilícitos transnacionais, segurança cibernética, tributação e direitos do consumidor. Esses temas têm reflexos nas discussões da OMC, que também versam sobre fluxo de dados para fins comerciais, assinatura eletrônica, participação de pequenas e médias empresas (PMEs), tratamento de produtos digitais, facilitação de comércio eletrônico, comércio de pacotes, interoperabilidade e transparência regulatória.

Facilitação de comércio

Os Membros da OMC constataram que procedimentos aduaneiros complexos e pouco transparentes, entraves burocráticos e a diversidade de práticas operacionais podem constituir barreiras não tarifárias ao comércio internacional. Por esse motivo, coincidiram na importância de contar com instrumento multilateral que facilitasse as operações de importação, exportação e trânsito de bens. O tema de Facilitação de Comércio, mencionado originalmente em 1996, por ocasião da Conferência de Cingapura, foi incorporado ao Mandato de Doha em 2001 e detalhado em 2004 com o chamado “Pacote de Julho” do Conselho Geral da OMC, que concentrou a negociação em torno do conteúdo e alcance de três artigos do GATT: liberdade de trânsito (Artigo V); taxas e formalidades (Artigo VIII); e transparência na publicação e na implementação de regras de comércio (Artigo X).

A negociação do Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) contou com ativa participação da delegação brasileira e foi concluído por ocasião da IX Conferência Ministerial da OMC, em Bali, Indonésia, em dezembro de 2013, convertendo-se no primeiro acordo multilateral adotado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) desde sua criação, em 1995.

O Brasil foi o 72º Membro da OMC a ratificar o AFC, em março de 2016. O Acordo entrou em vigor em 22 de fevereiro de 2017, quando dois terços dos 164 Membros da OMC manifestaram sua aceitação (110 ratificações).

O Acordo de Facilitação de Comércio, cujos dispositivos estão vigentes no Brasil, desde a publicação do Decreto Nº 9.326, de 3 de abril de 2018, promove harmonização global de certas regras aduaneiras (transparência, imparcialidade, processamento, pagamento de taxas, gestão de risco e auditoria, entre outras); contempla medidas para modernizar a administração aduaneira e simplificar procedimentos de comércio exterior; estimula maior cooperação entre as autoridades aduaneiras; e prevê a oferta de assistência técnica, capacitação e tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo.

A implementação do Acordo beneficiará diretamente os exportadores brasileiros, não somente por meio da redução dos custos de exportação no



Brasil, hoje especialmente elevados, mas também pela agilização dos processos aduaneiros nos países de destino – particularmente em países em desenvolvimento, cuja burocracia é, em geral, mais complexa. Contribuirá, assim, para o aumento das exportações brasileiras e para uma melhor inserção comercial do país no exterior.

Como parte dos compromissos do AFC, foi instituído no Brasil o Comitê Nacional de Facilitação do Comércio (CONFAC), que tem também a função de implementar as disciplinas previstas no Acordo.

Medidas para micro, pequenas e médias empresas

Na reunião de maio de 2017 do Conselho-Geral da OMC, o Brasil copatrocinou, juntamente com outros 18 Membros, iniciativa de criação de um Grupo de Amigos das Micro, Pequenas e Médias Empresas, com participação aberta aos demais Membros interessados da OMC.

Diante da crescente evidência de que a participação dessas empresas no comércio internacional não está à altura de sua importância para a maioria das economias nacionais, o Brasil e os outros Membros que integram a iniciativa defendem discussão mais abrangente e estratégica do tema e das possibilidades de seu tratamento em disciplinas multilaterais.

As medidas propostas para programa de trabalho na OMC incluem: (i) melhoria do acesso à informação; (ii) promoção de um ambiente regulatório mais previsível e identificação de medidas de facilitação do comércio e redução dos custos comerciais; (iii) ampliação do acesso a mecanismos de financiamento ao comércio, tema em que a OMC colaboraria com outras instituições multilaterais especializadas, como o Banco Mundial e bancos regionais de desenvolvimento; (iv) identificação de medidas de interesse das MSMEs que poderiam ser abordadas nos relatórios do exercício de revisão de políticas comerciais; e (v) assistência técnica e capacitação.

Apesar da legitimidade crescente derivada da adesão de novos Membros ao Grupo e do esforço de evitar temas polêmicos, a proposta de Programa de Trabalho não foi aprovada na Conferência Ministerial de Buenos Aires. 87 Membros, entre os quais o Brasil, decidiram, portanto, assinar declaração conjunta e dar seguimento às discussões de forma plurilateral.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1947	23 países assinam o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT.
	Rodada do GATT (Rodada Genebra), sobre tarifas. Resultou na negociação de 45.000 concessões tarifárias.
	Delegados de 56 países se reúnem em Havana, Cuba, em novembro, a fim de iniciar negociações sobre proposta de Carta sobre Organização Internacional de Comércio (OIC).
1948	Acordo do GATT entra em vigor no dia 1º de janeiro
	Em março, a Carta de Havana, que daria origem à OIC, é assinada. O Congresso dos EUA, contudo, não a referenda. O GATT, inicialmente provisório, torna-se o único instrumento internacional de referência para o comércio internacional.
1949	Segunda Rodada do GATT (Rodada Annecy), França. Os 13 países participantes fazem cerca de 5000 concessões tarifárias.
1950	Terceira Rodada do GATT (Rodada Torquay), Reino Unido. Os 38 países participantes negociam cerca de 8700 concessões tarifárias, reduzindo em 25% o nível tarifário de 1948.
1955-56	Revisão do texto do acordo do GATT, com a aprovação do Protocolo de Emendas.
	Quarta Rodada do GATT (Rodada Genebra), Suíça. Contou com 26 países participantes. Ao término das negociações, a redução tarifária superou os US\$ 2,5 bilhões.
1960-62	Quinta Rodada do GATT (Rodada Dillon, em homenagem ao Subsecretário de Estado americano, Douglas Dillon). Concessões tarifárias alcançaram US\$ 4,9 bilhões e envolveram negociações relacionadas com a criação da Comunidade Econômica Europeia, que pela primeira vez negociou como uma só entidade.
1964-67	Sexta Rodada do GATT (Rodada Kennedy), sobre tarifas e medidas antidumping. Redução tarifária em volume equivalente a US\$ 40 bilhões.
	Em 1965, é aprovada a Parte IV do GATT, que confere tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento.



1973-79	Sétima Rodada do GATT (Rodada Tóquio), com a participação de 102 países. Foram criadas uma série de acordos plurilaterais sobre medidas não-tarifárias e aprovada a chamada “cláusula de habilitação”, que permite a concessão de preferências a países em desenvolvimento. Redução tarifária alcançou US\$ 300 bilhões.
1986-93	Oitava Rodada do GATT (Rodada Uruguai). A mais ambiciosa do ponto de vista temático. Resultou na criação da OMC e na incorporação ao regime do GATT de setores antes parcialmente excluídos, como agricultura e têxteis, além de introduzir regras a novos setores: serviços (GATS), investimentos (TRIMS) e de propriedade intelectual (TRIPS).
1994	Em Marrakesh, Marrocos, completou-se a Rodada Uruguai e firmou-se o acordo de estabelecimento da Organização Mundial do Comércio.
1995	Criação da Organização Mundial do Comércio, com sede em Genebra. O Brasil é membro fundador.
1996	1ª Conferência Ministerial, Cingapura.
1998	2ª Conferência Ministerial, Genebra. Reafirma esforços de cooperação técnica para que os países em desenvolvimento se beneficiem do comércio internacional.
1999	3ª Conferência Ministerial, em Seattle, Estados Unidos. Com a forte oposição dos movimentos sociais anti-globalização, fracassou o lançamento de uma nova rodada de negociações da OMC. Mike Moore, da Nova Zelândia, se torna Diretor-Geral da OMC.
2001	Em dezembro, a China entra formalmente na OMC.
	4ª Conferência Ministerial, Doha. Lançada a Rodada para o Desenvolvimento (Rodada Doha), sobre tarifas, agricultura, serviços, subsídios, solução de controvérsias, entre outros.
2002	Com a eleição de Supachai Panitchpakdi como Diretor-Geral, pela primeira vez a OMC é comandada por um representante dos países em desenvolvimento.
2003	5ª Conferência Ministerial, em Cancun, México. As negociações fracassam após quatro dias de disputas sobre subsídios a produtores agrícolas e acesso a mercados.
2005	6ª Conferência Ministerial, em Hong Kong. É aprovada a Declaração de Hong Kong, que prevê a abolição dos subsídios à exportação de todos os produtos agrícolas até 2013.
	Pascal Lamy é eleito Diretor-Geral da OMC
	Arábia Saudita ingressa na OMC.
2008	Ministros tentam retomar a Rodada Doha, sem sucesso.



2009	7ª Conferência Ministerial, em Genebra. A reunião teve caráter não-negocial, adotando como tema o papel da OMC e do Sistema Multilateral de Comércio no atual ambiente econômico global.
2011	8ª Conferência Ministerial, em Genebra. Não tem sucesso a tentativa de aprovar um pacote parcial de resultados da Rodada. Rússia ingressa na OMC.
2013	O embaixador brasileiro Roberto Azevêdo, então Representante Permanente do Brasil junto à OMC, é eleito ao cargo de Diretor-Geral 9ª Conferência Ministerial da OMC, em Bali, Indonésia, de 3 a 6/12, aprovação do Acordo de Facilitação do Comércio.
2015	10ª Conferência Ministerial, realizada em Nairóbi, Quênia, de 15 a 18 de dezembro. Aprovação de decisão sobre proibição de subsídios à exportação de produtos agrícolas.
2017	11ª Conferência Ministerial, realizada em Buenos Aires, Argentina, de 10 a 13 de dezembro. Lançamento de negociações sobre redução/eliminação de subsídios à pesca e renovação de moratória à cobrança de impostos sobre comércio eletrônico. Grupos de países lançam processos negociadores plurilaterais abertos.

PRINCIPAIS ATOS MULTILATERAIS E BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor (Data)	Publicação no D.O.U (Data)
Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio	15/4/1994	1/1/1995	31/12/1994



Recurso





SENADO FEDERAL

RECURSO Nº 7 , DE 2018

Nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos que o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2016, que "Altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão", seja submetido ao Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em de abril de 2018.



SF/18939.43986-49

Flexay
18
14 Cópia vinculada
14 Cópia de Santos
14 Cópia de Santos

2	ROMERO JUNIOR	[Assinatura]
3	FERNANDO BEZERRA	[Assinatura]
4	GARIBAY	[Assinatura]
5	Vicentinho Alves	[Assinatura]
6	VALDIR RAUPP	[Assinatura]
7	LASIER	[Assinatura]
8	Antônio Sudoeste	[Assinatura]
9	Pedro Chaves	[Assinatura]
10	Agostinho Bezerra	[Assinatura]

Página: 1/1 11/04/2018 12:14:20

81c2d30bdd3b684c6b7d403f6cefbf3787de1a87

11 Simone Tebet
12 Ary
Benedito Lima
13 Ales.
Eduardo Lopes
15 Roberto Rocha

Dario Braga
17
16
Roberto Moura



Recebido o Recurso nº 7, de 2018, interposto no prazo regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2016.

A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.



Término de Prazos



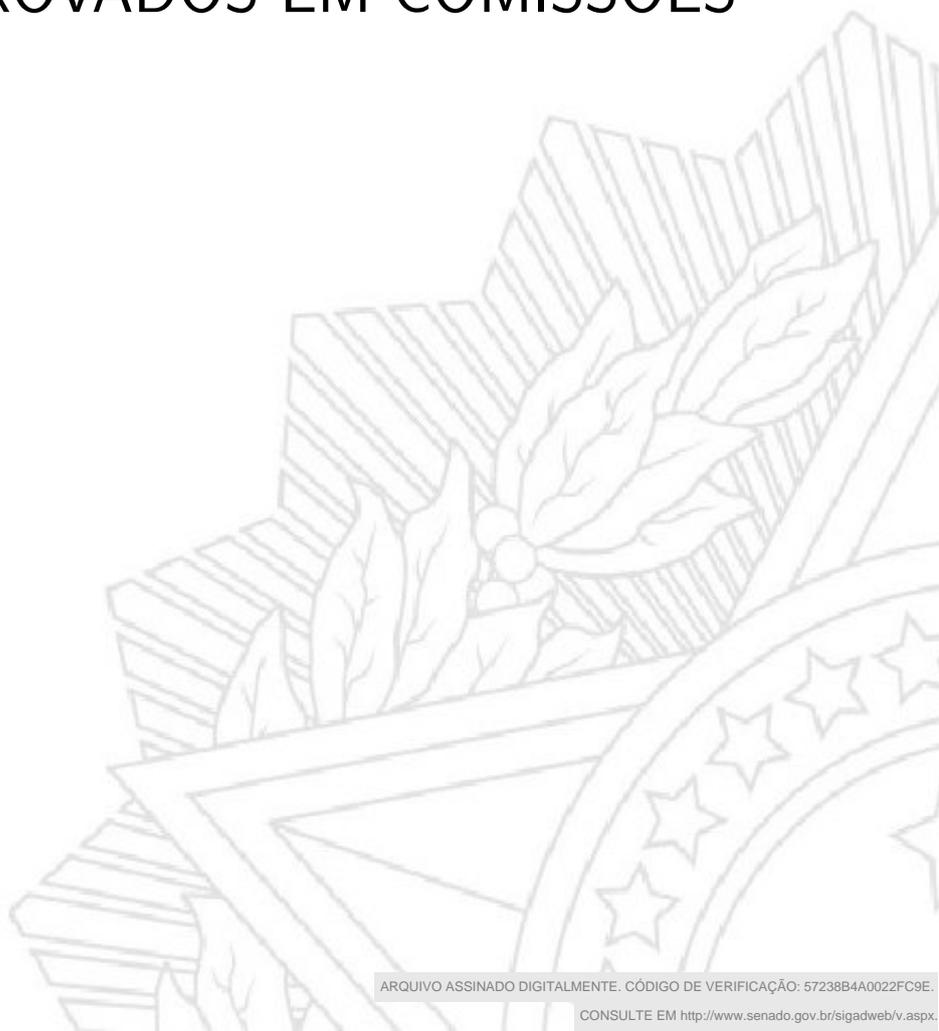
Encerrou-se em 18 de abril o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei do Senado n^os 169 e 170, de 2018. Não foram oferecidas emendas. As matérias vão às Comissões competentes.

Encerrou-se no dia 18 de abril o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado n^os 122, de 2013; 167, de 2014; 393, de 2015; 157, de 2017. Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, as matérias vão à Câmara dos Deputados.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 73, DE 2018

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº8, de 2015, do Deputado Federal Betinho Gomes, que Dispõe sobre a realização de audiências públicas periódicas no Congresso Nacional, para apresentação de relatório detalhado quadrimestral, pelo Ministro da Saúde, conforme estabelece o art.36, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Cássio Cunha Lima
RELATOR: Senador Eduardo Amorim

17 de Abril de 2018



PARECER Nº , DE 2017

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 8, de 2015, do Deputado Betinho Gomes e outros, que *dispõe sobre a realização de audiências públicas periódicas no Congresso Nacional, para apresentação de relatório detalhado quadrimestral, pelo Ministro da Saúde, conforme estabelece o art.36, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.*



Relator: Senador **EDUARDO AMORIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Projeto de Resolução do Congresso Nacional (PRN) nº 8, de 2015, de autoria do Deputado Betinho Gomes e de outros congressistas, o qual visa a disciplinar a realização, no Congresso Nacional, das audiências públicas quadrimestrais de que trata o art. 36 da Lei Complementar (LC) nº 141, de 13 de janeiro de 2012, instituídas para que o Ministro de Estado da Saúde apresente relatório sobre a gestão financeira do Sistema Único de Saúde (SUS).

O art. 1º define o escopo da proposição, que já descrevemos.

O art. 2º define que as aludidas audiências públicas serão realizadas em reunião conjunta da Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166 da Constituição Federal – a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) – e das Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados com competência regimental para tratar de assuntos relativos à saúde, que atualmente correspondem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), respectivamente.



Os §§ 1º e 2º desse artigo estabelecem que as audiências públicas serão realizadas até o final dos meses de fevereiro, maio e setembro, com datas definidas por acordo entre os presidentes das três Comissões citadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias.

O § 3º atribui à CMO a organização das audiências públicas – incluindo o dever de proceder à responsabilização do Ministro da Saúde caso ele não compareça à audiência pública –, cuja omissão será suprida por qualquer uma das Comissões temáticas, da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, nos termos do § 4º.

O art. 3º estabelece o quórum mínimo de dois parlamentares para a realização das audiências públicas. Seu § 1º define que a presidência das audiências públicas será alternada entre os Presidentes das três Comissões; o § 2º assenta que o Ministro de Estado da Saúde terá sessenta minutos para fazer sua exposição e, logo após, será submetido aos questionamentos dos parlamentares. De acordo com o § 3º, as questões que não forem elucidadas pelo Ministro integrarão requerimento de informações endereçado a essa autoridade, que será elaborado pela Comissão Mista.

Finalmente, o art. 4º define que a resolução resultante da aprovação do PRN nº 8, de 2015, entrará em vigor na data de sua publicação.

Ao justificar a proposição, os autores argumentam que a LC nº 141, de 2012, estabeleceu a obrigatoriedade de o gestor federal do Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde (MS), apresentar relatório quadrimestral de sua gestão financeira, mas que essa determinação nunca foi cumprida. Eles afirmam que o nível federal necessita oferecer o exemplo para os demais entes federados cumprindo os ditames legais. Dessa feita, os proponentes acreditam que o projeto apresentado dará fim à aludida inércia do MS, o que contribuirá para o fortalecimento do SUS.

A proposição foi distribuída às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que aprovou parecer favorável à matéria, na forma de um Substitutivo.

O Substitutivo aprovado cuida de atribuir exclusivamente à CMO a responsabilidade de realizar as audiências públicas de prestação de contas de que trata o art. 36 da LC nº 141, de 2012, retirando, por conseguinte, essa competência das comissões temáticas que tratam de assuntos relacionados à saúde em cada Casa legislativa – a CAS, do Senado Federal, e a CSSF, da Câmara dos Deputados.

mi2017-09454



Para atingir esse propósito específico, são realizadas modificações no art. 2º, em seu § 2º e também a supressão de seu § 4º, que autoriza, no texto original, tais comissões permanentes das Casas a realizarem as referidas reuniões com o Ministro da Saúde em caso de omissão da CMO. Nesse mesmo artigo, o Substitutivo promove a inclusão de um inciso V ao § 3º, que obriga a CMO a comunicar às referidas comissões temáticas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a respeito da realização das audiências públicas.

No mesmo sentido, há alterações no art. 3º: no *caput*, para exigir, naturalmente, quórum apenas de membros da CMO para a realização das reuniões; e a supressão do § 1º, que estabelece a alternância da presidência das audiências entre as três comissões originalmente competentes, no texto original do PRN, para realizá-las – exigência que não teria mais razão para acontecer.

II – ANÁLISE

A iniciativa e tramitação dos projetos de resolução que visam a modificar o Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN) são disciplinadas pelos arts. 128 a 130 dessa mesma norma.

O § 3º do art. 128 do RCCN atribui competência à Mesa do Senado Federal para emitir parecer sobre a proposição em análise. Além disso, a alínea *b* do *caput* do art. 128 exige subscrição de, no mínimo, oitenta deputados e vinte senadores, regra que foi atendida pelo projeto.

A LC nº 141, de 2012, foi aprovada para regulamentar o § 3º do art. 198 da Constituição federal, definindo para os entes federados o montante mínimo a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde. Esse diploma legal traz também normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de Governo, que visam a fortalecer a transparência do SUS. Nesse sentido, essa lei possui um capítulo dedicado à disciplina do tema, intitulado “Da Transparência, Visibilidade, Fiscalização, Avaliação e Controle”.

Assim, mais especificamente, o art. 36 obriga, para todas as esferas de Governo, que o gestor do SUS de cada ente da Federação elabore, quadrimestralmente, relatório detalhado referente ao período anterior, o qual deve conter, no mínimo, informações sobre: o montante e a fonte dos recursos aplicados na saúde pública; auditorias realizadas ou em fase de execução, bem como suas recomendações e determinações; oferta e

mi2017-09454



produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada.

De acordo com o § 5º desse artigo, cada gestor do SUS deve apresentar o citado relatório até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro em audiência pública na Casa legislativa do respectivo ente da Federação.

Toda essa preocupação com a transparência, materializada pela LC nº 141, de 2012, é justificada pelo fato de que, no passado, para que fossem artificialmente obedecidos os mandamentos impostos pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro 2000, várias peças orçamentárias nos âmbitos municipal, distrital, estadual e federal lançavam na rubrica de “gastos com saúde” muitas despesas que não tinham essa característica e não eram nem mesmo realizadas pelo SUS, tais como o financiamento de planos de saúde de servidores públicos, execução de obras de esgotamento sanitário, compra de merenda para escolas, entre outras.

Deve-se notar que, segundo o art. 70 da Carta Magna, “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo”.

Portanto, a fiscalização da gestão financeira do SUS deve ser realizada pelo Congresso Nacional, em trabalho conjunto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Assim sendo, é natural que a audiência pública a que se refere o § 5º do art. 36 da LC nº 141, de 2012, seja realizada conjuntamente pelas duas Casas legislativas, conforme dispõe o projeto em comento.

O PRN nº 8, de 2015, surge, então, para regulamentar a realização de tais audiências públicas quadrimestrais. Seguindo a lógica constitucional, a propositura coloca a CMO, instituída em obediência ao art. 166 da Lei Maior, como órgão principal da condução das audiências públicas de que tratamos, procedendo aos trâmites necessários à sua realização, bem como à responsabilização do Ministro da Saúde, caso essa autoridade não compareça à sua convocação.

O texto original do PRN promove a participação, nessas reuniões, também das Comissões permanentes que têm competência regimental, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, para tratar das matérias relacionadas à saúde. De fato, essas duas comissões detêm

mi2017-09454



experiência e base técnica para apreciarem adequadamente o assunto tratado nas audiências públicas – a gestão financeira do SUS –, pois acompanham em seus trabalhos o caminhar da saúde pública em nosso país.

Embora tal medida tenha caráter democrático e possa ser benéfica à atividade fiscalizadora, entendemos que sua consecução será difícil, em função de possíveis desencontros entre as agendas das três comissões citadas. Realmente, os intensos trabalhos das comissões impõem a assunção de vários compromissos legislativos, o que torna muito complicado conciliar os horários de atuação desses colegiados.

Assim, em favor da economia processual, somos favoráveis às mudanças promovidas pelo Substitutivo aprovado pela Mesa da Câmara dos Deputados, que cuidam de atribuir exclusivamente à CMO a responsabilidade de realizar as audiências públicas de prestação de contas de que trata o art. 36 da LC nº 141, de 2012. A nosso ver, tais modificações trazem maior parcimônia a todo esse processo e o tornam perfeitamente exequível, sem as limitações que o envolvimento de três comissões inevitavelmente acarretaria.

Dessa feita, julgamos que a propositura é meritória, por regulamentar, no âmbito do Congresso Nacional, a realização das audiências públicas de que trata o § 5º do art. 36 da LC nº 141, de 2012.

Portanto, em vista do exposto, julgamos que o PRN trará avanços à fiscalização e ao controle exercido sobre o SUS, o que resultará em benefícios para a saúde da população brasileira.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 8, de 2015, na forma do Substitutivo apresentado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

mi2017-09454



PRN 8/2015

7

00001

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 8, DE 2015- CN**SUBSTITUTIVO DA MESA DIRETORA**

Dispõe sobre a realização de audiências públicas periódicas no Congresso Nacional, para apresentação de relatório detalhado quadrimestral, pelo Ministro da Saúde, conforme estabelece o art. 36, da Lei Complementar n° 141, de 13 de janeiro de 2012.

O **CONGRESSO NACIONAL** resolve:

Art. 1º Esta Resolução integra o Regimento Comum do Congresso Nacional e dispõe sobre a realização de audiências públicas periódicas no Congresso Nacional, para apresentação de relatório detalhado quadrimestral pelo Ministro da Saúde, abrangendo informações de âmbito federal do Sistema Único de Saúde - SUS.

Parágrafo Único. As audiências públicas reguladas por esta Resolução abordarão os conteúdos de relatório quadrimestral, explicitados no caput do art. 36, da Lei Complementar n° 141, de 13 de janeiro de 2012.

Art. 2º As audiências públicas reguladas por esta Resolução serão realizadas pela Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

§1º As audiências públicas serão realizadas até o final dos meses de fevereiro, maio e setembro, conforme periodicidade estabelecida no §5º do artigo 36 da Lei Complementar n° 141, de 13 de janeiro de 2012.

§2º As datas das audiências públicas serão divulgadas com antecedência mínima de 15 dias.

§3º Caberá à Comissão organizar as audiências públicas e exercer, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – convocar o Ministro da Saúde para comparecer às audiências públicas;

II – receber os relatórios quadrimestrais encaminhados pelo Ministro da Saúde, que serão apresentados nas audiências públicas;



III - distribuir previamente os relatórios quadrimestrais aos membros da Comissão Mista Permanente e das demais Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

IV - tomar providências para responsabilizar o Ministro da Saúde, em caso de não comparecimento à audiência pública, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal;

V - comunicar, na forma do parágrafo anterior, a realização das audiências públicas às Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal com competência regimental para tratar de assuntos relativos à saúde.

Art. 3º As audiências públicas serão realizadas com a presença de, no mínimo, 02 (dois) parlamentares integrantes da Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

§ 1º O Ministro da Saúde terá sessenta (60) minutos para sintetizar os dados do relatório quadrimestral, objeto da audiência pública, seguindo-se os questionamentos de Deputados e Senadores, com preferência para os de membros da Comissão a que se refere o *caput*.

§2º Os questionamentos não respondidos pelo Ministro da Saúde integrarão requerimento de informação a ser elaborado pela Comissão de que trata o *caput*.

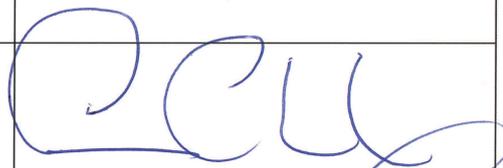
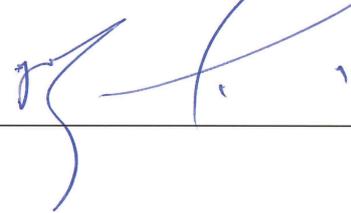
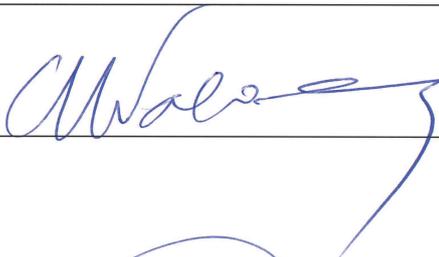
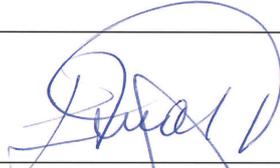
§3º Da reunião de audiência pública ser lavrada ata, arquivando-se os pronunciamentos escritos e os documentos que os acompanharem.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL - 2018

17 de abril de 2018, às 11:30h

Senador Eunício Oliveira Presidente	Licença Art. 40
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(PRN 8/2015)

EM SUA 1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17.04.2018, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL APROVOU O RELATÓRIO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELA MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

17 de Abril de 2018

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

Presidiu a reunião da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 74, DE 2018

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº56, de 2015, do Senador Jorge Viana, que Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Cássio Cunha Lima
RELATOR: Senador Romero Jucá

17 de Abril de 2018



2



SENADO FEDERAL
Comissão Diretora

PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 56, de 2015, do Senador Jorge Viana, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia*.



SF/16241.58798-02

Relator: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão Diretora o Projeto de Resolução do Senado nº 56, de 2015, do Senador Jorge Viana, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia. Cuida-se, nos termos do art. 1º da proposição, de *serviço de cooperação interparlamentar*, cuja finalidade é *incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos*.

De acordo com seu art. 2º, integrarão o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia os membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

O art. 3º, por sua vez, enumera, de forma exemplificativa, as atividades de cooperação interparlamentar, com destaque para:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;





SENADO FEDERAL
Comissão Diretora

2³

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares.

O Grupo Parlamentar terá regulamento interno ou, na falta deste, será regido por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor – é o que dispõe o art. 4º, *caput*. Subsidiariamente à resolução decorrente da aprovação deste projeto e ao regulamento interno do grupo, aplicam-se o Regimento Comum do Congresso Nacional, o Regimento Interno do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados, nessa ordem, conforme o parágrafo único do mesmo art. 4º.

Na justificção, o autor do PRS destaca o adensamento, nos últimos anos, das relações entre Brasil e Mongólia, destacando que ambos buscam atrair investimentos estrangeiros sobretudo na área da mineração. Assinala, ainda, os acordos bilaterais celebrados pela Mongólia com China e Rússia. E conclui destacando que a *maior aproximação entre os dois países por meio da “diplomacia parlamentar” pode resultar em frutos econômicos, políticos e culturais.*

A proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em 24 de novembro de 2015, e designado para Relator o Ilustre Senador Lasier Martins. Reunida em 19 de outubro de 2016, a CRE aprovou o Parecer do Relator, com voto favorável. Foi então encaminhado a esta Comissão Diretora, cabendo a Relatoria a este que subscreve.

II – ANÁLISE

Diante do brilhante relatório do Senador Lasier Martins, e da aquiescência da CRE acompanhando o Relator, nada nos cabe aduzir. Reproduzimos as palavras de Sua Excelência:

Nada encontramos no Regimento Interno do Senado Federal (RISF) que impeça a criação de grupos parlamentares. De fato, a iniciativa tem precedentes virtuosos, e esses grupos se

jj2016-10104



SF/16241.58798-02



4



SENADO FEDERAL
Comissão Diretora

3

revelam importantes para a atividade parlamentar. Estamos seguros de que a participação no grupo parlamentar que se pretende criar por meio do PRS nº 56, de 2015, caracteriza-se como função própria do mandato de Senador.

Ademais, a proposição representa o exercício da chamada “diplomacia parlamentar”, a qual tem se mostrado cada vez mais relevante nas relações internacionais e contribuído para a democratização dos processos decisórios nesse campo.



III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 56, de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

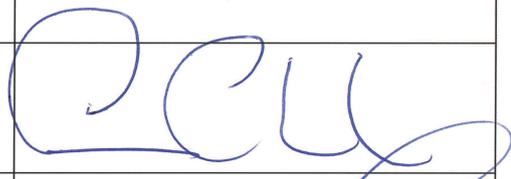
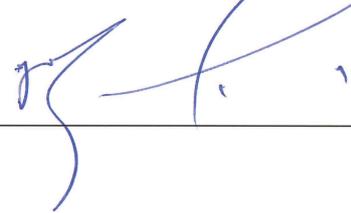
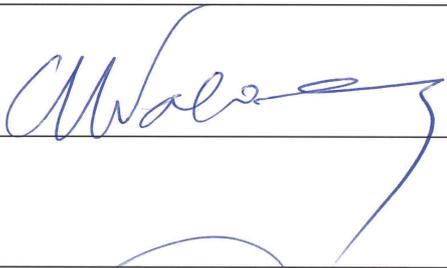
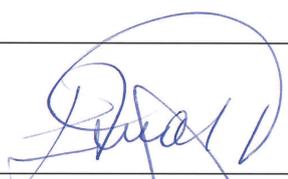
, Relator

jj2016-10104



1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL - 2018

17 de abril de 2018, às 11:30h

Senador Eunício Oliveira Presidente	Licença Art. 40
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(PRS 56/2015)

EM SUA 1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17.04.2018, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL APROVOU RELATÓRIO DO SENADOR ROMERO JUCÁ, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO.

17 de Abril de 2018

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

Presidiu a reunião da Comissão Diretora





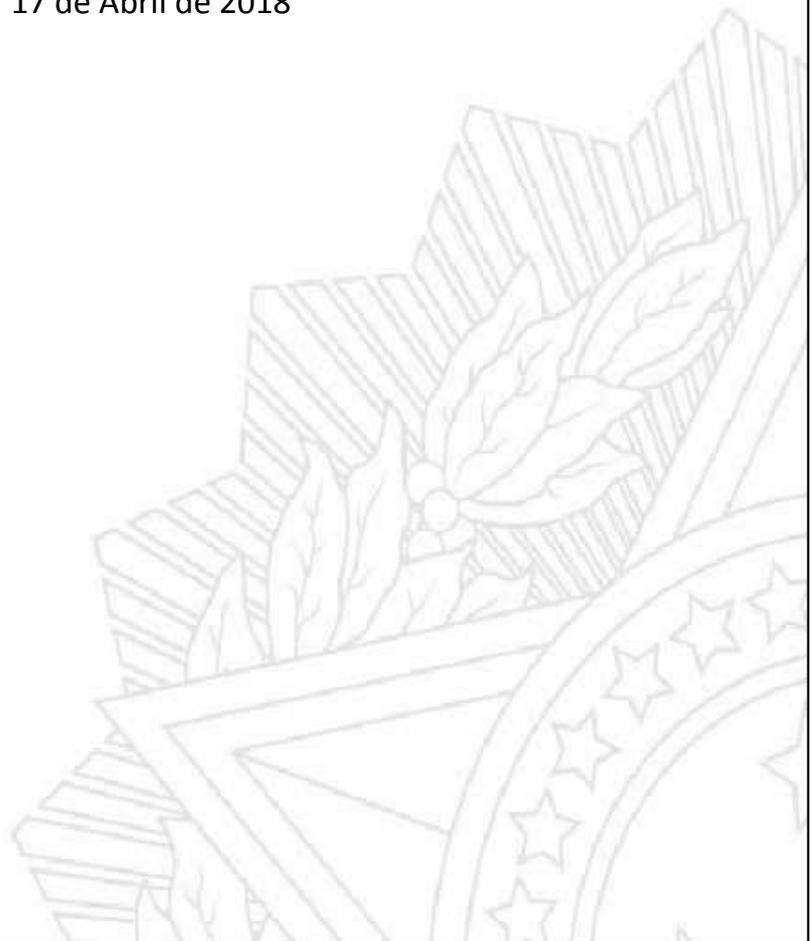
SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 75, DE 2018

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº48, de 2016, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Cássio Cunha Lima
RELATOR: Senador Romero Jucá

17 de Abril de 2018



2



SENADO FEDERAL
Comissão Diretora

PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 48, de 2016, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia*.



SF/16523-49885-25

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão Diretora o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 48, de 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que almeja instituir o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia, o qual, de acordo com o art. 1º da proposição, é definido como “serviço de cooperação interparlamentar”, cuja finalidade é “incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos”.

Os modos de cooperação entre os Parlamentos (art. 3º) incluem visitas, realização de eventos, permuta de publicações e intercâmbio.

O Grupo Parlamentar será regido por regulamento interno próprio ou por deliberação interna e, subsidiariamente, pelo Regimento Comum do Congresso Nacional e pelos Regimentos Internos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nessa ordem (art. 4º).

A proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em 9 de setembro de 2016, tendo sido designado como Relator o Senador Armando Monteiro. Reunida em 19 de outubro de 2016, a CRE aprovou a matéria. Foi então encaminhada a esta Comissão Diretora, cabendo a Relatoria a este que subscreve.

tj2016-10103





SENADO FEDERAL
Comissão Diretora

II – ANÁLISE

Conforme já versado na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, o PRS nº 48, de 2016, preenche todos os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não divergindo seus termos do que já é praticado na Casa para grupos parlamentares bilaterais.

Quanto ao mérito, esse gesto em direção à Colômbia é mais do que oportuno, não somente para apoiar a construção da paz desse país, mas também em resposta ao grande carinho, fraternidade e solidariedade demonstrados pelos colombianos diante do trágico acidente aéreo de 29/11/2016 envolvendo a equipe de futebol da Chapecoense, seus dirigentes, pessoal técnico e os jornalistas esportivos que os acompanhavam, além dos tripulantes da aeronave.

O povo e as autoridades colombianas, bem como a equipe do Atlético Nacional, que faria a final da Copa Sul-Americana com a Chapecoense, tiveram ações de surpreendente apoio e sensibilidade diante desse triste fato. Foram manifestações coletivas e espontâneas nas ruas e no estádio do Atlético Nacional, que, num gesto de nobreza, abdicou do título da competição em prol da equipe brasileira, como forma de homenageá-la.

Nossa Constituição Federal, em seu art. 4º, parágrafo único, determina à República Federativa do Brasil fomentar “a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

O carinho que os colombianos tiveram com todo o povo brasileiro foi comovente. É uma honra tê-los como irmãos e vizinhos. Trata-se de uma nação muito nobre, que muito tem para nos ensinar, não havendo melhor momento para colocarmos em prática os preceitos do art. 4º, parágrafo único, de nossa Carta Magna, de modo a desenvolver e fortalecer a relação bilateral entre os Poderes Legislativos dos dois países.

tj2016-10103



SF/16523-49885-25



4



SENADO FEDERAL
Comissão Diretora

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 48, de 2016.

Sala de Reuniões,

, Presidente

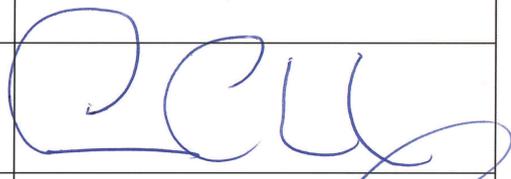
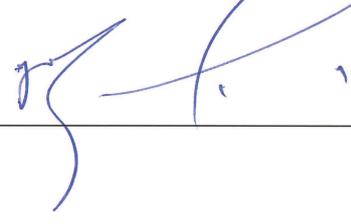
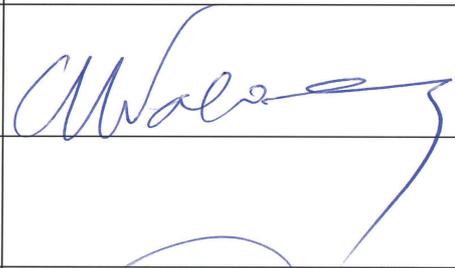
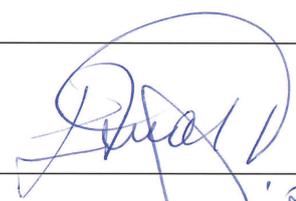
, Relator



tj2016-10103



**1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO
FEDERAL - 2018****17 de abril de 2018, às 11:30h**

Senador Eunício Oliveira Presidente	Licença Art. 40
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(PRS 48/2016)

EM SUA 1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17.04.2018, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL APROVOU RELATÓRIO DO SENADOR ROMERO JUCÁ, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO.

17 de Abril de 2018

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

Presidiu a reunião da Comissão Diretora





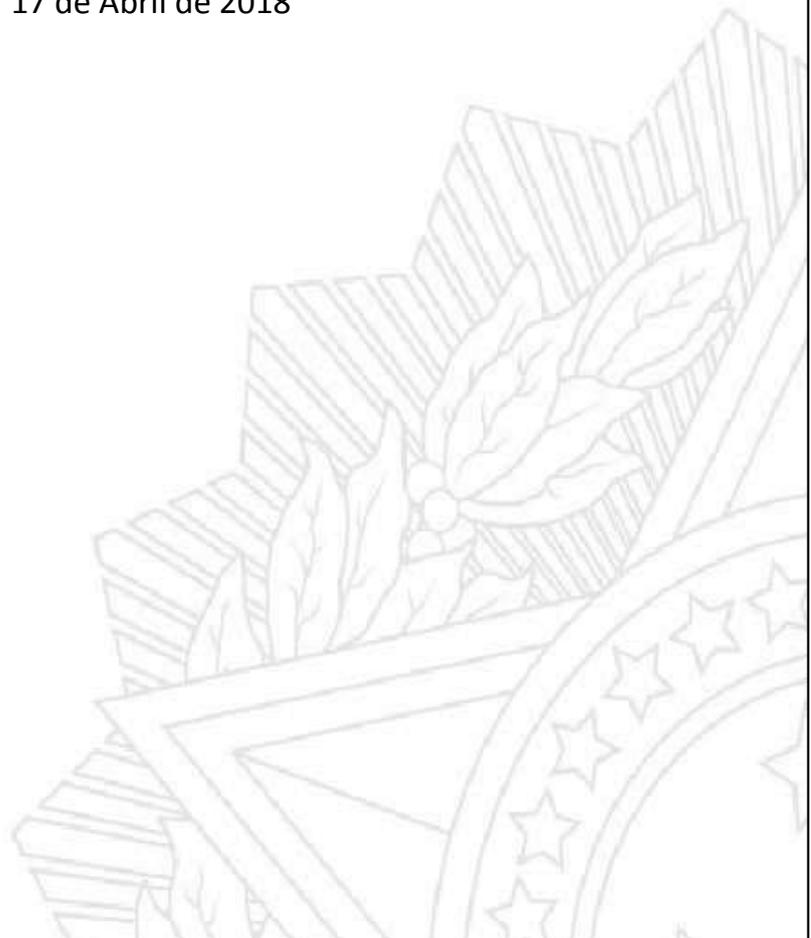
SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 76, DE 2018

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº3, de 2017, do Senador Romero Jucá, que Institui a Jornada Nacional de Controle Externo.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Cássio Cunha Lima
RELATOR: Senador João Alberto Souza

17 de Abril de 2018



2



SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2018

Da **Mesa do Senado Federal**, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2017, que *Institui a Jornada Nacional de Controle Externo*.

Relator: Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**

1 Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Projeto de Resolução do Congresso Nacional (PRN) nº 3, de 2017, do Senador Romero Jucá, que *Institui a Jornada Nacional de Controle Externo*.

A proposição foi distribuída às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

2 Análise

O § 3º do art. 128 do RCCN atribui competência à Mesa do Senado Federal para emitir parecer sobre a proposição em análise. Além disso, a alínea b do art. 128 exige subscrição de no mínimo oitenta deputados e vinte senadores, regra que foi atendida pelo projeto, conforme as listas e conferências a fls. 9-17 do avulso. Não há registro de emendas apresentadas.

2.1 – Descrição do projeto

O projeto tem por objetivo estabelecer a Jornada Nacional de Controle Externo, de realização preferencialmente bienal, a ser promovida pelo Congresso Nacional. O objetivo de tal evento seria promover o debate e a uniformização de entendimentos e de jurisprudência sobre matérias e assuntos relacionados ao controle externo da Administração Pública, por meio da aprovação e publicação de enunciados sobre os

1 de 14





SENADO FEDERAL

temas estudados. Tais enunciados não teriam caráter vinculante, dispondo apenas de “força persuasiva de caráter técnico-jurídico”, e não se confundindo com a posição de mérito do Congresso Nacional ou de suas Casas, comissões ou parlamentares na apreciação de casos ou matérias concretas.

As condições de sua realização seriam objeto de Ato do Presidente do Congresso Nacional; participariam da Jornada os Presidentes das Comissões do Congresso Nacional e de suas Casas com competências relacionadas ao controle externo, bem como do Tribunal de Contas da União (TCU); parlamentares e consultores legislativos indicados pelas Casas; professores e doutrinadores nacionais e estrangeiros, a convite das autoridades mencionadas; membros dos Tribunais de Contas do país e respectivo Ministério Público, indicados pelo órgão respectivo; representantes indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil e, nas condições estabelecidas pelo Ato, os autores de proposições acolhidas para discussão. Todos os membros terão direito a voz e a voto nas sessões das comissões de trabalho nas quais estiverem inscritos e na votação final na sessão plenária. A coordenação geral seria apoiada por uma Comissão Científica, e os trabalhos desdobrar-se-iam por comissões de trabalho temáticas.

2.2 – Constitucionalidade e juridicidade

No que diz respeito à constitucionalidade da presente iniciativa, cabe registrar que conforme o art. 70, *caput*, da Constituição Federal, o controle externo referente à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta é exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do TCU nos termos do art. 71, *caput*, da Lei Maior. No que se refere aos entes subnacionais, o art. 75, *caput*, da Constituição Federal estatui que as normas sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária no âmbito federal, acima descritas, aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas Municipais. Em plano mais elevado da relação federativa, também



4



SENADO FEDERAL

o art. 25, *caput*, confere liberdade para os Estados-membros adotarem as suas Constituições e leis, desde que observados os princípios da Constituição Federal, o mesmo valendo para o Distrito Federal - art. 32, *caput* –para os Municípios o art. 29, *caput*. Desse modo, como visto, a Constituição Federal fornece amplo respaldo para uma iniciativa federal que busque da uniformização de entendimentos e de jurisprudência no âmbito do controle externo da administração pública, desde que seja preservada a autonomia político-administrativa de cada ente da Federação. Essa preservação parece-nos estar garantida, uma vez que proposição preceitua que os enunciados aprovados nas Jornadas que institui não têm caráter vinculante e possuem força persuasiva de caráter técnico-jurídico, não se confundindo com a posição do Congresso Nacional ou de suas Casas ou respectivas comissões, bem como de seus membros quando no exercício da função pública, sobre o mérito de eventuais matérias, proposições ou conflitos administrativos a eles submetidos (cf. art. 2º, § 2º). Como conclusão, consoante nos parece, nada obsta, do ponto de vista constitucional, a livre tramitação do PRN nº 3, de 2017.

O mesmo podemos dizer quanto à juridicidade da proposição, com pequenas ressalvas. A primeira é a de que o § 1º do art. 4º da proposição consigna que as autoridades mencionadas nos incisos I a III e VII do *caput* do mesmo artigo poderão ser representadas por terceiros, mediante indicação do respectivo titular. Tal rol de autoridades inclui, por um lado, o Presidente da Comissão Mista de Orçamento; o Presidente do TCU; os Presidentes da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) do Senado Federal e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados; e por outro, inclui membros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, bem como dos Tribunais de Contas Municipais, indicados pelos respectivos órgãos.

Ocorre que os Presidentes das Comissões do Congresso Nacional e suas Casas e o Presidente do TCU têm os seus substitutos institucionais definidos pelas suas

3 de 14





SENADO FEDERAL

respectivas normas de organização. Ademais, a presença dos titulares dos órgãos diretamente responsáveis pela ação de controle na União é ponto de alta carga simbólica no sentido de valorizar a jornada no âmbito do mundo político e administrativo, o que não se concilia com a rotineira indicação de terceiros para mera representação. Em ocasião tão importante, espera-se que estejam presentes os primeiros gestores dos colegiados ou aqueles que legalmente os substituem. Por essas razões, parece-nos que não é adequado, do ponto de vista do requisito da juridicidade, dispor que as autoridades acima referidas poderão ser representadas por terceiros quaisquer, pelo que sugerimos alteração do § 1º do art. 4º do PRN nº 3, de 2017, para estabelecer que aquelas autoridades poderão ser substituídas nos termos das normas de organização dos respectivos órgãos ou redação similar.

Já quanto à possibilidade de indicação de representantes para os membros dos Tribunais de Contas (inc. VII), não se afigura coerente com o objetivo do próprio dispositivo: os presidentes de comissões e tribunais são chamados *ex officio* em virtude do cargo; os demais ministros e conselheiros são escolhidos pelos respectivos colegiados *intuitu personae*, em função de sua atuação individual. Não faz sentido que um tribunal indique nominalmente um de seus membros, por seus atributos e qualificações para o debate, e que em seguida esse membro escolha um terceiro para o exercício desse mister. Caso haja impedimentos, a solução será evidentemente a indicação de um novo membro da corte delegante para o desempenho da tarefa

2.3 – Mérito

É inegável que a convergência da jurisprudência do controle externo em torno de parâmetros mais uniformes é de interesse da administração pública. Como bem assevera a justificativa da proposição, a existência de inúmeros entes constitucionalmente autônomos no âmbito do controle (Legislativos, Tribunais de Contas, Judiciário, Ministério Público, nas três esferas de governo) apreciando atos da mesma natureza em cada uma de suas jurisdições, podendo cada um interpretar a lei nacional



6



SENADO FEDERAL

sob uma perspectiva, é potencial fator gerador de entropia administrativa e insegurança jurídica¹. Assim, o objetivo geral da iniciativa é inteiramente válido na conjuntura atual do controle da administração pública. Igualmente louvável é a iniciativa do Congresso Nacional de atuar no tema, uma vez que o Legislativo é o titular da função de controle externo (art. 70, *caput*, da Constituição Federal), sendo mais que justificável que assuma um papel coordenador dos esforços de intervenção na melhoria da qualidade de sua prática.

Destaco em favor do projeto que, não obstante o objetivo de uniformizar a jurisprudência, já se salientou acima (quando da discussão da abrangência federativa do projeto) que o produto do evento não terá caráter vinculante, representando tão somente uma manifestação persuasiva com força no prestígio técnico e jurídico que adquiriria uma manifestação de arena de tão elevado quilate. Desta forma, a vertente de uniformização pretendida é uma de natureza argumentativa, não autoritativa. Não corresponde a enunciados de jurisprudência *tout court*, tais como súmulas de um tribunal ou mesmo pronunciamentos técnicos conjuntos dos organismos de controle², os quais trazem consigo toda a força da interpretação pretoriana por meio da cristalização dos precedentes. Trata-se de prudente medida, tanto porque a formação de precedentes requer o exercício das competências jurisdicionais órgãos de controle externo (Legislativos e Tribunais de Contas), competência essa que não é delegável a assembleias científicas reunidas *ad hoc*, quanto porque a hermenêutica jurídica adverte contra os perigos do “fanatismo pelos acórdãos”³: o viés conservador da máquina jurisdicional (afastando a legítima evolução dos julgados em razão da evolução dos fatos), os graves vieses introduzidos pela generalização de conclusões que foram necessariamente extraídas de casos específicos, bem como pela incorporação nas

¹ Ponto salientado também na doutrina relativa ao controle da administração pública (CRUZ, Flávio. **Auditoria Governamental**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007. pp. 162-163).

² Pronunciamentos conjuntos são propostas doutrinárias para uniformização de jurisprudência entre entes (CRUZ, Flávio. **Auditoria Governamental**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007. p. 163)

³ MAXIMIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2011. Pp. 148-150



SF/18982.85267-31





SENADO FEDERAL

decisões individuais de considerações morais, sociais, políticas ou religiosas de natureza contextual a cada decisão tomada como precedente.

E é de produção de doutrina, portanto, que trata o projeto: uma assembleia de estudiosos e praticantes do controle externo que se reúna para debater temas controversos e extrair conclusões sobre eles. Existem importantes precedentes do uso de jornadas ou simpósios para alcançar a consolidação doutrinária⁴: como mencionado na justificativa do projeto, a Justiça Federal organiza também periodicamente as “Jornadas” em diferentes ramos do direito, em moldes muito similares aos procedimentos contidos na proposição em exame⁵. Nestes eventos, os participantes encaminham propostas de enunciados (e de modificações legislativas) que são debatidas por comissões de trabalho temáticas compostas por juristas convidados pela Justiça Federal, membros de tribunais, procuradorias e associações de advogados, indicados pelos respectivos órgãos, e – dentro de certos limites - pelos autores de proposições acolhidas para debate. Todos esses participantes têm direito a voz e voto nas comissões, e a voto na plenária final que reúne todos os participantes. As proposições, nesses casos, consideram-se aprovadas se receberem o voto favorável de dois terços dos membros da respectiva comissão de trabalho (presente a maioria absoluta de seus membros) e se não forem rejeitadas pela maioria simples dos presentes à plenária final. Para que o objetivo da proposição seja alcançado, portanto, é necessário que o seu desenvolvimento possa resultar em consensos que preencham as condições de “doutrina estabelecida” ou “consagrada” como elemento orientador da ação fiscalizadora. Tais condições são atingidas quando se chega a conclusões das quais se possa dizer, para cada uma, que é “defendida por pessoas de indiscutível competência técnica, preenchido ainda o requisito de resultar dos pareceres de numerosos preopinantes

⁴ Sendo esse mecanismo também utilizado pelo Tribunal Superior do Trabalho para produzir jurisprudência em sentido estrito (por meio da “Semana do TST”, que é um simpósio de debates entre seus juízes com a participação da comunidade jurídica, que resulta em propostas de entendimentos que, ao final do evento, são deliberadas em caráter formal pelo Pleno do Tribunal).

⁵ Tomamos como referência o evento mais atual (VIII Jornada de Direito Civil, a ser realizada em abril de 2018).



8



SENADO FEDERAL

relativo acordo nas conclusões eruditas”⁶. Portanto, a produção de doutrina legitimamente pacificadora de controvérsias na aplicação da lei no âmbito do controle externo depende de uma criteriosa seleção dos agentes e de um adequado desenho do processo decisório, o que enseja a proposta de pequenos aperfeiçoamentos ao texto preconizado.

Os critérios de seleção dos membros estão estabelecidos no art. 4º da proposição, e em caráter geral mostram uma composição plausível dos colegiados de debates no que tange à qualificação técnica, uma vez que os possíveis candidatos são diretamente engajados nas funções estatais de controle externo ou, a critério destes, especialistas acadêmicos nos temas abordados. Persiste, no entanto, uma questão de potencial conflito de interesses. Desde logo, qualquer agente público ou privado pode ter a seu cargo a defesa legítima de interesses parciais: por exemplo, o advogado de uma grande empresa contratada pelo Estado tem por obrigação defender os interesses da companhia, e é perfeitamente legítimo que desenvolva posicionamentos jurídicos que levem em conta tais interesses. De igual modo, o representante do órgão estatal tem por dever legítimo propugnar por interpretações que favoreçam os interesses do ente público. Portanto, é de esperar-se que, inteiramente dentro da legalidade, as posições interpretativas sejam influenciadas pela visão de mundo e pela posição dos seus proponentes nos embates jurisdicionais.

Tal viés não tende a ser problemático no caso de jornadas voltadas à atividade judiciária em sentido estrito, uma vez que a comunidade jurídica privada atende de forma igualmente distribuída, em termos quantitativos a todos os interesses em pugna: numa jornada de direito trabalhista, por exemplo, haverá juristas que defendem posições de trabalhadores e de empresários; numa jornada de direito civil, potencialmente existem participantes vinculados a todas as partes que possam ter interesses afetados pelo resultado dos debates. Por outro lado, a posição dos agentes estatais nessa seara será

⁶ MAXIMIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 159



SF/18982.85267-31





SENADO FEDERAL

fundamentalmente a de arbitrar entre entes privados, não existindo por princípio um interesse direto do Estado como pleiteante nas questões debatidas.

Esse cenário é bem distinto no controle externo: este é uma função desenvolvida de ofício pelo Estado, que tem um interesse direto e imediato na sua realização uma vez que o objeto fundamental do controle é a preservação dos bens, valores e princípios da própria Administração Pública. Assim, o agente estatal não aparece como árbitro de interesses privados, mas como defensor de ofício do interesse primário do Estado – por certo, dentro dos parâmetros do ordenamento jurídico. Ao mesmo tempo, em qualquer caso concreto de aplicação do controle, o interesse de terceiros potencialmente defendido por advogados, pareceristas ou acadêmicos, contrapõe-se ao do Estado, na qualidade de alguém que está sendo responsabilizado por uma determinada conduta e que é passível de sanção em função da avaliação dessa conduta. Assim, não é possível equiparar os *stakeholders* de uma jornada de direito civil àqueles de uma jornada de controle externo: no que tange aos agentes privados, no primeiro caso os interesses a que potencialmente se vinculam os participantes estão amplamente distribuídos em torno a todas as posições possíveis ante casos concretos; no segundo, estão esmagadoramente concentrados nas posições contrárias a qualquer pretensão do Estado, militando em seu favor a limitação das hipóteses de controle e das prerrogativas fiscalizadoras e sancionatórias. Já os agentes públicos, no primeiro caso, atuam basicamente como árbitros entre interesses privados contrapostos, enquanto que no segundo contexto são encarregados de defesa do próprio Estado como interessado.

Não se pode desconsiderar tal assimetria de interesses na definição dos participantes da jornada, cuja reunião será o fator determinante da produção da doutrina que, se alcançado o objetivo de uniformizar condutas de controle, terá efeitos diretos no interesse estatal e no interesse privado, contrapostos em cada caso concreto. A situação assemelha-se aos colegiados de recursos tributários, nos quais a legislação reconhece a necessidade da representação segmentada de interesses contrapostos (nesse



SF/18982.85267-31





SENADO FEDERAL

exemplo, a representação paritária de Fisco e contribuintes)⁷. Assim, ainda que se não exija uma paridade absoluta (atendendo ao caráter mais aberto da discussão doutrinária, que admite matizes e não tem a competência de deliberação direta sobre casos concretos), é preciso velar para que exista nos trabalhos a representação numericamente significativa de ambos os universos contrapostos, o de agentes do controle público e o de representantes do interesse privado.

A forma mais simples e direta de assegurar tal objetivo é estabelecer na própria resolução patamares mínimos para a participação desses universos. No art. 4º, estão elencados como participantes da conferência três grandes grupos: os presidentes de Comissões legislativas e do TCU como titulares institucionais do poder de controle (incs. I a III); agentes estatais vinculados ao controle externo (incs. IV, V, VII e VIII⁸); e agentes privados ou nessa condição (incs. VI, IX e X). Tendo em vista o argumento acima exposto, a fixação de um patamar mínimo de cinquenta por cento (50 %) para o segundo grupo na composição de cada comissão de trabalho seria capaz de assegurar, no mínimo, a representação do leque de interesses do Estado, sem limitar a participação dos demais interessados. De igual modo, cabe facultar aos titulares dos órgãos de controle nacionais (previstos nos incs. I a III) o acesso e a participação em qualquer das comissões de trabalho, pois a abrangência de sua função institucional envolve todo o conjunto de temas a serem discutidos na jornada.

De igual modo, a importância decisória da comissão científica tratada no art. 5º do projeto, com suas responsabilidades tanto no conteúdo quanto no procedimento da jornada, faz com que seja necessário também garantir a participação desses mesmos agentes nesse grupo, pelos mesmos motivos acima elencados.

⁷ No âmbito federal, pode-se mencionar o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (art. 60, parágrafo único do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017; o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização (art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.634, de 12 de janeiro de 2016), e o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (art. 5º, inc. I, do Decreto nº 8.652, de 28 de janeiro de 2016). No âmbito estadual, são exemplos o Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo (art. 9º da Lei Estadual nº 10.081, de 25/04/1968) e o Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais (art. 185 da Lei Estadual nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975).

⁸ Neste trecho, são referenciados os incisos da redação original do projeto.





SENADO FEDERAL

Ainda em relação a esta composição, há três pequenos aperfeiçoamentos a sugerir. O primeiro é a inclusão do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) no rol de Tribunais elencados no inciso VII do art. 4º. O segundo é a inclusão de um grupo específico composto por servidores das carreiras de controle externo dos Tribunais de Contas, não abrangidos no rol do art. 4º que são responsáveis por uma parcela significativa do conteúdo técnico dos trabalhos das Cortes de Contas, lembrando que os debates da jornada de controle externo têm por objeto exatamente a discussão de caráter técnico-jurídico dos temas para a produção dos enunciados. O terceiro ponto é a garantia de que a elogiável diversidade preconizada no âmbito do art. 4º seja efetivamente implementada, garantindo que cada categoria de participantes (excetuando-se naturalmente os participantes de ofício previstos nos incs. I a III) tenha um patamar mínimo garantido na composição dos participantes da jornada (que pode ser de dez por cento), assegurando assim a participação de todos os que potencialmente podem contribuir para o êxito do evento.

A segunda exigência para a consolidação de doutrina nos moldes ambicionados pela proposição é que se alcancem consensos relativamente amplos, que abranjam parcela majoritária significativa da comunidade técnica envolvida. Neste sentido, a aprovação dos enunciados e demais indicações da jornada não pode prescindir de fortes exigências de maioria, que denotem o apoio disseminado a uma determinada posição doutrinária.

Neste sentido, as próprias jornadas doutrinárias do Conselho da Justiça Federal acolhem, com todo acerto, disposições procedimentais que contribuem para a seleção de entendimentos com essas características: a aprovação de enunciados nas comissões de trabalho por maioria de dois terços (com quórum de maioria absoluta para votação), e o referendo da plenária dos participantes da jornada (que pode destacar proposições e rejeitá-las pelo voto da maioria simples dos presentes). Exigências dessa natureza são cautelas necessárias para garantir que somente proposições que tenham alcançado sólido consenso alcancem o grau de enunciados unificadores, avalizados tecnicamente por um evento dessa natureza.



SF/18982.85267-31



12



SENADO FEDERAL

Propõe-se aqui a manutenção do critério de maioria qualificada de dois terços na comissão de trabalho para a aprovação de matérias. Na plenária, no entanto, a exigência de uma mera maioria simples parece inadequada, permitindo a reversão, por maiorias eventuais e passageiras, de pontos solidamente discutidos no âmbito especializado. A rejeição de matéria da comissão afigura-se de tamanha relevância que precisa ter limites mais estritos, que indiquem uma contundente rejeição do conjunto da comunidade envolvida às propostas do grupo menor. Assim, a mesma maioria de dois terços que pressupõe o consenso nas comissões deveria ser exigida para a recusa de sua posição.

Quanto à questão da maioria, é preciso levantar uma precaução: as jornadas do Conselho da Justiça Federal preveem a possibilidade de que o quórum de aprovação venha a ser alterado por voto unânime da comissão científica. A experiência dessas jornadas anteriores sugere que um elevado número de participantes na jornada – por certo desejável - pode reduzir em muito a possibilidade de aprovação de enunciados pelo simples efeito do aumento do número de votantes (e, portanto, da dispersão de posições). Assim, para que as proposições possam ser oferecidas à comunidade de prática, pode ser mais adequado aos objetivos da jornada que a comissão científica possa eventualmente reduzir a exigência procedimental, em ato motivado e unânime, respeitada obviamente a exigência de maioria absoluta. Esta prerrogativa permitiria que fossem levantados os consensos possíveis, enquanto a pluralidade de representação na comissão científica representa um controle aceitável sobre a prevalência de circunstâncias excepcionais que justifiquem a mudança da regra, dada a exigência de unanimidade de seus membros para adoção da medida. Prudencialmente, o decréscimo da exigência de maioria para aprovação no âmbito das comissões de trabalho faz com que também devam ser reduzidas na mesma proporção as exigências para veto na plenária. Por fim, como o grau de consenso de uma determinada posição doutrinária é um critério importantíssimo para atribuir-lhe a força persuasiva técnico-jurídica que pretende a proposição, faz-se necessário registrar, quando da publicação dos enunciados aprovados, o caráter unânime ou não do resultado na comissão, assim como o limiar de maioria adotado para aprovação quando o resultado não tiver sido unânime. Dada a possibilidade de alteração da regra de maioria por parte da comissão científica,



SF/18982.85267-31





SENADO FEDERAL

a publicação da regra de maioria vigente para a aprovação dos enunciados permitirá ao intérprete aquilatar em cada caso qual o grau de abrangência do entendimento alcançado.

Cabe reiterar aqui que quaisquer riscos de eventual captura das jornadas por interesses contrários ao correto desempenho do controle são mitigados por meio da composição equilibrada dos grupos de que se compõe a jornada de controle externo e na definição apropriada de regras de decisão e transparência adequadas. Exatamente por isso, as regras aqui preconizadas são tão essenciais para esse objetivo de mitigação de riscos que devem estar contempladas no nível da própria Resolução que cria a instituição da jornada, não sendo adequado relegá-las às vicissitudes circunstanciais da elaboração de cada regimento ou regulamento para cada evento específico.

3 Voto

Pelos motivos expostos, entendemos que o Projeto de Resolução do Congresso Nacional (PRN) nº 3, de 2017, não traz vícios de constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, seu objeto pode trazer avanço significativo ao controle externo no país, desde que contempladas as modificações aqui preconizadas.

Destarte, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Resolução do Congresso Nacional (PRN) nº 3, de 2017, com as emendas abaixo apresentadas:

EMENDA Nº 1 – MESA DO SENADO FEDERAL

O inciso VII do art. 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

VII - membros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como dos Tribunais de Contas municipais, por indicação dos respectivos órgãos;

.....”



14



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº 2 – MESA DO SENADO FEDERAL

Fica acrescido o seguinte inciso ao caput do art. 4º, numerando-o como inciso IX e, em consequência, renumerando-se o atual inciso IX como X e o atual inciso X como XI:

“Art. 4º

.....

IX - servidores efetivos das carreiras de controle externo dos Tribunais referidos no inciso VII, por indicação dos respectivos órgãos;

.....”

EMENDA Nº 3 – MESA DO SENADO FEDERAL

Os §§ 1º e 2º do art. 4º passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

§ 1º Em caso de impedimento, as autoridades mencionadas nos incisos I, II e III deste artigo poderão ser representadas por seus substitutos nos termos das normas de organização dos respectivos órgãos.

§ 2º O Ato a que se refere o art. 3º desta Resolução poderá limitar o número de representantes a serem indicados pelos órgãos listados nos incisos IV a XI deste artigo, observando os seguintes critérios:

I – as vagas de cada comissão de trabalho e da plenária final serão distribuídas na proporção de no mínimo dez por cento do respectivo total para cada grupo mencionado nos incisos IV, V, VII, VIII e IX do caput;

II – sem prejuízo das demais atribuições previstas nesta Resolução, os participantes mencionados nos incisos I a III poderão participar como membros de qualquer comissão de trabalho.”

EMENDA Nº 4 – MESA DO SENADO FEDERAL

Fica acrescido o seguinte § 3º ao art. 5º:

“Art. 5º





SENADO FEDERAL

.....
 § 3º Farão parte da comissão científica integrantes selecionados na forma dos incisos IV, V, VII, VIII e IX do *caput* do art. 4º.”

EMENDA Nº 5 – MESA DO SENADO FEDERAL

Ficam acrescidos os seguintes §§ 1º a 3º ao art. 9º:

“**Art. 9º**

§ 1º Será considerado aprovado o enunciado que, cumulativamente:

I – for submetido a votação entre os membros da comissão de trabalho respectiva e obtiver mais de dois terços dos votos pela sua aprovação, presente a maioria absoluta dos membros da comissão; e

II – for apresentado à plenária dos participantes da jornada para referendo, facultado a qualquer participante destacá-lo para votação nessa ocasião, quando poderá ser rejeitado se esse for o voto de mais de dois terços dos participantes, presente a maioria absoluta dos membros da plenária.

§ 2º O critério de dois terços para aprovação nos termos do art. § 1º poderá ser alterado pela comissão científica mediante ato motivado aprovado em votação unânime, desde que:

I - não resulte inferior à maioria absoluta; e

II - seja o mesmo para a aprovação em comissões de trabalho e a rejeição em plenário.

§ 3º O instrumento de publicação do enunciado explicitará, para cada um:

I – o caráter unânime ou não da sua aprovação pela respectiva comissão de trabalho; e

II – em caso de não haver aprovação unânime, o critério de maioria vigente para a aprovação pela comissão.”

Sala da Comissão, em de de 2018.

Senador Eunício Oliveira
 Presidente

Senador João Alberto Souza
 Relator

14 de 14



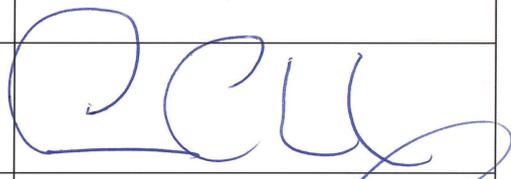
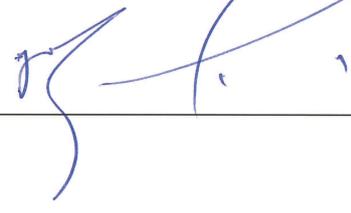
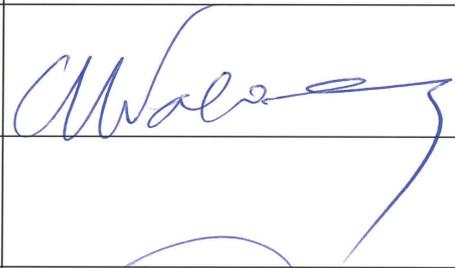
SF/18982.85267-31



16

1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL - 2018

17 de abril de 2018, às 11:30h

Senador Eunício Oliveira Presidente	Licença Art. 40
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(PRN 3/2017)

EM SUA 1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17.04.2018, A COMISSÃO DIRETORA APROVOU RELATÓRIO DO SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA, COM EMENDAS QUE PROPÕE, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO.

17 de Abril de 2018

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

Presidiu a reunião da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 77, DE 2018

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº11, de 2017, do Senador Pedro Chaves, que Institui a Medalha João Calmon, a ser conferida pelo Senado Federal a instituições privadas de ensino básico que tenham se destacado na promoção de ações de responsabilidade social.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Cássio Cunha Lima

RELATOR: Senador João Alberto Souza

17 de Abril de 2018



Minuta

PARECER N° , DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2017, do Senador Pedro Chaves, que *institui a Medalha João Calmon, a ser conferida pelo Senado Federal a instituições privadas de ensino básico que tenham se destacado na promoção de ações de responsabilidade social.*

Relator: **JOÃO ALBERTO SOUZA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão Diretora (CD) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 11, de 2017, do Senador Pedro Chaves, “que institui a Medalha João Calmon, a ser conferida pelo Senado Federal a instituições privadas de ensino básico que tenham se destacado na promoção de ações de responsabilidade social”.

A proposição é composta de sete artigos, dos quais o primeiro institui, no âmbito do Senado Federal, a Medalha João Calmon, com a finalidade já descrita na ementa.

O art. 2º determina que a Mesa concederá a Medalha, acompanhada de diploma de menção honrosa, às instituições agraciadas, que poderão ser em número de até três a cada ano. A cerimônia de entrega será realizada, de acordo com o art. 3º, em sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim.

Conforme o art. 4º e seu parágrafo único, cada Senador ou Senadora poderá indicar uma instituição concorrente, com justificativa circunstanciada dos seus méritos, acompanhada de vídeo que apresente a iniciativa a ser considerada.



Caberá à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, consoante o *caput* do art. 5º, a apreciação dos nomes dos concorrentes.

Os dois parágrafos ao *caput* do art. 5º, que constam erroneamente numerados como 2º e 3º, versam sobre os períodos previstos anualmente para a indicação e a premiação.

O art. 6º estabelece, no *caput*, que as instituições agraciadas terão seus nomes amplamente divulgados pelos meios de Comunicação do Senado Federal e em sessão plenária, devendo cada uma das instituições concorrentes receber, conforme o parágrafo único, um certificado de participação.

Por fim, consta do art. 7º que a futura resolução entra em vigor na data de sua publicação.

A justificativa enfatiza a necessidade de o Poder Público incentivar as ações de responsabilidade social das empresas, de modo que a prosperidade delas se compatibilize com a elevação da qualidade de vida da população. Ao definir que tais empresas sejam instituições privadas de ensino básico busca-se valorizar a educação no Brasil, que tem uma referência fundamental no nome do ex-Senador João Calmon.

O PRS nº 11, de 2017, foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) com a apresentação de duas emendas. A primeira delas, de redação, visou a sanar falha apontada na numeração dos parágrafos do art. 5º.

A segunda propôs alterar a ementa e o art. 1º do projeto para que sejam incluídas, em seu escopo, também as instituições públicas de ensino.

Caso seja aprovado também na Comissão Diretora, o PRS nº 11, de 2017, deverá ser objeto de deliberação do Plenário.

gx2017-11417



II – ANÁLISE

O exame da matéria pela Comissão Diretora compõe a gama de competências deste colegiado, conforme estabelecido no art. 98, especialmente em seu inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto em análise cria uma premiação cuja finalidade é incentivar a responsabilidade social, uma concepção das mais relevantes para renovar os modos de interação das empresas com a sociedade. Conforme essa concepção, as empresas têm a responsabilidade de promover o bem-estar dos seus públicos externo e interno, buscando proporcionar-lhes melhor qualidade de vida.

O texto prevê uma ampla gama de ações possíveis para se atingir tal fim. As ações de responsabilidade social podem voltar-se ao ambiente de negócios da empresa ou ao seu quadro de funcionários ou procurar reduzir o impacto negativo de suas atividades. Podem, ainda, ter como alvo a promoção do equilíbrio ambiental e a melhoria, sob os mais variados aspectos, das condições de vida das comunidades, especialmente daquelas que estão próximas ou mantêm algum tipo de vínculo com as atividades da empresa.

Em seu texto original, a proposição buscava incentivar a responsabilidade social no âmbito das instituições privadas de educação infantil e dos ensinos fundamental e médio, visando, de tal modo, a promoção da cultura responsável no ambiente educacional. Aperfeiçoada, com a aprovação da referida emenda na CE, passou a incluir em seu rol também as instituições públicas de ensino.

Ao realizar incentivo de tal natureza, nada mais apropriado do que homenagear, com a denominação dessa premiação, o nome do Ex-Senador João Calmon, que será sempre lembrado por seu incansável empenho pela educação e, em especial, pela emenda constitucional que estabeleceu patamares mínimos de investimentos em educação pelos entes federativos.

Avaliamos, assim, que a proposição é meritória.

No entanto, desde a Resolução nº 8, de 2015, a criação de medalha ou comenda tem seguido certa padronização, com vistas a facilitar o encaminhamento dessas matérias no âmbito do Senado Federal. Por essa razão, apresentamos, ao final, substitutivo que visa a ajustar o projeto a essas

gx2017-11417



diretrizes, sem alterar o mérito da iniciativa, com o qual concordamos inteiramente. Incorporamos, inclusive as emendas oferecidas pela CAE.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2017, na forma do seguinte substitutivo, restando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2 – CE.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, DE 2017 - Substitutivo

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Medalha João Calmon, a ser concedida pelo Senado Federal a instituições de ensino básico que tenha se destacado na promoção de ações de responsabilidade social.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica instituída a Medalha João Calmon, no âmbito do Senado Federal, destinada a agraciar instituições públicas e privadas de ensino básico que tenham se destacado na promoção de ações de responsabilidade social.

Art. 2º A Medalha será concedida anualmente a cinco instituições pela Mesa do Senado Federal, acompanhada de diploma de menção honrosa às instituições agraciadas, durante Sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim.

Art. 3º A indicação de candidato, acompanhada da respectiva justificativa, será realizada por qualquer Senador ou Senadora da República.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados, será constituído o Conselho da Medalha João Calmon, composto por um representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal.

gx2017-11417



6

5

§ 1º A composição do Conselho a que se refere o *caput* será renovada a cada dois anos, entre os meses de fevereiro e março da primeira sessão legislativa ordinária e da terceira sessão legislativa ordinária de cada legislatura, permitida a recondução de seus membros.

§ 2º O Conselho definirá a cada ano o período de acolhimento das indicações e a data de premiação dos agraciados.

Art. 5º Uma vez escolhidos os agraciados, seus nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões,

, Presidente

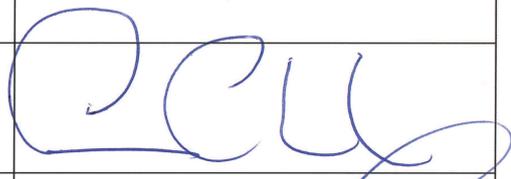
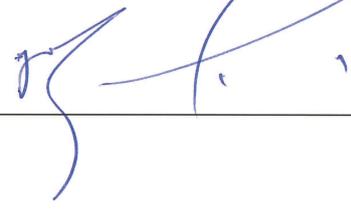
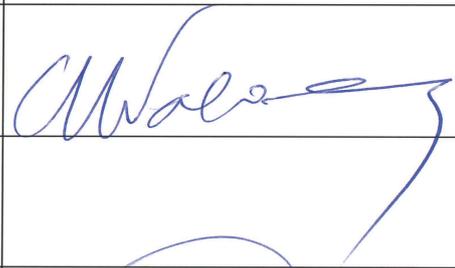
, Relator

gx2017-11417



1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL - 2018

17 de abril de 2018, às 11:30h

Senador Eunício Oliveira Presidente	Licença Art. 40
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(PRS 11/2017)

EM SUA 1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17.04.2018, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL APROVOU RELATÓRIO, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO.

17 de Abril de 2018

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

Presidiu a reunião da Comissão Diretora





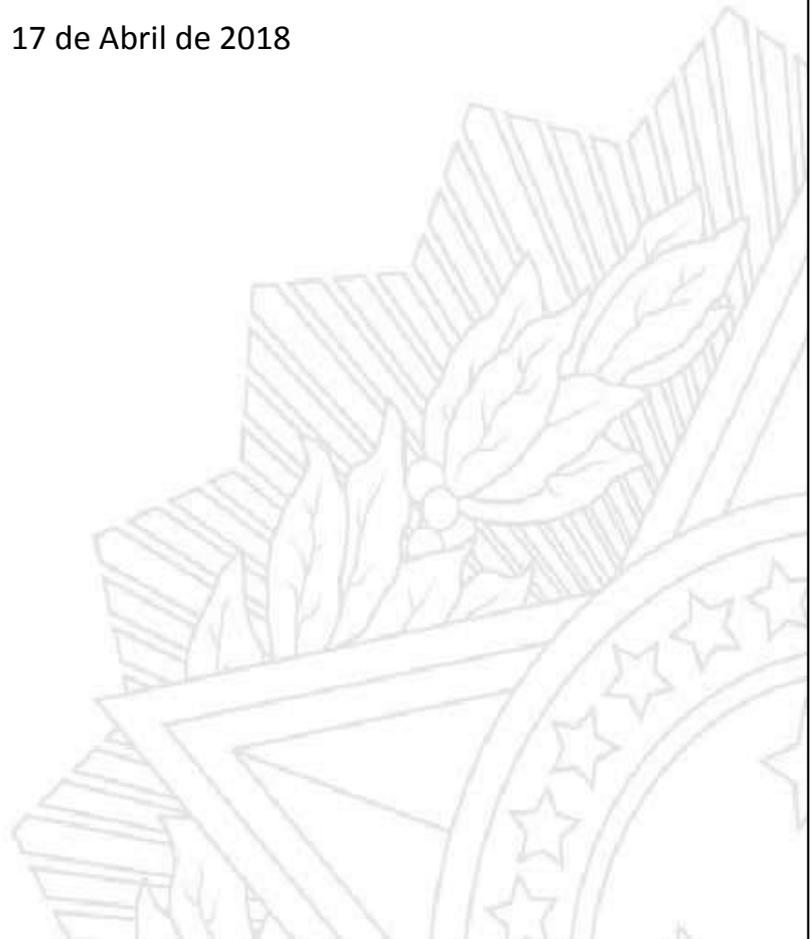
SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 78, DE 2018

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº14, de 2017, da Senadora Fátima Bezerra, que Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Cássio Cunha Lima
RELATOR: Senador João Alberto Souza

17 de Abril de 2018



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2017, da Senadora Fátima Bezerra, que institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo.



Relator: **JOÃO ALBERTO SOUZA**

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão Diretora o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 14, de 2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que institui, no Senado Federal, a Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo.

A proposição consta de seis artigos:

O art. 1º institui a referida Comenda e define que a homenagem se destinará a agraciar personalidades que tenham oferecido contribuição relevante ao registro e ao fortalecimento da cultura, do folclore e dos saberes tradicionais no Brasil.

Os arts. 2º e 3º estabelecem, respectivamente, que a Comenda será conferida anualmente a cinco personalidades e que a indicação de candidato será realizada por qualquer Senador ou Senadora da República.

O art. 4º, por sua vez, determina a criação do Conselho da Comenda Luís da Câmara Cascudo, o qual deverá proceder à apreciação das indicações e a escolha dos agraciados, além de estabelecer o período de acolhimento das indicações e a data da premiação. Define, ainda, que a composição do referido Conselho será renovada a cada dois anos, permitida a recondução dos seus membros.

Já o art. 5º estabelece que os nomes dos agraciados deverão ser amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado e em sessão



plenária. E, por fim, no art. 6º consta a cláusula de vigência, a qual dispõe que a futura resolução entre em vigor na data de sua publicação.

A autora da matéria justificou a criação da Comenda pela importância do trabalho de Luís da Câmara Cascudo na valorização e divulgação de nossas tradições culturais e afirma que *a instituição da Comenda Câmara Cascudo é, antes de tudo, um reconhecimento e uma homenagem do Senado Federal a esse tão importante estudioso de nossa cultura.*

O PRS nº 14, de 2017, foi distribuído primeiramente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que deliberou favoravelmente pela aprovação da proposição e pela apresentação ao plenário do Senado Federal de requerimento de urgência para a matéria.

Não foram apresentadas emenda ao projeto.

II – ANÁLISE

O exame da matéria pela Comissão Diretora compõe a gama de competências deste colegiado, conforme estabelecido no art. 98, especialmente em seu inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Luís da Câmara Cascudo foi um dos maiores pesquisadores do folclore brasileiro. Pode-se dizer que suas contribuições vão além da etnografia, ciência da qual foi um grande especialista. Sua obra foi importante, também, no campo da literatura, bem como da cultura da infância.

Pesquisador, escritor e folclorista potiguar, formado em Direito pela Faculdade de Recife, Câmara Cascudo concluiu em Natal o curso de Etnografia. Especializou-se em etnografia e folclore, embora tivesse predileção por história e geografia. Suas obras abarcam a literatura, a gastronomia e a história, mostrando a riqueza de sua pesquisa.

Na perspectiva da cultura da infância, suas maiores contribuições estão no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, *Contos Tradicionais do Brasil* e *Facécias: contos populares divertidos*.



SF/17789.67269-36



No Dicionário do Folclore Brasileiro estão centenas de verbetes acompanhados de suas origens e da sua história, entre os quais a pesquisadora Maria Angela Barbato Carneiro destaca:

Assobio. Assobiar de noite chama as cobras. Três assobios bem longos atraem o vento. É crença geral que um certo assobio demorado e longo tem a singular propriedade de chamar o vento.

Animais. Animal. A participação do animal no folclore e na etnografia tradicional é variada e ampla. Para o povo, o animal é portador de memória, prevenção, simpatia, defeitos, virtudes.

Boitatá. Baitatá, Batatá, no Centro-Sul, Biatatá na Bahia, Batatal em Minas Gerais, Bitatá em São Paulo, Jean Delafosse em Sergipe e Alagoas, João Galafuz em Itamaracá, Batatão, no Nordeste; mboi, cobra ou mboi, o agente a coisa, e tatá fogo, a cobra de fogo, o fogo da cobra, em forma de cobra, a coisa do fogo, um dos primeiros mitos registrados no Brasil.

Boneca. Boneco, figura representando criatura humana, desenho. Calunga. Indispensável na magia simpática do envoltamento onde é a presença simbólica da vítima nos processos do feitiço, catimbó, muambas, coisa-feita, canjerê no plano universal e milenar.

Calunga. Figurinha de pano, madeira, osso metal: desenho representando a forma humana.

Curupira. Um dos mais espantosos e populares entes fantásticos das matas brasileiras. De curu, contrato de corumi, e pira, corpo, corpo de menino, segundo Stradelli o Curupira é representado por um anão, cabeleira rubra, pés ao inverso, calcanhares para frente.

Maracá. O primeiro dos instrumentos indígenas no Brasil. É o ritmador dos cantos e das danças ameríndias. É uma cabaça na extremidade de um pequenino bastão empenhadura. No interior há sementes secas ou pedrinhas, fazendo rumor pelo atrito nas paredes internas do bojo.

Saci. Saci-Pererê, entidade maléfica em muitas, graciosa e zombeteira noutras oportunidades, comuns nos Estados do Sul. Pequeno negrinho, com uma só perna, carapuça vermelha na cabeça que o faz encantado, ágil, astuto, amigo de fumar cachimbo de entrelaçar as crinas dos animais, depois de extenuá-los em correrias durante a noite, anuncia-se pelo assobio persistente e misterioso, inlocalizável e assombrador.

Em *Contos tradicionais do Brasil*, no prefácio, mostrou o valor do conto para a viagem ao país da infância, enquanto em *Facécias: contos populares divertidos*, apresenta histórias contadas pelo povo, por vezes ingênuas, engraçadas e até mesmo cruéis, porém registradas com muita fidedignidade.



SF/17789.67269-36



A obra completa de Câmara Cascudo, densa e vastíssima, engloba mais de duzentos livros e opúsculos, além dos milhares de artigos que publicou na sua longa carreira como jornalista.

Como bem enfatiza a autora da matéria,

Com sua obra, Câmara Cascudo foi o principal responsável por tornar conhecidas figuras fantásticas do folclore brasileiro. A matéria prima de seu trabalho era o povo brasileiro. Ele estudava o homem a partir de sua história, das diferentes origens, dos romances, das poesias e, principalmente, do folclore.

Nesse sentido, é, sem dúvida, pertinente, justa e meritória a iniciativa ora proposta de instituir a Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo, que proporcione ao Senado Federal a oportunidade de conferir um prêmio a pessoas que tenham contribuído para o fortalecimento da cultura, do folclore e dos saberes tradicionais no Brasil.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2017.

Sala das Reuniões,

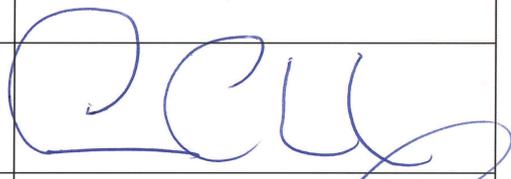
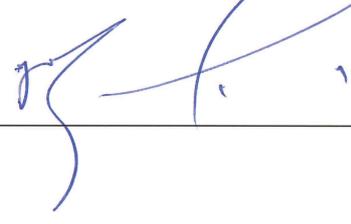
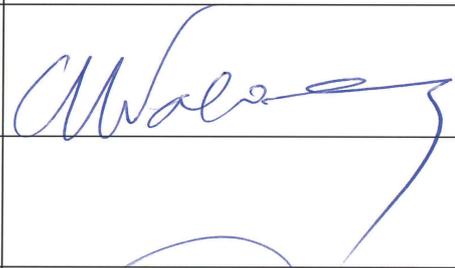
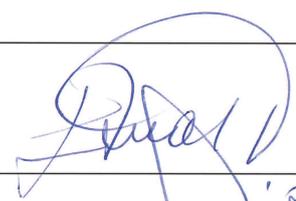
, Presidente

, Relator



6

**1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO
FEDERAL - 2018****17 de abril de 2018, às 11:30h**

Senador Eunício Oliveira Presidente	Licença Art. 40
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(PRS 14/2017)

A COMISSÃO DIRETORA, EM SUA 1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17.04.2018, APROVOU RELATÓRIO DO SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO.

17 de Abril de 2018

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

Presidiu a reunião da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 28, DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº11, de 2016, que Sugere Projeto de Lei Ordinária que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa

RELATOR: Senador José Medeiros

18 de Abril de 2018





2
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão n° 11, de 2016, do Instituto Oncoguia, com minuta de projeto de lei que *altera a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, a fim de determinar a celeridade para a realização dos procedimentos em saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras providências.*



Relator: Senador **JOSÉ MEDEIROS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na forma do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Sugestão (SUG) n° 11, de 2016, do Instituto Oncoguia, pela qual a entidade propõe minuta de projeto de lei que *altera a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, a fim de determinar a celeridade para a realização dos procedimentos em saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras providências.*

A sugestão insere nas atribuições dos gestores de saúde a obrigação de implementar ações que garantam a celeridade na realização de



procedimentos no âmbito do SUS. Para o controle e a garantia dessa celeridade, o texto prevê: i) o fornecimento, a todo usuário do Sistema Único de Saúde, de protocolos de encaminhamento; e ii) a publicidade das informações dos pacientes em filas de espera por procedimentos. Por fim, a minuta de projeto qualifica como improbidade administrativa os seguintes atos: i) deixar de elaborar e fornecer ao usuário do SUS os documentos e as informações previstos na norma legal; ii) deixar de elaborar, atualizar ou publicar as listas de espera; e iii) adulterar ou fraudar a lista de espera.

Na justificação do projeto sugerido, o Instituto Oncoguia esclarece que a proposta nasceu de discussões entre gestores públicos, parlamentares e o próprio instituto sobre a necessidade de garantir ao usuário do SUS o direito de se submeter a procedimentos de saúde com maior celeridade.

II – ANÁLISE

Conforme esclarece o documento do Instituto Oncoguia encaminhado à CDH, a entidade é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), criada com a missão de ajudar o paciente com câncer a viver melhor por meio de ações de educação, conscientização, apoio e defesa dos direitos dos pacientes.

De acordo com o art. 102-E, I, do RIsf, compete à CDH opinar sobre “sugestões legislativas” apresentadas por associações e órgãos de classe. Portanto, são regimentais tanto a iniciativa da sugestão, quanto o exame desta pela CDH.

Não se trata, porém, de juízo terminativo sobre a matéria. O presente parecer da CDH tem caráter preliminar, pois, em conformidade com o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 102-E do mesmo RIsf, as sugestões porventura aprovadas pela CDH serão transformadas em proposições de autoria da Comissão, encaminhadas à Mesa para tramitação e distribuídas as comissões competentes para o exame de mérito.

Cumpre-nos destacar, aliás, que também não se vislumbra óbice de ordem constitucional à conversão da Sugestão nº 11, de 2016, em proposição legislativa. Lembramos, a propósito, que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 24, inciso XII, da Constituição Federal.



A sugestão legislativa, acertadamente, vem tentar garantir maior celeridade e transparência ao atendimento prestado aos pacientes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Por essa razão, julgamos que a proposta do Instituto Oncoguia é merecedora da atenção e da apreciação desta Casa.

Antes disso, porém, impõe-se efetuar alguns ajustes no texto para adequá-lo às prescrições da Lei Complementar nº 95, de 26 fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. O mais importante desses ajustes é, sem dúvida, posicionar toda a inovação sugerida – e não apenas uma pequena parte dela – dentro do escopo da norma legal em vigor.

Com esse deslocamento, evita-se a elaboração de regulamento avulso para tratar de matéria cujo tema – funcionamento do SUS – já se encontra previsto em outra norma, acolhendo-se dessa forma a determinação do inciso IV do art. 7º da mencionada Lei Complementar nº 95, de 1998, pelo qual o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei.

Assim, a proposição que apresentamos ao final, como materialização da sugestão legislativa apresentada, busca concretizar os propósitos almejados por meio de alterações na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que *dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** da Sugestão nº 11, de 2016, na forma do seguinte Projeto de Lei do Senado, para que ela passe a tramitar como proposição desta CDH:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar celeridade e transparência na realização de procedimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 15.**

.....
XXII – implementar ações que garantam celeridade e transparência na realização de procedimentos no âmbito do Sistema Único da Saúde – SUS.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para a vigorar acrescida do seguinte Capítulo IX:

“CAPÍTULO IX
DA CELERIDADE E TRANSPERÊNCIA

Art. 19-V. O paciente com indicação de procedimento a ser realizado no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS receberá, em até 5 (cinco) dias úteis, protocolo de encaminhamento contendo minimamente as seguintes informações:

I – data da solicitação do procedimento em saúde;

II – data e local da realização da consulta, exame ou procedimento em saúde indicado;

III – descrição clínica que possibilite regulação e alocação da solicitação, conforme protocolos de regulação e encaminhamento.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, consideram-se procedimentos todos aqueles oferecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, inclusive as ações de promoção e prevenção em saúde, os procedimentos clínicos ou cirúrgicos e os procedimentos com finalidade diagnóstica ou terapêutica.

Art. 19-W. Serão estabelecidos prazos máximos para a realização de procedimentos no âmbito do SUS.

Art. 19-X. A publicidade das filas de espera de pacientes que aguardam a realização de procedimentos será assegurada mediante sua divulgação em sítio eletrônico e em canais de atendimento telefônico ou presencial, respeitados o sigilo médico e a intimidade da pessoa.

§ 1º A publicidade das filas de que trata o *caput* deverá apresentar as seguintes informações:



- I – número do protocolo entregue ao paciente;
- II – iniciais do nome do paciente;
- III – data da solicitação da consulta, exame ou procedimento em saúde;
- IV – data e local da realização da consulta, exame ou procedimento em saúde;
- V – número atualizado da média de vagas ofertadas por mês para cada procedimento constante da tabela SUS;
- VI – número atualizado da quantidade de pessoas aguardando na fila de espera, para cada procedimento constante da tabela SUS;
- VII – número atualizado da média de dias de espera para cada procedimento constante da tabela SUS.

§ 2º Na hipótese de necessidade devidamente fundamentada de alterar a ordem da fila, o paciente será comunicado com antecedência e será dada publicidade à alteração no sítio eletrônico mencionado no *caput*.”

Art. 3º Constituem atos de improbidade administrativa, equivalentes aos previstos no art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992:

I – deixar de elaborar e fornecer ao usuário do SUS os documentos e informações previstos no art. 19-V da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

II – deixar de elaborar, atualizar e publicar semanalmente, a lista ou a ordem dos pacientes que aguardam a realização de procedimentos no âmbito do SUS, conforme o disposto no art. 19-X da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

III – adulterar ou fraudar a lista ou a ordem dos pacientes que aguardam a realização de procedimentos no âmbito do SUS.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CDH, 18/04/2018 às 14h - 31ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
MARTA SUPPLY PRESENTE	2. VAGO
HÉLIO JOSÉ PRESENTE	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS
PAULO PAIM PRESENTE	3. PAULO ROCHA PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM	1. VAGO
JOSÉ MEDEIROS PRESENTE	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
CIRO NOGUEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. KÁTIA ABREU

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE	1. LÍDICE DA MATA PRESENTE
ROMÁRIO	2. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA	1. CIDINHO SANTOS PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	2. PEDRO CHAVES PRESENTE

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER
 RONALDO CAIADO
 ROBERTO REQUIÃO
 WILDER MORAIS
 ACIR GURGACZ
 WELLINGTON FAGUNDES
 ÂNGELA PORTELA





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 11/2016)

NA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR JOSÉ MEDEIROS, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL À SUGESTÃO, NA FORMA DO PROJETO DE LEI DO SENADO. A MATÉRIA PASSA A TRAMITAR COMO PROPOSIÇÃO DE AUTORIA DA CDH.

18 de Abril de 2018

Senadora REGINA SOUSA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 22, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº16, de 2018, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

19 de Abril de 2018



PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 16, de 2018 (Mensagem nº 168/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.*



Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Casa a indicação que o Exmo. Sr. Presidente da República faz do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.



O Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, nascido em 28 de setembro de 1958 na cidade do Rio de Janeiro-RJ, é filho de Jair Baptista Lopes e Rita Vilela Sobreira Lopes.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1979 e ingressou na carreira, no posto de Terceiro-Secretário no ano seguinte. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco atendeu os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) e de Altos Estudos (CAE), tendo defendido, neste último, a tese intitulada “O Brasil e a febre aftosa na América do Sul: um chamado concreto à liderança”.

O diplomata indicado tornou-se Primeiro-Secretário em 1989; Conselheiro, em 1996; Ministro de Segunda Classe, em 2005; e Ministro de Primeira Classe, em 2014. Todas as promoções por merecimento.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Segundo e Primeiro Secretário na Embaixada em Ottawa (1989-1993); Conselheiro na Embaixada em Washington (1997-2001); Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Montevideu (2001-2003); Conselheiro na Embaixada em La Paz (2003-2005); Coordenador-Geral de Ensino e Diretor-Geral Adjunto do Instituto Rio Branco (2005-2007); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Missão junto à CEE, em Bruxelas (2007-2010); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Missão junto à UE, em Bruxelas (2010-2013); Chefe de delegação na III Reunião do Conselho de Governadores da Fundação EU-LAC, em Bruxelas (2012); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Roma (2013-2014); Assessor Especial da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2014-2016); Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho de Organização de Eventos (2015-2016); e Diretor do Departamento da África, de 2016 até o presente.

Foi chefe de delegação ainda de diversas e importantes missões brasileiras ao longo de sua profícua carreira.

O Senhor Luís Henrique Sobreira Lopes fez jus a importantes condecorações, a saber: Ordem Alauíta, do Marrocos, grau de Cavaleiro; Ordem de Isabel, a Católica, da Espanha, grau de Cavaleiro; Insignia da Ordem da Águia Azteca, do México; Ordem do Infante Dom Henrique, de Portugal, grau de Oficial; Ordem Nacional do Mérito, da França, grau de Cavaleiro; Ordem de Rio Branco, do Brasil, grau de Cavaleiro; Ordem ao Mérito da República, da Itália, grau de Oficial; Ordem Militar de Cristo, de Portugal, grau de Cavaleiro; Ordem do Mérito Federal, da Alemanha, grau

ea2018-02251



de Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil, grau de Oficial; Ordem da Rosa Branca, da Finlândia, grau de Comendador; e Medalha Mérito Tamandaré, do Brasil.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Coreia, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

A República da Coreia tem superfície de 99.678 km² e população de 50,3 milhões de habitantes. Seu produto interno bruto calculado em poder de compra em 2016 ficou em US\$ 1,87 trilhão. O que lhe confere renda per capita em poder de compra de US\$ 36,53 mil. Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,901, o que a coloca em 18º lugar entre 188 países. Ainda nessa síntese sócio-econômica, registre-se que a expectativa de vida naquele país é de 82,1 anos e que o índice de desemprego, em 2016, foi de 3,7%.

A Coreia do Sul é, hoje, um dos mais prósperos países do mundo, ocupando a 11ª posição entre as economias mundiais e 4ª na Ásia. Desempenha, ademais, papel de destaque na geopolítica regional, tendo em vista sua proximidade da China, da Rússia e do Japão, além de sua fronteira terrestre com a Coreia do Norte. As constantes tensões na região, decorrentes da Guerra da Coreia (1950-1953), que dividiu a Península Coreana após o fim do domínio colonial japonês, marcam as políticas interna e externa do país.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Coreia do Sul (República da Coreia) foram estabelecidas em 1959. O Brasil foi o 8º país do mundo e o 1º latino-americano a reconhecer oficialmente o país. Por sua vez, a República da Coreia abriu, em 1962, no Rio de Janeiro, sua primeira embaixada na América Latina. Em 1965, o Brasil abriu sua embaixada em Seul.

As relações Brasil-Coreia do Sul foram progressivamente ganhando densidade com a celebração de diferentes instrumentos bilaterais: Acordo de Comércio, em 1963; Acordo Cultural, em 1966; Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, em 1989 (alterada por Protocolo de 2015); Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, em 1991;



Acordo para Serviços Aéreos entre seus Respective Territórios e Além, em 1992; Tratado de Extradução, em 1995; Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, em 1996; Acordo sobre Isenção de Vistos e Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, ambos em 2011; Acordo sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, em 2002; Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, em 2006; e Acordo de Previdência Social, em 2012.

O Brasil e a Coreia do Sul mantêm diversas instâncias de diálogo bilateral: Mecanismo de Consultas Políticas; Fórum Brasil-Coreia; Comitê Consultivo Agrícola; Comissão Mista de Ciência Tecnologia e Inovação; Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial; e Mecanismo de Consultas sobre Recursos Energéticos e Minerais.

Há três grupos parlamentares dedicados à Coreia do Sul: (a) Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Sul, criado em 1984 e presidido pelo deputado Claudio Cajado (DEM/BA); (b) Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Relações Brasil-Coreia do Sul, criado em 2015 e presidida pelo deputado Raimundo de Matos (PSDB/CE); e (c) Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Sul no Senado, criado em 2017.

Estima-se que a comunidade brasileira na Coreia do Sul seja de cerca de 1.400 pessoas. O contingente populacional de coreanos e descendentes no Brasil, estabelecidos principalmente na cidade de São Paulo, é estimado em cerca de 50 mil pessoas. O Brasil conta com a 3ª maior população coreana fora da Ásia e a 11ª no mundo. A Coreia do Sul mantém um Consulado-Geral em São Paulo (estabelecido em 1968) e, desde janeiro de 2018, um Consulado Honorário no Rio de Janeiro. O Brasil, por sua vez, mantém setor consular em sua Embaixada em Seul e dois Consulados Honorários na Coreia do Sul, ambos estabelecidos em 2011: em Busan, no Sul do país, e em Incheon, região portuária próxima à capital.

A política externa sul-coreana é marcada pela aliança político-militar com os Estados Unidos, pelas relações com os vizinhos do Nordeste Asiático (China e Japão) e pela persistência na Península Coreana de um armistício, já que tratado de paz que pusesse fim à Guerra da Coreia (1950-1953) nunca foi assinado.

Para o governo do atual presidente, Moon Jae-in, a distensão em curso na Península Coreana representa uma grande vitória, já que tradicionalmente defende o chamado "enfoque em duas vias" para as

ea2018-02251



relações intercoreanas. Para o presidente Moon Jae-in, a continuidade das sanções em resposta às ações belicosas da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) deve dar-se paralelamente à retomada do diálogo.

A política externa sul-coreana também se caracteriza por viés econômico voltado ao comércio internacional e à negociação de Acordos de Livre-Comércio (ALC). O país possui, atualmente, acordos com parceiros que correspondem a cerca de 76% do PIB mundial (incluindo China, Estados Unidos e União Europeia) e está em conversações para firmar pactos com Indonésia, Israel, Japão, Malásia, México, Conselho de Cooperação do Golfo, além de acordo trilateral Coreia-China-Japão e da Parceria Econômica Compreensiva Regional (RCEP).

A Coreia do Sul é importante parceiro comercial do Brasil na Ásia. Nos últimos anos, o intercâmbio bilateral intensificou-se significativamente, tendo atingido, em 2016 e em 2017, volume de comércio de cerca de US\$ 8,3 bilhões. O país é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, atrás apenas da China e do Japão. O Brasil, por sua vez, é o segundo maior parceiro comercial da Coreia do Sul na América Latina, após o México. Apesar do forte intercâmbio bilateral, o Brasil acumula sucessivos déficits com a Coreia do Sul — de US\$ 2,5 bilhões em 2016 e de US\$ 1,4 bilhão em 2017.

O Brasil tem especial interesse na obtenção de maior abertura do mercado sul-coreano para os produtos agrícolas nacionais. O Brasil é o maior fornecedor externo de frango para a Coreia do Sul, com 85% do mercado local, mas deve enfrentar crescente concorrência de terceiros países: o mercado foi reaberto para a Tailândia no fim de 2016, e as tarifas para os Estados Unidos e a União Europeia serão significativamente diminuídas, em decorrência da assinatura de acordos de livre-comércio. Há interesse em exportar carne bovina e suína brasileira, mas o mercado sul-coreano permanece fechado aos produtos brasileiros em razão de barreiras sanitárias.

Estão em curso tratativas entre a Coreia do Sul e os países do Mercosul para lançamento de negociações de acordo comercial. O Diálogo Exploratório entre o Mercosul e a República da Coreia foi concluído em março de 2017. Definiram-se parâmetros para negociação de futuro acordo comercial por ocasião de visita de delegação sul-coreana a Buenos Aires.



7
6

O estoque de investimentos sul-coreanos no Brasil totaliza US\$ 3 bilhões. Em 2017, o fluxo anual de investimentos sul-coreanos no país totalizou US\$ 454 milhões.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



ea2018-02251





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefe de missão diplomática

MSF 16/2018 - LUÍS H. LOPES

Início da votação: 19/04/2018 09:21:48

Fim da votação: 19/04/2018 10:55:55

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB		PMDB	
EDISON LOBÃO		1. RENAN CALHEIROS	
JOÃO ALBERTO SOUZA		2. VALDIR RAUPP	
ROBERTO REQUIÃO	votou	3. HÉLIO JOSÉ	votou
ROMERO JUCÁ		4. MARTA SUPPLY	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,	
GLEISI HOFFMANN		1. FÁTIMA BEZERRA	
ACIR GURGACZ		2. JOSÉ PIMENTEL	votou
JORGE VIANA		3. PAULO PAIM	votou
LINDBERGH FARIAS		4. HUMBERTO COSTA	
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)		Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
ANTONIO ANASTASIA		1. CÁSSIO CUNHA LIMA	votou
PAULO BAUER		2. RONALDO CAIADO	
RICARDO FERREIRA		3. FLEXA RIBEIRO	votou
JOSÉ AGRIPIANO	votou	4. TASSO JEREISSATI	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
LASIER MARTINS	votou	1. JOSÉ MEDEIROS	
ANA AMÉLIA	votou	2. GLADSON CAMELI	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,		Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,	
CRISTOVAM BUARQUE	votou	1. VANESSA GRAZZIOTIN	
VAGO		2. RANDOLFE RODRIGUES	
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
FERNANDO COLLOR	votou	1. WELLINGTON FAGUNDES	votou
PEDRO CHAVES		2. ARMANDO MONTEIRO	voto não computado

Votação:TOTAL 13 SIM 12 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 7, EM 19/04/2018

Senador Fernando Collor
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 16/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, PARA EXERCER O CARGO EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA COREIA, COM 12 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E 0 ABSTENÇÕES.

19 de Abril de 2018

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 23, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº25, de 2018, que Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

RELATOR ADHOC: Senador Lasier Martins

19 de Abril de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2018 (PDC nº 548, de 2016, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.*



RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 544, de 2015, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 28 de setembro de 2012. Acompanha o referido texto a Exposição de Motivos EMI nº 00166/2015 MRE MF, assinada pelos então Ministros de Estado das Relações Exteriores, Mauro Luiz Iecker Vieira e da Fazenda, Joaquim Vieira Ferreira Levy.

O texto do referido ato internacional foi inicialmente apreciado e aprovado pelas seguintes comissões da Câmara dos Deputados: de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou o projeto de decreto legislativo decorrente da Mensagem Presidencial; de Finanças e Tributação, sobre o mérito, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Aprovado pelo Plenário da Câmara, o projeto veio ao Senado Federal onde foi encaminhado a esse colegiado e a mim distribuído para relatar.



O Tratado em apreço visa, como assinala a Exposição de Motivos, a combater a fraude e a evasão fiscal, assim como a reduzir o espaço para a prática de elisão ou planejamento fiscal.

O texto está versado em 14 artigos. O Artigo 1 determina que as autoridades competentes das partes Contratantes prestarão assistência mútua mediante o intercâmbio de informações que possam ser relevantes para administrar ou fazer cumprir suas leis internas relativas aos tributos visados pelo ato internacional ora em exame.

O Artigo 2, entretanto, ressalva que a Parte requerida não está obrigada a fornecer informações de que suas autoridades não disponham ou que não estejam em poder ou sob o controle de pessoas submetidas à sua jurisdição territorial. As informações serão intercambiadas pela autoridade competente de cada Parte, independentemente de a pessoa a quem as informações se referirem ser residente ou nacional de uma Parte Contratante.

Os tributos visados, no caso de cada Parte signatária, estão enumerados no Artigo 3. São eles, para o Reino Unido, o imposto sobre a renda; o imposto sobre a renda das pessoas jurídicas; o imposto sobre ganhos de capital; o imposto sobre heranças; o imposto sobre valor agregado; e os impostos sobre o consumo. No caso do Brasil, são os seguintes os impostos objeto deste Acordo: o imposto de renda da pessoa física e da pessoa jurídica (IRPF e IRPJ); o imposto sobre produtos industrializados (IPI); o imposto sobre operações financeiras (IOF); imposto sobre propriedade territorial rural (ITR); contribuição para o programa de integração social (PIS); contribuição social para o financiamento da seguridade social (COFINS) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). A autoridade competente de cada Parte Contratante notificará a outra de modificações em sua legislação tributária que possam afetar as obrigações daquela Parte Contratante. O Acordo aplica-se a tributos de competência de estados, municípios ou outras subdivisões políticas de cada Parte contratante, na medida em que sua legislação o permitir.

O Artigo 4 apresenta as definições de termos utilizados no Acordo, estipulando que o termo “autoridade competente” significa, no caso do Reino Unido, os Comissários da Receita e Aduana de Sua Majestade ou seu representante autorizado; no caso do Brasil, o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados; o termo “pessoa” representa uma pessoa física, uma sociedade ou qualquer outro grupo de pessoas; enquanto que “sociedade” se refere a qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade considerada pessoa jurídica para fins tributários; o termo



SF/18492.72179-26



“sociedade com ações negociadas publicamente” significa qualquer sociedade cuja principal classe de ações esteja listada em uma bolsa de valores reconhecida, desde que suas ações listadas possam ser prontamente vendidas ou vendidas pelo público, ou seja, se se a aquisição ou venda destas ações não estiver , implícita ou explicitamente, restrita a um grupo limitado de investidores. O termo “principal classe de ações” significa a classe ou as classes de ações que representem a maioria do poder de voto e a maior parte do valor da sociedade, enquanto que “bolsa de valores reconhecida” significa qualquer bolsa de valores acordada como tal pelas entidades competentes das Partes Contratantes; “fundo ou esquema de investimento coletivo” refere-se a qualquer veículo de investimento conjunto, independentemente da forma legal. “Tributo” significa qualquer tributo ao qual o Acordo se aplique; a “Parte requerente” é aquela que solicita informações, enquanto que a Parte requerida é aquela a quem se solicita forneça as informações; as “medidas para coletar informações” são as leis e procedimentos administrativos ou judiciais a possibilitarem que uma Parte Contratante obtenha a forneça as informações solicitadas e o termo “informação” refere-se a qualquer fato, declaração ou registro, sob qualquer forma. É também definido o que se entende por “nacional”, que significa, para o Reino Unido, qualquer cidadão britânico, ou qualquer súdito britânico não-possuidor da cidadania de outro país ou território-membro da Comunidade (*Commonwealth*), desde que tenha o direito de permanência no Reino Unido; e qualquer pessoa jurídica, sociedade de pessoas, associação ou outra entidade cuja condição como tal decorra das leis em vigor no Reino Unido. Em relação ao Brasil, qualquer pessoa física que possua a nacionalidade brasileira e qualquer pessoa jurídica ou qualquer outra entidade coletiva cuja condição como tal decorra das leis em vigor no Brasil.

Finalmente, o termo “questões tributárias de natureza criminal” significa questões tributárias envolvendo conduta intencional penalmente imputável de acordo com as leis penais da Parte requerente; e o termo “leis penais” refere-se a todas as leis penais definidas como tais na lei doméstica, independentemente de estarem contidas em leis tributárias, no Código Penal ou em outros diplomas legais. No tocante à aplicação do Acordo por uma Parte Contratante, qualquer termo não definido no presente instrumento internacional terá o significado que lhe for atribuído pela legislação desta Parte Contratante, prevalecendo o significado atribuído ao termo pela legislação tributária dessa Parte Contratante sobre o significado que lhe atribuam outras leis dessa Parte Contratante.

No tocante ao intercâmbio de informações a pedido, dispõe o Artigo 5 que a autoridade competente da Parte requerida fornecerá, a pedido,



as informações solicitadas ainda que a conduta sob investigação não constitua crime de acordo com as leis da Parte requerida. Se as informações de que disponha a Parte requerida não forem suficientes para possibilitar o atendimento do pedido, essa Parte recorrerá a todas as medidas relevantes para obter tais informações.

Caso especificamente solicitado pela autoridade competente da Parte requerente, a Parte requerida deverá fornecer informações sob a forma de depoimentos de testemunhas e cópias autenticadas de registros originais; informações em poder de bancos ou de outras instituições financeiras ou de representantes fiduciários e informações referentes à propriedade legal e efetiva de empresas, parcerias, fideicomissos, fundações, etc, sempre na extensão permitida pelas leis internas da Parte requerida. Por outro lado, a autoridade competente da Parte requerente ao efetuar um pedido de informações fornecerá as necessárias informações à autoridade competente da Parte requerida de modo a demonstrar a previsível relevância das informações para o pedido formulado, tais como a identidade da pessoa sob exame ou investigação, período de tempo a que se referem as informações requeridas, declaração sobre a natureza das informações pretendidas e a forma como a Parte requerente deseja recebe-las, os motivos que levam a crer que tais informações se encontram em território da Parte requerida, nome e endereço de qualquer pessoa que se acredite estar na posse das informações solicitadas, declaração de que o pedido está em conformidade com a lei e as práticas administrativas da Parte requerente, e de que a Parte requerente recorreu a todos os meios disponíveis em seu território a fim de obter as informações requeridas. A parte requerida acusará o recebimento da solicitação e envidará seus melhores esforços para encaminhar as informações solicitadas `Parte requerente no menor tempo possível.

O Artigo 7 autoriza as fiscalizações tributárias no exterior, obedecidas as leis internas da Parte requerida, cuja autoridade competente poderá autorizar a presença de representantes da autoridade competente da parte requerente na fase apropriada de uma fiscalização tributária no território da Parte requerida.

Segundo prevê o Artigo 8, a Parte requerida não estará obrigada a obter ou fornecer informações que a Parte requerente não poderia obter sob suas próprias leis para os fins de fazer cumprir suas próprias leis tributárias; ou de fornecer informações sujeitas a privilégio legal, ou informações reveladoras de segredo comercial, empresarial, industrial ou profissional ou se tal revelação for contrária à ordem pública; ou quando as informações solicitadas tiverem



por objetivo da Parte requerente dar cumprimento a dispositivo de sua legislação tributária que discrimine um nacional da Parte requerida em comparação a um nacional da parte requerente nas mesmas circunstâncias. Determina, ademais, que o Acordo em pauta não imporá a uma Parte qualquer obrigação de executar medidas administrativas em desacordo com suas leis e práticas administrativas. O Artigo 9 determina que quaisquer informações recebidas por uma Parte Contratante serão sigilosas e poderão ser reveladas somente a pessoas ou autoridades, inclusive tribunais e órgãos administrativos, na jurisdição da Parte Contratante envolvida com o lançamento ou cobrança dos tributos visados pelo presente Acordo, com a execução ou instauração de processos versando sobre tais tributos, ou com a supervisão de tais atividades. Contudo as informações poderão ser reveladas em procedimentos públicos dos tribunais dos tribunais ou em decisões judiciais.

Os custos são abordados no Artigo 11, que estipula que esses serão arcados pela Parte requerida, exceto eventuais custos extraordinários, que serão arcados pela Parte requerente.

Com a finalidade da implementação do avençado, as Administrações Aduaneiras deverão comunicar-se diretamente e envidar esforços, por acordo mútuo, para solucionar problemas ou questionamentos que surgirem da interpretação ou implementação do ato internacional ora sob exame. Contudo, os conflitos para os quais não forem encontradas soluções pelas Administrações Aduaneiras deverão ser resolvidos pela via diplomática (Artigo 18).

Os Artigos 11 e 12 dispõem, respectivamente, sobre procedimento amigável quando surgirem dúvidas entre as Partes Contratantes relativamente à implementação ou interpretação do Acordo, podendo inclusive comunicar-se diretamente a fim de chegarem a um consenso; e compartilhamento de conhecimentos técnicos, desenvolvimento conjunto de novas técnicas de auditoria e identificação e estudo de novas áreas de descumprimento de obrigações.

As cláusulas de praxe dos tratados estão contidas nos Artigos 13 e 14, como a entrada em vigor, que se dará mediante notificação de que os requisitos legais nacionais para a vigência foram cumpridos (Artigo 13); e denúncia mediante notificação escrita pela via diplomática (Artigo 14).



II – ANÁLISE

O Acordo sob exame prevê a troca de informações entre as autoridades tributárias das Partes Contratantes sobre assuntos de sua competência, com o intuito de favorecer as ações de fiscalização e de combate à sonegação fiscal. Visa também a assegurar à Administração Tributária instrumentos mais eficazes destinados a coibir a prática de atos lesivos à ordem tributária, com reflexos positivos sobre o nível da arrecadação.

É importante destacar, no âmbito deste parecer, que a legislação interna referente a sigilo fiscal e bancário é plenamente preservada à luz do ato internacional em exame.

Como bem assinala a Exposição do Motivos ministerial, a assinatura deste tipo de acordo de troca de informações com o Reino Unido reveste-se de particular importância, tanto pela magnitude das relações comerciais entre os dois países, como também pelo grande volume de investimentos britânicos presentes no Brasil.

Cabe observar, ademais, que o texto do Acordo em pauta atende aos interesses do País ao buscar prevenir a evasão fiscal e demais condutas ilícitas praticadas pelos contribuintes.

III – VOTO

Com base no exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CRE, 19/04/2018 às 09h - 14ª, Extraordinária
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
EDISON LOBÃO	1. RENAN CALHEIROS
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	3. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
ROMERO JUCÁ	4. MARTA SUPPLY
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN	1. FÁTIMA BEZERRA
ACIR GURGACZ	2. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	4. HUMBERTO COSTA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA	1. CÁSSIO CUNHA LIMA PRESENTE
PAULO BAUER	2. RONALDO CAIADO
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	4. TASSO JEREISSATI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
LASIER MARTINS PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN
VAGO	2. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR PRESENTE	1. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE
PEDRO CHAVES	2. ARMANDO MONTEIRO PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDS 25/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É DESIGNADO RELATOR “AD HOC” O SENADOR LASIER MARTINS E APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

19 de Abril de 2018

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 24, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº179, de 2017, que Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2015.

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

RELATOR: Senador Armando Monteiro

19 de Abril de 2018





SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro



SF/18668.02163-57

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2017 (PDC nº 486, de 2016, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, *que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2015.*

RELATOR: Senador ARMANDO MONTEIRO

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 179, de 2017, cuja ementa está acima epigrafada.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 128, de 7 de abril de 2016, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2015.

Após dar notícia das preocupações das autoridades tributárias com o combate à fraude e à evasão fiscal, como também com a redução do espaço para





SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

práticas de elisão ou planejamento fiscal, a exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Fazenda, esclarece que *tais práticas são especialmente relevantes no contexto internacional atual de busca de maior transparência tributária, de maior cooperação entre as administrações tributárias e de combate ao planejamento tributário agressivo ou abusivo*. O documento registra, ainda, o fato de o G-20 considerar essas práticas como *agravantes da crise financeira global pelo efeito de erosão da base tributária dos países e seu impacto negativo nos orçamentos nacionais*.

O Acordo, composto de 12 artigos, visa facilitar o intercâmbio de informações sobre matéria tributária.

Nesse sentido, o Artigo 1º trata do objeto e do escopo do Acordo. O texto sublinha que as informações incluirão aquelas previsivelmente relevantes para a determinação, lançamento e cobrança de tributos visados pelo Acordo, a recuperação e execução de créditos tributários, ou a investigação ou instauração de processo judicial relativo a matérias tributárias. Para além disso, o dispositivo estabelece que os direitos e salvaguardas assegurados às pessoas pelas leis ou pela prática administrativa da Parte requerida permanecem aplicáveis na medida em que não atrasem ou impeçam, de modo indevido, o efetivo intercâmbio de informações.

O Artigo 3º dá notícia dos tributos visados. No caso brasileiro, são os seguintes: imposto sobre a renda de pessoa física e de jurídica (IRPF e IRPJ, respectivamente); imposto sobre produtos industrializados (IPI); imposto sobre movimentação de crédito, câmbio e seguro (IOF); imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR); contribuição para o programa de integração social (PIS); contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS); contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL); e quaisquer outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O dispositivo seguinte cuida das definições. Merece destaque o significado da expressão “autoridade competente” que significa, no caso do Brasil, o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal, ou seus representantes autorizados (Artigo 4º, b, ii). O Artigo 5º versa sobre o intercâmbio



SF/18668.02163-57





SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

de informações a pedido e sublinha que elas serão intercambiadas independentemente de a conduta sob investigação constituir crime segundo a legislação da Parte requerida (Artigo 5º, 1).

Já o Artigo 6º estabelece as possibilidades de recusa de um pedido. Assim, por exemplo, o fornecimento de informações que a Parte requerente não poderia obter sob suas próprias leis. Na sequência, o Artigo 7º versa sobre sigilo. Nesse sentido, as informações prestadas no âmbito do Acordo não poderão ser reveladas a qualquer outra pessoa ou entidade ou autoridade sem expresse consentimento por escrito da autoridade competente da Parte requerida, tampouco poderão ser reveladas a qualquer outra jurisdição.

No tocante aos custos, o Artigo 8º estipula que sua incidência deve ser acordada pelas Partes. O artigo subsequente prescreve que as Partes implementarão legislação necessária para dar cumprimento e eficácia aos termos do Acordo. O Artigo 10, por sua vez, dispõe sobre o procedimento amigável de solução de eventuais desinteligências no tocante à implementação ou interpretação do ato internacional em apreço.

Em relação à entrada em vigor, o texto fixa que ela se dará na data da última notificação recebida (Artigo 11). Esse preceito determina, também, que as disposições do Acordo produzirão efeitos para os pedidos feitos na data de sua entrada em vigor ou após, para informações relacionadas a qualquer período tributável com início em ou após o primeiro dia de janeiro do ano calendário seguinte à entrada em vigor do tratado ou, quando não houver período tributável, para todas as obrigações tributárias incorridas a partir, inclusive, do primeiro dia de janeiro do ano calendário seguinte à sua entrada em vigor.

O Acordo é denunciável por meio de notificação, por escrito, por via diplomática, à outra Parte Contratante. A denúncia operará efeitos no primeiro dia do mês seguinte ao término do período de 6 meses após a data do recebimento da notificação da denúncia (Artigo 12).

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de





SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas até o momento.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Sobre o PDS em análise, não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

A temática do Acordo reveste-se de extrema relevância para o relacionamento bilateral. E mais, ela se insere no âmbito de preocupação da comunidade internacional na busca por maior transparência fiscal. Nesse sentido, referido Acordo proporciona, oportunamente, maior cooperação entre as respectivas administrações tributárias com vistas a combater a evasão fiscal e o planejamento tributário abusivo.

Por outro lado, o protocolo determina que as informações prestadas no seu âmbito não poderão ser reveladas a qualquer outra pessoa ou entidade ou autoridade sem expresse consentimento por escrito da autoridade competente da Parte requerida, o que preserva o sigilo da informação.

Finalmente, ressalte-se que os acordos de troca de informações tributárias é um passo inicial importante para a construção dos acordos que evitem a dupla tributação, o que garante isonomia ao investidor brasileiro no exterior em relação aos concorrentes estrangeiros, estimula os investimentos recíprocos e oferece ganhos de competitividade numa estratégia de internacionalização das





SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

empresas.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18668.02163-57





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CRE, 19/04/2018 às 09h - 14ª, Extraordinária
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
EDISON LOBÃO	1. RENAN CALHEIROS
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	3. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
ROMERO JUCÁ	4. MARTA SUPPLY
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN	1. FÁTIMA BEZERRA
ACIR GURGACZ	2. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	4. HUMBERTO COSTA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA	1. CÁSSIO CUNHA LIMA PRESENTE
PAULO BAUER	2. RONALDO CAIADO
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	4. TASSO JEREISSATI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
LASIER MARTINS PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN
VAGO	2. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR PRESENTE	1. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE
PEDRO CHAVES	2. ARMANDO MONTEIRO PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDS 179/2017)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

19 de Abril de 2018

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



RESOLUÇÃO



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Cássio Cunha Lima, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 6, DE 2018

Denomina “Ala Senador Humberto Lucena” a Ala das Lideranças, localizada no segundo andar do Bloco C do Anexo II do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Ala das Lideranças, localizada no segundo andar do Bloco C do Anexo II do Senado Federal, passa a denominar-se “Ala Senador Humberto Lucena”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de abril de 2018.

Senador Cássio Cunha Lima
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

mlc/prs18-014



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-PMDB - João Alberto Souza*
-PRTB - Pastor Bel* (S)
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-PMDB - Aírton Sandoval* (S)
Maioria-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Maioria-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-PMDB - Waldemir Moka*
Maioria-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 38 PMDB-18 / PROS-1

Airton Sandoval.	PMDB / SP
Dário Berger.	PMDB / SC
Eduardo Braga.	PMDB / AM
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	PMDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Marta Suplicy.	PMDB / SP
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS
Zeze Perrella.	PMDB / MG

Bloco Social Democrata - 17 PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12 PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Kátia Abreu.	PDT / TO
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11 PP-6 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PSD / PB
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 11 PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-4	
Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9 PTB-2 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
---------------	----

PRTB - 1

Pastor Bel.	MA
------------------	----

Bloco da Maioria.	19
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	11
Bloco Moderador.	9
PRTB.	1
S/Partido.	1
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (Maioria-PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (Maioria-PMDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Hélio José* (Maioria-PROS-DF)	Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (Maioria-PMDB-PA)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Maioria-PMDB-MA)	Renan Calheiros* (Maioria-PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Requião* (Maioria-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Maioria-PMDB-PB)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Romero Jucá* (Maioria-PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO)	Rose de Freitas** (Maioria-PMDB-ES)
Dário Berger** (Maioria-PMDB-SC)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Maioria-PMDB-MS)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Braga* (Maioria-PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Valdir Raupp* (Maioria-PMDB-RO)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (Maioria-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (Maioria-PMDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Waldemir Moka* (Maioria-PMDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Pastor Bel* (-PRTB-MA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Maioria-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco da Maioria (PMDB/PROS) - 38</p> <p style="text-align: center;">Líder Simone Tebet - PMDB (142,162)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 18 Simone Tebet (142,162)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PMDB Valdir Raupp (141)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PROS - 1 Hélio José (42,48,85,155)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Eduardo Amorim - PSDB (71,100,140)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Davi Alcolumbre (76,87,133,150) Ataídes Oliveira (74)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (105)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (75,86,112,159) Roberto Rocha (37,54,111,158,160)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (101)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p style="text-align: center;">Líder Ciro Nogueira - PP (165)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Benedito de Lira (103) Otto Alencar (49)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 6 Benedito de Lira (103)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,106)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,97,117)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Lindbergh Farias - PT (28,61,63,89,125,134,135)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,61,63,89,125,134,135)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,62,126)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (8,26,116)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,163)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 11</p> <p style="text-align: center;">Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Graziotin (17,22,156)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares (51,72,145,164)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Graziotin (17,22,156)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PODE - 4 Alvaro Dias (16,65,136)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,57,83,99,127)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (98)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (102)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Romero Jucá - PMDB (120)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,128,144) Davi Alcolumbre (76,87,133,150) Flexa Ribeiro (129,149) Sérgio Petecão (10,131,147) Wilder Morais (39,122,132,151)</p>	<p style="text-align: center;">Minoria</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,115)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



71. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
77. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
101. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
102. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
105. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
106. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicada Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).



136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-liderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airtton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

- Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
- Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
- Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
- Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
- Em 06.02.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
- Em 27.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**Designação:** 22/06/2016
Leitura: 13/07/2016
Instalação: 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Hélio José (PROS-DF)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

* Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

*** Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 61 - 3303 3514
E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS



6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



8) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



9) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁸⁾

Leitura: 14/03/2018

Instalação: 17/04/2018

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PROS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Zeze Perrella (PMDB-MG) ^(6,7,9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(6,7)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽¹⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽²⁾	

Notas:

- Em 11.04.2018, os Senadores Wilder Morais e Lasier Martins foram designados membro titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 28/2018-BLDPRO).
- Em 11.04.2018, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. nº 21/2018-BLOMOD).
- Em 11.04.2018, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 29/2018-GLBPDC).
- Em 11.04.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 27/2018-GLPSDB).
- Em 11.04.2018, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro titular, e a Senadora Regina Sousa, suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 23/2018-BLPRD).
- Em 11.04.2018, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 42/2018-GLPMDB).
- Em 13.04.2018, o Senador Dário Berger deixou a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá, que passou a ocupar vaga de suplente (Of. 45/2018-GLPMDB).
- Em 17.04.2018, os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram escolhidos para ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da comissão, respectivamente (Memo. 1/2018-CPICC).
- Em 17.04.2018, o Senador Zeze Perrella foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 48/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 3303-3508

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE
LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).

9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ^(9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,38,41)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPCD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).
- Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPCD).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (21)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (4,30)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,28,29)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) (1,11,25)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (23)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (18,27)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26)

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lidice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
 **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. Senador Romero Jucá ^(7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(7,15)	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Valdir Raupp ^(7,27)	5. VAGO ^(10,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁸⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ^(6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,28)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(1,21)
^(1,16)	2.
VAGO ^(14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,12,13)
VAGO ^(5,26)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(19,22,23,26)
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,16,25)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airtton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO (5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 61 33034440

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Airton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO ⁽¹⁵⁾	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁶⁾		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁴⁾	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,17)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017**Notas:**

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros: 19 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

